

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História



**Poetizando a História nacional:
Ficcionalização da História e método historiográfico em José de Alencar**

Tito Barros Leal de Pontes Medeiros

Doutorado em História
Especialidade em História e Cultura do Brasil

2014

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras
Departamento de História



**Poetizando a História nacional:
Ficcionalização da História e método historiográfico em José de Alencar**

Tito Barros Leal de Pontes Medeiros

Tese orientada pelos Professores Doutores Sérgio Carneiro de Campos Matos (Universidade de Lisboa) e Marcelo de Almeida Peloggio (Universidade Federal do Ceará), especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor em História, especialidade em História e Cultura do Brasil.

Para o menino Pedro, meu filho, certo de que sua história
será plena de poesia.

AGRADECIMENTOS

Sem a ajuda dos aqui reconhecidos não poderia ter sido feito este trabalho. Pela simbologia que cada um tem em cada letra posta nas páginas a seguir, meu mais sincero agradecimento.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP, pelo estímulo dado à pesquisa sobre o Estado do Ceará.

Ao Prof. Dr. Francisco José Pinheiro e ao Prof. LD Francisco Auto Filho, respectivamente Secretário e ex-secretário de Cultura do Estado do Ceará, pelo apoio incondicional dado a estudo desde o primeiro momento.

Ao Curso de Doutorado em História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, especialmente nas figuras do Prof. Dr. Francisco Contente Domingues, do Prof. Dr. Amílcar Guerra e da Prof^a. Dr^a. Maria Leonor Garcia da Cruz, pelos estimulantes debates transcorridos em sala e pela sincera atenção a mim ofertada.

Ao Prof. Dr. Sérgio Campos Matos, orientador deste trabalho, pelas observações sóbrias e os conselhos amigos que ritmaram o passo da escrita, fundamentais para conferirem valor ao texto.

Ao Prof. Dr. Marcelo de Almeida Peloggio, co-orientador deste estudo e meu guia no universo alencariano.

À Prof^a. Me. Ana Maria Azevedo, portuguesa de alma brasileira, pelas estimulantes conversas e balizadas dicas de pesquisa e escrita.

Aos funcionários do Serviço Acadêmico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, aqui representados na figura da Sra. Fátima Lopes, cuja simpatia e atenção sempre nos deram força para enfrentar a burocracia

própria dos trâmites universitários que, com paciência, nos orientou em cada formulário preenchido.

Ao Prof. Dr. Roberto Pontes, meu pai e meu leitor que, com sua meticulosa revisão textual contribuiu para a melhor expressão do pensamento aqui estampado.

À Prof^a Me. Guaraciara Barros Leal, minha mãe, pela atenção e pelo estímulo, forças motoras dessa tese.

À Sra. Piedade Valente por nos ter oferecido o aconchego de sua família e o calor do seu lar, abrandando a saudade da casa deixada do outro lado do atlântico.

Aos amigos madeirenses Lourenço e Teresa Viveiros, por todas as ajudas e orientações que nos ofereceram.

Aos colegas de Estudos Pós-Graduados em História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Carmine Cassino, doutorando na especialidade de História Contemporânea e Irene Mendez, mestranda na especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão, pela simpatia e companheirismo ao longo do curso.

Ao José Eudes A. B. Gomes, colega dos tempos de Licenciatura em História na Universidade Federal do Ceará, inusitadamente reencontrado nesta outra margem do Atlântico, doutorando-se em História pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Por fim, agradeço à Ana Alice Miranda Menescal, minha esposa amada, mãe do meu filho, colega no doutoramento e parceira na vida, por toda sua paciência, por toda sua alegria, por tudo que ela é.

As obras bem escritas serão as únicas que passarão à posteridade: A quantidade dos conhecimentos, a singularidade dos factos, a própria novidade das descobertas não são garantias seguras da imortalidade: se as obras que os contêm versarem sobre objectos minúsculos, se estiverem escritas sem gosto, sem nobreza e sem génio, perecerão, porque os conhecimentos, os factos e as descobertas facilmente se arrebatam, se transportam e lucram até com ser realizados por mãos mais hábeis. Tais coisas são exteriores ao homem, o estilo é o próprio homem. O estilo não pode, pois, nem arrebatarse, nem transportar-se, nem alterar-se: se for elevado, nobre, sublime, o autor será igualmente admirado em todos os tempos; porque só a verdade é duradoura e, inclusive, eterna. Ora um belo estilo só é tal, de facto, pelo número infinito das verdades que expõe.

Conde de Buffon - Discurso sobre o estilo

O dominio da arte na historia é a penumbra em que esta deixou os acontecimentos, e da qual a imaginação esurge por uma admiravel intuição, por uma como exhumção do pretérito, a imagem da sociedade extincta. Só ahi é que a arte pode crear; e que o poeta tem o direito de inventar; mas o facto authenticico, não se altera sem mentir á historia.

José de Alencar - O Jesuíta

RESUMO

Deste a década de 1970, o debate em torno dos limites entre História e Literatura tem ganhado força e interesse em ambos os lados da fronteira focada. Autores como Collingwood (1981 [1944]), Gay (1990 [1974] e 2010 [2002]), Ricoeur (1997 [1975] e 2000 [1983-85]), Veyne (1998 [1971 e 1978]), Foucault (2004 [1970]), White (2003 e 2008 [1973]) e La Capra (2007 [2004]) contribuíram de forma decisiva para o aprofundamento do debate, redirecionando perspectivas e apontando novas saídas para a prática historiográfica. A tese que se segue, lastreada no pensamento dos teóricos acima referenciados, visa contribuir com o debate acerca das relações simbióticas entre aqueles dois campos do saber. Para tanto, voltamos nosso olhar para a escrita paradigmática de José de Alencar (1829-1877) cuja vasta obra foi fortemente vinculada à Literatura Romântica nacional. Assim, esta tese tem por objetivo promover uma releitura da obra alencariana, no sentido de encontrar em sua produção — quer ficcional, quer jornalística, quer política, ou de qualquer outro tipo — uma novidade historiográfica diferente da lógica de escrita da História executada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Nesta perspectiva, estabelecemos um recorte temático na obra do autor escolhido, pelo que focaremos a questão indígena, tema muito caro ao autor. Assim, serão fontes fundamentais para a tese um romance histórico, *O guarani* (1856), e duas lendas tupis, *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874). Tal recorte norteará nossa análise sobre as estratégias de pesquisa e escrita do polígrafo, possibilitando recompor as tramas do seu fazer historiográfico, para compará-las com as práticas historiográficas de seus contemporâneos. A partir daí analisaremos as especificidades da escrita alencariana, compreendendo sua *estética nacionalista* para conformá-la numa *historiografia poética*, cujo estudo servirá para repensar os limites existentes entre História e Literatura, requalificando a *imaginação* como estratégia historiográfica válida aquando das lacunas encontradas nas fontes.

Palavras-chave

José de Alencar - Historiografia brasileira - Historiografia poética - Ficcionalização da história - Método historiográfico

RESUMEN

Desde la década de 1970, el debate en torno a los límites entre la historia y la literatura han ido ganando interés y fuerza a ambos lados de la frontera. Autores como Collingwood (1981 [1944]), Gay (1990 [1974] e 2010 [2002]), Ricoeur (1997 [1975] e 2000 [1983-85]), Veyne (1998 [1971 e 1978]), Foucault (2004 [1970]), White (2003 e 2008 [1973]) e LaCapra (2007 [2004]), contribuirán de forma decisiva a profundizar en el debate, redireccionando perspectivas y aportando nuevas salidas para la práctica historiográfica. La tesis que se plantea, apoyada en el planteamiento de dos teóricos referenciados, pretende contribuir al debate acerca de las relaciones simbióticas existentes entre estos dos campos. Por tanto, dirigimos nuestra mirada a la curiosa escritura de José de Alencar (1829-1877), cuya obra está fuertemente ligada a la literatura romántica nacional. Asimismo, esta tesis tiene por objetivo promover la lectura de la obra *alencariana*, con el fin de encontrar en su producción — ya sea de ficción, periodística, política o de cualquier otro género — una novedad historiográfica en cuanto a los escritos realizado en el *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB). En esta perspectiva, podemos establecer un enfoque temático sobre la obra de nuestro autor-objeto, por lo que nos centraremos en la cuestión indígena, aspecto de importancia para el autor. Por ello, serán fuentes fundamentales para la tesis de un romance histórico, *O Guarani* (1856) y dos leyendas Tupi, *Iracema* (1865) y *Ubirajara* (1874). Tal delimitación servirá como guía para el análisis de las estrategias de investigación y escritos, posibilitando recomponer la historiografía seguida y compararla con las prácticas historiográficas llevadas a cabo por sus contemporáneos. A partir de ahí analizaremos las particularidades de la escritura alencariana, comprendiendo su *estética nacionalista* y comparándolo en la *historiografía poética*, cuyo estudio servirá para volver a pensar en los límites existentes entre la historia y la literatura, incidiendo en la *imaginación* como estrategia a seguir en la historiografía, válida en cuanto a las diferencias encontradas en las fuentes.

Palabras clave

José de Alencar - Historiografía brasileña - historiografía poética - Ficcionalización de la historia - método historiográfico

LISTA DE ABREVIATURAS

Textos de José de Alencar

TBFC - Traços biográficos sobre a vida de D. Antônio Filipe

ELB - O estilo na literatura brasileira

MP - O Marquês do Paraná - Traços biográficos

CSCT - Cartas sobre “A confederação dos tamoiós”

ACP - Ao correr da pena

CPQSR - Como e porque sou romancista

G - O guarani

I - Iracema

U - Ubirajara

SDO - Sonhos d'Ouro

BP - Bênção Paterna

AA - Antiguidade da América

RP - Raça primitiva

Periódicos

CM - Correio Mercantil

DRJ - Diário do Rio de Janeiro

RIHGB - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

REL - Revista Ensaios Literários

RG - Revista Guanabara

Outras

CT - A confederação dos tamoiós

BN - Biblioteca Nacional (RJ)

DAH/MHN - Divisão de Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional (RJ)

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Prólogo Histórico	22
UNIDADE I – ROMANTISMO: HISTÓRIA, LITERATURA E POLÍTICA NO BRASIL OITOCENTISTA	
Capítulo 1 - Intelectuais do Brasil oitocentista: o movimento Romântico e a proposta alencariana	36
1.1. O Romantismo e a construção simbólica do Brasil	36
1.2. A Revista <i>Ensaio Literários</i> (1847-1850) e os primeiros escritos alencarianos.....	48
Capítulo 2 - José de Alencar, o historiador.....	63
2.1. Ser historiador no Brasil oitocentista.....	63
2.2. Posição alencariana no cenário intelectual nacional oitocentista	73
2.3. Anotações, estudos e interpretações: Independência do Brasil e D. Pedro I nos manuscritos alencarianos.....	83
UNIDADE II – FICCIONALIZANDO A HISTÓRIA	
Capítulo 3 - Por um projeto para o Brasil: a estética nacionalista alencariana.....	93
3.1. Alencar e seus primeiros anos na imprensa carioca (1851-1854).....	93
3.2. Esboços da proposta nacionalista alencariana: As cartas de <i>Ig</i> (1856)	108
3.3. Paradigma feudal e (po)ética indígena: <i>O Guarani</i> (1857) como gênese brasileiro	126
Capítulo 4 - Duas lendas e uma História de possibilidades	146
4.1. Iracema (1865): método histórico na construção do mito.....	146
4.2. Marandúba típica: Ubajara e a ficcionalização da História do Brasil Pré-cabralino.....	164
4.3. O Canitar de Jaguarê	166
4.4. <i>Nheéng etê</i> de Alencar.....	171
4.5. Ubirajara: aquilo que pode ter sido	193
4.6. Uma conciliação entre arte e ciência?	200
Considerações finais	203
Referências	215
Anexos	228

Introdução

Numa época em que a razão figurava como única luz aceite pelos meios intelectuais, a História, enquanto campo de saber ansioso de reconhecimento social iniciou a procura de um método que lhe possibilitasse estabelecer pesquisas capazes de afirmar seu *status* de verdade. Este movimento tomou força com a proposta historiográfica dita positivista, marcante no século XIX.

Esse processo fez com que o pensamento historiográfico cada vez mais se distanciasse de um elemento fundamental da construção artística: a *imaginação*. Não caberia mais ao historiador imaginar, bastava-lhe reproduzir os discursos presentes nos documentos para, daí, fazer emanar a “verdade histórica”. Essa prevalência da *verdade* se transformaria num tema de debate fundamental do ofício do historiador¹.

A proposta de história científica hoje se vê às voltas com os limites subjacentes ao saber histórico uma vez que as palavras dos historiadores apenas apresentam possibilidades interpretativas, nunca uma verdade histórica absoluta².

Historiadores como R. G. Collingwood, Hayden White e Peter Gay e filósofos como Paul Ricoeur e Michel Foucault, reconfiguraram a perspectiva da produção do saber histórico. Em estudos decisivos tais autores afirmam existir uma estreita ligação entre História e Literatura. Essa relação (bilateral, diga-se de passagem) não vem negar à História, contudo, o *status* de produção metódica. Longe disso, as observações desses pensadores propõe uma requalificação do saber historiográfico. Nessa perspectiva, a História passaria a ser não mais uma produção propriamente científica mas, também, literária³. Ciência e arte, cada uma com seus elementos característicos, comporiam e

¹ Vale cf. a introdução de Ciro Flamarion Cardoso presente em CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Igualmente convém a leitura da conclusão primorosa escrita por Ronaldo Vainfas para o mesmo livro. Além disso, cf. BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001 e CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

² Cf. SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

³ Esse tema não é consensual. Sobre a questão muito ainda se escreve. Indicamos como subsídio ao tema as leituras a seguir: COLLINGWOOD, Robin G. *The idea of history*. Oxford: Oxford UK Print On, 1996; VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: UNB, 1998; WHITE, Hayden. *Meta-História*. São Paulo: EDUSP, 2008; WHITE, Hayden. *El texto histórico como artefacto literário*. Buenos Aires: Paidós, 2003 e LACAPRA, Dominick. *História en transito*. Buenos Aires: Fondo Argentina, 2007.

completariam a História enquanto saber intelectualmente construído, ajudando-a a narrar e discutir as transformações culturais humanas ao longo do tempo.

Atualizado com as práticas de escrita da História, o Brasil oitocentista seguia a perspectiva historiográfica ditada pela Europa — especialmente pela França, mas também pela Inglaterra. Os historiadores que compunham o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro lutaram com todas as armas em busca de métodos que, ao menos em tese, garantissem verdade à História nacional⁴.

Contemporâneo dos fundadores do IHGB, mas na contramão da perspectiva ali encetada, José de Alencar atuaria com uma outra lógica historiográfica. Adepto confesso do romance histórico, Alencar repensa a lógica historiográfica de seu tempo. Sua obra transparece o projeto político do autor de compreender, descrever (e obviamente construir) a nacionalidade brasileira.

Daí que surgem algumas questões a serem analisadas nas páginas desta tese, tais como: pode Alencar considerar-se historiador? A sua obra pode integrar-se no campo historiográfico tal como era entendida a historiografia na época? Ele era visto como produtor de historiografia pelos historiadores e pelos artistas literários seus contemporâneos?

Estas questões serão respondidas à tempo em cada passo da escrita aqui desenvolvida. No momento importa dizer que o projeto alencariano somente poderia ser alcançado por meio da literatura, mas uma literatura muito própria sua, lastreada em um profundo esforço de pesquisa, numa busca quase desmedida que tinha por fim último compreender as origens da nação, seus tipos, suas culturas. Assim, *pari passu* ao seu fazer literário Alencar construía aquilo que podemos chamar de sua *estética nacional*.

Neste sentido a não seria a lógica da ciência positiva que marcaria as análises de Alencar, a dinâmica do imaginário, sustentada pela força do mito e racionalizado em uma poética nacionalista. Alencar busca a história do Brasil a partir da criação de um mito fundador nacional.

⁴ Veja-se, *p. ex.*, a proposta historiográfica de Leopold Von Ranke e B. Niebour. No Brasil, vale ressaltar, o manual de *Teoria Geral da História* de João Camillo de Oliveira Tôres (Petrópolis: Vozes Editorial, 1963) em que praticamente metade das suas 700 páginas se refere à questão da verdade. Além disso, é muito útil como introdução ao problema, ler REIS, José Carlos. *Op. cit.* Uma vez mais recomendamos a leitura do supra-referido texto de Adam Schaff.

Podemos sintetizar o fazer literário de José de Alencar nas palavras de outro grande escritor nacional, Machado de Assis, admirador e herdeiro da literatura alencariana: “um contador de histórias é justamente o contrário de um historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias.”⁵ Completava o “bruxo do Cosme Velho” seu pensamento ao dizer: “o historiador foi inventado por ti, homem culto, letrado, humanista; o contador de histórias foi inventado pelo povo, que nunca leu Tito Lívio, e entende que contar histórias é só fantasiar”⁶.

Muito embora mais de cento e trinta anos tenham se passado desde que Machado de Assis assinou tal opinião, ainda hoje os historiadores têm dificuldade em perceber a finura da de sua ironia. De toda forma e, ainda que muito timidamente (e no Brasil mais ainda), a historiografia começa a debater a questão, lançando sobre si mesma uma profunda reflexão autocrítica.

Mesmo assim, seja na perspectiva do grupo historiográfico identificado como os *Annales*, seja na perspectiva de uma historiografia marxista⁷, muitos historiadores ainda olham com desconfiança os vínculos progênicos entre o histórico e o literário, entre “história” e “estória”.

É fato, contudo, que nas últimas décadas deste século tem-se assistido ao esfacelamento das fronteiras entre o literário e os estudos históricos, entre o ficcional e o científico. Já na década de 1970, Paul Veyne anunciava que a história não é ciência, pelo menos do tipo das exatas e biomédicas; estaria ela mais próxima de uma literatura documentada, uma arte, como a fotografia e a gravura, cujo valor reside no estético.⁸ Por essa mesma época, Michel Foucault impactava o mundo intelectual afirmando que sua obra nada mais era do que ficções.

Seguindo as perspectivas lançadas por Marx e Fernand Braudel, Peter Burke observa que os historiadores clássicos sustentaram que “o modo correto de compreender tanto o passado quanto o presente era analisar as estruturas profundas”⁹ da sociedade para, assim, encontrar o sentido das leis e princípios

⁵ ASSIS, Machado de. Histórias dos Quinze Dias. In: _____. *Obra Completa* (vol. 3). Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1973. p. 361-2. O texto em questão foi publicado em partes entre 01 de julho de 1876 e 01 de janeiro de 1878, nas páginas da revista *Ilustração Brasileira*.

⁶ Idem, p. 362.

⁷ Para ficarmos apenas nas duas tendências dominantes na historiografia dos últimos 50 anos.

⁸ VEYNE, Paul. *Op. cit.*, p. 256.

⁹ BURKE, Peter. Desafios de uma história polifônica. *Folha de São Paulo*, 15/10/2000, Mais, p. 18.

que estavam aparentemente escondidos no caos dos eventos humanos. “Narrar era para romancistas e jornalistas”¹⁰, continuava Burke.

Bibliografias mais atuais, como *A nova história cultural* de Lynn Hunt, apresentam a História como um ramo da estética¹¹, enquanto Hayden White e Dominick LaCapra advogam ser a história mais um modelo narrativo e, dessa forma, questionam as tendências dominantes na historiografia que colocam fronteiras entre a história, a literatura e a filosofia. Como compreender essas mudanças, esse retorno problematizante à história?

Nas últimas décadas assistimos ao retorno da crise da consciência histórica. Os estudos históricos passaram por mudanças substanciais. Um sintoma disso foi o progressivo interesse pela dimensão da cultura e a crescente ênfase na questão da linguagem, que provocou o recuo, em termos de importância, da história econômica e social.

As representações do mundo social, antes colocadas no plano da “superestrutura”, passam a ser consideradas como um determinante básico da realidade histórica. Como consequência, a Antropologia e a Teoria Literária passam a ocupar um lugar de destaque como parceiros da História na interpretação social, onde antes predominavam a Demografia, a Economia e a Sociologia. É dessa forma que Peter Burke compreende o surgimento do “desejo de uma história com uma face humana, em reação contra a macro-história, a história quantitativa e o determinismo (seja ele marxista ou estruturalista), que atirou os historiadores nos braços dos romancistas”¹².

Tais mudanças se inscrevem no conjunto do debate contemporâneo, que coloca em dúvida o estatuto do saber científico no âmbito das ciências humanas, mas muito antes, José de Alencar, manipulando a História em favor de sua Literatura inovadoramente brasileira, já apontava para muitas dessas questões.¹³

¹⁰ Idem.

¹¹ Cf. KRAMER, Loyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Pp. 131-175.

¹² BURKE, Peter. As fronteiras instáveis entre História e ficção. In: AGUIAR, Flávio et. alli. *Gêneros de fronteira: cruzamento entre histórico e literário*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 107 a 115.

¹³ No correr desta tese apontaremos a existência de questões políticas que impelem José de Alencar para uma escrita da História a partir da Literatura e não propriamente do ponto de vista cientificista ao qual esta estava pretensamente vinculada.

Assim, a pesquisa proposta teve por motivo inicial (e talvez também final) contribuir para o debate em torno das relações entre História e Literatura. Ademais, ao escrever seus textos, o autor-objeto dessa pesquisa não abria mão de fundamentá-los em firmes bases históricas e sociológicas, tanto assim que tomou o cuidado de registrar na voz do narrador de *A viuvinha* (1855) que “a verdade dispensa a verossimilhança”.

Mas não apenas essa frase, supostamente solta em meio aos muitos escritos do romancista cearense, sustenta a hipótese aqui defendida. A partir da recomposição dos passos intelectuais do autor, remontando toda sua trajetória, desde a sua formação acadêmica até seus últimos escritos e compreendendo suas posturas intelectuais e políticas, amplamente divulgadas nos jornais de seu tempo, podemos perceber o valor que nosso autor-objeto conferia à História.

Somente por ilustração tomemos como referencial do que se expõe um escrito de maturidade do autor, *Ubirajara* (1874). A própria estrutura do livro, e especialmente o prefácio, nos permite notar a intencionalidade alencariana; são palavras do autor:

Quem por desfastio percorrer estas páginas, se não tiver estudado com alma brasileira o berço de nossa nacionalidade, há de estranhar entre outras coisas a magnanimidade que ressumbra no drama selvagem e forma-lhe o vigoroso relevo.¹⁴

Mais que romance, mais que *lenda*¹⁵, *Ubirajara* parece mesmo ter sido escrito como reflexão crítica contestadora de preconceitos construídos sobre a imagem dos primitivos habitantes do solo brasileiro e isso explicaria, ao nosso ver, o trabalho de pesquisa desenvolvido para a produção das páginas que compõem a narrativa das aventuras do filho de Camacán.

Destarte, *Ubirajara* pode ser tomado como referencial para o debate porque nele está consolidada toda uma *teoria estética* iniciada, em 1856, nas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios* e, continuada em *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865).

¹⁴ ALENCAR, José de. *Ubirajara*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, em 1951 [1874] p.333.

¹⁵ Segundo o próprio o autor, “nenhum outro título responde melhor pela propriedade, como pela modéstia, às tradições da pátria indígena”. ALENCAR, José de, loc. cit.

Os escritos acima referidos trazem entre si uma organicidade profunda, o que nos fez tomá-los como o *corpus* documental primeiro desta pesquisa. Com eles podemos compreender as intenções estético-políticas de Alencar, suas estratégias de pesquisa, suas propostas interpretativas da história nacional e o modelo historiográfico proposto pelo autor.¹⁶

A tese nos aponta, por tanto, que a *estética nacional alencariana* pode (e deve) ser entendida como um projeto teórico-metodológico para a História nacional brasileira, à época ainda em busca de modelos referenciais que conferissem sentimento de nacionalidade ao recém-construído Império dos trópicos. Aponta ainda para a ousadia historiográfica do autor-objeto, pois, valendo-se de sua *historiografia poética*, atreveu-se a mesclar informações colhidas em fontes históricas balizadas pela historiografia de sua época (relacionada com o IHGB) e a discutir temas como o indigenismo e a escravidão com os historiadores mais respeitados no Império brasileiro (e além).

Assim sendo, em sua obra José de Alencar foi capaz de construir uma nova interpretação para o Brasil em toda sua dimensão histórica e geográfica. Pensou e problematizou o cotidiano mais remoto, anterior ainda à colonização, passando pelas dificuldades dos primeiros contatos interétnicos e chegando mesmo ao dia a dia da corte carioca. Além disso, o autor dedicou-se a compreender a sociologia nacional, descrevendo tipos e costumes da complexidade brasileira.

Seus textos indicam, pois, uma nova história, mais humana e menos documentalista. Em Alencar, portanto, há qualquer coisa de uma antecipação daquilo que corriqueiramente chamamos hoje de História Cultural e, também, da História das Mentalidades.

Além de tentar demonstrar os limites entre História e Literatura na obra de José de Alencar, a tese tem por fim esclarecer a utilização que o romancista cearense faz da História para a construção de seus *Romances* e de suas *Lendas Tupis*. Também tentará demonstrar que a *estética nacionalista*

¹⁶ Além desse conjunto orgânico que transparece toda a *estética nacional alencariana*, outros livros do autor contribuem como fontes para a pesquisa, a saber: *As minas de prata* (1865/1866); *Guerra dos Mascates* (1871/1873) e *Alfarrábios* (1874). Os dois primeiros são romances históricos, o terceiro é a reunião de três curtas narrativas dos tempos coloniais. Há ainda os romances brasileiros como *O gaúcho* (1870), *tronco do Ipê* (1871) e peças de teatro como *O jesuíta* (1875), pelo que aqui apenas citamos alguns dos textos-fontes tratados na pesquisa.

alencariana pode ser lida como uma inovação na representação do passado muito útil para sanar algumas dificuldades teóricas relacionadas à escrita historiográfica, nomeadamente naquilo que diz respeito ao problema da narrativa.

Por fim, buscamos perceber os escritos do autor enleados num movimento dialético entre o ambiente social da Corte carioca e sua atuação política, dado que seus textos somente podem ser compreendidos com manifestos políticos referentes à construção da nacionalidade brasileira.

Alcançados os objetivos acima enumerados julgamos contribuir para requalificação do patriarca da literatura brasileira que tanto se ocupou com a História pátria, construindo novo modo de aproveitamento da história para o, então nascente, Império Brasileiro.

Para desenvolver esta tese, tivemos em nosso favor uma ampla documentação, que organizamos em dois macrogrupos, a saber: 1) as fontes primárias alencarianas e 2) fontes colhidas na imprensa carioca.

O primeiro grupo se refere aos documentos da *Coleção José Martiniano de Alencar*, devidamente organizados na *Divisão de Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional*, no Rio de Janeiro. Essa preciosidade está composta de documentos textuais, inéditos em sua grande maioria, organizados por tipo de documental (manuscritos, datilografados e impressos).

Destacam-se da coleção os treze cadernos contendo artigos sobre Literatura, Ficção, Crítica, Poesia, Teatro, Política e Direito, um projeto sobre Gramática, correspondência de terceiros e um documento oficial.

Seguindo a lógica aplicada à organização da coleção subdividimos esse primeiro grupo em quatro subgrupos: 1) Produção Intelectual, com 14 documentos; 2) anotações, com 5 documentos; 3) Correspondências, com 2 documentos e, por fim, 4) Documento Oficial, com 1 documento, totalizando a soma de 22 documentos.

Com a devida autorização do DAH/MHN, digitalizamos toda a documentação e, em tempo, pudemos analisar calmamente todo o material, fonte quase inesgotável para tantos mais estudos, quer históricos, quer literários, ou ainda, antropológicos e sociológicos, sobre nosso autor-objeto.

O segundo macrogrupo diz respeito aos livros publicados por José de Alencar, às polêmicas (literárias, políticas e científicas) das quais o autor tomou

parte, aos artigos publicados pelo romancista cearense na imprensa nacional e por artigos que se refiram ao autor, publicados na imprensa e assinados por contemporâneos seus contemporâneos.

Assim, esse segundo macrgrupo pode ser dividido em: 1) Literatura alencariana; 2) Imprensa alencariana; 3) Polêmica alencariana e, por fim; 4) Crítica contemporânea sobre José de Alencar.

Os subgrupos que compreendem tanto a literatura, quanto a polêmica do autor, estavam praticamente toda publicada em volumes isolados ou mesmo em coleções bem trabalhadas, tais como a publicada pela Livraria José Olympio, nos idos de 1950 e a editada pela Nova Aguilar na década de 1970. A organização e o apuro das ditas coleções, contudo não deixaram passara algumas falhas, cujas correções buscamos apresentar neste trabalho.

Mesmo assim, julgamos ser necessário voltar à letra original. Buscamos as primeiras edições dos livros de José de Alencar e, para tanto, tivemos a facilitação do projeto *Brasiliana*, a cargo da Universidade de São Paulo - USP e que, desde 2009 oferece ao mundo um avolumado número de obras digitalizadas, colhidas na biblioteca Mindlin.

No concernente aos escritos de imprensa assinados por José de Alencar e à crítica por ele recebida, apesar de parte dessa produção estar relativamente preparada nas mesmas coleções acima referidas, foi ainda necessário o trabalho de pesquisa no acervo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Além da visita à biblioteca física, muito da pesquisa foi facilitada por meio da *Hemeroteca Digital Brasileira*, portal de pesquisa de suma importância para o historiador nacional, vinculado e coordenado pela própria Biblioteca Nacional e patrocinado pela Financiadora de Estudos e Pesquisas - FINEP, pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Desta forma julgamos ser através da articulação entre nossas fontes e as teorias dos autores acima apresentados e, para além, refletindo sobre a organicidade da obra alencariana e sobre a questão da nacionalidade tomada como bandeira pelo autor, que poderemos decifrar a teoria da História inovadoramente proposta por José de Alencar.

E é exatamente o desdobramento das relações entre História e Literatura, realizado na escrita alencariana, que nas páginas seguintes será

aprofundado. Dada a vasta produção do autor, optamos por nos centrar no recorte acima especificado, observando o relacionamento desses dois campos de saber, o mais possível, nos textos alencarianos consagrados à temática indígena.

Nesse sentido a tese foi organizada em quatro capítulos, antecidos por um prólogo histórico, cuja finalidade é conferir ao leitor uma noção sobre o processo de formação da Independência brasileira e da elite intelectual que dirigiria a viragem político-nacionalista do Brasil, pós 1831.

O primeiro capítulo, *Intelectuais do Brasil oitocentista: o movimento Romântico e a proposta alencariana*, tem por fim apresentar um panorama das transformações sócio-culturais e políticas que possibilitaram o surgimento do Romantismo no Brasil. Além disso, neste primeiro capítulo resgatamos dois dos primeiros textos do autor, muito pouco conhecidos e quase nunca debatidos. A ideia, portanto, foi buscar ali, os fundamentos de uma estética nacionalista que, trabalhada ao longo da vida do autor, nos dá margem para pensar uma historiografia alencariana.

O segundo capítulo, *José de Alencar, historiador*, tem por fim traçar um panorama da cena historiográfica da Corte carioca, *locus* histórico de José de Alencar. Nesta parte do estudo, apresentaremos nosso entendimento sobre o historiador do Brasil de D. Pedro II, atentando para suas especificidades e vinculando-o ao universo romântico do qual é criador e criatura. Refletiremos ainda sobre mais alguns textos assinados por José de Alencar, quase desconhecidos do público em geral e muito pouco referidos, mesmo pela crítica especializada. Por fim, este capítulo traz uma análise de alguns manuscritos alencarianos (inéditos, até onde pudemos avaliar) que apresentam a interpretação historiográfica do autor sobre a Independência do Brasil e a respeito de D. Pedro I.

Ao conferirem o “chão histórico” por onde percorreremos, estes dois primeiros capítulos fecham uma unidade na tese. Aqui nosso intuito foi apresentar as especificidades da História Romântica desenvolvida ao tempo de Alencar. Feito isto, uma nova unidade se abre e, nela buscaremos apresentar o desenvolvimento da estética nacionalista alencariana, germe daquilo que nomeamos como sendo a historiografia poética alencariana. Portanto, os

capítulos terceiro e quarto podem ser compreendidos como a *espinha dorsal* do nosso estudo.

Assim, no terceiro capítulo analisaremos tanto *As cartas sobre “A confederação dos tamoios”* (1856), quanto o romance *O Guarani* (1857), fincando as duas “lendas” do autor, *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1874), para o quarto capítulo.

Nossa intenção, ao escolher esses textos, é proceder a uma arqueologia do saber alencariano. Desta forma, julgamos ser possível compreender as estratégias argumentativas, quanto à articulação entre realidade histórica e imaginação literária desenvolvidas na obra de José de Alencar.

Outros textos-fontes serão utilizados e, ao longo de nossa argumentação, o leitor poderá verificar o quanto José de Alencar se valeu da História para (re)construir, a seu modo, o Brasil.

Para finalizar esta introdução, importa dizer que nossa tese se lastreia nas propostas teóricas de historiadores como Robin. G. Collingwood, Hayden White, Dominick La Capra, Paul Veyne, Lawrence Stone que, em decisivos estudos afirmam existir na produção do saber histórico uma estreita ligação entre História e Literatura. Essa relação, contudo, não vem negar à História o *status* de produção metódica, mas propõe uma requalificação deste saber nas prateleiras das bibliotecas. Nessa perspectiva, a História passaria a ser não mais uma produção propriamente científica, mas, também, literária¹⁷.

Estamos cientes dos limites da verdade no discurso histórico e, por isso, nos deparamos com mais uma questão a ser apresentada como subsídio teórico desta pesquisa.

Refletindo sobre as transformações sofridas ao longo do tempo pelas práticas de construção do saber, afirma Michael Foucault, que existem três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso: a) o da palavra proibida; b) o da segregação da loucura; e, c) o da vontade de verdade.¹⁸

Nesse sentido, cremos que a obra de José de Alencar pode ser entendida como um discurso excluído do campo da História por força da

¹⁷ Esse tema não é consensual. Sobre a questão muito ainda se escreve. Indicamos como subsídio ao tema as leituras a seguir: COLLINGWOOD, Robin G. *A idéia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1981; VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: UNB, 1998; WHITE, Hayden. *Meta-História*. São Paulo: EDUSP, 2008; WHITE, Hayden. *El texto histórico como artefacto literário*. Buenos Aires: Paidós, 2003 e LACAPRA, Dominick. *História en transito*. Buenos Aires: Fondo Argentina, 2007.

¹⁸ FOUCAULT, Michael. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2004, p. 19.

vontade de verdade da historiografia sua contemporânea. Assim, ainda seguindo a linha de raciocínio de Foucault, podemos pensar sobre a seguinte questão: “se o discurso verdadeiro não é mais (...), aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo senão o desejo e o poder?”¹⁹

Lembrando Paul Veyne:

A história pode ser transformada pelas ciências humanas na mesma medida em que nossa vida pode ser transformada pela técnica (...). Nenhuma maneira de escrever história pode ser revolucionária, do mesmo modo que a vida não pode deixar de ser quotidiana. (...) Aquele que se dedica ao plano do real não sairá nunca dele; aquele que constrói um objeto formal embarca para outro mundo onde descobrirá coisas novas, mas não encontrará nunca a chave do visível. Não temos conhecimento de nada; do acontecimento no qual estejamos mais profundamente envolvidos, ainda assim, não conhecemos senão traços. Podemos resignarmo-nos a não ter conhecimento completo: chegamos, por vezes a reproduzir modelos limitados do real; o conhecimento científico, que é possível em todos os domínios, mesmo sobre o homem, dispensa-nos do conhecimento do concreto, que não é nunca completo²⁰

Traçar os caminhos de um estudo comparativista entre a História e a Literatura, no universo cultural do Romantismo brasileiro do século XIX, parece-nos ser, pois, artifício proficiente para se quebrar essa relação de força existente entre modelos narrativos tão cheios de semelhanças e reestabelecê-los numa retomada de rota. Uma atitude revolucionária benjaminiana, quem sabe?

Perceber na literatura e no pensamento de José de Alencar pistas que nos norteiem a superar a crise das narrativas-mestras²¹, a suspeita e até mesmo a negação de certos pressupostos como objetividade, neutralidade, impessoalidade e transparência da representação, recoloca em questão certos cortes analíticos, como história/literatura, fato/ficção, conceito/metáfora.

¹⁹ Ibid., p. 20.

²⁰ VEYNE, Paul, 1998, p. 209.

²¹ LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Lisboa: Gradiva, 1989.

Prólogo Histórico

Apesar da Independência do Brasil ter sido anunciada em 1822, seriam precisos ainda cerca de três anos para que o Império de D. Pedro I²² alcançasse certa estabilidade de governação. Sem dúvida, o sucesso na repressão à *Confederação do Equador* (1824) logo se traduziria numa relativa pacificação das províncias e, somado a isso, no cenário externo o Brasil começava a se firmar cada vez mais, alcançando o reconhecimento de outros Estados. Mas essa aparente consolidação convivia com a fragilidade de um país ainda em busca de definições.

O Império formara-se da unificação das várias províncias brasileiras que, quase sempre, de comum apenas tinham a língua e a religião. As diferenças regionais eram gritantes; os interesses entre os diversos grupos políticos locais, tão variados quanto a própria geografia do país que ia sendo, pouco a pouco, costurada. Mesmo a ideia do que viria a ser um *brasileiro* ainda era questão a suscitar, entre os intelectuais, profundas controvérsias. A única certeza presente, ao menos nas províncias mais representativas do novo Império, era que a escravidão deveria continuar como sistema motor da economia, mas, mesmo esse tema não era um consenso dentro do amplo território brasileiro.

Não bastassem as dificuldades inerentes à fundação de um novo Estado, agitações daquém e dalém mar trouxeram desassossego ao difícil estabelecimento político do primeiro Império. Mais e mais o passado colonial ligava-se à ideia de atraso, e o vislumbre da nova nação consolidada com o simbólico Grito do Ipiranga, descortinava os horizontes para uma geração política irredutível em consolidar o (seu) poder local. As efervescências das novidades advindas da emancipação faziam borbulhar as mentalidades da nova sociedade política do Império de Pedro I. E, mesmo carente de sentido, identidade e unidade orgânica, o jovem país caminhava para um percurso de mão única.

²² Sobre D. Pedro I e sua conturbada atuação política no Brasil, indicamos a leitura da boa biografia escrita por Isabel Lustosa, *D. Pedro I*, publicada pela Cia. das Letras em 2006. Indicamos, ainda: SANTOS, Eugênio. *D. Pedro IV*, Lisboa: Temas e debates, 2009.

Não tardaria, contudo, que a figura do Imperador decaísse da condição de herói edificante da pátria para a de pedra angular de um possível processo de recolonização. Um dos principais motivos para explicar tal peripécia no teatro imperial é a morte, em 1826, de D. João VI, rei de Portugal e pai de Pedro I. O problema que surgia era o da sucessão no trono real português, pois antes de morrer o rei Clemente não deixou claro quem deveria assumir a Coroa lusitana. Sua filha, a infanta Isabel Maria, assumiria a regência, mas o cetro real, de fato, cabia a D. Pedro I.

Resoluto, Pedro I recusaria o trono lusitano em detrimento da consolidação do Estado brasileiro, designando sua filha mais nova, Maria da Glória, rainha sucessora.

Novo problema.

Apoiado pelos setores mais reacionários da política portuguesa, D. Miguel, irmão mais novo de D. Pedro, usurpava o trono de sua sobrinha, assumindo a direção do reino. A situação não podia passar despercebida ao Imperador que, cada vez mais, se envolvia com os eventos da outra margem do Atlântico.

Por outro lado, se a coroa portuguesa pesava sobre a cabeça do Imperador do Brasil, e os conflitos do torrão natal não o deixavam em paz na terra escolhida, problemas e dificuldades internas tiravam-lhe o sossego e reclamavam sua atenção.

O impasse em relação à Coroa lusitana desagradava o novo grupo da política nacional, temeroso com o futuro da Independência e, obviamente, com a efetivação do poder nacional. Somava-se a isso o fato de que no Brasil, a oposição a D. Pedro I já havia sido impulsionada pelas tendências absolutistas do monarca e agora iam sendo amplificadas pela presença constante e abundante de portugueses que conviviam no círculo privado da Corte e mantinham estreitas ligações com o Imperador.

Tais ligações com a antiga metrópole fizeram com que a mentalidade da insurgente elite política nativa -- advinda com a onda liberal circulante na América pós-colonial e, no caso brasileiro, diretamente influenciada pelo pensamento francês, desde os tempos das missões científicas anteriores mesmo à Independência -- se manifestassem através de uma postura

marcadamente antilusitana²³. Dessa forma, o grupo português estabelecido na corte, começava a ser encarado como a parcela catalizadora das inclinações absolutistas de D. Pedro I, contribuindo para a possibilidade cada vez maior da centralização do poder nas mãos do monarca tropical. Não há dúvida, contudo, de que o Poder Moderador, imposto junto com a Carta Constitucional promulgada pelo próprio D. Pedro I, em 1824, após negar a Constituição de 1823 e dissolver a Constituinte, contribuía com bons argumentos, validando ainda mais o cisma.

É fato que num Brasil recém-formado, carente de tradições culturais próprias que possibilitassem a clara distinção entre *ser brasileiro* e *ser português*, a forma mais fácil para definir a *brasilidade* era a oposição à *lusitanidade*, identificando-se esta última com os grilhões metropolitanos e com o atraso colonial.

Não bastassem todas as questões acima apresentadas, ainda em 1826 os debates políticos entre Senado e Câmara acaloravam o legislativo brasileiro. As duas casas apresentavam composições bem diferentes. Aquela era formada por políticos conservadores, quase todos de origem lusitana, e bem próximos a D. Pedro, muito ligados também ao antigo ideal de raízes pombalinas de um Império luso-brasileiro; na outra casa, por seu turno, estava reunida a nova elite política, praticamente toda brasileira de nascimento, e com uma visão muito mais liberal, além de bastante inclinada à radicalização do processo de Independência e defensora do rompimento efetivo com o passado português, de modo a afastar a herança do absolutismo centralizador, cada vez mais ligado à imagem de D. Pedro I.

A situação era tal que, como bem lembra Marco Morel, o político e escritor franco-suíço Benjamin Constant, em 1827, enviou carta ao Imperador na qual orientava Dom Pedro I a:

abdicar ao trono do Brasil, em nome do príncipe herdeiro, e deixar uma Regência sábia e moderada governando durante sua menoridade. Dessa forma estariam garantidos a ordem, a monarquia e o *status quo*, enquanto d. Pedro, que seria

²³ Neste momento é mais proveitoso pensar em *antilusitanismo* que em nacionalidade propriamente dita, dado o fato de que as reflexões sobre a nacionalidade brasileira somente iriam se iniciar em 1836, com o manifesto estampado na revista Nitheroy, como veremos mais à frente.

sempre visto como representante da tirania no Brasil (...) passaria a ser saudado como paladino das liberdades na Europa.²⁴

Se o panorama político não era bom, melhor não era o cenário econômico. No mesmo ano da carta acima referida, seria firmada a renovação do Tratado de Aliança e Amizade com a Inglaterra. A tarifa preferencial de 15% para os produtos ingleses se manteve, enquanto os demais países assumiam uma taxa de 24%. Um ano mais tarde, depois de muitas críticas, o problema foi redimensionado. Ordenou-se a execução da taxa de 15% para todos os países com os quais o Brasil fazia comércio, impactando a arrecadação de impostos para os cofres nacionais²⁵. Por outro lado, detendo a maior parte dos estabelecimentos comerciais no Brasil, estavam os portugueses, numa atmosfera de ânimos exacerbados que estimulava ainda mais os ditos sentimentos *antilusitanos*.

A derrota na Guerra da Cisplatina (1825 -1828) mais a consequente perda territorial de parte do sul do Império, somadas à crescente dívida contraída com a Inglaterra e o tom cada vez mais radical adotado pela imprensa nacional²⁶, muito contribuíram para o agravamento do panorama político e o quebrantamento moral do Imperador.

Se por um lado uma manobra política estratégica planejada pelo Imperador trouxe certa estabilidade política para o Brasil no final de 1829, refreando as incessantes críticas que ainda ligavam sua figura ao absolutismo, por outro, a persistente preocupação com os problemas da pátria-mãe continuavam a reforçar a desconfiança dos oposicionistas do governo de que D. Pedro I fosse assumir a Coroa Portuguesa.

Complicando ainda mais a situação, a legislatura de 1830 ampliou a participação dos interesses políticos antilusitanos. Os “exaltados”, como ficaram conhecidos os políticos desalinhados com o Império, faziam oposição

²⁴ MOREL. Marco. *O período das regências (1831 - 1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 12.

²⁵ *Ibid.*, p. 13.

²⁶ Destacam-se como jornais oposicionistas ao governo de D. Pedro I: *Astéria*, *Aurora Fluminense* e *A Malagueta*, com uma posição mais moderada e *Nova Luz Brasileira*, *O Tribuno do Povo* e *O Repúblico*, com viés mais radical. Para compreender o surgimento da imprensa brasileira cf. LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003; para uma visão aprofundada sobre a imprensa no período cf., da mesma autora, *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

aos ditos “liberais moderados” e ao “bloco de Coimbra”, defendendo o federalismo e, em certos casos, até mesmo propostas republicanas.

Entrementes, em setembro de 1830, uma rusga envolvendo marinheiros franceses desembarcados na atual Niterói e o fazendeiro Manuel França, deu vazão ao já presente espírito nacionalista. O fato é que os marinheiros, desavisados, invadiram as terras do fazendeiro para caçar. Pouco tratável, o dono da propriedade cuja alcunha de Cavalão mostrava muito de sua personalidade, mandou correr com os marinheiros que, retornando em bando armado, amarraram o dono das terras e o chicotearam dirigindo-lhe ofensas contra sua naturalidade.

O caso ganhou os jornais inflamando a opinião pública — igualada e limitada ao universo dos letrados e políticos — atiçando-lhe ainda o sentimento de nacionalidade. É nesse quadro de exaltação que chega à Corte Imperial a notícia de que Carlos X, Rei da França, último da linhagem Bourbon, havia sido deposto por uma revolução liberal. Montava-se o cenário do fim do primeiro Império.

A abdicação de D. Pedro I a 7 de abril de 1831, seria tomada pelas letras fundadoras da nacionalidade brasileira como passo fundamental para a afirmação da nacionalidade e, logo, a data passaria a ser eternizada em poemas e estudos históricos²⁷. De fato, como bem apresenta José Murilo de Carvalho, “o fim do Primeiro Reinado significou o afastamento de muitos políticos ligados a Pedro I e a entrada em cena de nova geração de líderes”²⁸.

Convém anotar que esses novos líderes, essa nova elite política que se estabeleceria na cena nacional era pela primeira vez, quase toda, filha da terra, e isso teria peso fundamental na dinâmica constitutiva da Nação, que nem mesmo havia completado seu décimo ano de Independência.

Aliás, Márcia de Almeida Gonçalves nos lembra que:

Em tempos e terrenos movediços, como foram os do estabelecimento de espaços independentes nas diversas regiões americanas transfiguradas pela ação colonizadora

²⁷ O próprio José de Alencar, como veremos, dedicou algumas páginas sobre o tema. O material, ainda inédito, será analisado no segundo capítulo desta tese.

²⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem / Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 59.

européia, entre os séculos XVI e XVIII, o ato de circunscrever uma identidade para os jovens países emergentes tornou-se missão e compromisso político.²⁹

Assim sendo e, ainda seguindo o raciocínio da autora:

Na construção e consolidação do império do Brasil, no curso da primeira metade do século XIX, muitos foram os letrados que, afetados direta ou indiretamente pelas tensões resultantes da independência, formularam reflexões e projetos sobre tais experiências e seus impactos no meio social em que se inseriam.³⁰

Não tardaria muito, após a abdicação de D. Pedro I e a já presente necessidade de autoafirmação da identidade nacional, a ocorrer uma viragem estética profunda, que atuaria radicalmente na mentalidade do novo país, edificando um passado totalmente novo, construindo valores absolutamente próprios, vinculando-se aos ideais propostos pela nova elite nacional: surgia o Romantismo.

Sobre este movimento estético, Bernardo Ricupero em *O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830 - 1870)*, anota que:

Em nossa vida intelectual, poucas vezes insistiu-se tanto na necessidade de afirmar-se a particularidade brasileira como durante o período de predomínio das ideias românticas. Não por acaso o romantismo brasileiro teve como cenário os anos posteriores à Independência. Assim, a tarefa que se impunha aos homens da época era praticamente a de completar a obra da emancipação política, dotando a nação em constituição de maior autonomia cultural.³¹

²⁹ GONÇALVES, Márcia de Almeida. *História de gênios e heróis: indivíduo e nação no romantismo brasileiro*. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil imperial, volume II (1831 - 1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 429.

³⁰ Loc. cit.

³¹ RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830 - 1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 85.

Partindo da observação acima, julgamos ser possível pensar na proposta romântica a partir das considerações hegelianas sobre a função moral da arte. Esta, para o idealista alemão, agiria:

como vivificante, como um fortalecedor da vontade moral, preparando a alma para se opor com eficácia às paixões. Neste sentido se diz que à arte deve presidir um intuito moral, que a obra artística deve possuir um intuito moral. Precisa a arte conter algo de tão elevado que subordine tendências e paixões, precisa irradiar uma ação moral que encoraje o espírito e a alma na luta contra as paixões.³²

O norte hegeliano nos serve como chave interpretativa na compreensão da leitura proposta por Arno Wehling, para quem “a moral romântica partia de duas premissas fundamentais: a relatividade da arte e do belo e a utilidade destes”, ou seja, “a arte não possuiria valor por si mesma, como para os clássicos ou parnasianos, mas atuaria como *veículo de aperfeiçoamento da sociedade*³³”.

Assim, a Independência do Brasil, ironicamente sublinhada com a abdicação de seu proclamador, exigia a criação de algo novo, capaz de edificar a moralidade da nação, ordenar as suas glórias, representar suas belezas e firmá-la independente no mundo.

É exatamente com olhos postos nesse *aperfeiçoamento da sociedade* que em 1832 Domingos José Gonçalves de Magalhães publicará no Rio de Janeiro sua primeira obra, *Poesias*, pela Typographia de R. Ogier.

Para Antonio Candido, Gonçalves de Magalhães:

foi um caso interessante de renovador sem força renovadora. O seu medíocre livro de estreia, *Poesias*, é rotineiramente neoclássico, mas tem o toque nacionalista do tempo: patriotismo aceso e celebração da liberdade política, banhados na embriaguez da cidadania recente.³⁴

³² HEGEL. *Estética*. In: _____. **Coleção os pensadores Vol. XXX**. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 109.

³³ WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da história nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 59 (grifo nosso).

³⁴ CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2004, p. 23.

Tanto é assim, que no prólogo do livro, em 1836, o autor, logo considerado um dos fundadores do Romantismo brasileiro, escrevia:

a Poesia, louvando as acções dos Grandes Homens, dos Patriotas , e dos Beneméritos, tem por fim inspirar o amor á virtude, e horror ao vicio. Assim a Poesia é uma parte da Philosophia moral, ou para melhor diser, a Poesia e a Philosophia é uma mesma cousa, considerada por dois pontos de vista differentes. Portanto a leitura dos Poetas é sempre útil, e muito concorre para a moral e illustração dos Povos.³⁵

Como deve ser claro, Vindo a publico na sequência das turbulências políticas que levaram à abdicação do primeiro Imperador do Brasil, o livro encontrava um país ainda conturbado, mas orgulhosamente certo de que as amarras com o passado colonial haviam sido definitivamente rompidas, reforçando a certeza de que o futuro lhe pertencia.

A poesia estampada no livro de Magalhães, muito embora marcada pela estética árcade, ainda em voga, e profundamente ligada às tradições europeias, trazia um traço novo: o ufanismo.

Já na página 5, logo após a clássica “invocação aos mestres” escrita como poema-epístola em três estrofes e métrica decassilábica, o autor sintetizava na *Primeira Ode Pindarica ao Glorioso dia sete de abril*, a mentalidade da nova elite político-intelectual brasileira, se não, vejamos:

ESTROPHE I^{ra}.

Ja no peito conter não posso a enchente
Da chamejante insólita harmonia.
O' que sancto furor me abala a mente!...
Não é em tosco metro
Que eu canto neste Dia;
Pois Delio me dotou com áureo plectro
A Lyra sonora,
Por quem Thebas tornou- se tão famosa.

³⁵ MAGALHÃES, Gonçalves de. *Poesias*, Rio de Janeiro: Typographia de R. Ogier, 1832, p. iii.

ANTISTROPHE I^{ra}.

Se a minha Augusta Pátria hoje me inspira,
Affouta a minha dextra as cordas vibra .
Da do Ismeno Cantor eburnea Lyra.
Prompta nos subtis ares
A Fama se equilibra
Para levar, cruzando terras, mares,
A nova ao Mundo inteiro
Do quanto póde um peito Brasileiro.

EPODO I^{ro}.

Um fogo devorante
Já se propaga em mim, já me devora
A mente desvairada.
O calor do prazer me assoma , e córa
O pallido semblante:
Fuja de ouvir-me a Inveja descarnada.³⁶

E findava, no quarto epodo, da seguinte forma:

O' minha Pátria cara!
Quanto o meu coração por ti se inflamma!
O' que lugar brilhante,
Entre as livres Nações um Deos, que te ama,
No Mundo te prepara!
Pátria! Brasil! ah! corre a elle ovante³⁷.

A intenção de Magalhães nos parece bastante clara. Percebendo o momento histórico por ele vivenciado, lançava-se, *pari passu* à consolidação política da nação, ao estabelecimento dos alicerces de uma literatura propriamente brasílica. De fato, como diz Márcia Gonçalves, “no plano da consciência de si e do outro, tais enunciações criavam um lugar para cada um e para todos, e, mais, constituíam um referente no nome que designava a coletividade de cidadãos brasileiros³⁸”.

Ainda nas notas introdutórias do livro ora analisado o autor escrevia:

³⁶ Ibid., p. 5-6.

³⁷ Ibid., p. 9-10.

³⁸ GONÇALVES, Márcia de Almeida, 2009, p. 429.

E nesta época de perturbações e de intrigas, em que os ânimos vacillantes e convulsos olhão a política como a única ancora da salvação e da prosperidade da Pátria, com total menospreço das Sciencias e das Boas Artes cumpre a todo aquelle, em cujo coração arde a chama do amor da Pátria alçar a voz em seus escriptos para combater e rechassar o crime, satyrisar o vicio, instruir e ennobrecer a humanidade, animar a virtude opprimida, e adoçar as magoas do coração com a suavidade e harmonia de seus cantos.³⁹

Dessa forma, já em sua primeira obra, Magalhães nos apresenta as bases da proposta que somente viria a ser conformada num ensaio a ser publicado nas páginas do primeiro volume de *Nitheroy: revista brasiliense, sciencias, letras e artes*, ensaio este, por sinal, que passaria à história como marco-fundador do Romantismo nacional.

Mesmo assim, e ainda de olhos postos no prólogo de *Poesias*, vemos o autor afirmar:

Tantos motivos reunidos animarão-me a offerecer ao Publico Poesias, e, apesar de não ter o cunho de clássicas, talvez possam desempenhar o fim a que me propuz, imprimindo-as; e é, despertar nos meus Patrícios uma nobre emulação e uma justa ambição de gloria, que os obrigue a escrever, e dar á luz obras superiores em mérito, que, eternizando seus nomes; assegurem á nossa cara Pátria uma illustração, que nada tenha que invejar a alguma nação culta. Se os meus vosto [sic] forem cheios, será com elles saciada minha ambição.⁴⁰

Aos poucos, a elite político-intelectual brasileira orgulhosamente iniciava a busca de sua nacionalidade através da construção de outra cultura, fundando as bases políticas do novo Estado, sobretudo, inventando uma tradição recente, devidamente ligada aos valores culturais e morais pretendidos para o

³⁹ MAGALHÃES, Gonçalves de, 1832, p. iii-iv. A questão levantada por Gonçalves de Magalhães seria posteriormente retomada por José de Alencar, em 1865, no importantíssimo prefácio *Bênção Paterna*, abertura do romance *Sonhos D'Ouro*. Neste caso o problema será discutido em um grau ainda mais profundo.

⁴⁰ MAGALHÃES, Gonçalves de, 1832, p. iv

Brasil. O meio para alcançar tais aspirações seria a fundação das letras nacionais. Estas, porém, somente se efetivariam com a “elite intelectual do Segundo Reinado, impregnada das ideias românticas”⁴¹.

De qualquer forma, os atores da viragem romântica, os defensores da ideia de que “para existir nação é preciso que haja literatura e historiografia brasileiras”⁴², já atuavam no palco nacional, desde o período das agitações pós-Independência.

Nascido a 1º de maio de 1829⁴³, em Messejana, no Estado do Ceará, filho de José Martiniano de Alencar e D. Ana Josefina de Alencar, José de Alencar vinha à luz no seio de uma família cuja orientação política estava voltada para o pensamento liberal.⁴⁴

Cedo deixou a terra natal. Aos 11 anos já residia, com a família, na corte carioca, tendo sido matriculado na Escola de Instrução Elementar da Rua do Lavradio, em janeiro de 1840. Os primeiros tempos de estudante parecem mesmo ter marcado a formação do autor, tanto que, sobre aqueles anos,

⁴¹ RICUPERO, Bernardo, 2004, p. 86.

⁴² Loc. cit..

⁴³ Esta tese não tem a pretensão de ser uma biografia e se apresentamos alguns dados sobre a vida do autor, fazemo-lo no sentido de pavimentar a estrada que levaria José de Alencar a formar sua proposta estética. Para conhecer a vida do romancista, cf. ARARIPE JÚNIOR, Tristão Alencar. *José de Alencar*. Rio de Janeiro: Tip. da Escola Serafim José Alves, 1882; MOTA, Artur. *José de Alencar (O escritor e o político)* — Sua vida e sua obra. Rio de Janeiro: Brigue, 1921; CASTELO, José Aderaldo. *Bibliografia e plano das obras completas de José de Alencar*. In: **Boletim bibliográfico**. São Paulo, 1949; LEÃO, Múcio. *José de Alencar — Ensaio biobibliográfico*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1955; MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1965; RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *José de Alencar — O poeta armado do séc. XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2001; LIRA NETO. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar*. São Paulo: Globo, 2006 e, VIANA FILHO, Luís. *A vida de José de Alencar*. São Paulo/Salvador: UNESP/EDUFBA, 2008. Por fim, mas de especial importância, cf. a autobiografia literária de José de Alencar, intitulada *Como e porque sou romancista*, escrita em 1873 (vide nota 45, infra).

⁴⁴ A família Alencar foi protagonista de alguns movimentos políticos importantes no cenário brasileiro oitocentista, nomeadamente a Revolução Pernambucana (1817) e a Confederação do Equador (1821). Sua avó paterna, Bárbara Pereira de Alencar, seu tio, coronel Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, e seu pai, p.ex., aderiram ao movimento revolucionário capitaneado pela Província de Pernambuco que, dentre outras questões, reclamava da expressiva influência lusitana na administração pública e na governança; da criação de impostos para a iluminação pública do Rio de Janeiro e do descaso do poder central para com a situação econômica da região, violentamente atingida pela seca de 1816. No caso da Confederação do Equador, na qual Tristão Gonçalves de Alencar Araripe também tomou parte, a querela se deu em torno da outorga da carta constitucional de 1824, que criticava, obviamente, o absolutismo de D. Pedro I, propondo a separação das Províncias do Norte, nomeadamente Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe, e a formação de uma República independente do Brasil, baseada na Constituição Colombiana. Ambos os movimentos tiveram, pois, caráter liberal, independentista e republicano. A essas revoltas podem ser somados outros episódios políticos dos quais os Alencar e, especialmente José Martiniano, foram protagonistas, tais como, em ordem cronológica: o Golpe da Maioridade; os movimentos liberais de 1842, desenvolvidos em Minas Gerais e São Paulo, e a Revolução Praieira ocorrida em Pernambuco em 1846.

dedicou o segundo capítulo de sua autobiografia *Como e por que sou romancista* (1893).

Por esta mesma época, membros do Partido Liberal preparavam na residência do pai do romancista — o então Senador Alencar — a derrubada do Governo Regencial, em vigor desde a abdicação de D. Pedro I, em 1831.

Como o próprio José de Alencar escreve, o plano era entregar “ao Sr. D. Pedro II o exercício antecipado de suas prerrogativas constitucionaes”⁴⁵, projeto bem sucedido, dado que em 23 de julho de 1840 o senado antecipou a maioria do Imperador, conferindo-lhe plenos poderes aos 14 anos incompletos.

No mesmo ano, o jovem Alencar retorna à terra nativa, acompanhando o pai, recém-nomeado presidente daquela província, mas nela pouco se demoraram, retornando ambos à corte no ano seguinte.

Foi em 1842, quando contava algo em torno dos 13 anos de idade que, incentivado por um amigo do pai, brotou em sua mente o primeiro impulso para a arte de escrever. Joaquim Sombra, o dito amigo, lhe propôs escrever uma novela aproveitando os eventos da Revolução Pernambucana, idéia que logo foi aceita e iniciada:

A scena era em *Pajihú de Flores*, nome que só por si enchia-me o espirito da fragrancia dos campos nativos, sem fallar dos encantos com que os descrevia o meu amigo. Esse primeiro rascunho foi-se com os folguedos da infância que o viram nascer. Das minhas primícias litterarias nada conservo; lancei-as ao vento, como palhiço que eram da primeira copa.⁴⁶

No ano seguinte, Alencar mudou-se para São Paulo onde completou seus estudos secundários, matriculando-se em 1846 na Faculdade de Direito daquela província.

⁴⁵. ALENCAR, José de. *Como e por que sou romancista*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filho, 1893, p. 17. Esta autobiografia inacabada é datada de 1873. Decorridos vinte anos da morte do escritor, seu filho, Mário de Alencar, traria a público este importante documento. A intenção de Mário, como ele próprio anota na abertura da autobiografia literária escrita por seu pai, era reunir uma “collecção de trabalhos inéditos, mais ou menos incompletos, que mais tarde, sob o título geral de *Obras Posthumas*, hão de vir á luz da publicidade”. Doravante, quando necessário, o texto em questão será indicado pela abreviatura “CPQSR”.

⁴⁶ Ibid., p. 24-25.

Os anos de estudo nas ciências da jurisprudência foram decisivos para a formação literária de Alencar. Compartilhando os livros dos companheiros da república estudantil onde se havia fixado o futuro romancista, como compensando seu frágil conhecimento de francês, empenhou-se no estudo da língua. Ele próprio nos conta não ter sido esta a única deficiência da sua formação, e que teve de refazer sua instrução secundária, “na máxima parte, depois de concluído o meu curso de direito, quando senti a necessidade de crear uma individualidade litteraria”⁴⁷.

Serviu-se da língua francesa para conhecer as novidades literárias e, sobre isso assim escreve:

Encerrei-me com o livro [de Balzac], e preparei-me para a lucta. Escolhido o mais breve dos romances, armei-me do dictionario, e tropeçando a cada instante, buscando significados de palavra em palavra, tornando atraz para reatar o fio da oração; archei sem esmorecer com a improba tarefa. Gastei oito dias com a *Grenadière*, porém um mez depois acabei o volume de Balzac; e no resto do anno li o que então havia de Alexandre Dumas e Alfredo de Vigny, além de muito de Chateaubriand e Victor Hugo.⁴⁸

Avolumando suas leituras, preparando seu espírito, dilatando seus horizontes, José de Alencar se ia dividindo entre os prazeres da Literatura, a paixão pela História e o arrebatamento filosófico, tanto assim que, a propósito, escreveu não ter memória de nenhuma tentativa de literatura anterior a 1844, pois até ali, diz ele, “estudos de philosophia e historia preenchião o melhor de meu tempo, e de todo me attrahiam.”⁴⁹.

⁴⁷ Ibid., p. 30.

⁴⁸ Loc. cit.

⁴⁹ Ibid., p. 32.

UNIDADE I

Romantismo: História, Literatura e Política no Brasil oitocentista

Capítulo 1

Intelectuais do Brasil oitocentista: o movimento Romântico e a proposta alencariana

1.1. O Romantismo e a construção simbólica do Brasil

Parece-nos útil apresentar algumas achegas biográficas relativas aos intelectuais responsáveis pela construção do Romantismo nacional. Com isso poderemos perceber melhor as circunstâncias que os levariam a se encontrar em Paris onde, ironicamente, noticiavam os rumos da nova poesia brasileira.

Atenção especial será conferida a Gonçalves de Magalhães, cujo poema épico *A confederação dos tamoiós*, como veremos, viria ser matéria-prima para uma das mais importantes polêmicas das letras brasileiras motivando — à revelia do mérito literário que possamos emprestar ao épico — a primeira organização sistematizada de uma nova proposta de estética, também romântica, formulada por José de Alencar em 1856, nas críticas que viria a estampar nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*.

Começaremos, pois por Francisco de Sales Torres Homem⁵⁰ (1812 - 1876). Cedo este carioca, formado pela Escola Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro - muito embora nunca tenha exercido a profissão de Hipócrates -, ingressou nas letras colaborando, a partir de 1833, no *Aurora Fluminense*⁵¹, jornal de um dos principais expoentes do liberalismo-moderado do Período Regencial, Evaristo da Veiga. Foi às expensas de Veiga, seu futuro padrinho

⁵⁰ Para maior aprofundamento na biografia desta personagem leia-se: VIANA, Hélio. *Francisco de Sales Torres Homem: Visconde de Inhomem*. In: **RHIGB**, Rio de Janeiro: Dep. de Impr. Nacional, Jan./Mar. de 1960. Vol. 246, p.253-281.

⁵¹ Referido jornal começou a circular em fins de 1827, tendo por fundadores José Apolinário Pereira de Moraes, Francisco Crispiniano Valdetário e José Francisco Xavier Sigaud. Importante veículo das críticas ao governo de Pedro I, as opiniões impressas nas páginas do *Aurora Fluminense* tiveram significativo peso no processos que levaria ao fim do primeiro Império, principalmente quando Evaristo da Veiga, juntou-se ao trio fundador, logo em seguida assumindo a redação do jornal, quando passou a dar voz às posturas anti-lusitanas do momento político. Com a queda de Pedro I e a instalação da Regência, Evaristo da Veiga passou a praticar uma linha editorial de cariz liberal moderado. Importa ainda lembrar que este foi um dos periódicos de maior tiragem no Rio de Janeiro, o que demonstra o poder e o alcance das opiniões nele impressas.

político, que em 1833 Torres Homem partiu para a Europa, na condição de Secretário da legação Imperial em Paris.

Ali, na agitada Cidade Luz, Torres Homem se dedicaria aos estudos de economia política e sistema financeiro, ao mesmo passo que concluiria o curso de Direito na Universidade da capital francesa.

Apesar de sua atuação no plano literário, Torres Homem não se destacaria neste campo. Quando muito, conseguiria especial relevo como crítico literário em sua época. Sua participação nas letras nacionais, na verdade, não foi muito além da *Revista Nitheroy*, muito embora tenha vindo, pouco depois, a integrar a direção do periódico literário *Minerva Brasiliense*⁵².

Se a atuação literária não o levou ao panteão da História, a vida política, ainda que tortuosa, fez de Torres Homem, nome significativo do Segundo Império. Militando ao lado dos liberais, participou da insurreição paulista e mineira, fato que o fez ser deportado para Lisboa em 1842. Conquistando a anistia dois anos depois, elegeu-se deputado e, em 1848, sob o pseudônimo de Timandro, escreveu o *Libelo do Povo*, síntese das mais avançadas proposituras do liberalismo de sua época.

Mais tarde, a partir de 1853, aproximando-se da Coroa de Pedro II, passou a defender, na imprensa, a *política de conciliação* de Honório Hermeto Carneiro de Leão, o então Visconde (mais tarde Marquês) do Paraná⁵³ que, inclusive, o convidaria para assumir o cargo de Diretor do Tesouro Nacional.

Quer na imprensa, quer na tribuna, Torres Homem sempre esteve envolvido em discussões políticas; mas na polêmica gerada em torno da obra de seu companheiro de Instituto Histórico de Paris, ao contrário, não tomou parte.

⁵² Fundado por um grupo de escritores dos quais destacamos Gonçalves de Magalhães, Torres Homem e Januário da Cunha Barbosa, e impresso no Rio de Janeiro entre os anos de 1843 e 1845, o *Minerva Brasiliense*, muito embora de caráter mais científico do que literário, firmou-se como periódico paradigmático das Letras nacionais. Passou por duas fases distintas: na primeira a publicação trazia textos mais restritos, voltados para o universo letrado, já na segunda fase, iniciada a partir de novembro de 1844, apresentava uma tentativa de amplificar a informação. É desta segunda fase, por exemplo, a criação da *Biblioteca Brasileira*, uma coleção de obras originais (ou traduzidas) de renomados autores que tinha por objetivo proporcionar, aos leitores do periódico, obras literárias a preços módicos.

⁵³ Em 1856 José de Alencar publicou nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro* uma biografia sobre o referido político sob o título de *O Marquês do Paraná (traços biográficos)*. No mesmo ano o texto ganhou a forma de um opúsculo, sendo impresso no Rio de Janeiro pela Empresa Tipográfica Nacional do Diário. Mais à frente, no segundo capítulo desta tese, refletiremos sobre o mencionado escrito de Alencar, ainda pouco conhecido do público geral.

Outro nome importante da fundação do Romantismo brasileiro é o do sul-rio-grandese Manuel de Araújo Porto-Alegre⁵⁴ (1806 - 1879). Ele foi aluno de Jean Baptiste Debret na Academia Imperial de Belas-Artes, onde ingressou em 1826 e, acompanhando seu mestre no retorno à terra natal, Porto-Alegre chegaria em 1831 à França.

Na capital francesa daria continuidade aos estudos nas artes. Contando com os recursos a ele oferecidos pelo governo Imperial, aproveitaria a oportunidade para percorrer as artes de outras cidades europeias, permanecendo no velho continente até 1837.

Regressando ao Brasil, assumiria a função de professor em sua antiga escola, tornando-se, em 1840, pintor oficial da Corte. Em 1854, nomeado Diretor da Academia Imperial de Belas-Artes, ali empreendeu uma reformulação do currículo de modo a impor um estilo mais artístico à formação técnica que vigorava na Academia.

A intenção de Porto-Alegre tinha claro fundo político, ligando-se ao momento histórico de fundação do Estado. O objetivo era incentivar o surgimento de uma documentação visual capaz de definir e orientar marcos históricos e heróis pátrios. Suas propostas, contudo, não foram bem aceitas na Academia nem no meio político. Desgostoso, em 1857 Porto-Alegre apresenta ao Imperador seu pedido de demissão do cargo.

Sobre Porto-Alegre importa frisar ter sido membro do IHGB e, apesar de ser esta a faceta menos conhecida de sua atividade, indo além da participação fundamental na revista *Nitheroy*, persistiu na atuação literária, colaborando, por exemplo, na *Minerva Brasiliense* e na *Revista Guanabara*⁵⁵, sendo que nesta última contou, inclusive, com apoio irrestrito do próprio Pedro II.

⁵⁴ A RIHGB Nº 327 (Brasília/Rio de Janeiro: Dep. de Impr. Nacional, Abr/Jun de 1980) reverenciando o centenário da morte de Manuel de Araújo Porto-Alegre, estampou em suas páginas três palestras proferidas na seção do IHGB de 17 de dezembro de 1979. A primeira delas é de Américo Jacobina Lacombe e tem por título *Araújo Porto-Alegre* (p. 193-206); nela, lemos como o próprio Lacombe salienta: “algumas notas documentais (...) para o conhecimento da extensa e riquíssima produção” sobre o artista; a segunda palestra, simplesmente intitulada *Porto-Alegre* (p. 207-214), foi proferida por Alfredo Galvão que nos comunica algumas notas de sua passagem “como Diretor e Reformador da Academia Imperial de Belas Artes”; por fim, podemos ler *Alguns aspectos da vida de Manuel Araújo Porto-Alegre* (p. 215-226), texto da fala de Mário Barata, que logo no primeiro parágrafo nos apresenta um bom roteiro de biografias fiáveis sobre o pintor e escritor romântico.

⁵⁵ Criada em 1850, ano de abertura da seção de arqueologia e etnografia do IHGB, passava a funcionar a revista *Guanabara*, curiosa mistura de literatura e etnologia. Em suas páginas inscreviam-se apreciações etnográficas e imagens poetizadas do bom-selvagem brasileiro, o tupi. Um importante panorama do significado das revistas literárias no período de gênese da literatura nacional é o trabalho de Hélios Lopes

Convém lembrar ainda que, ao estabelecer-se a polêmica em torno da obra de Magalhães, Porto-Alegre emprestou sua pena em defesa do companheiro e, sob o pseudônimo de *O amigo do poeta*, deixou sua marca publicando seis artigos a favor do poema.

Finalizando este excurso e retomando a questão da metamorfose estético-literária, voltamos ao nome do carioca Gonçalves de Magalhães (1811 - 1882), bacharel em medicina que, tal como seu amigo Torres Homem, nunca exerceu a profissão.

Discípulo de frei Francisco de Mont'Alverne⁵⁶, o poeta introdutor do nosso Romantismo dedicou-se aos estudos da Filosofia e das Letras e, em 1834, na condição de Adido à legação Imperial em Paris, viajou para a Europa onde, em 1836, publicaria seu segundo livro, *Suspiros Poéticos e Saudades*, em cujas páginas de discutível qualidade artística, tal como em *Poesias*, imperava um profundo sentimento ufanista e a mesma dicção árcade.

Se por um lado, a execução poética de Magalhães ainda trazia marcas arcádicas, por outro, como anota Antonio Candido, o autor já apontava para uma mudança em relação aos motivos clássicos, até então norteadores da literatura brasileira, escrevendo numa carta que “outro deve ser o maravilhoso da poesia moderna”⁵⁷.

Destarte, na abertura do livro em questão, intitulada *Advertência*, encontramos resumo da proposta do poeta, qual seja:

eleva a Poesia à sublime fonte d'onde ella emana, como o effluvio d'água, que da rocha se precipita, e ao seu cume remonta, ou como a reflexão da luz ao corpo luminoso; vingar

intitulado *A divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas*. (São Paulo: Conselho Estadual de Arte e Ciências Humanas, 1978).

⁵⁶ Em defesa de seu pupilo Mont'Alverne (1784-1858) também se envolveria na polêmica em torno d'A *confederação dos tamoios*. Com a saúde precária, já recolhido à sua cela no Convento de Santo Antônio devido à cegueira e à velhice, o frade escreveria um cuidadoso estudo no qual analisou canto a canto da epopeia de Gonçalves Dias, comparando-a com as produções de autores consagrados e, como ele próprio registrou, fechando o livro com lágrimas nos olhos. O artigo do renomado frade franciscano, intitulado *Considerações críticas, literárias e filosóficas acerca da Confederação dos tamoios, do Sr. Dr. Gonçalves de Magalhães*, foi publicado no *Jornal do comércio* do Rio de Janeiro em 23 de dezembro de 1856.

⁵⁷ CANDIDO, Antonio, 2004, p.24.

ao mesmo tempo a Poesia das profanações do vulgo, traçando no Brasil uma nova estrada aos futuros engenhos.⁵⁸

Neste passo, convém lembrar as observações de Maria Orlanda Pinassi escritas em *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. Observando as transformações sociológicas em desenvolvimento na pequena burguesia urbana do Brasil depois da Independência, a autora afirma que surgia, naquele cenário, “uma rebeldia, uma criatividade mais ou menos contundente em relação à sociedade brasileira”⁵⁹.

Mais importante ainda é a percepção de Pinassi para o fato de que “nem Magalhães, nem Porto-Alegre, nem Torres Homem tiveram origem social em famílias abastadas, tradicionais, oriundas da aristocracia agrária”⁶⁰, à qual, pelo menos nos tempos de juventude, fizeram muita crítica.

Ainda segundo a autora, os três companheiros que, mais tarde receberiam a alcunha de “grupo de Paris”, se associaram numa “urbanidade que, pouco a pouco, deixava de ser incipiente”, e inserindo-se num “cenário de incontáveis agitos políticos e culturais”, herdaram os “lastros da crescente burocracia do Estado”, tendo sido beneficiados por “uma relativa abertura dos instrumentos de educação escolar que teve início ainda no período joanino, chegando ao auge e decadência no II Império.”⁶¹

Manifestando, pois, os anseios culturais de sua geração e consolidando as aspirações políticas da imediatamente ascendente, Gonçalves de Magalhães, Torres Homem e Porto-Alegre lançariam em 1836, na capital francesa, a já referida revista *Nitheroy*, em cujas páginas se editaria o manifesto propositor do Romantismo nacional, estruturando a literatura brasileira.

Intitulado *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil* e assinado por Gonçalves de Magalhães, o texto foi publicado pela primeira vez numa versão

⁵⁸ MAGALHÃES, Gonçalves de. *Advertência*. In: **Suspiros poéticos e saudades**. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836, p. 3.

⁵⁹ PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre: um estudo da Revista Niterói, 1836*. 1996, 204 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996, 29 f.

⁶⁰ PINASSI, Maria Orlanda, 1996, 28 f.

⁶¹ *Ibid.*, 34f.

preliminar, e escrito apressadamente para impressão do primeiro número da *Revista Nitheroy*⁶².

No referido artigo, o autor afirmava ser a literatura de um povo:

o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas ideias, de mais filosófico no pensamento, e de mais belo na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixões, o despertador, de sua gloria, e o reflexo progressivo de sua inteligência.⁶³

O discurso de Magalhães conferia uma significativa força política à literatura. Por ela (e com ela), ao melhor estilo *vicciano*⁶⁴, um povo se constrói e se solidifica. A constituição de uma literatura propriamente brasileira surgia intimamente ligada à ideia da construção da própria identidade nacional do país que, enquanto Estado soberano, ainda nem mesmo havia completado a maioria. Novamente recorrendo ao ensaio em questão, citamos:

Cada povo tem sua Literatura, como cada homem o seu carácter, cada árvore o seu fruto. Mas esta verdade, que para os primitivos povos é incontestável, e absoluta, todavia alguma modificação experimenta entre aqueles, cuja civilização apenas é um reflexo da civilização de outro povo.⁶⁵

Insuflado por um nacionalismo apaixonado e estabelecendo as bases da nova ordem na intelectualidade do Império dos trópicos, Gonçalves de

⁶² Revisto e escoimado de erros tipográficos, o artigo seria novamente impresso em 1865, numa coletânea de trabalhos de Gonçalves Magalhães. Cf. MAGALHÃES, Gonçalves de. *Discurso sobre a literatura brasileira*. In: **Opusculos historicos e litterarios**. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1865, p.241-272. Vale frisar que o relançamento do texto se deu no ano de publicação do paradigmático *Iracema* (1865), de Alencar, sendo ainda mais intrigante o fato de se encontrar encadernada no mesmo volume a memória histórica *Os indígenas do Brasil perante a História* (p. 155-240). Sobre isso retornaremos em tempo oportuno.

⁶³ MAGALHÃES, Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. In: **Nitheroy: Revista brasiliense**, Paris, t. 1, n. 1, p. 132-159, 1836, p. 130.

⁶⁴ Cf. VICO, Giambattista. *Opere Filosofiche*. Firenze: Sansoni, 1971, especialmente os seguintes textos: *Orazioni innaugurali III*; *Orazioni innaugurali IV*; *De antiquissima itaorum sapientia e Polemiche relative al De antiquissima itaorum sapientia. 1711-1712*.

⁶⁵ MAGALHÃES, Gonçalves de, 1836, p. 130.

Magalhães inaugurava o Romantismo brasileiro⁶⁶. Resumindo o ensaio em questão, Antonio Candido observa que aquelas páginas preconizavam “o abandono da mitologia clássica e dos modelos portugueses, propondo o índio como tema nacional, o sentimento religioso como critério e o sentimentalismo como tonalidade. Estava começando o nosso Romantismo”⁶⁷.

Como fica claro, o projeto literário construído a partir do artigo da *Nitheroy* coincidiria com as necessidades e aspirações vivenciadas no Brasil, endossadas com fervor pelo conservadorismo inerente à Regência de Pedro de Araújo Lima⁶⁸. Ademais, para este regente, consolidar um estado centralizado e forte era questão que exigia todas as atenções e esforços.

Concomitante ao nacionalismo que se vinha construindo na intelectualidade, com claras intenções simbólicas e políticas para efetivar o Brasil enquanto nação, em 1838 o governo regencial fundaria dois importantes órgãos incumbidos da tarefa de *modelar* a memória nacional: o Arquivo Público do Império e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)⁶⁹.

⁶⁶ Segundo Michael Löwy e Robert Sayre, o Romantismo, mais do que uma corrente literária, seria uma “visão de mundo” e englobaria áreas como teologia, arte, sociologia, história, filosofia, enfim, uma série de possibilidades de interpretação da realidade social. Cf. LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Romantismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. No Brasil, por onde se manifestou, o movimento romântico produziu variadas estratégias estético-metodológicas. No caso nacional, a proposta alencarina deve ser considerada, no mínimo, como peculiar.

⁶⁷ CANDIDO, Antonio, 2004, p. 32.

⁶⁸ Pedro de Araújo Lima, primeiro Visconde, e depois Marquês de Olinda (1793-1870), nasceu em Pernambuco. Teve importante participação na vida política do Império Brasileiro (inclusive, claro, no Período Regencial). Doutor em cânones pela Universidade de Coimbra, fez parte da primeira elite política nacional (cf. CARVALHO, José Murilo de, 2010, especialmente da página 50 à 142). Sua carreira política tem início quando eleito para representar Pernambuco nas Cortes de Lisboa, em 1821. Participou, em 1823, da Constituinte brasileira e tomou assento na Assembleia Geral do Império desde a primeira legislatura, ali ficando até 1837, ano em que foi nomeado senador por sua província natal. No mesmo ano veio a assumir a Regência, sucedendo o Pe. Feijó, a quem, inclusive fez oposição, participando da reação conservadora que culminou na renúncia do clérigo regente. Sua regência somente será interrompida em 1840, quando do Golpe da Maioridade. Durante seu governo, além das conturbações políticas que dificultavam a vida da Regência, teve que enfrentar duras provas para manter a unidade nacional, em risco com os levantes da Bahia, do Maranhão e a *Farroupilha* gaúcha. Além da fundação do IHGB e do Arquivo Público do Império, Araújo Lima fundaria o Colégio Pedro II (1837) e a Escola de Agricultura da Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas (1838). A partir de 1837 procedeu a reorganização do Exército Nacional. Enquanto Regente sempre esteve preocupado em realçar a figura do jovem D. Pedro II reinstituindo, inclusive, o costume do beija-mão como símbolo de que o Monarca era o senhor natural dos súditos brasileiros. Por nove vezes ocupou o cargo de Ministro de Estado no Governo de Pedro II, sendo por quatro vezes nos Gabinetes de 9.9.1848; 4.5.1857; 30.5.1862 e 12.5.1865, Presidente do Conselho de Ministros, adotou sempre a postura da política de conciliação lançada pelo Marquês de Paraná. Em 1866, sob o pseudônimo de *Erasmio*, José de Alencar escreveria carta aberta contra o Marquês de Olinda, acusando-o de destruidor do Partido Conservador e principal responsável pelos dez anos de instabilidade política que, desde 1857, dominavam a pátria. Retomaremos este assunto em capítulo posterior.

⁶⁹ Cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Para escrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte*. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto P. (orgs.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001, 1-28.

Como se isso não bastasse para garantir a fecundidade do momento histórico analisado, o século XIX teve as décadas de 30 e 60 particularmente marcadas por uma enxurrada de periódicos que começavam a circular na seara intelectual brasileira e cuja finalidade consistia em promover e discutir os novos pensamentos que emergiam no Brasil. Exemplos de periódicos dessa espécie são as já referidas revistas literárias, a *Revista do IHGB* (1839) e o *Jornal Correio Mercantil* (1843).⁷⁰

Homogeneizada na política brasileira e na vanguarda do debate estava toda uma geração de intelectuais pátrios que rapidamente aderiu ao Romantismo proposto por Gonçalves de Magalhães. Os espaços políticos e os espaços acadêmicos misturavam-se, porque mesclados estavam seus agentes históricos⁷¹.

Pensando especificamente no Instituto, fosse pela constante participação de D. Pedro II nas seções, fosse pela composição da casa, o espaço em questão manifestava grande força política. De fato, o recém-fundado IHGB apresentava:

uma composição interna bastante reveladora de uma das fortes características do instituto, que se manteria durante toda a sua vigência, qual seja, um tipo de recrutamento que se pautava mais por determinantes sociais do que pela produção intelectual. O estabelecimento escapava, [portanto], às regras próprias do mundo acadêmico, já que seus critérios de seleção não privilegiavam uma suposta competência nas suas áreas de atuação.⁷²

⁷⁰ Para ter-se um bom panorama da imprensa do Brasil imperial cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963 e VIANA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1945. Sobre o universo literário no período do Romantismo cf. MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: Tinta negra bazar editorial, 2010, que, apesar da dicção jornalística, apresenta-se como bom referencial introdutório para a questão. Cf, ainda, EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, mesmo curto em dimensão, o livro dá ótimas referências para aprofundamentos no tema. Sobre a importância das revistas literárias na fundação do Romantismo brasileiro, cf. LOPES, Hélio, 1978.

⁷¹ Para melhor compreender a atuação do IHGB enquanto órgão de construção da memória e da História nacional, cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, 2001. Para aclarar as relações entre historiografia e Romantismo no Brasil Imperial, cf. GONÇALVES, Márcia de Almeida, 2009.

⁷² SCHWARCZ, Lílían Moritz. *O espetáculo das raças – Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)*. São Paulo: Cia. Letras, 2001, p. 101.

No IHGB “encontrava-se congregada (...) boa parte da geração romântica — de Gonçalves de Magalhães a Gonçalves Dias — que carregava consigo esse senso de dever patriótico”⁷³. Como bem sublinha Manoel Luís Salgado Guimarães, a implantação do Instituto colocou

sob proteção do Estado o incentivo à produção de conhecimentos, articulando poder e saber de maneira bastante estreita. A História era pensada, assim, profundamente articulada aos destinos do Estado, e de um Estado monárquico que certamente lhe conferia um desenho peculiar.⁷⁴

O manifesto estampado na revista *Nitheroy* ganhava força. O projeto romântico e os interesses imperiais traçavam, em uníssono, as fronteiras literárias e as novas mentalidades do Império, “já brilhante e senhoril”. O próprio D. Pedro II, tendo assumido as funções de Imperador, graças ao golpe da maioria⁷⁵, entusiasmado com o projeto nacional, fez-se mecenas da intelectualidade romântica.⁷⁶ Por isso, a proposta do IHGB de “coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes à história do Brasil”⁷⁷ vinha sendo posta em prática com afinco e constância.

É neste cenário que em 1846, pelas mãos de Eduardo e Henrique Laemmert, no Rio de Janeiro, nasciam os *Primeiros Cantos* de Gonçalves Dias. O livro estava dividido em duas partes. A primeira, composta por seis poemas denominados de “poesias americanas”; a segunda, reunindo trinta e seis poemas, compunha-se de alguns “hinos” e muitas “poesias diversas”.

O livro de Gonçalves Dias logo mereceu elogiosa crítica do seu contemporâneo, o português Alexandre Herculano, nome incontestável da literatura de língua portuguesa. No artigo intitulado *Futuro literário de Portugal e do Brasil*, que viria a ser publicado no sétimo volume da *Revista universal*

⁷³ Ibid, p. 102.

⁷⁴ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado, 2009 p. 09.

⁷⁵ Cf., p. ex., ARARIPE, Tristão de Alencar; LEAL, Aurelino. *O golpe parlamentar da maioria*. Brasília: UNB/Senado Federal, 1978.

⁷⁶ SCHWARCZ, Lílían Moritz. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Cia. Letras, 1998.

⁷⁷ MATOS, Raimundo José da Cunha; BARBOZA, Januário da Cunha. *Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 1, n. 1, p. 05-08, 1908, p. 06. Ed. Fac-similar (1º trimestre de 1839)

lisbonense, diria Herculano que “os *Primeiros Cantos* são um bello livro: são inspirações de um grande poeta. A terra de Sancta Cruz, que já conta outros no seu seio, pode abençoar mais um illustre filho”⁷⁸.

Obviamente que ao olhar do lusitano, habituado às letras, poesia e narrativa, e distinguido crítico, não passariam despercebidas as falhas da língua, da métrica e do estilo do jovem Gonçalves Dias ao registrar: “o tempo apagará essas máculas; e ficarão as nobres inspirações estampadas no formoso livro”⁷⁹

Explicitando sua compreensão da poesia, no prólogo da referida obra, o autor escreve:

Casar assim o pensamento com o sentimento — o coração com o entendimento — a idéa com a paixão — colorir tudo isto com a imaginação, fundir tudo isto com a vida e com a natureza, purificar tudo com o sentimento da religião e da divindade, eis a Poesia.⁸⁰

Não há dúvida de que a poesia de Gonçalves Dias descortinava novos horizontes para as letras brasileiras. Nela os esboços românticos da temática indigenista estão postos, e isto para Herculano deveria ter sido mais explorado, quer dizer, as *Poesias Americanas* deveriam ter ocupado bem mais as páginas d'*Os primeiros cantos*. Segundo ele, “nos poetas transatlânticos há por via de regra demasiadas reminiscências da Europa”. Herculano compreendia e alertava que “esse Novo Mundo que deu tanta poesia a Saint-Pierre e a Chateaubriand é assaz rico para inspirar e nutrir os poetas que cresceram à sombra das selvas primitivas”⁸¹.

De qualquer modo o livro inovava. Pela primeira vez uma obra dava tratamento qualificado à temática indígena, tornando-a, por excelência, a da primeira fase do Romantismo brasileiro. Aliás, segundo Antonio Candido, a poesia de Gonçalves Dias foi:

⁷⁸ HERCULANO, Alexandre. *Futuro literário de Portugal e do Brasil*. In: **Revista universal lisboense**. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. VII, Série I, p. 05-08, 1847, p. 06

⁷⁹ Loc. cit.

⁸⁰ DIAS, Gonçalves. *Prólogo*. In: **Primeiros Cantos**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1846, p. 6.

⁸¹ HERCULANO, Alexandre, p. 06.

a primeira de elevada qualidade depois dos árcades do século XVIII, como concepção e como escrita. A cadência melodiosa, o discernimento dos valores da palavra e correção da linguagem formavam uma base, rara naquela altura, para a calorosa vibração e o sentimento plástico do mundo que animam os seus versos.⁸²

O próprio Herculano citava *O canto do guerreiro* “como exemplo da verdadeira poesia nacional do Brasil”⁸³. Segundo texto da seção dedicada à poesia do novo continente, o poema vinha antecedido pela conhecidíssima *Canção do exílio*⁸⁴, obra comprobatória da rara qualidade de Gonçalves Dias.

Mas tomemos a referida composição elogiada por Herculano e analisemos não só seu mérito literário, mas também outro elemento, sua profunda ligação com a preocupação histórica, a nosso ver ainda mais prenhe de originalidade.

Preocupado com a recepção do poema, Gonçalves Dias apensaria uma nota explicativa ao título. Segundo ele, “para serem *compreendidos*” os nove cantos que compõem o poema “precisão de ser confrontados com as relações de viagens, que nos deixarão os primeiros descobridores do Brazil e os viajantes Portuguezes, Francezes e Allemães, que depois delles se seguirão”⁸⁵.

O que o autor está a propor aos seus leitores (e a ele também), de forma indireta, é um retorno aos cronistas coloniais para, a partir destes, efetivar melhor compreensão da *cor local*⁸⁶, ou seja, das verdadeiras imagens

⁸² CANDIDO, Antonio, 2004, p. 39.

⁸³ HERCULANO, Alexandre, 1847, p. 06.

⁸⁴ Para avivar memórias esquecidas, citamos apenas a primeira estrofe do poema: “Minha terra tem palmeiras, / Onde canta o Sabiá / As aves que aqui gorjeião / Não gorjeião como lá. (...)”.

⁸⁵ DIAS, Gonçalves. *Notas às poesias americanas*. In: **Primeiros Cantos**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1846, p. 30.

⁸⁶ A noção de *cor local* está definida no prefácio ao drama histórico *Cromwell*, de Victor Hugo, publicado em Paris, no ano de 1827 (para este trabalho utilizamos tradução publicada em 1967 que compõe a *Coleção Asutral* da editora argentina Espasa-Calpe). Este prefácio, verdadeira teoria do drama romântico, é considerado um marco de estabelecimento da proposta estética em questão, na medida em que compila, redimensiona e organiza as propostas românticas estampadas nos pensamentos de Chateaubriand, Mme. de Staël, Alessandro Manzoni, os irmãos Schlegel, os Sismondi e, sobretudo, Sthendal. O que estava em questão no prefácio do autor de *Les Misérables* era uma crítica profunda ao artificialismo do teatro clássico ainda em voga no século XIX. *Mutatis mutandis*, as notas de Gonçalves Dias, infinitamente menos densas e até mesmo simplórias, abriam espaço no Brasil para a perspectiva hugoniana, que será

(passadas ou contemporâneas) que se podem visualizar, imaginativa ou realmente, no cenário brasileiro.

Com o intuito de explicar palavras julgadas desconhecidas, posto que vinculadas às tradições indígenas ainda pouco estudadas no Brasil, outras notas seriam fixadas no texto. *Tacape*, no canto II; *Boré*, no canto VI; *Piaga* e *Maracá*, no canto VIII são as ditas palavras. Somados estes léxicos à orientação inicial e ao teor dos cantos, temos no poema exemplo do início das preocupações com a *nova história da nação*.

No poema, o índio gonçalvino figurava como senhor da selva e recebia os seguintes adjetivos: *bravos*, *guerreiros*, *valentes* e *fortes*. Era a idealização da raça que ia sendo ali construída. Para Antonio Candido, a beleza da poesia indigenista do poeta maranhense reside exatamente aí, na construção de “uma imagem arbitrária, que permitiu recolher no particular da realidade brasileira a força dos sentimentos e das emoções”⁸⁷.

N’O *canto do piaga* o autor também acrescentaria importante nota respeitante ao termo *tupi*, grafado no segundo verso do primeiro canto. Assim refletia Gonçalves Dias sobre aquele povo:

Não forão os Tupis os primeiros incolas do Brazil? — Eis uma questão de raças bem difficil de ser resolvida, e que ha de algum dia occupar os sábios quando a investigação se tornar impossivel [sic.]. É opinião quasi geralmente seguida, que delles descendem todas as raças americanas d'entre o Prata e o Amazonas. A generalidade do seu dialecto, o mais rico de todos, prova não só que elles erão os mais civilizados (devendo por consequencia ser os mais antigos), como lambem que os outros Indios provinhão delles, porque vivendo incommunicaveis como tribus barbaras, que erão, entendião e fallavão esse dialecto. *Sendo verdadeira esta opinião, serão os Tupis os Judeos da America.*⁸⁸

A questão levantada por Gonçalves Dias sobre os tupis viria a movimentar as letras nacionais, quer na esfera literária, quer na esfera

fortemente endossada por José de Alencar, principalmente a partir de *Iracema* e, radicalizada em *Ubirajara*. Retomaremos a questão.

⁸⁷ CANDIDO, Antonio, 2004, p. 39.

⁸⁸ DIAS, Gonçalves, 1846, p. 31 (grifo nosso).

historiográfica, dada a íntima ligação entre ambas.⁸⁹ Ao longo da década de 1840, portanto, outros românticos do IHGB, como José Joaquim Machado de Oliveira⁹⁰ e Francisco Adolfo de Varnhagen⁹¹, também se dedicariam à temática qualificadamente redimensionada por Gonçalves Dias. Aquele último, inclusive, chegou a propor, ainda em 1841, a criação de uma seção de etnografia no IHGB, projeto que somente viria a se realizar no correr da década seguinte, mais precisamente em 1850, com Gonçalves Dias assumindo a presidência.

Assim, norteadas pela diretriz de valorização do indígena como base da propaganda nacional, entre 1850 e 1856 um grupo de intelectuais ligados ao Romantismo e também atuantes no IHGB, do qual destacamos Manuel de Araújo Porto-Alegre, Joaquim Norberto de Sousa e Silva e o próprio Gonçalves Dias, fundou uma nova revista, a *Guanabara*.

1.2. A Revista *Ensaios Literários* (1847-1850) e os primeiros escritos alencarianos

Entrementes, a partir da década de 1840, a febre romântica até então ainda muito circunscrita ao Rio de Janeiro, chega à Província de São Paulo onde, em 1847, um grupo de jovens acadêmicos da Faculdade de Direito fundaria o periódico *Ensaios Literários: jornal de uma associação de acadêmicos*⁹². A revista trazia artigos sobre Direito, Filosofia, Política, Ciências

⁸⁹ O próprio Gonçalves Dias produziria um dos mais importantes estudos etnográficos da historiografia oitocentista, *Brasil Oceania*, publicado em 1867, três anos após a morte do poeta, no tomo 30, volume 35, da Revista do IHGB.

⁹⁰ Da produção de José Joaquim Machado de Oliveira publicada na RIHGB no correr da década de 1840, destacamos: *A celebração da Paixão de Cristo entre os guaranis* (RHIG, 1842 t. 4, p. 331-349); *Qual era a condição do sexo feminino no Brasil?* (RIHG, 1842, t. 4, 168-201); *Se todos os indígenas do Brasil conhecidos até hoje, tinham idéia de uma divindade ou se a sua religião se circunscrevia apenas em uma mera e supersticiosa adoração de fetiches* (RIHGB, 1844, t. 6, p.133-155) e *Notícia racionada sobre as aldeias de índios da Província de São Paulo: desde o seu começo até a atualidade* (RIHGB, 1846, t. 8, p. 204-250).

⁹¹ Das publicações de Francisco Adolfo de Varnhagen nas páginas da RHIGB ao longo da década de 1840, destacamos: *Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil* (RIHGB, 1841, t. 3, p. 56-63) e *Etnografia indígena* (RIHGB, 1849, t. 12, p. 366-376).

⁹² Tendo em conta a periodicidade da publicação, podemos distinguir duas fases na revista que, de modo algum correspondem ao conteúdo nela editado, inalterado do início ao fim. Na primeira fase o periódico circulou com edições mensais, tendo o primeiro número vindo a lume em setembro de 1847 e o último em maio do seguinte ano, perfazendo um total de 9 fascículos ordenados em três séries trimestrais. Depois de interrompida por um ano, a publicação foi retomada, saindo o primeiro número desta nova fase em maio

e, claro, Poemas, Traduções, Crítica Literária e História. Dentre os fundadores e colaboradores da revista, destacamos nomes que viriam a ser representantes da segunda geração do Romantismo brasileiro, a saber: Álvares de Azevedo, Francisco Otaviano, Bernardo Guimarães e José de Alencar.

A literatura romântica ali trabalhada, contudo, pendia para outros caminhos. Exceção feita a José de Alencar, o grupo em questão estava fortemente influenciado pela estética do britânico Lord Byron. Os versos dos poemas impressos na revista muitas vezes transparecem um pessimismo boêmio, o *mal do século*, marca associada a essa nova leva romântica. Bom exemplo desta tendência é o poema *Amor e descrença*, de João d'Almeida Pereira Filho⁹³, publicado, em outubro de 1850, no último volume da revista, aqui reproduzido para facilitar a contraposição entre os dois estilos românticos:

Oh! quisera vazar todo o meu sangue,
Em troca de um teu riso dar-te a vida:
Mas não, não posso; é vão, ó minha fada,
Escrito está no livro do destino
O curso de meus dias sobre a terra.
Triste flor! — o tufão roubou-lhe a seiva;
O seu sol da manhã foi sol ardente,
O crepúsculo da tarde a sua aurora!

Oh! quisera poder dizer-te apenas —
Eu te amo, como o bardo ama seus sonhos:
Dera tudo no mundo — altar e tronos,
Em minha alma um vulcão, vulcão no peito.
Mas não, não posso; é tarde, ó meu arcanjo,
Nas lides do pensar lancei-me agora;
A razão sufocou meu sentimento —
Minha sina é descrer — e amor é crença. —

Oh! talvez quando o corvo do infinito

de 1849 sem, contudo, uma periodicidade definida. Completam esse período mais três volumes, sendo o último destes de outubro de 1850.

⁹³ João d'Almeida Pereira Filho (1826-1833), apesar de poeta ocasional e de sequer ser referido nos manuais de histórias da literatura brasileira, apresenta boa qualidade poética. Com uma poesia marcadamente influenciada pelo byronismo de sua época, ele chegou a publicar alguns textos na *Ensaio Literários*, tendo sido, inclusive, um de seus fundadores. Ao lado de Álvares de Azevedo e de Bernardo Guimarães, participaria da *Sociedade Epicúrea*, vaga cultural que tinha por meta a realização das estranhezas hedonistas de Lord Byron. Não assumiu papel na História da Literatura, mas foi nome importante na política de Pedro II. Entre 1857 e 1861, assumiu parte da Legislatura Imperial, como Deputado Geral pela Província do Rio de Janeiro. Na vigência deste mandado, entre 1858 e 1859, assumiu a Presidência da Província do Rio de Janeiro e, em seguida (1859 a 1861), o Ministério dos Negócios do Império. Representando o Rio de Janeiro, tomou assento na Assembleia Geral do Império mais duas vezes: de 1861 a 1863 e, mais tarde, na legislatura de 1869 a 1872.

Por teu rosto passar as negras asas,
E na campa verter fingido pranto
A turba, que te segue hoje no mundo;
Talvez contigo e Deus falando apenas —
Eu te conte baixinho o meu segredo:
Talvez eu diga então — eu te amo, ó virgem,
Nos olhos da finada eu tenho crença. —

Mas enquanto dourar o sol os vales,
Os róseos lábios não cerrar-te a morte —
Amar-te?! não te enfades, minha virgem,
É vão esforço: espera, deixa o tempo
Sobre nós peneirar o pó dos séculos. —
Amanhã ou depois — talvez em pranto
Meu segredo na campa irei depor-te:
Mas hoje?!... inda não creio — é cedo ainda!⁹⁴

Mais importante que a mutação romântica estampada nas páginas da revista, para além de agrupar a nova tendência do Romantismo nacional nela germinada, no âmbito deste estudo, o periódico-fonte em questão, apresenta dados de verdadeira importância e relativa preciosidade. Em suas páginas encontrarmos os primeiros textos assinados por José de Alencar, autor objeto da pesquisa aqui desenvolvida.

Naquela revista, Alencar publicaria uma biografia inconclusa do índio Antônio Felipe Camarão, um dos heróis da Batalha dos Guararapes (1648-1654), aliado dos portugueses contra a presença flamenca, e *O estylo na literatura brasileira*, artigo também inacabado, cuja pretensão era fazer um apanhado das letras nacionais, desde o *Quinhentismo lusitano* até o *Neoclassicismo brasileiro*. Ou seja, o jovem José de Alencar, então com 21 anos, tencionava passar em revista, por meio de uma série de artigos, toda a história da literatura desenvolvida no Brasil, desde o “descobrimento” até 1836⁹⁵.

Vejamos então, caso a caso, as contribuições que cada um desses textos deu à arquitetura daquilo que, doravante, chamaremos de *poética historiográfica alencariana*.

⁹⁴ PEREIRA FILHO, João d’Almeida. *Amor e descrença*. In: **REL**. São Paulo: Leonel M. de Alencar, N° 2, Vol. 5, out. de 1850, p. 52.

⁹⁵ Além desses dois artigos o autor ainda publicaria outro, um estudo sobre botânica intitulado *A carnaúba* (REL, 3ª série, n° 2, Abr. de 1848, p. 25-28), assinado sob o pseudônimo AL. Este texto marca a estreia de Alencar nas letras nacionais.

Alencar cursou o terceiro ano de Direito em Pernambuco, na cidade de Olinda. Ali ele se pôs “na velha bibliotheca do convento de S. Bento á ler os chronistas da era colonial”⁹⁶. O ano era 1848 e as férias de dezembro do ano anterior ele as havia passado no Ceará. As leituras colhidas na biblioteca do convento faziam ferver a imaginação do jovem escritor e nela borbulhava o primeiro romance. Em suas palavras:

Uma coisa vaga e indecisa, que devia parecer-se com o primeiro broto do Guarany ou de Iracema, fluctuava-me na fantasia. Devorando as paginas dos alfarrábios de noticias coloniaes, buscava com sofifreguidão um thema para o meu romance; ou pelo menos um protagonista, uma scena e uma epocha.⁹⁷

Um protagonista ele encontrou: Dom Antônio Filipe Camarão, o índio Poti⁹⁸. Esta personagem histórica inspiraria a feitura de outra, homônima, mas ficcional, que viria a ser o amigo fiel do português Martim Soares Moreno, outro nome histórico que também serviu de modelo para o processo alencariano de ficcionalização da história. Ambas as personagens “viveriam” em *Iracema*.

Cioso dos tesouros encontrados na biblioteca do convento pernambucano e certo do valor da personagem escolhida, José de Alencar assim escreveria na primeira parte da biografia de Filipe Camarão publicada em 1849 na revista *Ensaio Literários*:

tenho que será de utilidade recadar das folhas carcomidas dos chronistas de nossos primeiros tempos coloniaes, de comum pouco lidos e considerados, os factos importantes, e as cousas

⁹⁶ CPQSR, p. 36.

⁹⁷ Ibid., p.36-37.

⁹⁸ Segundo o *Dicionário da língua tupy chamada lingua geral dos indigenas do Brazil*, de Gonçalves Dias (Lipsia: F. A. Brockhaus, 1858, p. 148), poty significa camarão, daí o nome do herói da Batalha dos Guararapes. Consta que da sua conversão e batismo no cristianismo, em 1614, o índio recebeu o nome de Antônio, adotando Filipe em honra e deferência ao segundo rei que comandou a coroa da Ibéria unida. Além disso, era costume manter apensado ao nome cristão a tradução do nome indígena, marcando o “nascimento” de uma nova família católica.

grandes de um homem que nos merece gloriosas recordações:
— e nesta fé escrevo de vontade⁹⁹

Vê-se, portanto, a preocupação em reconstruir a memória nacional, ou melhor, de fundar essa memória a partir de nomes *brasis*. Antônio Filipe Camarão representaria, neste caso, o sucesso da nação; filho da terra, nascido no seio das matas brasileiras, civilizou-se por vontade própria e, por essa mesma vontade também defendeu seu solo da usurpação holandesa. Toda esta idealização que se infere do pequeno trecho acima citado está ligada à lógica nacionalista romântica e não difere muito daquelas questões levantadas por Gonçalves Dias nas notas às poesias americanas.

Inaugurando o tom crítico do autor, o segundo parágrafo da biografia de Filipe Camarão lançava censura aos doutos intelectuais do Império, ressaltando que:

quando a pena habil de escriptores de nota se ocupou em desenhar a figura historica dos Brasileiros distinctos que se havião unido ao progresso das letras, teve por grave descuido deixar-se muda, e adormecida no fundo das tradições nacionais, o vulto guerreiro desse indio que se revela num caracter tão bello.¹⁰⁰

Certamente a repreensão ia direcionada à Revista do IHGB, pois, das 56 biografias publicadas na seção *Biographia dos brasileiros distinctos por lettras, armas, virtudes, etc*, entre os anos de 1839 e 1849, apenas duas relevavam perfis com características similares às do índio Poti, a saber: a biografia de Araribóia, escrita pelo cônego Januário da Cunha Barbosa¹⁰¹ e a biografia de D^a. Clara Filipe Camarão (irmã de D. Antônio Filipe Camarão) escrita por Joaquim Norberto de Souza Silva¹⁰².

⁹⁹ ALENCAR, José de. *Traços biographicos sobre a vida de D. Antônio Filipe Camarão — Primeiro período*. In: **REL**. São Paulo: Typ. do Governo, 4^a série, nº 1, mai. 1849, p.8. Doravante, sempre que necessário, a obra virá abreviada como “TBFC”.

¹⁰⁰ Loc. cit..

¹⁰¹ Cf. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo 4, 1842, p. 207-209.

¹⁰² Cf. *RHIGB*, Rio de Janeiro, Tomo10, 1848, p. 387-389.

Outra crítica contundente de Alencar ao método historiográfico do IHGB aplicado nos estudos sobre os autóctones brasileiros, é a de as culturas indígenas estarem “às vezes tão de mais despresadas, às vezes tão acrescentadas que menos parecem esquecidas tradições de tempo já idos, do que caracteres da vida presente”¹⁰³, ou seja, para o romancista a historiografia praticada no Instituto além de relegar os estudos dos primeiros tempos do Brasil a um tema secundário também distorcia a realidade primeva dos índios nacionais¹⁰⁴, atribuindo valores da realidade presente para interpretar os “tempos já idos”.

De fato, dos cerca de 520 estudos publicados nas páginas dos 12 tomos da RIHGB, editados entre 1839 e 1849, apenas 39, ou seja, algo em torno de 8% do total tinha por foco os filhos da terra. Note-se, contudo, que neste universo estão contabilizadas reproduções de documentos, tais como o *Estrato do discurso do Presidente da província de Mato Grosso, José Antônio Pimenta Bueno na abertura da Assembleia Legislativa da Província em o dia 1º de março de 1837*.¹⁰⁵ Fossemos refinar o olhar, buscando no IHGB somente estudos de cariz etnográfico ou (proto)antropológicos, tais como o artigo *Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização dos nossos índios* de Januário Cunha Barbosa¹⁰⁶, ou ainda o importante *Etnografia indígena*, assinado por Varnhagen¹⁰⁷, então esse percentual decairia muito.

Se por um lado, na Biografia de Filipe Camarão, Alencar apresenta crítica aos autores que desenvolveram a pré-historiografia do Brasil — para usar terminologia de Manuel Luiz Salgado Guimarães —, por outro, ele nos mostra o esboço daquela que seria a preocupação primeira do autor: *a força do estilo*. Muito presente na obra alencariana, esta ideia seria o fio condutor de toda a estética nacionalista que, por sua vez, transmuta-se em proposição teórico-metodológica de um método historiográfico desenvolvido nos romances de um escritor obcecado em conhecer e interpretar o Brasil.

¹⁰³ TBFC, p.9.

¹⁰⁴ O leitor poderá estranhar o uso de termos como *selvagens*, *silvícolas* e *primitivos habitantes* para designar as populações indígenas do Brasil pré-cabralino e colonial. Não há aqui, fique claro, olhar evolucionista ou pejorativo. Usamos esses termos simplesmente para evitar enfadonhas repetições.

¹⁰⁵ Cf. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo 2, 1840, p. 168-172.

¹⁰⁶ Cf. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo 1, 1839, p. 145-52.

¹⁰⁷ Cf. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo 12, 1849, p. 366-376 e *RIHGB*, Rio de Janeiro, Tomo 21, 1858, p. 431-441.

“Créditos de história e força de estilo”¹⁰⁸ tinham, segundo Alencar, as linhas traçadas pelo Frei Raphael de Jesus no *Castrioto Lusitania*, livro publicado em 1679, pela oficina do Impressor Régio Antonio Craesbeeck de Mello e, também, as impressas em 1675 na *Guerra Brasileira*, de Francisco de Brito Freire, obra saída das prensas lisboetas de Joam Galram.

Ambos os textos não eram fontes primárias e, muito embora ciente disto, mas convencido da validade dos mesmos, José de Alencar lança mão deles como importantes fontes para a compreensão do evento histórico analisado. Assim, escrito como obra laudatória ao mestre de campo João Fernandes Vieira, um dos principais nomes da guerra dos Guararapes, o primeiro texto foi inteiramente composto em Portugal¹⁰⁹; o segundo, por seu turno, foi escrito a partir de uma vasta documentação colhida pelo autor que objetivava como diz Rubens Borba de Moraes, produzir “a resposta portuguesa à *Latinissima Obra* de Barleus.”¹¹⁰

No artigo, o autor deixa bem claro aquilo que julga ser o papel do historiador afirmando que este “procura nos misterios do passado, o germen creador dos tempos futuros”¹¹¹. Mais adiante, refletindo criticamente sobre o processo de colonização desenvolvido no Brasil, Alencar aponta para sua ideia de “função social da história”. Bem à moda de seu tempo, escreve ele:

no desenvolvimento da historia todos esses principios (...) tem uma acção e uma reacção: — A acção é um fato consumado, já ido, enterrado no domínio da historia e sujeito ao juízo da posteridade: — julgamos delle. — A reacção é um facto contemporaneo em que se envolvem os homens da geração presente: — neste nos calamos e esperamos: — o futuro decidirá.¹¹²

¹⁰⁸ TBFC, p.10.

¹⁰⁹ O frade autor nunca pisou no Brasil e se valeu, dentre outros, da *Historia da guerra de Pernambuco*, manuscrito de Diogo Lopes Santiago que somente seria publicado em 1875 e 1880 nas páginas da RIHGB.

¹¹⁰ Sobre Frei Rafael de Jesus Cf. MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia brasiliana*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2010, pp. 490-491 e, na mesma obra, entre as páginas 377 e 379, cf. o verbete sobre Francisco de Brito Freire.

¹¹¹ TBFC, p. 10-11.

¹¹² Ibid., p. 11

Historia magistra vitæ! A lição de Cícero dando a História como mestra da vida está claramente assumida no excerto acima. A proposta assumida por Alencar, portanto, liga-se, indubitavelmente à historiografia do IHGB, sintetizada na sentença latina subscrita no título da Revista do Instituto: *hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos. Et possint sera posteritate frui.*¹¹³ Mesmo assim, algumas inovações historiográficas diferenciam a visão de História assumida pelo romancista, da promovida pelos doutos senhores do Instituto.

Exemplo disso está posto no artigo ora analisado. Ao mesmo passo que critica a lógica colonial adotada pela empresa jesuítica e o modo como esses e outros religiosos conduziram a civilização dos nativos da terra brasílica, Alencar parece assumir uma postura próxima à da Filosofia da História de modelo hegeliano. Vejamos o trecho do artigo para depois aprofundarmos o raciocínio. Escrevia Alencar que:

Os missionarios jesuitas, e os outros que tinham por modelo na pratica da Religião, erão em demasia severos e rigidos: — não cudavão de proceder na catequese dos Indios lenda e gradualmente, como era de razão, e tinham por vantagem a brevidade, como se para Deos, o tempo fosse em alguma cousa. — Seo pensamento de civilização se consumava no tempo breve, na condicção fraco: — o Indio passava de uma vida selvagem a uma vida social sem transição, e saea das matas com o passo com que entrava na cidade. — O mal que resultava disto, não hei mister dizer: — os missionarios fazião com a palavra e desfazião com a acção, como se Deos falára inspirações com sua bôca, e o homem obrára erros a sua conta.¹¹⁴

Pelo escrito, parece claro existir no pensamento do autor certo relativismo cultural, de modo que se os brancos, dada a sua condição civilizacional superior, podem agir sobre os indígenas, alterando sua experiência cultural — o que para Alencar parece ser normal, pois sobre o tema, não tece crítica neste, nem em nenhum outro texto — tal ação deveria ser empreendida de forma a respeitar a cultura do *outro*, também válida e plena

¹¹³ Em uma livre tradução: Ela faz isso para preservar por muitos anos. E para que o futuro possa utilizar.

¹¹⁴ TBFC, p. 11.

de valores, ainda que inferior nos avanços civilizacionais. Há de ser lembrado, contudo que José de Alencar é um homem do século XIX?

Relevando a questão de o branco ter ou não direito em empreender a civilização sobre os indígenas há, na perspectiva alencariana, um diferencial posto desde este primeiro escrito sobre o nativo brasileiro: o índio tem uma cultura. Aceitar o outro não como portador de *outra cultura*, mas como possuidor de *mais uma cultura* a ser somada no rol das culturas formadoras da nacionalidade brasileira com força de igualdade é, em muito, uma profunda marca de diferenciação entre a proposta historiográfica do romancista e a historiografia produzida no IHGB até aquele momento.

Segundo Manuel Luiz Salgado Guimarães, “os primeiros passos concretos no sentido de uma história do Brasil, datam de 1840, quando Januário da Cunha Barbosa instituiu um prêmio para o melhor trabalho dedicado ao tema”, que deveria tratar da história do Brasil.¹¹⁵ Já em 1844, no tomo número seis da RIHGB, Karl Friederich Philipp von Martius publicava sua dissertação que viria a ser premiada no dito concurso, em 1847, cujo título era: *Como se deve escrever a História do Brasil*.

Na perspectiva de von Martius, que conformaria o conceito de história do IHGB¹¹⁶, o Brasil estaria predestinado a fundar uma nação originada da fusão de três raças, “a de cor cobre, ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim, a preta ou ethiopica”¹¹⁷. É claro que para o autor alemão há uma prevalência da raça branca sobre as demais. Para ele, “o sangue Portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluente das raças India e Ethiopica”¹¹⁸. Estavam lançadas aí as bases da ideia higienista, levada ao extremo nos fins do século XIX. A “purificação” da *raça brasileira* pelo branqueamento do sangue misturado e definidor da nova nação, seria semelhante ao processo ocorrido no caso inglês. Sobre isso escreveu Martius:

¹¹⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 127.

¹¹⁶ Ibid., p. 128.

¹¹⁷ MARTIUS. Karl Friederich Philipp. *Como se deve escrever a história do Brasil*. In: **RIHGB**. Tomo 6, Rio de Janeiro: 1844, p. 382. Se erro tipográfico ou intencional não sabemos, mas que chama atenção o fato de a “raça” caucasiana ser marcada com letra maiúscula, diferentemente das outras duas, o que nos chama a atenção.

¹¹⁸ Ibid., p. 383.

Tanto a historia dos povos quanto a dos individuos nos mostram que o genio da historia (do Mundo), que conduz o genero da humano por caminhos, cuja sabedoria sempre devemos reconhecer, não poucas vezes lança mão de crusar as raças para alcançar os mais sublimes fins na ordem do mundo. Quem poderá negar que a nação Inglesa deve sua energia, sua firmeza e perseverança a essa mescla dos povos celtico, dinamarquez, romano, anglo-saxão e normando!¹¹⁹

Se von Martius aponta para depuração das raças indígena e negra como resultante do processo dinamizado pelo gênio da história nacional, em José de Alencar a questão parece ganhar outro roteiro. Praticamente toda a produção alencariana será marcada por uma revisão da história indígena, através da língua e da rememoração dos costumes desses povos. A intenção de Alencar, ao que parece, é perceber o valor da cultura dos povos primevos do Brasil, extraindo daí os valores culturais próprios do país.

Destarte, se von Martius apontava para um embranquecimento moralizador, confiando o processo histórico brasileiro a uma via europeizante, Alencar, por sua vez, buscava compreender o desenvolvimento do Brasil a partir da leitura da cor local. Uma coisa é certa: para ambos, compreender a(s) língua(s) nativa(s) do Brasil era tarefa fundamental, muito embora com sentido diverso para cada projeto. Na perspectiva de von Martius, o passado indígena figura apenas como um elemento que “excita summamente a nossa curiosidade”¹²⁰; para Alencar, o passado indígena seria o rastro verdadeiro e indiscutível, norteador da fundação de um Brasil independente, daí a motivação do autor em (re)configurar até mesmo a língua nacional, não desmerecendo o português, mas dimensionando-o diante da pragmática brasileira. Nessa perspectiva, extrapolando a proposta historiográfica de von Martius, José de Alencar teve, como bem expressou César Sabino, a “capacidade e de captar, compreender e expor, por exemplo, o *pensamento* dos ameríndios e sua ética.”¹²¹

¹¹⁹ Ibid., p. 383.

¹²⁰ Ibid., p. 385.

¹²¹ SABINO, César. *O guerreiro solitário: antropologias precursoras em José de Alencar*. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, vol. 41, Rio de Janeiro: 2009, p. 44.

Como primeira reflexão sobre a temática indígena, a biografia de Filipe Camarão põe duas questões centrais na poética historiográfica de José de Alencar, a saber: 1) a proposta de uma *História com estilo*, ou seja, a estética historiográfica do autor, apontando para o horizonte de *Ubirajara* (1873), texto paradigmático, rica junção da estética nacionalista e da historiografia estilizada do autor; e 2) a aceitação da relativização cultural, quer dizer, a aceitação despreconceituada (o quanto possa ser, tendo em vista o *locus* histórico do autor) dos valores da cultura do *outro*.

Antes de seguirmos, julgamos caber ainda algumas notas sobre as preocupações alencarianas em torno do estilo literário. Para tanto, valemo-nos do artigo *O estylo na litteratura brasileira*, acima referido. Publicado por José de Alencar, no décimo primeiro volume da Revista Ensaaios Literários, e saído das prensas da Tipografia do Governo no ano de 1850, o artigo composto com as primeiras linhas escritas pelo autor sobre o tema, parece nos indicar os caminhos que possibilitam perceber a imbricação entre arte e ciência na obra alencariana, descortinando aquilo que viria a ser sua poética historiográfica.

“A palavra é reflexão, o echo do pensamento”¹²². Assim inicia Alencar seu curto artigo. Da pequena oração, uma grande lição: a língua, falada ou grafada, tem força social. Esta posição — importa frisar — foi defendida pelo autor em diversos outros textos. As *Cartas sobre a “Confederação dos tamoios”* (1856); *Iracema* (1865) e a *Carta ao Dr. Jaguaribe*, pós-escrito adido à segunda edição da mesma obra, saída em 1870; o prólogo *Bênção Paterna*, abertura do romance *Sonhos D’Ouro* (1872), e o próprio romance citado; *Ubirajara* (1873) e toda a perigrafia que o ampara; para não aborrecer com mais exemplos, também o inacabado *Questão filológica* (1874), são prova da preocupação alencariana em torno do valor da língua nacional.

Além do poder da palavra e da força que ela traz consigo na construção e formação de um pensamento, outra importante nota lançada pelo autor: “os lábios achão certo prazer indefinido em repetir a frase doce e maviosa de um escritor de bonito estylo”¹²³. Esta linha de pensamento, aplicada à produção alencariana, quer ficcional, quer teórica, ou ainda mesmo a política, ordenaria o

¹²² ALENCAR, José de. *O estylo na litteratura brasileira*. In: **REL**. São Paulo: Typ. do Governo, 4ª série, nº 2, 1850, p. 34. Doravante, sempre que necessário, o artigo virá assim abreviado: “ELB”.

¹²³ Loc. cit.

estilo do autor. Aplicado aos romances históricos e urbanos e, também às lendas indígenas, a estética alencariana, consorciada com o método de estudo utilizado pelo autor para preparar suas obras, desvelaria novas possibilidades para a História.

Certo de que um belo estilo “favorece muito a compreensão e facilita a inteligência das idéas”¹²⁴, em sua estética, José de Alencar apontava, portanto, para novas perspectivas, ou melhor, para uma novidade historiográfica somente levada a sério no seio da ciência de Clio, após as reflexões teóricas lançadas em *A idéia de História* (1945/46), publicação pós-morte do historiador e filósofo inglês, Robin George Collingwood e com as retomadas teóricas de Hayden White, Dominick Lacapra, Paul Ricoeur, Peter Gay e outros¹²⁵.

Outra importante ideia lançada pelo autor no artigo ora analisado, diz respeito ao problema da literatura nacional: — Qual a melhor forma de se escrever a literatura nacional? Esta pergunta, que poderia ter antecipado ou sequenciado o concurso do qual von Martius saiu vencedor, foi respondida por Alencar da seguinte maneira:

O estylo antigo não pode renascer em nossa litteratura brasileira com suas cores, seos tons classicos: — nascidos nos tempos da fé, heroismo dos Portuguezes, elle conservou sua forma immovel e inflexivel das crenças profundas, das convicções inabalaveis: naquela epocha de certo dera ella a expressão aberta do pensamento. Hoje as idéas caminham delirantes, varias, e desvairadas, não se poderão conter na formula rapida, breve do periodo antigo: e alem disso a expressão ardente e animada de nossa litteratura não casa com essa lenta e pausada inflexão da phrase antiga. Nunca a dicção do estylo quinhentista poderia exprimir com a doce facilidade do espirito, uma scena encantada de nossa terra, um suave retiro de nossas florestas, uma tarde pura de nossos céos, com esses tons maviosos, com esses timbres sonoros que lhe reflecte o sol descahindo no ocidente (...) ¹²⁶

¹²⁴ Loc. cit.

¹²⁵ O assunto será aprofundado na segunda unidade desta tese, ao analisarmos o aprofundamento teórico da poética historiográfica de José de Alencar em três obras do autor, a saber: *O guarani* (1856); *Iracema* (1865) e *Ubirajara* (1873).

¹²⁶ ELB, p. 35.

Retornando ao problema aventado em 1836 por Gonçalves de Magalhães na Revista Niteroy, José de Alencar redimensionava a questão, aludindo à proposta de um novo estilo literário, profundamente original e radicalmente brasileiro, pois:

a precisão de elocução antiga martirisaria os enlevos de nossas almas, nossas diversas inspirações entusiásticas, profundas como o seio de nossas florestas, e como os abysmos de nossas montanhas, inquietas e delirantes como o menear das orlas de nossas moitas: — a phrase classica gelaria os toques abrasados de nossa poesia ardente (...) ¹²⁷

A crítica do autor, muito embora inserida num texto que tinha por fim discutir o estilo quinhentista, leva a refletir sobre a poesia romântica de seu tempo, pois ainda àquele momento a literatura brasileira, salvo alguns poucos casos isolados dos quais o mais relevante, conforme vimos, era Gonçalves Dias, não havia apresentado novidades estilísticas, mantendo a dicção de um português europeu e o ritmo clássico nas composições.

Salientamos isso ressaltando que o romancista deixou claro que alguns elementos da estética quinhentista poderiam e deveriam ser utilizados para compor peças genuinamente brasileiras, desde que adaptadas às necessidades da nova nação. Ademais, Alencar deixa claro não seguir “aquelles que despresão por demais o estylo quinhentista, e o tem em esquecimento profundo” ¹²⁸. De fato, para o autor d’O *Guarani*, a estética quinhentista “encerra muitas belezas, muitas elegâncias de nossa lingua portuguesa, que renascida com esmero e cuidado, dará ao estylo moderno um encanto supremo” ¹²⁹.

Assim sendo, e ainda seguindo essa proposta, José de Alencar afirma mesmo haver “certos generos de composição litteraria, em que a expressão desse estylo [o quinhentista] reveste de pensamento as idéas de uma cor

¹²⁷ Ibid., p. 36.

¹²⁸ Loc. cit.

¹²⁹ Loc. cit.

antiga e austera e, como que lhe empresta o respeito, e a autoridade das cousas velhas”¹³⁰.

Quando confrontamos as análises estilísticas de José de Alencar expressadas no artigo ora analisado, com as anotações acerca da História dadas na biografia de Filipe Camarão, facilmente nos vêm à mente as propostas de Peter Gay. Para este “o estilo é um centauro, reunindo o que a natureza como que decretou que se mantivesse apartado. É a forma e é o conteúdo, entrelaçados para formar a tessitura de toda arte e todo ofício — e também a história”¹³¹. Mais radicalmente, o historiador alemão nacionalizado estadunidense, afirma que “o estilo é o próprio homem”¹³².

Ora, se aceitamos ser o estilo o próprio homem e, se tomarmos como certo que o “estilo molda e é por vezes moldado pelo conteúdo”¹³³, podemos afirmar que José de Alencar não só se impõe com sua obra, com seu estilo profundamente novo na produção literária nacional, como também irrompe com novo paradigma historiográfico, muito à frente de sua época, o que contribuiu para o “esquecimento” ou, ainda, para o apagamento desta dimensão do autor.

Finalizando o artigo sobre o estilo literário brasileiro, José de Alencar, como semeando a fértil terra do seu gênio literário, anotou vaticínio por ele mesmo concretizado na realização de sua tríade indigenista: “nas crônicas, nossas tradições de tempos coloniais devem ser escritas nesse estylo [o quinhentista]: — *até mesmo seria natural e encantador apreciar os contrastes desse estilo com a expressão indígena*”¹³⁴. Não teria sido exatamente este o mote gerador da arrebatção estética insuflada em *Iracema*, e metodicamente aplicada na construção de *Ubirajara*, sendo, antes mesmo destas duas obras, experimentada em *O guarani*?

É no sentido da novidade — nova até mesmo para os novos tempos — que a obra de José de Alencar se abre como possibilidade historiográfica. Nos interstícios entre o conhecer objetivo e o imaginar inventivo, está o Alencar historiador. Explorar o método e a estética do autor, a forma como ele se vale da história documentada para recompor cenários possíveis desvendando muito

¹³⁰ Loc. cit.

¹³¹ GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo: Cia. Letras, 1990, p. 17.

¹³² Loc. cit.

¹³³ Loc. cit.

¹³⁴ ELB, p. 36. (grifo nosso).

da mentalidade perdida no tempo, pode fornecer ao historiador dos dias atuais novas ferramentas para suas investigações.

Capítulo 2

José de Alencar, o historiador

2.1. O ser historiador no Brasil oitocentista

A fundação do IHGB contribuiu para um primeiro ordenamento prático sobre como viria a ser o *historiador nacional*. Com o estabelecimento do Instituto, algumas definições, ainda que tímidas, delimitariam um amplo grupo dentro da intelectualidade brasileira que, de alguma forma, estaria voltado para a arte de Heródoto. Mesmo assim, muito faltava para se compreender a real função do historiador na cena intelectual do Império dos trópicos.

É com Leopold von Ranke que as bases de uma *História científica* serão lançadas. Antes dele, convém lembrar, História e Literatura se confundiam e se completavam num esforço de moralização edificante da sociedade através da narrativa de experiências pretéritas (reais ou nem por isso).

Como é óbvio a proposta de uma história científicista surgida no mundo germânico, respeitaria o tempo de sua época e, portanto, alguns anos foram necessários para que a inovação rankiana chegasse até o solo brasileiro e penetrasse nas práticas historiográficas nacionais.

Talvez o grande responsável pelo desenvolvimento de uma nova historiografia brasileira lastreada no paradigma rankiano tenha sido mesmo Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), com sua monumental *História geral do Brasil*¹³⁵. Assim sendo, podemos localizar a viragem historiográfica brasileira datando-a de meados do século XIX.

¹³⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, por Um socio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba*. Rio de Janeiro: em Casa de E. e H. Laemmert, Vol. 1 - 1854; Vol. 2 - 1857. Sobre a produção historiográfica de Varnhagen e seu espaço intelectual, cf. a tese de doutoramento defendida por Thiago A. N. R. Tavares, no Programa de Pós-graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob o título *Da tragédia à epopeia: agenciamento das memórias em Francisco Adolfo de Varnhagen (1838-1858)*. Sobre o cenário historiográfico brasileiro, de 1838 aos fins do século XIX, cf. RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008, especialmente a segunda parte do livro (p.149-216), intitulada *Historiografia brasileira*; cf. ainda, GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado *Entre as luzes e o Romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista*. In: _____ (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006, p. 68-85 e,

Mas o advento da novidade metodológica não corresponde à ruptura do antigo modelo pré-historiográfico nacional. Na verdade, a lógica romântica continuaria como o estalão da escrita de boa parte dos associados do IHGB.

A bem da verdade, apesar de Varnhagen ter introduzido a novidade historiográfica rankiana no Brasil, este método cientificista de fazer história somente se consolidaria na transição do século XIX para o século XX. De qualquer modo, cabe ainda informar que em fins dos oitocentos, aproximadamente a partir da década de 70, outra perspectiva historiográfica começava a surgir. Exemplo do afirmado é a escrita de João Capistrano de Abreu (1853-1927)¹³⁶ com seus *O Brasil no século XVI*¹³⁷, *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*¹³⁸, *Capitulos de historia colonial (1500-1800)*¹³⁹, e ainda com o espantosamente atual *Rã-txa hu-ni-ku-ĩ: a lingua dos caxinauás do Rio Ibuauçu affluente do Muru*¹⁴⁰. Mas não nos aprofundaremos nesse tema.

Fato é, portanto, que durante todo o segundo Império, ou seja, antes da sedimentação dos novos métodos de pesquisa histórica, os agentes referenciais do universo pensante brasileiro com assento no IHGB praticavam aquilo que poderíamos chamar de *historiografia romântica tropical*, pois no século XIX a lógica de escrita da História nacional estava verdadeiramente imbricada com a lógica de escrita da Literatura. Para Valter Sinder, à época: “tanto a literatura como a história eram consideradas como tendo a mesma função: narrar a experiência e o acontecido com o objetivo de elevar o homem”.¹⁴¹

E ainda que o discurso historiográfico tenha assumido uma postura cientificista, ordenando um método seguro para se descobrir a *verdade*

também de Manoel Luiz Salgado Guimarães *op. cit.* 2011. Convém ainda cf. CEZAR, Temístocles. *Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX*. In: **Revista Diálogos**. Maringá: Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, 2004, V. 8, N. 1, p-11-29.

¹³⁶ Sobre a produção de Capistrano de Abreu e sua influência na historiografia brasileira cf. PEREIRA, Daniel Mesquita. *A história do descobrimento de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010; AMED, Fernando José. *As Cartas de Capistrano de Abreu*. São Paulo: Alameda, 2006; MENEZES, Raimundo. *Capistrano de Abreu, um homem que estudou*. São Paulo: Melhoramentos, 1989 e, por fim, REBELLO, E. de Castro. *Capistrano e a síntese histórica*. Rio de Janeiro: São José, 1956.

¹³⁷ Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1880.

¹³⁸ Rio de Janeiro : Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1883.

¹³⁹ Rio de Janeiro : M. Orosco, 1907.

¹⁴⁰ Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914.

¹⁴¹ SINDER, Valter. *A reinvenção do passado e a articulação de sentidos: o novo romance histórico brasileiro*. **Revista Estudos históricos**. V. 14, N. 26, Rio de Janeiro, 2000, p. 255.

histórica, na prática, quase todos os historiadores do Império de D. Pedro II tinham o fazer historiográfico como segunda ou terceira (para não falar de quarta ou quinta) condição profissional — se é que se pode falar da história como profissão no século XIX.

Por isso mesmo é que temos um Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), cônego, jornalista, poeta, político e historiador; um Manuel de Araújo Porto-Alegre (1808-1879) pintor, arquiteto, crítico de arte, diplomata e historiador; um Gonçalves de Magalhães (1811-1882) que além de poeta assinou como médico, professor, diplomata, ensaísta, político e historiador; um Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882), autor de *A moreninha*, referência no Romantismo brasileiro, também atuante como jornalista, professor e, dentre outras, historiador; e mesmo um Gonçalves Dias (1823-1864), que além de médico foi professor, diplomata, político, poeta e historiador.

Aliás, e retomando o exposto no primeiro capítulo desta tese, desde 1832 que o movimento Romântico havia assumido para si a tarefa de buscar (ou fundar) a identidade nacional brasileira. Para Lilia Moritz Schwarcz:

a ideia de elaborar um grande projeto de construção da história do país proposta pelos institutos históricos em meados do século XIX, mais do que um ato distante e separado da dinâmica imediata, parecia estar associado a uma perspectiva nacional em construção. Escrever a história era, sobretudo, um ato de recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em heróis e eventos até então dispersos. Era essa a meta grandiosa que se expunha aos institutos históricos nacionais a partir dos anos [18]30.¹⁴²

Além disso, como bem lembra Temístocles Cezar, o IHGB chegou mesmo a “normatizar e criar regras para o ofício desse historiador da nação. Não exatamente o que este deve ser — não havia tanta clareza assim — mas, sobretudo, o que ele não deve ou não pode fazer.”¹⁴³

¹⁴² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989, p.67.

¹⁴³ CEZAR, Temístocles. *Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX*. In: **Revista Diálogos**. Maringá: Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, 2004, V. 8, N. 1, p. 12.

O ofício do historiador seria formatado, por assim dizer, pela incessante fundamentação documental. Escrever sem o lastro de fiabilidade conferido pelo documento histórico era um dos poucos crimes verdadeiramente passíveis de recriminação historiográfica.

Neste sentido, os oitocentos devem ser observados na condição de tempo de conformação da História, época em que a ciência de Clio, ainda não propriamente definida, também buscava definir seus cientistas. Aliás, nos dizeres de Temístocles César:

O problema é que assim como a nação estava sendo construída, a história enquanto disciplina científica estava ainda dando seus primeiros passos. Tal como para o projeto nacional, também não era clara a identidade da história, nem do historiador.¹⁴⁴

Manoel Luiz Salgado Guimarães sublinha o fato de não haver acaso no fato de que “exatamente no instante de consolidação do poder central (1822-1840) se tenha desenvolvido interesse na elaboração de uma história nacional”¹⁴⁵ Para ele, “não se tratava mais, como até então, de elaborar crônicas e narrativas, mas, ao contrário, impunha-se a pesquisa sistemática e a escrita da história brasileira com base em metodologias adequadas.”¹⁴⁶

Mas se o ofício de historiador ainda não estava delineado, quem assumiria a tarefa de pensar, organizar e escrever a História nacional? Obviamente tal tarefa coube à restrita intelectualidade brasileira, muitas vezes bem alinhada com as vontades imperiais.

No discurso estatutário proferido pelo secretário perpétuo do IHGB, o cônego Januário da Cunha Barbosa, lemos:

A grande utilidade que se póde colher dos estudos historicos e geographicos, marca por isso mesmo uma época gloriosa em nossa patria, da qual se descobre a honrosa estrada que podem melhor seguir aquelles dos nossos patricios em cujos

¹⁴⁴ Loc. cit.

¹⁴⁵ GUIMARÃES, 2011, p. 53

¹⁴⁶ Loc. cit.

peitos palpitam corações animados pelo amor de gloria litteraria. Elles, de certo, farão o melhor uso dos seus estudos sobre a historia patria.¹⁴⁷

Tudo em conformidade com a época, o fazer história no Brasil oitocentista, mais que tarefa de historiador, era tarefa de letrado, daí a composição do Instituto; daí o modelo historiográfico próprio da pré-historiografia brasileira.

De tudo isso que se vem desenvolvendo ao longo desta exposição, uma dúvida persiste: se tantos nomes ligados ao Romantismo e à Literatura também atuaram no campo da História, tendo sido acolhidos pela historiografia brasileira como precursores do discurso histórico nacional, por que José de Alencar que, segundo Francisco Regis Lopes, “não estava longe do apetite investigativo que mobilizava a escrita da história”¹⁴⁸, foi preterido pela historiografia brasileira?

De fato, Alencar é autor de uma data de textos facilmente identificados como produção historiográfica. E não nos referimos aos seus romances históricos (como *O Guarani*) ou às suas lendas (*Iracema* e *Ubirajara*). Tampouco nos limitamos aos artigos publicados pelo jovem Alencar acadêmico da Faculdade de Direito de São Paulo.

Como bem anota Régis Lopes, convém lembrar: “em uma pesquisa, além de mostrar o resultado, [José de Alencar] precisava explicar o método. Expor os procedimentos.” Assim procedia: “a documentação era a base de sua imaginação. A fonte gerava a trama”.¹⁴⁹

Nesse sentido, dono de um método absolutamente próprio de fazer história, José de Alencar poderia ser compreendido a partir do viés por ele mesmo anotado no prólogo de uma inacabada história do Rio de Janeiro: “demais, sou historiador à minha maneira”¹⁵⁰, escreveria o romancista.

¹⁴⁷ BARBOSA, Januário da Cunha, 1839, p. 13. (grifo nosso).

¹⁴⁸ LOPES, Francisco Regis. *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2012, p. 50.

¹⁴⁹ Loc. cit.

¹⁵⁰ ALENCAR, José de. *Rio de Janeiro - Prólogo*, Manuscrito sem data. Esse texto alencariano foi resgatado pela primeira vez por Fábio Frexeiro e publicado por este autor em *Alencar: os bastidores e a posteridade* (Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1981, p. 109-114). Usei a reprodução publicada em ALENCAR, José de. *Antiguidade da América e A raça primogênita*. Fortaleza: UFC, 2010, p. 89-96. Edição com apresentação e notas a cargo de Marcelo Peloggio. Doravante e sempre que necessário, quando nos referirmos aos textos alencarianos que compõem o volume citado, utilizaremos as seguintes

Em 1869 José de Alencar se candidatou, pela Província do Ceará, a uma vaga de Senador do Império. Eleito em primeiro lugar na votação consultiva, o escritor teve seu nome vetado pelo próprio Imperador. Talvez a condição de oposicionista, ou ainda as duras críticas publicadas pelo autor nas suas *Cartas políticas*¹⁵¹, assinadas sob o sugestivo pseudônimo de *Erasmus* e publicadas no correr dos anos de 1865 e 1868, tenham lhe valido a vaga senatorial por sua Província.

Fato é que a sétima década de 1800, a última vivida pelo escritor, foi marcada por uma intensa produção. No curto espaço de seis anos Alencar escreveria 12 romances e um drama, fato que não passou despercebido à crítica literária da época, muito mais personalista que criteriosa.

Defendendo-se de ataques literários, Alencar abriu *Sonhos d'ouro*, romance brasileiro publicado em 1872, com o prefácio *Bênção Paterna*. O texto em questão transparece os tons acinzentados do pensamento político-intelectual do Império brasileiro. Além disso, apresenta uma sistematização do projeto literário do autor.

Segundo Araripe Júnior, Alencar, “do mesmo modo que Balzac, pretendeu em má hora filiar todas as suas obras a um systema harmônico de idéias preestabelecidas”¹⁵² mas, segundo ele, o intuito do autor não foi plenamente alcançado.

Na verdade, pensamos exatamente ao contrário. Ao que parece, *Bênção paterna* é mais um texto-chave para a compreensão tanto da estética nacionalista quanto da proposta historiográfica de José de Alencar.

abreviaturas: “AA” para a *Antiguidade da América*, “RP” para a *A raça primogênita*, e “RJ-P” para *Rio de Janeiro - prólogo*.

¹⁵¹ O espírito independente valeu ao autor o desenvolvimento de carreira política iniciada em 1860, quando se vê eleito deputado pela Província do Ceará. Sua atuação pública conta ainda com curta atuação como Ministro da Justiça, entre 1868 e 1870, cargo que abandonou quando D. Pedro II mandou retirar seu nome da lista de senadores a serem eleitos pelo Ceará. A propósito, temos em *Reminiscências*, livro de memórias escrito por Taunay, o Visconde, o seguinte diálogo, no qual o Imperador, aconselhava José de Alencar a desistir do cargo de senador : “— No seu caso, eu não me apresentava agora: O senhor é muito moço”, que mereceu a seguinte resposta do autor: “— Por esta razão, Vossa Majestade devia ter devolvido o ato que o declarou maior antes da idade legal.” (TAUNAY, Visconde de. *Reminiscências*. São Paulo: Melhoramentos, 1923, p.165.). Veraz este diálogo, ou fantasiado, serve bem para mostrar a personalidade de Alencar, além da difícil relação mantida por ele com o Imperador. Ademais, para compreender a postura do autor frente ao Soberano da nação, vale conferir a compilação das cartas políticas escritas pelo autor (sob o pseudônimo “Erasmus”), organizadas e prefaciadas por José Murilo de Carvalho, publicadas pela Academia Brasileira de Letras (*Cartas de Erasmus*. Rio de Janeiro: ABL, 2009).

¹⁵² ARARIPE JÚNIOR, Tristão Alencar. *José de Alencar*. Rio de Janeiro: Tip. da Escola Serafim José Alves, 1882, p. 208.

Importa frisar que à luz das preocupações deste estudo a trama de *Sonhos D'Ouro* não tem interesse significativo e, por isso mesmo, o romance não será objeto de análise. Aos curiosos, basta dizer que a história do livro gira em torno do amor de uma moça rica e orgulhosa, Guida Soares, com um rapaz orgulhoso e pobre, Dr. Ricardo Nunes. Convém ainda dizer que a verve romanesca domina a obra, construindo as idas e vindas de um amor de difícil realização.

De toda maneira, os interessados que vierem a ler o livro poderão encontrar nele traços da realidade política e social do Império de Pedro II. Em dada passagem, por exemplo, Alencar, ferino, lança dura crítica ao sistema político brasileiro escrevendo quase em tom de desabafo:

Eleição, meu doutor, é o governo que a faz; o mais são petas. Quando elle perde, é de propósito para pregar o momo a certos sujeitos. Si o senhor tem o governo por si, deite-se á dormir, não precisa de mais nada; si não o tem, perde seu tempo e seu cobre. É cuidar n'outra cousa.¹⁵³

Não tiremos o foco do nosso estudo. Voltemos, pois, ao prefácio do livro.

No curto espaço de quatorze páginas, voltando-se para sua criatura, o criador, em tom terno de aconselhamento, descortina alguns dos principais problemas da crítica literária nacional escrevendo:

Os críticos, deixa-me prevenir-te, são uma casta de gente, que tem a seu cargo desdizer de tudo neste mundo. O dogma da seita é a contrariedade. Como os antigos sophistas, e os reithores da meia idade, seus avoengos, deleitam-se em negar a verdade.¹⁵⁴

Nas *Cartas a Philinto*, folhetim publicado na edição do *Diário do Rio de Janeiro* referente aos dias 9 e 10 de setembro de 1872, *Sonhos d'ouro* era

¹⁵³ ALENCAR, José de. *Sonhos D'Ouro* (tomo II). Rio de Janeiro: L. B. Garnier, 1872, p. 153-154. Doravante, sempre que necessário, a obra virá abreviada como "SDO".

¹⁵⁴ ALENCAR, José de. *Bênção Paterna*. In: SDO, p. VII. Doravante, sempre que necessário, a obra virá abreviada como "BP".

tratado como “um verdadeiro escripto de polemica”¹⁵⁵. Para o crítico, no prefácio escrito para seu livro, José de Alencar “arrojou o sutar tiros certos à parcialidade política; às escolas estrangeiras de litteratura e à indiferença da crítica”. Além disso, “no decurso do seu livro sente-se a contínua preocupação de duas ideias: a do ressentimento político e a do exclusivismo nacional”¹⁵⁶.

Importa salientar: no segundo Império, os mesmos atores da crítica literária são os da historiografia. Reforçamos que à época, tanto uma quanto a outra ocupação se misturavam. Não só os intelectuais responsáveis pelas duas vertentes de escrita eram os mesmos, como a própria lógica das duas práticas analíticas em questão ainda não estava muito bem definida.¹⁵⁷

As palavras impressas por Alencar em *Bênção paterna* feriam orgulhos muito graves. Sua peleja era com a alta esfera das letras nacionais e, por extensão, com a política e com a historiografia brasileira. Sua inteligência produzia uma literatura de grande força política, peculiar, dificilmente igualável pela pena de seus contemporâneos.

É certo que a postura do romancista incomodava seus pares e, talvez desse incômodo tenha surgido o silêncio acerca de Alencar.

Ainda nas *Cartas a Philinto*, podemos ler:

Parece-nos que a sua pena viril e severa estava talhada para a história philosophica do paiz, não para esta historia indigesta e convencional, que por ahi desafia a verdade e não passa de compilação pretenciosa, mas a história séria que analysando os erros do passado, da lições às gerações novas.¹⁵⁸

¹⁵⁵ ALCESTE, *Cartas a Philinto*. In: DRJ, 9 e 10 de setembro de 1872. Ano 55; N. 246; p. 1. Não foi possível descobrir o real escritor encoberto pela onomatopse *Alceste*. Na página 13 de *Achêgas a um dicionário de pseudonymos brasileiros - iniciais, abreviaturas e obras anonymas de auctores brasileiros e de estrangeiros, sobre o Brasil ou no mesmo impressas* (Rio de Janeiro: J. Leite & C^a., 1929), contudo, Tancreto de Barros Paiva nos informa que tanto Reinaldo Carlos Montóro (escritor dos folhetins *Conversas à tarde*, publicados no jornal carioca *Cruzeiro*), quanto Verediano Henriques dos Santos Carvalho (colaborador do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro) se valeram deste pseudônimo.

¹⁵⁶ Loc. cit.

¹⁵⁷ Tanto assim que a primeira grande antologia da poesia brasileira, *Florilégio da poesia brasileira - Coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos, contendo, as biografias de muitos deles, tudo precedido de um ensaio histórico sobre as letras no Brazil* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1850), vinha assinada por Francisco Adolfo de Varnhagen, o pai da historiografia brasileira. Como o próprio título da obra informa, além de responder pela seleção dos textos compilados nos três volumes da obra, o organizador também apresenta um panorama histórico e uma crítica literária sobre a situação da literatura brasileira, além de assinar as biografias dos poetas selecionados.

¹⁵⁸ ALCESTE, 1872, p. 1.

Agora leiamos esta passagem no sentido contrário. Ora, ao desmerecer o projeto alencariano, o crítico chama atenção para uma tipologia de história produzida não só no prefácio, mas também no próprio romance do escritor cearense, mas ao fazer isso, o crítico afirma haver uma tipologia historiográfica nos escritos alencarianos.

Nesta perspectiva, se no prefácio de *Ubirajara* Alencar apontaria para as falhas na interpretação da História pátria, em *Benção Paterna* se voltou para o despreparo da crítica literária nacional, cujo único método de análise literária se baseava na afeição do crítico em relação ao autor criticado. Ambos os prefácios, portanto, parecem ter a mesma intenção: apontar os limites da intelectualidade e das letras nacionais.¹⁵⁹

De fato, em *Benção Paterna* Alencar deixa absolutamente clara sua posição naquilo que concerne à Literatura nacional brasileira, tanto que retoricamente o autor se interrogava da seguinte maneira:

A litteratura nacional que outra cousa é sinão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça illustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia se enriquece ao contacto de outros povos e ao influxo da civilização?¹⁶⁰

Ora, se a literatura nacional é a alma da pátria, os escritores brasileiros deveriam ser os “operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vae esboçando no viver do povo”¹⁶¹. E, ao que parece, este foi o principal empenho da escrita alencariana.

Ainda em *Benção paterna*, Alencar buscou organizar a literatura brasileira, enleando as letras nacionais numa sistematização mais temática que cronológica. De fato, a proposta alencariana sequer leva em conta a datação dos escritos do autor, mas toma por base a perspectiva literária de cada obra.

¹⁵⁹ No capítulo 1 desta tese apresentamos uma lista de obras sobre a intelectualidade do Brasil Romântico. Dentre as citadas, ressaltamos a importância das de CARVALHO, José Murilo, 2010; RICUPERO, Bernardo, 2004; WEHLING, Arno, 1999; CANDIDO, Antonio, 2004 e, por fim, MACHADO, Ubiratan, 2010.

¹⁶⁰ BP, p. XII-XIII.

¹⁶¹ Ibid., p. XVI.

Destarte, na perspectiva do romancista o período orgânico da literatura brasileira já contava com três fases, a saber: 1) A primitiva (ou aborígine), composta pelas “tradições que embalaram a infância do povo, e elle escutava, como o filho á quem a mãe acalenta no berço com as canções da pátria, que abandonou”¹⁶²; 2) A histórica, a qual representaria “o consórcio do povo invasor com a terra americana, que delle recebia a cultura, e lhe retribuía nos effluvios de sua natureza virgem e nas reverberações de uma natureza esplendida”¹⁶³; 3) A ainda inconclusa fase começada com a Independência política do Brasil que “espera escriptores que lhe dêem os últimos traços, e formem o verdadeiro gosto nacional, fazendo calar as pretenções hoje tão acesas, de nos recolonisarem pela alma e pelo coração, já que não o podem pelo braço”¹⁶⁴, e que também deixa clara a “luta entre o espirito conterrâneo e a invasão estrangeira”¹⁶⁵.

Assim, da primeira fase de nossa literatura seriam exemplos *Iracema* e *Ubirajara* (ainda não escrito àquela altura); na segunda fase, teríamos *O Guarani* e *As minas de prata*; por fim, servem de modelo de obras da terceira fase, na primeira perspectiva *O tronco do ipê*, *Til* e *O gaúcho*; na segunda, *Lucíola*, *Diva*, *A pata da gazela* e *Sonhos d’ouro*.

Apesar de confusa, a periodização defendida por Alencar clarifica duas questões primordiais de seu pensamento: em primeiro lugar, o caráter político de sua produção; em segundo, sua consciência sobre o papel do escritor brasileiro na formação da nossa nacionalidade.

Mas a busca de uma linguagem literária brasileira não pode (nem deve) ser tomada como causa em si mesma. Dado o próprio ambiente histórico vivido pelo autor e a lógica própria do universo cultural das letras nacionais do Brasil imperial, o problema transcende os limites daquilo que hoje compreendemos por Literatura, vindo ratificar aquela recente separação entre Portugal e Brasil. Sua finalidade, como sublinhou Nelson Werneck Sodré, era “afirmar nitidamente uma diferenciação política”¹⁶⁶ entre essas duas realidades sociais,

¹⁶² Ibid., p. XIII

¹⁶³ Loc. cit.

¹⁶⁴ Ibid., p. XVI.

¹⁶⁵ Ibid., p. XV

¹⁶⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Posição de José de Alencar*. In: ALENCAR, José de. **SDO**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951, p. 14. (Coleção da ficção completa de José de Alencar, em 16 volumes).

aparentadas, mas portadoras de identidades próprias e de culturas autênticas e peculiares.

Assim, longe de se posicionar “contra as influências estrangeiras”¹⁶⁷, motivo pelo qual foi acusado por parte da crítica de sua época, Alencar buscou mesmo (d)escrever a própria identidade nacional em toda sua plenitude, mesmo que para tanto tenha se valido de um método muito particular.

2.2. A posição alencariana no cenário intelectual nacional oitocentista

A estratégia historiográfica mais praticada no Brasil de D. Pedro II foi talvez a biografia. De fato, desde o segundo número da RIHGB, editado em julho de 1839, encontramos a seção *Biographia dos Brasileiros Distinctos por Lettras, Armas, Virtudes, Etc.*, que ali terá longa e produtiva vida.

No já citado discurso proferido por Januário da Cunha Barbosa, encontramos alguns importantes aspectos indicativos do sentido e da importância das biografias para a construção da história nacional. Dizia o cônego:

Uma biographia dos mais preclaros Brasileiros é tarefa, de certo, mui superior ás forças de um só homem, attentas as nossas circumstancias; mas a gloria que deve resultar de uma tal empresa accende o zelo dos que a tem encetado em communhão de trabalho, e reflectirá também sobre o nosso Instituto, porque são do seu grêmio os emprehendedores da desejada biographia brasileira¹⁶⁸

Não só o título da seção criada na RIHGB, mas a própria defesa pronunciada pelo cônego aclaram e retiram quaisquer dúvidas sobre o que seriam as biografias produzidas no Brasil oitocentista: discursos laudatórios com o fim político claro de construir um panteão nacional, eternizando a

¹⁶⁷ ALCESTE, 1872, p. 1.

¹⁶⁸ BARBOSA, Januário da Cunha, 1839, p. 14.

consagração de suas figuras que, em última análise misturava-se à própria glória pátria.

Segundo Paulo Roberto de Jesus Meneses, “dentro do Instituto, a publicação de biografias (...) favoreceu a elaboração da ideia de um novo ‘homem brasileiro’”¹⁶⁹, contribuindo como instrumento pedagógico de formação da consciência nacional a partir dos exemplos de virtudes morais e ações heroicas extraídos dos biografados.¹⁷⁰

Ainda retomando as palavras de Januário da Cunha Barbosa:

A nossa história abunda de modelos de virtudes; mas um grande número de feitos gloriosos morrem ou dormem na obscuridade, sem proveito das gerações subsequentes. O Brasil, senhores (...) pode contudo apresentar pela história, ao estudo e emulação de seus filhos, uma longa série de varões distintos por seu saber e brilhantes qualidades. Só tem faltado quem os apresentasse em bem ordenada galeria, colocando-os segundo os tempos e os lugares, para que sejam melhor percebidos pelos que anelam seguir os seus passos nos caminhos da honra e da glória nacional¹⁷¹

Maria da Glória de Oliveira anota que outras seções da RIHGB indicam a importância e a força do registro biográfico como prática historiográfica no segundo Império brasileiro. Os textos biográficos podem, portanto, ser encontrados nas *biografias* e *necrológicos*, nos *elogios históricos*, nas *memórias*, e ainda nos *relatos*, *crônicas*, *anais*, *dissertações*, *corografias* e *tratados*. Assim sendo, em todos esses espaços da RIHGB o registro biográfico pode ser encontrado.¹⁷²

¹⁶⁹ MENESES, Paulo Roberto de Jesus. *O biógrafo José de Alencar: a contribuição do romancista na Galeria dos Brasileiros Ilustres de Sisson*. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: MHN, 2009, v. 41, p. 164.

¹⁷⁰ Sobre essa questão cf., p.ex., CEZAR, Temístocles. *Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX*. **Métis: História & Cultura**. Revista de História da Universidade de Caxias do Sul, v.2, n.3, p.74, jan.- jun./2003.

¹⁷¹ BARBOSA, Januário da Cunha, 1839, p. 9.

¹⁷² Cf. OLIVEIRA, Maria da Glória. *Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850)*. In: **Revista História**. São Paulo, v. 26, n. 1, 2007, p. 154-178.

Mas a pluralidade da historiografia produzida no IHGB tem reflexos diretos sobre a escrita historiográfica impressa nas páginas da Revista do Instituto. Por isso mesmo, como bem anota Maria da Glória de Oliveira:

Toda tentativa de classificação [em torno das biografias] defronta-se, portanto, com o problema da heterogeneidade e irredutibilidade desses textos a uma categoria genérica de composição. De imediato, seria mais conveniente pensar em variações nos usos do gênero historiográfico, evidenciadas nas diferentes organizações discursivas de que se servem os letrados do IHGB no século XIX.¹⁷³

Juntemos a isso a observação de Armelle Enders, para quem

O "panteão de papel" brasileiro, erigido pela Revista do IHGB e pelos numerosos dicionários biográficos publicados durante o reinado de dom Pedro II, não é, contudo, a simples réplica de um monumento de estilo internacional. Conforma-se às leis gerais que orientam a história do Brasil, como sucessão de fatos e como narrativa, e que foram definidas por Martius em nome do IHGB.¹⁷⁴

É importante enfatizar que, ainda segundo Armelle Enders, a biografia produzida no segundo Império deve ser compreendida como prática em separado do ofício do historiador, pois, de modo geral, os historiadores brasileiros, orientados pelas leituras francesas de cariz liberal, seguem a ideia de que as biografias seriam simples "esboços", ou mesmo "apontamentos", cujo fim residia em "colorir afrescos mais vastos"¹⁷⁵ da História Pátria.

Há de se concordar, em parte, com a perspectiva da historiadora. Contudo, e levando em conta a argumentação que introduz esse capítulo, ao admitirmos a historiografia do segundo Império como pré-historiografia — dada sua imprecisão teórico-metodológica e a falta de contornos bem definidos

¹⁷³ Ibid., p. 155.

¹⁷⁴ ENDERS, Armelle. "*O Plutarco brasileiro*": a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. In: **Revista Estudos Históricos**, v. 14, n. 25. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000, p. 42.

¹⁷⁵ Loc. cit.

sobre o ofício do seguidor de Clio — constataremos terem sido os intelectuais que atuaram na escrita da História nacional profissionais híbridos, ou seja, parte literatos, parte historiadores. Daí decorre o fato de intelectualmente a História por eles produzida não seguir uma regra fixa, impossibilitando, assim, definir estas ou aquelas leituras para estes ou aqueles produtores do saber histórico. Neste sentido, preferimos aportar nosso olhar na leitura de grande parte dos estudiosos do universo intelectual gerador da História nacional, cuja opinião informa que a biografia foi uma faceta da historiografia da época de D. Pedro II.

E a propósito, convém lembrar as palavras escritas por Varnhagen, certamente o mais metódico dos historiadores do segundo Império, em carta endereçada a D. Pedro II:

E aqui repetirei de novo a V.M.I. o que já Lhe disse em 1851, que o motivo principal porque eu emprehendera o florilégio e escrevia biographias de Brasileiros de todas as províncias era para ir assim enfeixando-as todas e fazendo bater os corações dos de umas províncias em favor dos das outras, infiltrando a todos nobres sentimentos de patriotismo de nação, único sentimento que é capaz de desterrar o provincialismo excessivo, do mesmo modo que desterra o egoísmo, levando-nos a morrer pela pátria ou pelo soberano que personifica seus interesses, sua honra e sua gloria.¹⁷⁶

Ora, pelo que lemos no extrato da carta acima transcrita, a biografia tinha funções claras na mente daqueles que a ela se dedicavam. Funções muito próximas e convém seja dito, das propostas defendidas pelo IHGB e pela própria política imperial. Além disso, fica claro que a prática biográfica circulou noutros meios impressos que não a RIHGB. Jornais como o *Diário do Rio de Janeiro*, revistas de letrados como *Ensaio Literário*, edições especializadas no assunto como dicionários e livrações, e mesmo livros, enchiam as

¹⁷⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Carta ao Imperador D. Pedro II*. [14/07/1857]. Apud OLIVEIRA, Maria da Glória, 2007, p. 172.

prateleiras das poucas livrarias do Império dos trópicos com escritos biográficos¹⁷⁷.

Em 1847, João Manuel Pereira da Silva lançaria seu *Plutarco Brasileiro* que, revisto e ampliado seria relançado em 1868 sob o título *Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais*. Apesar de criticado por suas imprecisões, essa obra pode ser tida como marco editorial naquilo que concerne ao estilo biográfico no Império. Aliás, no prefácio da obra, o autor escreveu:

O PLUTARCO BRAZILEIRO é a historia do Brazil em algumas épochas; o autor preferiu adoptar a formula biographica, por lhe parecer que narrando a historia dos homens illustres do seu paiz conjunctamente com as dos grandes successos, que tiveram logar durante suas vidas, mais agradava a seus leitores, e mais folgas lhe dava á sua attenção: a novidade da obra parece-lhe motivo sufficiente para merecer a indulgência do publico.¹⁷⁸

Ao que parece, o gosto popular pela história dos grandes nomes do Brasil realmente impulsionou a publicação de biografias. Tanto que no esteio do *Plutarco brasileiro* vieram títulos como, a *Biografia dos brasileiros illustres*, publicada em dois volumes, no ano de 1861, pelo editor francês radicado no Brasil, Sebastien Auguste Sisson¹⁷⁹, e ainda, o curioso livro *Brasileiras celebres*, saído da pena de Joaquim Norberto de Sousa e Silva.¹⁸⁰

¹⁷⁷ Sintético, mas bom panorama sobre a função da biografia no Segundo Império brasileiro é o levado a cabo no texto de Márcia de Almeida Gonçalves, utilizado no capítulo primeiro desta tese (vide nota 29); cf. especialmente p. 450 et. seq.

¹⁷⁸ SILVA, João Manuel Pereira da. *Plutarco brasileiro*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1847, p. VII-VIII.

¹⁷⁹ A obra em questão *Galeria dos Brasileiros Illustres: (os contemporâneos): Retratos dos homens mais illustres do Brasil, na politica, sciencias e letras desde a guerra da Independência até os nossos dias copiados do natural e lithographados por S. A. Sisson acompanhados de suas respectivas biographias. Publicada sob a protecção de Sua Magestade o Imperador*. (Rio de Janeiro : Lithographia de S. A. Sisson, Editor, 1861, 2 vols), antes de circular como livro de luxo foi editada em livrações tiradas, a partir de 1857, na Imprensa do *Diário do Rio de Janeiro*. Anúncio publicado nas páginas do DRJ em maio de 1857 informa que a coleção de biografias dos homens mais ilustres do Brasil, acompanhada de suas respectivas litografias, seria publicada por S. A. Sisson, e escritas por José de Alencar. Informa ainda que: “A primeira livração sahirá á luz em julho, sem falta, com os retratos e biographias dos Srs. Marquês de Paraná, Eusébio de Queiroz e Barão de Mauá”. Contudo, como podemos ver nas páginas do mesmo jornal, a primeira livração somente viria a público em 14 de setembro de 1857.

¹⁸⁰ Poeta, dramaturgo e romancista, o mineiro Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820-1891) também atuou na lida historiográfica produzindo estudos sobre as letras nacionais. Seu livro de estréia,

No já citado artigo de Maria da Glória de Oliveira, encontramos importantes dados que confirmam a força da biografia no período entre 1839 e 1882, baliza que compreende, portanto, a fundação do IHGB e a última década vivida por José de Alencar.

Valendo-se apenas das publicações referentes à secção *Biographia dos Brasileiros Distinctos por Lettras, Armas, Virtudes, Etc.*, publicada na RIHGB, a historiadora levanta um total de 141 biografias publicadas no correr dos 43 anos em questão, perfazendo uma média, de 3,27 publicações ano.

Conforme visualizamos no Gráfico 01¹⁸¹, os dez primeiros anos da RIHGB concentram pouco mais de 51% da produção biográfica tirada no período em análise. O decênio seguinte, por sua vez, foi marcado por significativa redução no número de biografias impressas nas páginas da revista. Tal fato foi explicado por Maria da Glória de Oliveira como consequência direta da supressão do segmento *Biographia dos Brasileiros Distinctos...*, dois tomos editados entre os anos de 1853 e 1859¹⁸². Armelle Enders, por sua vez, levanta a hipótese de que se foi interrompida a publicação de *Biographia dos Brasileiros Distinctos...*, outras seções da RIHGB continuaram publicando os escritos biográficos¹⁸³.

Por fim, nas duas últimas décadas do nosso recorte investigativo, constatamos uma retomada relativa da produção de textos biográficos, com elevação para quase 20% em cada um dos decênios, contra os 11,35% alcançados entre 1850 e 1860.

Contextualizado o ambiente histórico, julgamos ser hora de analisarmos as especificidades da escrita biográfica de José de Alencar.

Modulações poéticas, publicado em 1841, liga o poeta à primeira fase do Romantismo nacional. Ao mesmo tempo, a abertura do *Bosquejo da poesia brasileira* inscreveria o nome do escritor nos quadros do IHGB, onde ingressa aos 21 anos, sob os auspícios de Januário Barbosa da Cunha. No Instituto, Joaquim Norberto ingressa como sócio correspondente e logo passa a sócio efetivo e sócio honorário, depois a suplente de secretário, secretário, vice-presidente, até chegar à presidência do IHGB, cargo no qual ficará de 1887 a 1891. Mas realmente importa notar o fato de ser ele mais um exemplo do historiador-literato híbrido com produção historiográfica no cenário intelectual do segundo Império. São obras literárias de sua autoria *O livro de meus amores: poesias eróticas* (Nitheroy: Typ. Fluminense de Lopes & C^a, 1849); *Romances e novelas*. (Nitheroy: Typographia Fluminense de Candido MartinsLopes, 1852); *Cantos epicos*. (Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1861).

¹⁸¹ Dados extraídos de OLIVEIRA, Maria da Glória, 2007, p. 161.

¹⁸² Cf. OLIVEIRA, Maria da Glória, 2007, p. 175, nota 37.

¹⁸³ Cf. ENDERS, Armelle, 2000, p. 43.

Em 1856, José Alencar escreveria *O Marquês do Paraná — Traços Biográficos*, pequeno registro da vida de Honório Hermeto Carneiro Leão¹⁸⁴ que, acometido por uma febre perniciosa, morreria a 3 de setembro daquele ano.¹⁸⁵

Nesse trabalho, Alencar fez o panegírico do Marquês em forma de biografia, apresentando importante particularidade em relação ao conjunto da obra alencariana, na qual dificilmente encontramos passagem onde o autor se afirme para além de escritor. No texto em questão, contudo, abertamente Alencar se auto nomina historiador, e mais: ainda aponta de forma clara e inequívoca o dever e o papel daquele que historia, afirmando: “somos historiador, e como tal apenas consignaremos os fatos e as conseqüências, deixando que a posteridade julgue de que lado estava a razão e a justiça”¹⁸⁶.

Antes disso, ainda na abertura da referida biografia, Alencar escreveria: “julgo ter descrito com imparcialidade os fatos mais salientes, assim como os traços mais profundos do seu caráter como homem político”¹⁸⁷.

Ora, as passagens referidas clarificam importantes aspectos da historiografia alencariana, todas, ligadas a uma perspectiva da *Historia magistra vitæ*. Seguindo as diretrizes gerais dos pensamentos acima apontados, podemos dizer que, para Alencar, o historiador trabalha com fatos e conseqüências, devendo ser o mais imparcial possível, sempre evitando fazer

¹⁸⁴ Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná (1801-1856), foi político de destaque na construção do Império brasileiro. Sua vida pública teve início em 1830, assumindo na Assembléia Geral do Império o mandato de deputado por Minas Gerais, vindo a ser, em 1842, escolhido Senador do Império. Ao lado de liberais como Evaristo da Veiga, Paula Sousa e Melo, José Custódio Dias e outros, ele faria forte oposição a D. Pedro I. Peça chave na política brasileira, tanto no Período Regencial, quanto no Segundo Império, Honório Hermeto Carneiro Leão sempre se mostrou homem de forte têmpera, faceta que causaria desentendimentos entre o político e o Imperador, além de lhe custar algo como dez anos de afastamento do governo central, ao qual somente voltaria em 1853, para organizar o ministério de 06 de setembro daquele ano, no qual ocuparia a pasta da Fazenda e a presidência do Conselho de Ministros. Criado em tempos de turbulência política, o ministério organizado pelo então Conde do Paraná, deixaria como marca sua *política da conciliação*.

¹⁸⁵ Esta mesma biografia, cuja primeira impressão foi tirada no Rio de Janeiro pela tipografia do DRJ, viria a ser uma das três primeiras livrações da coleção *Os contemporâneos do Brasil*, organizada por Sisson e publicada pela tipografia daquele mesmo periódico. Como exposto acima, as livrações reunidas e reorganizadas seriam republicadas, entre 1859 e 1861, em dois volumes, os quais agora sairiam pela editora de S. A. Sisson. Exemplar hoje raro, a primeira edição desta biografia foi reproduzida em 1957, entre as páginas 255 e 274 da Revista do IHGB (vol. 236, jul./set.), sendo acrescida das anotações de Honório Hermeto Carneiro Leão Filho. Foi a esta edição que recorremos. Na advertência aposta à biografia, José de Alencar registrou o interesse em retomar o trabalho, conferindo-lhe os retoques necessários. Felizmente este trabalho ficou preservado nas páginas do caderno 5 da coleção José Martiniano de Alencar, guardado na DAH/MHN.

¹⁸⁶ ALENCAR, José de. *O Marquês do Paraná - Traços biográficos*. In: **RIHGB**. vol. 236, jul./set. De 1957, p. 258. Doravante, quando necessário, o texto em questão será indicado pela abreviatura “MP”.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 256.

julgamentos. Além disso, a seu ver, a História serve para que as gerações futuras possam avaliar as ações dos homens, tirando proveito de seus ensinamentos.

A lógica historiográfica apresentada impregnaria, portanto, toda a produção biográfica saída da pena de José de Alencar, ainda muito pouco conhecida e quase perdida no tempo.

Segundo Paulo Roberto de Jesus Meneses, a revista *Perfis acadêmicos*, da Academia Brasileira de Letras indica como fruto do trabalho do autor, além da biografia do Marquês de Paraná, as de Eusébio de Queiroz e de José Martiniano de Alencar, ambas publicadas nas livrações editadas por S. A. Sisson¹⁸⁸.

Apesar das biografias trazidas no livro de Sisson não serem assinadas, alguns fatos corroboram no sentido da certificação do crédito autoral alencariano. No caso do texto sobre o Marquês de Paraná, como vimos acima, o escritor já o havia publicado com assinatura e datação devidamente documentadas. O mesmo não pode ser dito, entretanto, das biografias de Eusébio de Queiroz¹⁸⁹ e do Senador Alencar.

No primeiro caso, encontramos no caderno 5 dos manuscritos alencarianos, a pesquisa e as anotações que registram o trabalho de estudo, projeto e escrita da biografia¹⁹⁰. Já no caso do texto sobre o Senador Alencar, pai do escritor, os manuscritos originais podem ser encontrados no acervo do IHGB. Além disso, no mesmo local encontramos estudo complementar da biografia. Trata-se de um manuscrito fragmentário em cujo topo, fazendo as

¹⁸⁸ Cf. MENESES, Paulo Roberto de Jesus, 2009, p. 168.

¹⁸⁹ Tancredo de Barros Paiva (1929, p. 173-175) apresenta importante levantamento das autorias das biografias publicadas na *Galeria dos brasileiros ilustres*. Para ele, Alencar teria escrito apenas as biografias referentes ao Marquês de Paraná e a seu pai, o Senador Alencar. A biografia de Eusébio de Queiroz, por seu turno, teria saído da pena de outro cearense, Adolpho Bezerra de Menezes. Importante levantamento sobre as autorias das biografias editadas por Sisson pode ser encontrada no monumental *Diccionario bibliographico portuguez* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1870 - 23 volumes) de Inocencio Francisco da Silva. Diferenças significativas foram percebidas quando da confrontação dos dois estudos. Nenhum deles, contudo, nos autoriza afirmar que a biografia de Eusébio de Queiroz seja da lavra de José de Alencar. No entanto, temos ciência de que o autor escreveu uma biografia sobre esse personagem da nossa história, dado que no Caderno 05 dos manuscritos alencarianos encontramos documento fragmentário, composto por quatro folhas, o esboço da dita biografia.

¹⁹⁰ No caso específico da biografia de Eusébio de Queiroz, o manuscrito encontrado no Caderno 5 dos manuscritos de José de Alencar, na DAH/MHN, não corresponde à biografia publicada na *Galeria dos brasileiros ilustres*, mas isso não desabona a certeza da autoria da obra em questão. Pelo contrário, indica que o autor teve outras perspectivas de escrita para o mesmo texto. Afirmamos isso, tendo em vista que a mesma situação pode ser observada no caso da biografia do Marquês de Paraná, personagem histórico para quem Alencar projetou duas versões biográficas, tal como podemos verificar em 17 folhas fora de sequência que compõem o caderno 5 dos manuscritos alencarianos.

vezes de título, lemos a palavra *Introdução*, em que o autor apresenta alguns dados biográficos suprimidos do texto impresso.

Ainda no livro de Sisson, alguns indícios apontam José de Alencar como autor da biografia do Barão de Mauá. Contudo, caminhamos à margem da crítica especializada e, com prudência, assumimos a defesa dessa autoria baseado na informação contida no anúncio da publicação das livrações d'*Os contemporâneos do Brasil*, tiradas em 1857, onde lemos: “a primeira livração (...) com os retratos e biografias dos srs. Marquês de Paraná, Eusébio de Queiroz e Barão de Mauá” foram “escriptas pelo Dr. J. M. de Alencar”¹⁹¹.

Importa frisar, contudo, que o fato do anúncio da publicação trazer tal afirmação não significa dizer que Alencar, de fato, tenha escrito o texto. Aliás, na advertência ao primeiro volume da compilação de biografias editadas por Sisson, ele próprio escreve:

Voltamos hoje à primeira idéia que tínhamos de publicar uma *Galeria dos homens ilustres do Brasil*, acompanhados de notícias biográficas. Deu lugar a isto uma razão mui séria: a impossibilidade em que se acha de fazer as três biografias para cada mês e pessoa encarregada de escrever a obra. Poderiam, é verdade, ser feitas por pessoas diferentes; mas neste caso, tornar-se-á impossível a unidade de pensamento e de vistas que deve haver em uma obra semelhante; o que seria um grandíssimo inconveniente.

Não renunciamos (...) à publicação da obra, com o título: *Os Contemporâneos do Brasil*, pelo Sr. Dr. J. M. de Alencar: pelo contrário, esperamos dar brevemente à luz (...) a história dos brasileiros que têm ilustrado a sua terra. Estas biografias, severamente escritas, farão conhecer o seu autor por uma nova face: a de historiador, título que eclipsará aqueles que já têm como jornalista e romancista.¹⁹²

O escrito não deixa claro se José de Alencar honrou seu compromisso com as três primeiras biografias da coleção, ou se a tarefa ficou a cargo de outra pessoa. Em todo caso, se podemos assegurar a autoria das duas

¹⁹¹ Vide nota 193; infra.

¹⁹² Sisson, S. A. [Editor]. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Brasília: Senado Federal, 2009. O texto original foi tirado no Rio de Janeiro, pela Lithographia de S. A. Sisson, entre os anos de 1859 e 1861. A primeira edição, de 1859, que registra a passagem acima citada, não foi possível consultar. Valemo-nos, da edição contemporânea, *Coleção Brasil 500 anos*, editada à época dos festejos sob curadoria do senador Lúcio Alcântara.

primeiras biografias do primeiro conjunto das livrações e, se o editor buscava dar unidade à obra, parece procedente afirmar que a biografia do Barão de Mauá foi mais um texto alencariano.

Outra personalidade biografada pelo escritor cearense foi o Marquês de Caxias. Este escrito, porém, não guarda nenhuma ligação com a *Galeria dos brasileiros ilustres*. Sua primeira aparição pública foi conseguida nas páginas do *Jornal do Comércio*, de 05 de outubro de 1865, para posteriormente sair na forma de opúsculo, impresso em 1867 nas máquinas da editora Garnier.¹⁹³

O último trabalho do gênero biográfico conhecido e produzido por Alencar foi *Como e por que sou romancista*, autobiografia escrita em 1873, publicada *post-mortem* por seu filho, Mário de Alencar, vinte anos depois do passamento do pai.

O texto nos dá a clara preocupação do escritor, patente em sua escrita intimamente ligada à prática historiográfica do tempo, ou seja, com a redenção da memória pela História. Segundo Márcia de Almeida Gonçalves:

No caso das narrativas biográficas, a apresentação de histórias de vida de personagens reais, a identidade maior desse gênero de escrita, no oitocentos, foi instituída por uma série de recursos narrativos, entre eles a aplicação particular de conceitos tomados como sínteses de valores e ideias acerca da ação dos homens no mundo. A fugacidade da condição humana — seres no e do tempo —, forte percepção da modernidade reificada pelas experiências da Revolução francesa e da Revolução Industrial, foi, em alguma medida, burlada, pela produção de textos materializadores de uma permanência possível, qual seja, o registro dos feitos de uma existência, a produção de sentido para ela, em um jogo de

¹⁹³ Apesar de rara e quase desconhecida, a obra ficou muito bem documentada na história nacional por conta da contenda política vivenciada entre março e abril de 1877, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, que teve por atores principais o Barão de Cotejipe e José de Alencar. O debate entre os dois políticos dizia respeito a uma crítica de Alencar à gestão desenvolvida pela presidência do Conselho de Ministros do Império. Ele ajuizava sobre a corrupção que corroía o Império, destruindo, inclusive, a frágil democracia praticada no Brasil. Em discurso proferido no dia 15 de março de 1877, Alencar desferira pesada apreciação sobre atos do Presidente do Conselho de Ministros do Império, o Duque de Caxias. Este fato, que provocou longa celeuma no plenário da Assembleia, foi uma tentativa de apaziguar ânimos e manter o controle político do Império. D. Pedro II havia ofertado ao Duque de Caxias, brioso herói da Guerra do Paraguai, o já citado cargo. A voz de José de Alencar levantava-se, pois, contra o que entendia ser uma “situação de compadres” da qual emergiria um partido “aristocrático” ou, mais duro ainda, um partido “autocrático”. E o debate em plenário se estenderia ainda por alguns dias, sendo aquela a última disputa em que o escritor se envolveu. Um quadro colorido da cena pode ser lido nas *Reminiscências* do Visconde de Taunay. Outro importante documento que registra a polêmica são os *Annaes da Asembléia Legislativa do Rio de Janeiro* e, portanto, para maior aprofundamento indicamos cf. as datas compreendidas entre 15 de março e 13 de abril de 1877.

significações no qual os conceitos gênio e herói imprimiram os juízos de qualificadores do conjunto dos atos biografados.¹⁹⁴

Visconde de Taunay e Machado de Assis nos informam do temor de Alencar em relação ao esquecimento. Em *Reminiscências*, Taunay registra as seguintes palavras, supostamente ditas pelo autor de *Iracema*: “Você acha que passarei à posteridade? Não nutro essa segurança e, contudo, quanto alento me daria, no meio dos desconsolos que também me vêm do cultivo das letras!”¹⁹⁵. Era o medo alencariano definido por Machado de Assis como “conspiração do silêncio, a conspiração da posteridade”¹⁹⁶. Temor registrado pelo próprio Alencar em sua autobiografia: “eu que, digo-lhe com todas as veras, desejaria fazer-me escriptor posthumo, trocando de boa vontade os favores do presente pelas severidades do futuro.”¹⁹⁷

2.3. Anotações, estudos e interpretações: Independência do Brasil e D. Pedro I nos manuscritos alencarianos

Como veremos no desenvolvimento desta análise, a estética nacionalista alencariana e seu irmão siamês, o método historiográfico aplicado pelo escritor em sua obra de ficção, foram os caminhos preferidos pelo autor para discutir as questões da História nacional, mas não foram os únicos.

A escrita biográfica linhas antes apresentada talvez tenha sido a mais direta e explícita atuação do Alencar historiador, mas certamente também não a única. Nos cadernos da coleção José Martiniano de Alencar, depositados na Divisão de Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro (doravante, DAH/MHN), encontramos importantes fontes comprovativas da lida historiográfica alencariana.

¹⁹⁴ GONÇALVES, Márcia de Almeida, 2009, p. 454.

¹⁹⁵ TAUNAY, Visconde de, 1923, p. 88.

¹⁹⁶ ASSIS, Machado de. *José de Alencar: O Guarani*. In: Op. cit., p. 992. Cf. também _____ *A Estátua de José de Alencar*. In: _____. **Obras Completas (vol. II)**. Rio de Janeiro: Cia. José Aguilar Editor, 1974, p. 624.

¹⁹⁷ CPQSR, p. 54.

Alguns dos manuscritos contidos no caderno 5 do *corpus* informado, apontam para uma produção alencariana diretamente vinculada àquilo que, em conformidade com as ideias de Manuel Salgado Guimarães, designamos pré-historiografia nacional.

Tema recorrente nesses manuscritos é o do Primeiro Reinado. Ao que parece, D. Pedro I e o processo de Independência chamavam a atenção do escritor de modo especial. Tanto assim foi que, no referido volume da coleção José Martiniano de Alencar encontramos nada menos que sete documentos sobre o tema, dos quais, seis fragmentos manuscritos e um texto em provas tipográficas, aparentemente completo.

Este último, único temporalmente marcado, data de março de 1862, mas a leitura do conjunto nos leva a crer que os fragmentos datem dessa mesma época, tendo servido de estudo para a construção desse escrito.

Os documentos chamam atenção pelo fato da história da Independência e do próprio Pedro I não serem temas comuns à historiografia oitocentista, pelo menos, até a década de 1870 e com mais força após 1880.

Entre 1838 e 1878, por exemplo, somente seis textos sobre D. Pedro I e outros temas relacionados ao Primeiro Império seriam publicado nas páginas da RIHGB. Destes, um sairia em 1859, outro em 1868, e os demais ao curso da década de 1870¹⁹⁸. A carência de publicações sobre o tema pode ser explicada à luz das questões políticas em torno da figura dos dois Imperadores, D. Pedro, o pai, e D. Pedro, o filho, uma vez que para a pré-historiografia nacional, D. Pedro I era figura de veras paradoxal.

Se por um lado, ao realizar a Independência do Brasil o primeiro Imperador do Brasil ganhou a imagem de *libertador*, por outro, sua inquebrantável ligação com a política lusitana lhe conferia traços de *traidor*. Síntese maior da duplicidade de caráter projetada em D. Pedro I se revela na abdicação de 7 de abril de 1831, pela qual o proclamador da Independência do Brasil, abrindo mão da Coroa nacional e regressando a Portugal, efetivava a Independência brasileira.

¹⁹⁸ Cf. no *Índice da RIHGB* (Rio de Janeiro, Tomo CD, 1998), especificamente nas páginas 938-942 e 1204-1205. A cliometria acima não levou em consideração os documentos impressos sobre a Independência do Brasil, *passim*, nas páginas das Revistas do IHGB publicadas no período em questão.

A politização em torno tanto desse capítulo da História nacional, quanto da memória de D. Pedro I, não passou despercebida aos olhos de José de Alencar. Assim, na introdução do documento em provas tipográficas lemos:

Quando em torno do monumento nacional, consagrado pelo reconhecimento publico á memoria do fundador do Imperio Brasileiro, sussurra a murmuração politica, e á face da imagem augusta vem, degenerado liberalismo de recente origem, amesquinhar o vulto heroico, é justo que a voz da historia, fria e severa seja ouvida.¹⁹⁹

A postura assumida por Alencar é muito diferente da encontrada na biografia de D. Pedro I, publicada na *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, um dos poucos livros impressos na baliza temporal que compreende os quarenta anos acima delimitados.

Ali, referindo-se ao processo da Independência nacional, o autor incumbido da biografia, afirmava não ser projeto seu “escrever a historia dessa bella época de tanta gloria, de tanta ufania para o nome brasileiro e para o príncipe que se collocou á frente do Brasil”²⁰⁰; continuando, afirmava que apenas indicaria algumas datas, subtraindo-se de qualquer aprofundamento.

Por seu turno, o texto alencariano insistia que a História deveria instruir “perante a opinião o processo politico da independencia do Brasil”, devendo fazer para isso “largo quinhão de gloria ao instituidor da monarchia”²⁰¹.

Para Alencar, o silêncio em torno do primeiro Imperador era fruto do “liberalismo moderno que, debalde, se esforça por negar a D. Pedro I a sinceridade de sua dedicação á causa nacional”²⁰². E é no sentido de resgatar do esquecimento a memória da Independência, que Alencar se propõe a escrever sobre aquilo que nomeia como sendo “o mais importante periodo dos annaes patrios”.²⁰³

¹⁹⁹ ALENCAR, José de. *1820-1821* (em provas tipográficas). DAH/MHN: Caderno 5, JEpi05 [10f], Folha 1. Doravante, sempre que necessário, o documento virá abreviado como “1820-1821”.

²⁰⁰ SISSON, S. A, 1861, p. 8.

²⁰¹ 1820-1821, f. 1.

²⁰² Loc. cit.

²⁰³ Loc. cit.

A arqueologia do texto nos possibilita afirmar que o autor se valeu tanto de documentos oficiais (para usarmos termos daquela época), quanto de obras publicadas por seus contemporâneos. As notas de rodapé, por exemplo, informam que Alencar utilizou a *História Geral do Brasil* de Varnhagen; os *Diários das Cortes gerais, extraordinárias e constituintes da nação portuguesa*²⁰⁴ e uma Carta de D. Pedro I datada de 19 de junho de 1822.

Fragmento manuscrito, também encontrado no caderno 5, indica possível continuidade do documento em provas tipográficas. O fragmento intitulado *Datas e documentos*²⁰⁵ parece ser um fichamento dos *Diários das Cortes* e é composto por duas folhas com anotações desvinculadas entre si, mas unidas pela temática da Independência.

As citações registram as falas de alguns brasileiros integrantes das Cortes Vintistas, entre estes o monsenhor Francisco Moniz Tavares, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva, Cipriano Barata, inclusive o pai do escritor, José Martiniano de Alencar.

Outro fragmento manuscrito, também colecionado no caderno 5, apresenta uma série de anotações sobre D. Pedro I e sua atuação política²⁰⁶. A leitura comparativa do teor desse documento com o conteúdo do *1820-1821* nos possibilita afirmar que o fragmento consiste num estudo para a elaboração da versão alencariana da história da Independência do Brasil, sendo certo que para a consecução daquele escrito o autor também leu as obras tanto de Robert Southey quanto as de John Armitage.

Assim, a partir do cruzamento dos dados colhidos na arqueologia do saber alencariano inferimos que a obra de Robert Southey utilizada por Alencar foi *História do Brasil*, publicada no ano de 1862, na cidade do Rio de Janeiro, da Garnier, numa coleção luxuosa de seis volumes²⁰⁷.

²⁰⁴ Os *Diários das Cortes gerais, extraordinárias e constituintes da nação portuguesa* registram as atas das chamadas Cortes Constituintes Vintistas, primeiro parlamento português de padrão moderno, fruto da Revolução Liberal do Porto, cujo objetivo principal seria a elaboração e aprovação da Constituição de Portugal. Em 1822, mesmo ano em que a Constituição Portuguesa foi aprovada, saíria em Lisboa, pelas máquinas da Imprensa Nacional, a publicação dos *Diários das Cortes*, importante registro dos debates políticos vivenciados entre 24 de janeiro de 1821 e 4 de novembro de 1822, no Palácio das Necessidades, sede das Cortes Gerais. A citação utilizada por Alencar no seu estudo pode ser conferida na página 644 do 6º tomo da coleção dos *Diários*.

²⁰⁵ ALENCAR, José de. *Datas e documentos* (Manuscrito fragmentário). DAH/MHN: Caderno 5, JEpi05 [2f].

²⁰⁶ ALENCAR, José de. *D. Pedro I* (Manuscrito fragmentário). DAH/MHN: Caderno 5, JEpi05 [4f].

²⁰⁷ A tradução para o português ficou aos cuidados do Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro e as anotações à obra couberam à pena do cônego Dr. J.C. Fernandes Pinheiro. É possível que Alencar tenha

Quanto à obra de John Armitage, asseveramos se tratar da tradução executada por Joaquim Teixeira de Macedo dos dois volumes que compunham *The History of Brazil*, editada num volume único, no Rio de Janeiro, em 1837, pela tipografia de J. Villeneuve²⁰⁸.

Mas que importam esses dados? Uma primeira constatação é o tino de Alencar para as novidades historiográficas. Os textos de Varnhagen e de Southey eram produções muito recentes quando da escrita do documento. Outro ponto importante é o fato de Alencar ir buscar informações na documentação da época, confrontando-a, para criticar ora os documentos, ora os autores que lhe dão lastro interpretativo.

Ora, essa postura alencariana, já apresentada e devidamente analisada nos capítulos anteriores, mostra um modo invulgar para a historiografia daquela época, muito mais afeita, salvo raras exceções, a relatar datas e apresentar documentos, afastando-se de qualquer posicionamento crítico em relação ao evento estudado.

Mas examinemos mais a fundo o documento em questão.

Antes de iniciar a discussão em torno daquilo que nomearia como sendo “o drama da indepedência”²⁰⁹, Alencar afirma que o germe do processo independentista estaria pré-posto na revolução de 1773²¹⁰, mas que somente com a chegada da família real às terras do Brasil, o espírito ganharia força suficiente para impulsionar a história nacional para a “virilidade robusta das nações livres”²¹¹. Hegelianamente, José de Alencar anota ser “interessante seguir nas paginas da historia o rastro luminoso da idéa providencial”²¹² do estabelecimento do Império brasileiro. E é nessa perspectiva que traça a evolução dos seus argumentos.

tido acesso ao texto original em inglês. A hipótese que lançamos baseia-se no fato de Alencar citar diretamente a referida obra em inúmeras outras ocasiões, como em Ubirajara que, muito embora diste quase uma década do documento ora analisado, não pode ser entendido, conforme apontamos ao longo desta tese, como fruto de um esforço de momento, mas, e aí sim, como resultado de uma longa gestação intelectual do autor.

²⁰⁸ Identificamos na página 9 da referida obra a exata passagem parafraseada nas anotações de José de Alencar.

²⁰⁹ 1820-1821, f.2

²¹⁰ Trata-se da “Boston tea party”, ocorrida em 16 de dezembro daquele ano, que marcaria o início do processo de Independência norte-americano, concluído em 1776 com a fundação dos Estados Unidos da América. Alencar afirma ainda que os movimentos da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana teriam sido “abortos de uma idéa ainda não amadurecida no espirito publico”. Loc. cit.

²¹¹ Loc. cit.

²¹² Loc. cit.

Toda a primeira parte do documento foi escrita no sentido de apresentar as bases da nação que se ia formar: Alencar primeiro aponta as transformações operadas nas estruturas econômicas quando da chegada de D. João VI no Brasil, em 1808; em seguida aponta as mudanças nas estruturas políticas; por fim, indica a metamorfose havida na intelectualidade brasileira.

Na segunda parte da análise, Alencar comenta rapidamente dois eventos anteriores à Independência brasileira: a Revolução Pernambucana de 1817 e a Revolução do Porto de 1821. Segundo o escritor, os dois movimentos foram fundamentais para a instituição da consciência libertária, promovendo a “explosão precoce das aspirações constitucionais que pullulavam no paiz”²¹³, ratificando a Independência do Brasil que, na sua percepção, já era uma realidade desde 1815²¹⁴.

Na terceira parte do texto, Alencar propõe 1821 como o marco fundante da história política do Brasil. Analisando um documento oficial²¹⁵, o autor afirmaria:

A independência brasileira, idéa vivaz e palpitante, ali estava consagrada no reconhecimento da necessidade de uma lei orgânica especial; mas a adesão á causa da revolução era vaga e incerta: o rei não se pronunciava a respeito da natureza das reformas constitucionais que julgava convenientes, e reservava-se o direito da sanção. Essa reserva foi mal recebida; e promoveu a sedição militar, que levou D. João VI a aderir, sem restrições, ao regimen constitucional.²¹⁶

²¹³ 1820-1821, f.5

²¹⁴ *ibid*, f.4

²¹⁵ Trata-se do Decreto de 18 de fevereiro de 1821 que “Determina que o Príncipe Real vá a Portugal; convoca os Procuradores das Cidades e Villas do Brazil para em Junta de Côrtes se tratar das Leis Constitucionais e crêa uma comissão encarregada de preparar os trabalhos de que se devem ocupar os mesmos Procuradores.” (in: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1821, Página 9 Vol. 1 pt. II).

²¹⁶ 1820-1821; f.6. Ao que parece, a figura de D. Pedro I causava mesmo admiração em José de Alencar. Como veremos no próximo capítulo desta tese, José de Alencar publicaria no ano de 1854, no seu folhetim *Ao correr da pena*, uma cobrança pedindo mais respeito à memória do proclamador da Independência do Brasil. Seguindo esta mesma perspectiva, no documento em análise podemos verificar que a posição do autor continua em favor da memória do primeiro Imperador. Alencar, visava resgatar o primeiro Imperador do Brasil da “erronea opinião de recente data” a qual o rotulava como “inimigo do governo constitucional” (Loc. cit.). Para compreendermos o porquê da imagem de D. Pedro I traidor, basta lermos algumas das obras inaugurais do Romantismo Brasileiro apresentadas ao longo do primeiro capítulo desta tese. Para mais pormenores sobre a vida de D. Pedro e as interpretações construídas a respeito do monarca tanto na historiografia nacional, quanto na historiografia lusitana, vide indicações da nota 22.

Nessa perspectiva, para Alencar, a adesão irrestrita de D. João VI ao regime constitucional advindo da Revolução do Porto abriu espaço para a estreia de D. Pedro como príncipe liberal, “revelação precoce do futuro promulgador de duas constituições representativas, e das mais livres que se inscreveram no grande código político da vida das nações”.²¹⁷

A quarta e última parte do documento apresenta as reflexões alencarianas sobre a reconfiguração dos reinos de Portugal e do Brasil. Para tanto, o autor se valeria de dois documentos: o decreto de 7 de março de 1821, anúncio da partida de D. João VI, e a carta de D. Pedro I para D. João VI, datada de 19 de junho de 1822.

Em tom laudatório, Alencar sublinha a “energia e coragem cívica” de D. Pedro, marcas que o “distinguiu durante sua carreira” e afirma que o primeiro Imperador do Brasil “fez cumprir a lei, respeitar a autoridade constituída, e acatar a soberania nacional representada pelo futuro congresso”²¹⁸.

A interrupção brusca no raciocínio desenvolvido por José de Alencar sugere a continuidade do texto e, no mesmo sentido, ainda no caderno 5, encontramos um manuscrito que confirma essa impressão.

Encimado simplesmente pelo ordinal 5º ²¹⁹, o manuscrito de 11 páginas dá sequência lógica ao raciocínio desenvolvido em 1820-1821 — curiosamente interrompido na quarta seção. O escrito em questão apresenta as reflexões de José de Alencar sobre um documento referente à Independência nacional, nomeadamente, sobre a proclamação feita pelas Cortes Gerais aos habitantes do Brasil no dia 13 de julho de 1821.

Importa frisar que, tanto no documento em provas tipográficas, quanto no manuscrito, Alencar tece pesadas críticas ao pensamento liberal em voga no Brasil. Tal constatação nos faz crer que os estudos alencarianos sobre a história de D. Pedro I e da Independência podem ter servido como introdução (não publicada) às *Cartas Políticas* lançadas entre 1865 e 1868²²⁰, nas quais o

²¹⁷ Ibid, p.7.

²¹⁸ Ibid., p. 10.

²¹⁹ ALENCAR, José de. 5º (Manuscrito fragmentário). DAH/MHN: Caderno 5, JEpi05 [11f].

²²⁰ As *Cartas Políticas* em questão são: 1) *Ao Imperador, cartas de Erasmo*, cuja primeira edição saiu em 1865, seguida de uma segunda edição, em 1866, na qual foi incluída uma *Carta ao redator do Diário* [do Rio de Janeiro]; 2) *Ao povo, cartas políticas de Erasmo*, tiradas em 1866 e acompanhadas das cartas *Ao Marquês de Olinda e ao Visconde de Itaboraí, carta de Erasmo sobre a crise financeira*; e 3) *Ao*

autor apresenta pesadas críticas à conjuntura político-econômica do Império de D. Pedro II.

Além dos documentos já citados, há ainda, no mesmo caderno, uma breve anotação sobre alguns gabinetes ministeriais do Primeiro Reinado. Ali, Alencar apresenta uma descrição constante de nomes de políticos, cargos ministeriais e datas de posses²²¹. Aos nossos olhos, este documento também contribui para o fortalecimento da possibilidade de um projeto de história alencariana do Primeiro Reinado.

Olhos postos nas *Cartas Políticas* de José de Alencar e na *Historia magistra vitæ*, fortemente praticada no Brasil de D. Pedro II, julgamos não ser demais afirmar que Alencar lançava mão do passado Imperial brasileiro para redirecionar o presente político nacional.

Como símbolo da superação da crise política e do espírito nacionalista, o autor de *Guerra dos Mascates* resgataria a imagem de D. Pedro I, providencialmente obliterada pelos interesses políticos promotores de sua abdicação, fortalecidos no Período Regencial e com grande poder de influência na Corte de D. Pedro II.

De qualquer modo, o José de Alencar historiador não escreveria apenas sobre o Primeiro Reinado. Entre seus manuscritos encontramos várias outras anotações, diversos estudos, um tanto de datações, esboços, enfim, de histórias nunca por ele terminadas. Aliás, como informa Araripe Júnior, o escritor “contrahira o habito de escrever dez, doze obras ao mesmo tempo”²²², característica que, como veremos, parece ter-se intensificado nos últimos anos de sua vida.

Mas não seria este o tipo de história da escrita crítica de José de Alencar.

Talvez, desiludido com as práticas historiográficas de seu tempo, o escritor tenha se dedicado de corpo e alma a outro caminho, a Literatura. Em sua escrita, História e Literatura se mostram conscientes uma da outra; fundidas em uma só e formando a *poética historiográfica alencariana*.

Imperador, novas cartas políticas de Erasmo, publicadas no correr dos anos de 1867 e 1868. A referência completa à compilação dessas cartas organizadas, prefaciadas e anotadas por José Murilo de Carvalho, está na nota 155, supra.

²²¹ ALENCAR, José de. *1º Reinado* (Manuscrito fragmentário). DAH/MHN: Caderno 5, JEpi05 [1f].

²²² ARARIPE JÚNIOR, T. A., 1882, p. 217.

Filha direta da crítica sócio-política e da estética nacionalista do autor, o paradigma historiográfico por ele lançado romperia toda a lógica da ciência de Clio em vigência no Império dos Trópicos.

Uma nova História para uma história nova. Não seria essa a pretensão de José de Alencar?

UNIDADE II

Conformando a historiografia poética alencariana.

Capítulo 3

Por um projeto para o Brasil: a estética nacionalista alencariana

3.1. Alencar e seus primeiros anos na imprensa carioca (1851-1854)

Em 1850, advogado feito, José de Alencar retorna à Corte, onde em 1851 iniciaria seu ofício nos tribunais como praticante do escritório de advocacia do Dr. Caetano Alberto Soares. A ciência das leis, contudo, não despertou fortes paixões em Alencar. Tanto assim foi que confessou:

Ao cabo de quatro annos de tirocinio na advocacia, a imprensa diária, na qual apenas me arriscara como folhetinista, arrebatou-me. Em fins de 1856 achei-me redactor chefe do *Diário do Rio de Janeiro*. E' longa a historia dessa luta, que absorveu cerca de três dos melhores annos de minha mocidade. Ahi se acrisolaram as audacias que desgostos, insultos, nem ameaças conseguiram quebrar até agora; antes parece que as afiam com o tempo.²²³

A atuação na imprensa foi estreada *pari passu* com a lida advocatícia. Publicou em 1851, nas folhas do jornal carioca *Correio Mercantil*²²⁴, estudo crítico tendo por objeto *Poesias*, de Augusto Emílio Zaluar. Esse texto parece ter-lhe aberto as portas da imprensa carioca, tanto assim é que, entre 23 de julho e 13 de agosto de 1854, a convite do *Diário do Rio de Janeiro*, passou a escrever o folhetim dominical *Álbum*²²⁵.

Por se tratarem de textos quase desconhecidos e por conterem (ainda que esparsas e descomprometidas) algumas reflexões que colaboram com o

²²³ CPQSR, p. 41-42.

²²⁴ O referido estudo está dividido em pequenos artigos publicados nas segundas páginas dos n^{os} 160, 169, 179 e 200 do *Correio Mercantil* (Rio de Janeiro: Tipografia do Correio Mercantil), tirados respectivamente nos dias 8, 18 e 30 de julho e 23 de agosto de 1851.

²²⁵ Textos praticamente esquecidos, esses quatro artigos que inauguraram a regularidade da pena alencariana na imprensa nacional, são lembrados pelo próprio escritor em artigo publicado n' *O Globo* de 14 de outubro de 1875: "Foi o *Diário do Rio* a primeira das folhas que lembrou-se de convidar-me para seu folhetinista, em 1854, se não me engano".

problema central deste estudo, julgamos por bem discutir certas passagens desse primeiro Alencar folhetinista.

No primeiro artigo da série *Álbum*, dois breves excertos parecem transparecer tanto a visão sobre *memória* quanto o entendimento de *História*, endossados por José de Alencar.

Na primeira passagem, somos informados de ser a reminiscência (memória) “uma segunda vida”; por isso, “a alma tem necessidade de rever-se nas imagens do passado; — é o seu único abrigo nos momentos de tristeza, assim como a esperança o seu unico consolo”²²⁶. Logo em seguida, sobre a *História*, lemos:

Os povos tem o seu grande livro, que é a historia; as cidades tem a sua chronica; mas a alta imparcialidade de uma, a verdade rigorosa da outra não cabem no presente. São livros escriptos para a posteridade, cujo sello só a morte deve quebrar.²²⁷

Os excertos parecem sintetizar alguns importantes aspectos daquilo que viria a ser a poética historiográfica alencariana. Assim, se o segundo trecho nos mostra um Alencar filiado à já mencionada proposta ciceroniana da *História* como mestra da vida, defensor do rigor e do método na construção de um saber verdadeiro e honesto, o primeiro nos revela a visão poética do romancista.

Sinteticamente: a *História*, na perspectiva alencariana, parece fazer-se entre a poesia e a técnica, entre a arte e a ciência; é conhecer e imaginar; estudar e poetizar.

Guardemos isso.

A fundamentar nossa leitura e a balizar nossas ideias, invocamos Aristóteles. Em sua extensa obra colhemos passagem conhecida por muitos, e sobre a qual julgamos valer mais um esforço de reflexão, no sentido de redimensioná-la no âmbito da leitura que propomos sobre a obra de José de Alencar.

²²⁶ ALENCAR, José de. *Album*. In: **DRJ**. Ano XXXIII, N. 200, 23 de julho de 1854, p. 1.

²²⁷ Loc. cit.

Para o Estagirita, “a poesia contém mais filosofia e circunspecção do que a história; a primeira trata das coisas universais, enquanto a segunda cuida do particular”²²⁸. Respeitando toda a tradição surgida em torno da afirmação do filósofo do Liceu, apenas dizemos que, diante da historiografia atual, o problema parece ter encontrado solução.

Na medida em que novos horizontes foram descortinados pela revolução historiográfica de 1930 e amplificados pela *história nova* — e suas ramificações teórico-metodológicas —; no momento em que o método historiográfico começou a ser repensado; desde que o paradigma da verdade histórica foi quebrado, dando origem ao paradoxo do conhecimento do passado; desde então, parece-nos sensato admitir a possibilidade da imbricação entre historiografia e poética como possibilidade válida para o historiador alcançar a passadidade do passado²²⁹.

É claro que ainda estamos no preâmbulo do pensamento alencariano e que, por isso mesmo, esta complexidade teórica ainda não está organizada na obra do autor. Aliás, como sistema ou método ela nunca será formalizada; esta é, na verdade, a pretensão do trabalho que vai se desenvolvendo aqui. De qualquer modo, introduzimos esse assunto com o qual seguiremos adiante, apenas para fundamentar nosso raciocínio.

Nesse caso — e retomando o pensamento de Aristóteles, já agora à luz da proposta alencariana —, podemos afirmar, sem medo de desrespeitar a autoridade do velho filósofo, que a poesia não é maior que a história. Por outro lado, e para tristeza dos historiadores, o inverso também não parece ser verdadeiro.

Com essas duas passagens, ao que parece, José de Alencar já aponta para o fato de que juntas e intimamente irmanadas, estas duas dimensões da ideação humana podem contribuir para a construção da memória de uma sociedade. Convém ressaltar que, mesmo seguindo esse modelo, o escritor não abre mão do rigor documental nem da imparcialidade (ou quanto disto haja) do historiador. De qualquer forma, fica um problema: como proceder para rememorar o que não está documentado?

²²⁸ ARISTÓTELES. *Poet.* VI, 1449b 25-28.

²²⁹ Sobre a questão da *passadidade do passado* cf. RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa - Tomo III*, Campinas: Papirus, 1997, p. 241 et seq.

A alma tem necessidade de rever-se no passado e quanto a isso não há dúvida. Agora, quando não há álbum que registre *aquilo-que-já-foi*; quando as referências que possibilitam a observação do passado simplesmente se esfumam no céu do tempo, o historiador parece ficar impotente.

Certo é que a História tem seus limites quase todos, impostos quer pelo método historiográfico, quer pelas fontes que possibilitam ao historiador “observar” o evento passado. Mas a questão aqui levantada parece ser de outra ordem, pois, de fato, havendo fontes é indiscutível a possibilidade do fazer historiográfico, restando saber, por outro lado, em que medida é possível uma História do esquecido, do preterido, do apagado.

Neste caso — e para ficarmos apenas no universo da poética historiográfica alencariana que pretendemos recompor e estudar —, seria possível à historiografia oitocentista do IHGB, que Manoel Luis Salgado Guimarães alcunhou de pré-historiografia brasileira, construir a história dos povos indígenas quando da chegada dos portugueses? Da mesma forma perguntamos: seria possível, seguindo as teorias e os métodos historiográficos disponíveis no Brasil oitocentista, recompor a história anterior aos contatos interétnicos?

A resposta às duas questões parece ser simples, mas não é.

Olhos postos na História nacional, construída a partir de um problema basilar para a historiografia oitocentista, dado que o Brasil era ainda uma nação de passado muito recente, Alencar parece resolver o problema com sua poética historiográfica. Valendo-se de uma lógica muito particular para reviver o passado, ele abriria espaço para a *inventividade* como método de recomposição *daquilo-que-pode-ter-sido*.

Assim, ao afastar-se da busca *daquilo-que-realmente-foi* José de Alencar lançava-se sobre horizontes de perspectiva, válidos ainda hoje e plenamente aplicáveis na construção da narrativa histórica.

Se não, lembremos Paul Veyne. Para este historiador francês: “não basta afirmar (...) que a história fala ‘daquilo que jamais se verá duas vezes’, também não se trata de pretender que ela é subjetividade, perspectivas em que

interrogamos o passado a partir de nossos valores”²³⁰; não, a guinada é mais radical, a questão é mais profunda!

Ainda segundo Veyne, “a história não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências; ela não explica e não tem método; melhor ainda, a História da qual muito se tem falado nesses últimos dois séculos, não existe”²³¹. Neste sentido, a história não seria nada além que uma narrativa de “fatos reais que tem o homem como autor (...), um romance real”²³².

Ora, no caso de José de Alencar a ideia de uma história sem método nem sequer é cabível. Homem dos oitocentos, com concepções filosóficas ali radicadas, o autor não conceberia tal proposta. Não poderíamos, portanto, sob pena de anacronismo, transpor simplesmente a proposta de Paul Veyne para a inventividade de Alencar. Contudo, a nosso ver, isto não nos impossibilita de refletir sobre a obra do romancista como paradigma próprio, estranho ao modelo historiográfico adotado no Brasil de seu tempo e, por isso (e algo mais), silenciado por seus pares intelectuais.

De qualquer modo, valendo-se da pesquisa histórica própria de sua época e antecipando de alguma maneira a propositura teórica de uma História como *romance real*, José de Alencar parece mesmo construir um *algo novo* em sua literatura, útil para a historiografia atual.

Trabalhando a questão em suas dimensões teórico-metodológicas, tanto n’O *Guarani*, quanto nas suas lendas tupis, o autor encarou o problema cujas primeiras notas mais organizadas viriam escritas nas *Cartas sobre a Confederação dos tamoios*.

Para o romancista, a rusga entre “realidade do passado” e “irrealidade da ficção”²³³ teria que ser superada, pois só assim a História do Brasil poderia ser verdadeiramente construída. Afinal, como o próprio autor (transmutado em narrador) escreveria n’A *Viúvinha*, “eu não escrevo um romance, conto-lhe uma história. *A verdade dispensa a verosimilhança*”.²³⁴

Retomaremos o problema mais à frente.

²³⁰ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UNB, 1998, p.11.

²³¹ Ibid., p.12.

²³² Loc. cit.

²³³ RICŒUR, Paul, 1997, p. 241.

²³⁴ ALENCAR, José de. *A Viúvinha / Cinco Minutos*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860, p. 57 (grifo nosso).

Por hora, voltemos aos primeiros escritos de Alencar publicados na imprensa da Corte. Julgamos ainda serem necessárias algumas considerações a respeito. Sigamos.

Saído do Diário do Rio de Janeiro para assumir cargo na redação do *Correio Mercantil*, entre 3 de setembro de 1854 e 8 de julho de 1855, José de Alencar iniciaria a publicação da primeira parte das crônicas reunidas no volume *Ao correr da pena*, série semanal sobre o cotidiano da Corte. Desentendimentos com a direção da folha diária levaram-no a abandonar o jornalismo por breves três meses, durante os quais retornou à lida de advogado.

Já no início de outubro de 1855, o escritor retornava ao *Diário do Rio de Janeiro*, onde permaneceria até julho de 1858, assumindo, inclusive, o posto de redator-chefe do noticiário. Ali retomaria a escrita de suas crônicas semanais, publicando nova leva entre 7 de outubro e 25 de novembro daquele ano.

Ao correr da pena — e antes, *Álbum* — marca importante etapa no processo de conformação estética do nosso autor. Muito embora, como bem lembra João Roberto Faria, fosse comum aos escritores da época de Alencar exercitar suas penas nas folhas de notícias antes da publicação de suas obras, o caso de Alencar, parece-nos, apresentar certa particularidade.

Discutindo com minúcias o cotidiano da Corte em seus folhetins, o autor versava “sobre os mais variados assuntos, como política, economia, administração e jurisprudência”²³⁵. Daí a experiência como folhetinista ser de fundamental importância para a conformação do perfil intelectual de José de Alencar. Aliás, a revista hebdomadária na qual praticava, põe à mostra uma importante faceta alencariana: a do “antropólogo urbano”.

Ademais, sobre a “prática investigativa” de José de Alencar para escrever seus folhetins, Brito Broca comenta:

condição essencial para ser um bom folhetinista na época era frequentar os salões, os teatros e as galerias da Câmara e do Senado. Os folhetins giravam frequentemente em torno de três assuntos que polarizavam o interesse e as atenções da sociedade brasileira do Segundo Reinado: o mundanismo

²³⁵ FÁRIA, João Roberto. *Introdução: O Rio de Janeiro em 1854 e 1855*. In: ALENCAR, José de. *Ao correr da pena*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. XIII.

(bailes, festas, recepções), a vida teatral (principalmente os espetáculos líricos) e a política (a eterna torcida provocada pelo revezamento dos partidos e a queda dos ministérios).²³⁶

E assim, muito embora misantropo confesso, Alencar fez-se frequentador de bailes e de salões, investindo num processo de *observação participativa* sobre o qual ele próprio escreveria: “se de repente vos tomar a maldita mania de ser escriptor publico, e quiserdes fazer um bello artigo, deixae toda esta mágica de penna e tinta, e vinde comigo uma dessas noites ao theatro lyrico fluminense.”²³⁷

Tal característica se entranharia na escrita de Alencar, desenvolvendo-se na sua dramaturgia, nos seus perfis de mulher e nos seus romances urbanos. Aliada à acuidade da observação do cotidiano estava a finura da ironia do autor, por vezes graciosa, por vezes velada, outras mais hermética e quase sempre ácida. Criticar a sociedade brasileira, teimosa em querer hábitos e notícias d'além mar, viria a ser uma das principais características desses primeiros escritos alencarianos.

Prova do reconhecimento literário desses folhetins foi a edição organizada por José Maria Vaz Pinto Coelho que, com o aval de Alencar, reuniu todas as crônicas em um volume impresso saído das máquinas da Typografia Allemã, no ano de 1874²³⁸. Justificando a organização dos textos em livro, o editor escreveu:

Por sua valia historico-litteraria, ainda mais que por suas louçanias de estylo, estes folhetins não deviam continuar a viver dispersos como folhas soltas, que tivessem servido apenas a satisfazer exigências transitórias.

Foi com elles que o seu author abriu as portas da republica das lettras, onde por vias as mais legitimas não tardou a chegar a soberania, sem nenhuma maioridades antecipadas.

E que respondem cabalmente ao bom juizo que a todos merece, é innegavel. Aqui se descortina já o escriptor que tinha

²³⁶ BRITO, Broca. *José de Alencar — Folhetinista*. In: ALENCAR, José de. **Obra completa Vol. 4**. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar LTDA., 1960, p.632.

²³⁷ ALENCAR, José de. *Album*. In: **DRJ**. Ano XXXIII, N. 207, 30 de julho de 1854, p.1

²³⁸ José Maria Vaz Pinto Coelho incluiu nesta edição uma coletânea de notas da crítica literária brasileira e portuguesa, publicadas em diferentes periódicos da época.

de ser qual o vemos — uma das nossas glórias mais sérias e originaes, o chefe da litteratura brasileira contemporânea.²³⁹

Mesmo Joaquim Nabuco, em meio à longa e acalorada polêmica travada com o autor d'*O Jesuíta*, anotaria, nas páginas d'*O Globo* de 10 de outubro de 1875, serem os folhetins, para José de Alencar, “o ponto de partida de sua vida como homem de letras; são eles que tornam o seu nome conhecido (...); são manifestação do seu talento”. Além disso, Nabuco afirmaria ainda que “nenhum estudo sobre o Sr. José de Alencar seria completo se essa época tão importante de sua vida fosse deixada de parte”²⁴⁰.

Fiado nesta certeza, optamos por trazer para o debate, algumas passagens colhidas ao correr dos olhos sobre o *corpus* dos folhetins. Ademais, convém registrar desde logo: nos trinta e sete artigos do conjunto de folhetins, o termo *História* vem grafado 34 vezes. Isto, *per si*, já diz algo. Por tudo isso, *Ao correr da pena* nos ajudará a revelar a concepção de História presente na escrita do nosso autor.

É possível que no *continuum* do estudo, algumas ideias aparentem redundância, e para isso pedimos vênia. Às vezes o reforço numa mesma questão ajuda a compreender com mais profundidade os problemas que vamos debatendo; outras, a difusa poética historiográfica alencariana nos põe diante de um mesmo tema discutido doutra forma, noutro documento. Paciência, esta é a pesquisa.

Em 15 de outubro de 1854, um domingo, *O Correio Mercantil* apresentava folhetim especialmente interessante para nosso estudo. Refletindo em torno do problema próprio à Filosofia da História, o folhetinista escrevia: “Encontram-se às vezes na historia da humanidade certas coincidências tão notáveis, que parecem revelar uma lei fatal e mysteriosa, um élo invisível que

²³⁹ COELHO, José Maria Vaz Pinto. *Declaração*. In: ALENCAR, José de. **Ao correr da pena**. Rio de Janeiro: Typ. Allemã, 1874, p. XLVI. É esta a edição que utilizaremos para as referências aos folhetins de Alencar. Doravante, sempre que necessário, a referência ao volume será feita pelo uso da seguinte abreviatura: “ACP”.

²⁴⁰ Polêmica de José de Alencar com Joaquim Nabuco. In: BUENO, Alexei; ERMAKOFF, George (orgs.). *Duelos no serpentário — Uma antologia da polêmica intellectual no Brasil (1850 - 1950)*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005, p. 175.

através dos annos e dos séculos prende entre si os grandes acontecimentos”²⁴¹.

Já atentamos para a possibilidade de um Alencar hegeliano. É chegada a hora de retomarmos e requalificarmos a questão. A conduta hegeliana assumida por José de Alencar, ao que nos parece, vincula-se fundamentalmente ao fato de o autor compreender a arte como um importante elemento organizador da sociedade. Neste caso, a posição intelectual do romancista se conforma com as proposituras estéticas do filósofo alemão.

Noutra perspectiva, porém, a lógica historiográfica alencariana não poderia se ligar à História tal como Hegel a entendia, simplesmente porque para este, a proposta de uma circularidade histórica e, mesmo a noção da *Historia magistra vitæ*, adotada por José de Alencar como uma espécie de *métron* coletivo, enquadrar-se-iam naquilo que o idealista alemão chama de *história refletida pragmática*.

Ora, para Hegel cada momento histórico é único *per si*. Para ele não há possibilidade de soluções *históricas* e atemporais que resolvam ou solucionem problemas historicamente comparáveis. Assim, nas palavras do próprio filósofo: “o que a experiência e a história ensinam é que os povos e governos até agora jamais aprenderam a partir da história, muito menos agiram segundo suas lições”²⁴².

Homem do século XIX, imerso no processo da radicalização do Brasil enquanto nação, romântico e, por isso mesmo, patriota e nostálgico, José de Alencar parece quebrar o paradigma hegeliano expresso na ideia de que o Romantismo não constrói nenhuma novidade, posto que esta estética estivesse assente apenas no delírio inebriante do passado, mero simulacro do real experimentável e vivencial.

Ao assumir a postura radical de *inventar metodicamente* o passado para compor uma *história do-que-pode-ter-sido*, José de Alencar apresenta caminho viável de interpretação do pretérito perdido, esquecido, ou ainda, desvalido de fontes capazes de auxiliar na sua recomposição. Neste caso, em certa medida,

²⁴¹ ACP, p. 35.

²⁴² HEGEL, G. W. F. *A razão na História — Uma introdução geral à filosofia da História*. São Paulo: Centauro, 2001. A obra em questão é póstuma, veio à luz em 1837, e não foi nem definitiva, nem integralmente escrita pelo filósofo. O texto mescla manuscritos originais de Hegel com apontamentos de aula tomados por alunos do filósofo, no decurso dos anos de 1822 e 1831. Mais pormenores podem ser observados na introdução de José Gaos à edição espanhola de 1989, da madrilena Alianza Editorial.

com a arte a serviço da moral, Alencar subverte o papel da História como espaço profícuo da realização do Espírito hegeliano. Assim, a obra de José de Alencar simplesmente inaugura uma perspectiva subjetivista da História. E mais: nos seus escritos, desde *Iracema*, especialmente em *Ubirajara*, o autor se lançaria numa reconstrução histórica ético-ontológica dos povos autóctones do Brasil²⁴³.

Retomaremos o assunto. Agora, para não perdermos a metodologia aplicada, voltaremos à análise do texto que motivou esta digressão.

Fazendo a revista da semana no artigo publicado em 15 de outubro de 1854, José de Alencar trazia a público suas reflexões quanto aos “destinos do dia 12 de Outubro, que marca época nos annaes do mundo, da America e do Brazil”²⁴⁴. Ele estava intrigado com um desses acasos comuns ao devir histórico que motivaram muitos pensadores a refletir sobre a casualidade dos eventos, a espontaneidade das datas e, até mesmo a existência de gênio ou espírito norteador da história. No caso, o problema era o seguinte:

Quando se desdobra esta grande pagina do calendário, e se volve os olhos para o passado, vê-se surgir entre as sombras das gerações que morreram dous grandes vultos de heróes, que, separados por mais de três séculos, parecem estender-se a mão por sobre o espaço, como para consolidar a sua obra.²⁴⁵

Os heróis em questão eram Cristóvão Colombo e D. Pedro I. Aquele “descobriu” a América em 12 de outubro de 1492; este oficializou, em 12 de outubro de 1822, a Independência do Brasil. O mais importante, contudo, parece-nos ser a afirmação do folhetinista: “Dous nomes que por si só valem uma historia”²⁴⁶. Embora direta e simplória a frase leva-nos a retomar um problema central para este estudo, ou seja, qual o sentido de História para José de Alencar?

²⁴³ Convém comparar a reflexão aqui desenvolvida com as proposituras de César Sabino no seu já citado artigo *O guerreiro solitário: antropologias precursoras em José de Alencar* (vide nota 125) faz em torno da ideia de um “José de Alencar antropólogo”.

²⁴⁴ ACP, p. 35.

²⁴⁵ Loc. cit.

²⁴⁶ Loc. cit.

No parágrafo subsequente, o próprio Alencar nos dá pistas para responder a essa pergunta. Nele, o autor lamentava o fato de a memória desses dois heróis não ser valorizada, pois “a America e o Brazil deixaram-n’os escriptos apenas nos livros, como uma simples recordação; e tomando um nome de empréstimo, nem ao menos copiaram no mármore ou no bronze aquella pagina de tantas glorias”²⁴⁷.

Mais que uma simples revista semanal, o artigo deslindava um problema relativo à memória da nação abrindo espaço para refletir sobre um tema que (ao menos do seu ponto de vista) parecia ser muito caro à História do Brasil e para o qual os doutos senhores da historiografia nacional pareciam não dar a devida atenção.

Neste sentido, o folhetinista transcende sua função de cronista semanal e se coloca mesmo como pensador da História, apresentando posição sobre o futuro da memória histórica nacional²⁴⁸. Noutras palavras, a crítica alencariana grafada nas páginas do jornal questionava o modelo de construção da memória praticada pela historiografia sua contemporânea.

Destarte, podemos crer que Alencar relacionava a História com o par ordenado *memória* e *monumento*, os quais emergiam abraçados da reclamação motivadora do folhetim.

Outro ponto que não pode passar despercebido é o valor conferido por Alencar à figura de D. Pedro I, silenciada na historiografia brasileira, mas que, como vimos, mereceu por parte do romancista alguns esboços e umas tantas anotações, que versavam sobre a biografia imperial, a política do Primeiro Reinado e até mesmo o processo de Independência.

Ao que parece, neste caso Alencar está mesmo a ironizar diretamente a revista do Instituto, ao afirmar que “o presente, temendo ser offuscado por tão grandes feitos do passado, como que receia transmitti-los às gerações

²⁴⁷ Loc. cit.

²⁴⁸ O problema levantado no texto de José de Alencar, ao que parece, foi largamente debatido pela imprensa da Corte. O próprio José Maria Vaz Pinto Coelho, na nota nº 1, fixada à página 36 de ACP, disse ter reunido “em trabalho que mais tarde tirar[ia] a publico, tudo quanto se disse em prosa e verso por meio da imprensa acerca da estatua a D. Pedro e da projectada a Colombo”. Este trabalho, contudo, por muito que o tenhamos procurado, não foi achado. De fato, supomos que a empreitada nunca tenha sido levada a cabo, pelo que somente seria possível levantar outras leituras concernentes a esse problema a partir de uma investigação paralela que, por motivos práticos ficará para outra oportunidade.

futuras”²⁴⁹. Tal crítica ganha ainda mais sentido quando observamos que, já decorridos 15 anos da RIHGB, nenhum artigo sobre D. Pedro I ou sobre o processo de Independência havia sido publicado nas suas páginas. De fato, somente em 1859 um texto atinente à Independência do Brasil seria incluído na RIHGB, muito embora este não passasse de uma coletânea documental estéril de qualquer crítica ao evento em si²⁵⁰.

Este não foi o único folhetim em que José de Alencar lançou mão de reflexões tendo por objeto a História e a Filosofia da História. Sete semanas mais tarde, no dia 3 de dezembro de 1854, um dia após as comemorações nacionais pelo 29º aniversário de D. Pedro II, Alencar escreveria artigo cujo tema central seria exatamente os festejos e homenagens dispensados ao Imperador.

Assim iniciava o folhetim:

Um dos mais bellos traços, que apresenta a historia da humanidade, é o culto respeitoso que votam os grandes povos aos grandes dias de sua pátria. A influencia mysteriosa que exerce o passado sobre o futuro tem o que quer que seja de grande e de sublime.²⁵¹

Estes novos indícios respeitantes à perspectiva de História alencariana orientam nossa hipótese para uma ciência de Clio a serviço do futuro, ensinando a sociedade com exemplos do passado. Contudo, um elemento novo surge: o culto ao passado. Para José de Alencar:

Ha um sentimento nobre nessa força irresistível que de anno a anno, de século a século, n'um momento determinado, obriga as gerações que se vão succedendo a irem por sua vez

²⁴⁹ ACP, p. 36. Relembramos a epígrafe grafada nas capas da RIHGB: “Hoc facit, ut longos durent bene gesta por anos. *Et possint sera posteritate frui.*”

²⁵⁰ O texto em questão é *Correspondência relativa aos sucessos dados em Portugal e no Brasil: 1822-1823*. (Cf. *RIHGB*. Tomo 22, Rio de Janeiro: 1859, p. 413-439). Convém anotar ainda: somente na década de 1870 o tema voltaria às páginas da RIHGB. Neste período, mais precisamente entre 1873 e 1878, Manuel Duarte Moreira de Azevedo, sócio-efetivo do IHGB, publicou na revista oito artigos, dos quais dois dizem respeito ao ano de 1831, ano da abdicação de D. Pedro I, enquanto os demais focalizam as consequências do evento histórico nos dois anos posteriores, 1832 e 1833.

²⁵¹ ACP, p. 89.

depozitar no livro dos faslos(?) nacionaes o testemunho de uma justa veneração pelas suas antigas tradições, renovando com o exemplo, a fé e a crença nas instituições do paiz.²⁵²

Metaforicamente o autor comparava as datas históricas com marcos dispostos numa estrada que indicam para o peregrino o momento do descanso. Assim também as datas nacionais seriam pausas reflexivas para a sociedade pensar sobre as ações dos grandes nomes.

Seguindo a direção de uma Filosofia da História positiva, Alencar equipararia *nação* e *indivíduo*. Nas palavras do próprio Alencar:

Como o indivíduo, a nação passa por todas as vicissitudes da existência, vai da infância à velhice, do mal ao bem, sofre todas as alternativas da fortuna. Como o homem tem o germen de todos esses nobres sentimentos que vivem no coração, fortifica-os pela união, engrandece-os pelo entusiasmo e os transmite pela tradição.²⁵³

Daí em diante, o autor dedica-se a escrever um breve excuro sobre a formação do Império de D. Pedro II, avivando o Golpe da Maioridade de 1840, e seguindo até os dias em que escreve o folhetim.

Ao que parece, a expectativa de uma “história mestra” entranha-se na conjectura historiográfica alencariana. Um mês antes, no folhetim de 3 de novembro de 1854, cujo mote eram as máquinas de coser, o autor escreveu: “a historia, essa grande mestra de verdades, nos apresenta inúmeros exemplos do grande apreço que sempre mereceu dos povos da antiguidade, não só a arte de coser, como as outras que lhe são accessorias”²⁵⁴.

Interessa perceber que, do ponto de vista do folhetinista, a História parecia ensinar tudo, desde os valores mais elevados de uma sociedade, como o culto à nação, até as questões mais triviais da atividade humana, como o valor da costura.

²⁵² Loc. cit.

²⁵³ Ibid., p. 90.

²⁵⁴ Ibid., p. 56.

No vigésimo primeiro dia de 1855, outro folhetim de José de Alencar, também muito significativo, foi publicado. Neste, o autor sintetizava a História do Rio de Janeiro atentando para o valor da imaginação como meio para refletir sobre o tempo (tanto o futuro, quanto o passado):

Se ha cousa que dê azas ao pensamento, que solte o vôo á fantasia, é uma dessas mudas contemplações pelo silencio da noite, quando n'um momento de tédio o espirito se revolta contra as misérias do presente, e procura além no futuro, ou nos tempos que passaram um novo elemento de força e de actividade.²⁵⁵

Sua escrita, portanto, estava radicada na perspectiva da volta ao passado, pois para Alencar:

A imaginação se lança no espaço, percorre mundos desconhecidos, atravessa o tempo e a distancia, e vai muitas vezes acordar os ecos do passado, revolver as cinzas das gerações extintas, ou contemplar as ruínas de uma cidade opulenta, de um vasto império abatido.²⁵⁶

E mais:

A historia se desenha então como um grande monumento. Ao volver-lhe as paginas, volvem-se os séculos. Os annos correm por minutos. As raças, que desapareceram da face da terra, se levantam do pó, e passam como sombras fugitivas. Cada folha do grande livro, é o berço de um povo, ou o túmulo de uma religião,—um episódio na vida da humanidade.²⁵⁷

Diante disto, o texto reforça a filiação do autor a uma Filosofia da História muito claramente centrada na ideia de *coincidência temporal*, ou seja,

²⁵⁵ ACP, p. 147.

²⁵⁶ Loc. cit.

²⁵⁷ Loc. cit.

para Alencar não há acaso, mas parece existir, isso sim, algum processo histórico definido que organiza a sociedade. Aliás, a propósito do tema o próprio autor escreveu:

O tempo, por uma coincidência notável, parece ter confiado ao mez de Janeiro os maiores acontecimentos, os destinos mesmos desta grande cidade que delle recebeu o seu nome,—que com elle surgiu do seio dos mares aos olhos dos navegantes portuguezes,—e nelle recebeu o primeiro influxo da civilização e ergueu-se das entranhas da terra para um dia talvez vir a ser a rainha da America.²⁵⁸

Seguindo essa linha de raciocínio e tecendo o preâmbulo de sua sintética (mas instigante) “história do Rio de Janeiro”, Alencar anotava:

E todas essas recordações se traçavam no meu espirito vivas e brilhantes. *As sombras se animavam, os mortos se erguiam, o passado renascia.*

Aquella massa negra da cidade que se destacava no meio da escuridão da noite, levantava-se aos meus olhos como um pedestal gigantesco, onde *de momento a momento vinha collocar-se uma grande figura da nossa historia*, que se desenhava no fundo luminoso de um quadro fantástico.

Era uma visão como o sonho de Byron, como a scena da gruta no Mackbeth de Shakspeare.

Vi ao longe os mares que se alisavam, as montanhas que se erguiam, as florestas virgens que se balouçavam ao sopro da aragem, sob um céu límpido e sereno.

Tudo estava deserto. A obra de Deus não tinha ainda sido tocada pela mão dos homens. Apenas a piroga do indio cortava as ondas, e a cabana selvagem suspendia-se na escarpa da montanha.

A bella virgem do Guanabara dormia ainda no seio desta natureza rica e magestosa, como uma fada encantada por algum condão das lendas de nossos paes.²⁵⁹

O excerto não deixa dúvidas quanto aos procedimentos de recorte e escolha estabelecidos por Alencar. O autor narra eventos julgados como

²⁵⁸ Ibid., p. 148.

²⁵⁹ Ibid., p. 148-149.

fundamentais na História da cidade do Rio de Janeiro: enfoca as primeiras navegações na costa da cidade, iniciadas na década de trinta do século XVI; descreve as figuras de Martim Afonso e do conde de Bobadella; narra a cena do ataque à fortaleza de Villegagnon e a bravura de Estácio de Sá; apresenta D. Pedro I e todas as benfeitorias que este deixou para o Rio de Janeiro.

Porém, toda sua História do Rio de Janeiro, deveria ser entendida como “uma pagina perdida (...), folha arrancada a um livro desconhecido, que talvez daqui a algum tempo vos passará pelos olhos, se não tiver o destino de tantos outros, que antes de nascidos, vão morrer entre as chamas”²⁶⁰.

Mas o mais importante é esta crônica que segue agora: “a historia do Rio de Janeiro tem algumas paginas (...) tão bellas, tão poéticas, que as vezes dá tentações de arranca-las das velhas chronicas, onde jazem esquecidas, para orna-las com algumas flores deste tempo”²⁶¹.

Aqui, uma vez mais, a proposta da consubstanciação entre História e Literatura vem à tona na escrita alencariana.

3.2. Esboços da proposta nacionalista alencariana: As cartas de Ig (1856)

Entre 1856 e 1858 Alencar publicou, ainda no *Diário do Rio de Janeiro*, duas biografias: uma de Eusébio de Queirós (1856) e outra do Marquês de Paraná (1856); um romancete intitulado *Cinco minutos* (1856), primeira publicação literária do autor; e ainda dois romances: *A viuvinha* (1857) e *O guarani* (1857).

O envolvimento direto com o jornalismo durou, portanto, de 1851 a 1858, ano em que deixou o *Diário do Rio de Janeiro*. Noutros momentos, nosso autor voltou a colaborar com jornais e revistas e publicou, por exemplo, entre 1869 e 1870, na folha político-literária *Dezesseis de julho*, órgão do Partido

²⁶⁰ Ibid., 150. Como acima afirmamos, José de Alencar dedicou alguns manuscritos à História da Independência do Brasil e mesmo à memória de D. Pedro I. Da mesma forma encontramos na coleção guardada no DAH/MHN os esboços de uma História do Rio de Janeiro, também inconclusa e cheia de lacunas, mas que nos ajuda a compreender a perspectiva historiográfica do autor.

²⁶¹ Ibid., p. 150-151.

Conservador, ao qual estava ligado desde 1861, quando de sua estreia na tribuna parlamentar como deputado por sua terra natal²⁶².

Ainda na década de 1850, mais precisamente de 1856, seria publicado o poema épico de Gonçalves de Magalhães *A Confederação dos tamoios*, obra que recebeu especial atenção do próprio Imperador. O Monarca, inclusive, além de ter feito sugestões para aprimorar o poema ainda arcou com a paga editorial.

E de toda a produção alencariana tirada no *Diário*, talvez a causadora de maior frêmito na Corte tenha sido a publicação das *Cartas sobre a “Confederação dos tamoios”*, nas quais José de Alencar, contrariando interesses políticos, a estética romântica nacional, e a debutante historiografia brasileira, lançaria novas perspectivas sobre os rumos da construção ideológica da nacionalidade brasileira.

Uma nota autógrafa de agradecimento, escrita por D. Pedro II, e apresentada por Lílian Schwarcz em *As barbas do Imperador*, deixa clara a importância política da obra de Gonçalves de Magalhães. No referido documento, respondendo aos elogios do poeta, o Imperador reconhecia o valor nacional do livro e salientava sua importância para o desenvolvimento da nação, mas finalizava afirmando que ainda faltavam à sua Coroa “duas grandes obras: ‘organizar moralmente a nacionalidade, formar uma elite’”²⁶³. Além disso, no documento lemos que para o Defensor Perpétuo do Brasil, a Confederação dos tamoios “era aguardada como grande documento de demonstração de ‘validade nacional’ do tema indígena”²⁶⁴.

Assumido pelo IHGB, sob as bênçãos de D. Pedro II, o projeto romântico de Gonçalves de Magalhães ganhou força política e produziu o que se pode chamar de primeira memória oficial do Brasil, muito embora, como sabemos, não fosse ela a única proposta romântica produzida em nossa terra.

²⁶² Não é possível compreender a obra e a proposta estética de José de Alencar sem conhecer sua conturbada atuação política. Contudo, não há espaço neste momento para desenvolvermos raciocínio aprimorado sobre o tema. Assim sendo, preferimos nos valer da voz do próprio autor. Diz ele: “O único homem novo e quase estranho que nasceu em mim com a virilidade, foi o político. Ou não tinha vocação para essa carreira, ou considerava o governo do estado coisa tão importante e grave, que não me animei nunca a ingerir-me nesses negócios. Entretanto eu saía de uma família para quem a política era uma religião e onde se haviam elaborado grandes acontecimentos de nossa história.” Ibid., p. 142.

²⁶³ SCHWARCZ, Lílian Moritz, 1998, p. 173. Na nota 76 do capítulo 06 da referida obra, a autora afirma que o documento em questão é um “exemplar da obra de Magalhães, que fez parte da biblioteca particular de d. Pedro II, e se encontra no Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora.”

²⁶⁴ Ibid, p. 206.

De fato, dada a qualidade das crônicas impressas nas páginas do *Correio Mercantil* e do *Diário do Rio de Janeiro*, já àquele tempo Alencar impunha sua presença intelectual mostrando, inclusive, personalidade independente em relação ao universo de bajulação que se vinha estabelecendo na Corte de D. Pedro II.

Munido de pena colhida em pássaro garrido do Brasil, José de Alencar, além de observar, analisar e criticar o cotidiano da Corte carioca, com seu estilo ia redefinindo a estética literária da época, chegando mesmo a apresentar novidades para a construção da memória nacional.

Fato é que logo após a publicação d'*A Confederação dos tamoios*, sob o pseudônimo Ig, Alencar lançou uma série de cartas que passariam à história da literatura nacional. Publicadas originalmente nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, ao decorrer do ano de 1856, o epistolário deu início a uma grande polêmica²⁶⁵ em torno do poema. Assim, propondo novo paradigma para o Romantismo e para a nacionalidade brasileira, chegava definitivamente à cena literária nacional o jovem José de Alencar.

Nas oito cartas²⁶⁶ sobre *A Confederação dos tamoios*, José de Alencar trazia à baila, dentre outras, três importantes questões: 1) Uma nova proposta estética para o Romantismo; 2) Uma poética sobre o tema do indígena; e, 3) Uma nova compreensão de História e de nacionalismo.

Interessa-nos analisar os pontos segundo e terceiro; eles nortearão as reflexões seguintes, ajudando-nos a entender como José de Alencar utilizou a História em seus textos. A análise deles nos fornecerá novos elementos para o aprofundamento do conceito de ficcionalização da história alencariana.

O debate acerca da crítica de José de Alencar foi verdadeiramente acalorado. Além das cartas escritas pelo autor, a altercação foi alimentada por sete cartas de Manuel de Araújo Porto-Alegre, assinadas sob o pseudônimo “O amigo do poeta”; um artigo assinado por “Ômega”, pseudônimo cuja crítica especializada crê ter ocultado Pinheiro Guimarães; seis cartas de D. Pedro II,

²⁶⁵ Esta seria apenas a primeira de muitas polêmicas envolvendo José de Alencar. Somente para ilustrar a questão, com Paula Brito polemizou em torno do problema da alforria, tema estampado no final de sua peça *O demônio familiar* (1857); com Franklin Távora debateu sobre o idealismo romântico de *O guarani* (1857), em torno da estética de *Iracema* (1865) e sobre o regionalismo de *O gaúcho* (1870); com Joaquim Nabuco travou acalorada discussão literária sobre os rumos do romance e do teatro brasileiros (1875).

²⁶⁶ As Cartas Sobre a Confederação dos tamoios foram publicadas entre 10 de junho e 15 de agosto de 1856. No mesmo ano Alencar compilou-as em volume publicado pela Empresa Tipográfica do Diário.

que as assinou como “O outro amigo do poeta”; um longo artigo escrito por Frei Francisco de Monte Alverne, e mais quatro artigos de pseudônimos indistintos²⁶⁷.

Em suas cartas, com desinibição e propriedade, Alencar apresenta as falhas formais, teóricas e estilísticas do protegido do Imperador; analisa a métrica do poema; compara o estilo do autor ao dos grandes poetas épicos; desvenda filologicamente os termos indígenas; corrige ideias; enfim, esmiúça o texto e o pensamento de Gonçalves de Magalhães.

O esmero e a qualidade da crítica alencariana mostram a singular capacidade do autor na lida desta difícil arte. Impressiona ainda mais quando levada em conta a diferença de idade entre o crítico, contando então seus 27 anos, e o poeta criticado, na maturidade dos 45.

Aliás, considerando-se verdadeiro o que o próprio José de Alencar escreveu no prefácio da posterior compilação das cartas, o trabalho apresentado revela o nível de erudição conquistado desde o processo de reeducação autoimposto à época do ingresso na faculdade de Direito. Sobre as cartas dizia Alencar: “reconheço que são defeituosas como todo trabalho interrompido por estudos de natureza muito diversa, feito rapidamente e de memória, sem tempo de verificar a citação de livros que li ha bons annos.”²⁶⁸.

A polêmica em questão não se limitou ao campo da literatura. Na verdade, a peleja com seus pares intelectuais deixa transparecer muito das discordâncias com os valores políticos, históricos e nacionais, preconizados

²⁶⁷ A polêmica contou ainda com a participação indireta do poeta Gonçalves Dias, do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, do historiador e romancista português Alexandre Herculano, e do poeta argentino Juan María Gutierrez. Os três primeiros, em cartas respectivamente datadas de 13/09/1856; 24/09/1856 e 06/12/1856, endereçadas ao Imperador D. Pedro II, apresentam suas impressões pouco favoráveis, importa dizer, no tocante ao poema; já o poeta portenho publicou entre os dias 10 e 11 de janeiro de 1857, no jornal *El Orden*, longa apreciação crítica sobre o livro, chegando mesmo a recomendá-lo como modelar para a geração jovem de Buenos Aires. O apanhado de toda essa documentação foi qualificadamente analisado, compilado e publicado por José Aderaldo Castello (cf. CASTELLO, José Aderaldo. *A polêmica sobre “A Confederação dos tamoiros”*. São Paulo: Seção de publicações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953). Dada a metodologia de organização das fontes, também Luís Bueno e Maria Eunice Moreira publicaram, em 2006, edição de especial valor para o estudo da contenda literária, neste volume encontram-se também as participações indiretas acima referidas. (cf. BUENO, Luís; MOREIRA, Maria Eunice (orgs). *A Confederação dos tamoiros*. Curitiba: UFPR, 2006).

²⁶⁸ ALENCAR, José de. *Cartas sobre a Confederação dos tamoiros*, Rio de Janeiro: Empreza Typographica Nacional, 1856, p. 1. Doravante, sempre que necessário, a obra virá abreviada como “CSCT”.

pelos românticos mais próximos ao IHGB e ao Imperador, já postas, conforme apresentado, nas crônicas alencarianas publicadas n' *O Correio Mercantil*²⁶⁹.

Mas, paremos um pouco e lancemos nosso olhar sobre o poema de Gonçalves de Magalhães e o tema por ele escolhido.

Em 1856 ocorreu na Capitania de São Vicente uma revolta liderada pelos tupinambás, contrários às constantes investidas de escravização de seu povo, promovidas pelo então governador daquela capitania, Brás Cubas, e seu companheiro de empreita, João Ramalho. O estopim da revolta, segundo consta, foi a morte de Caiçuru, chefe tupinambá aprisionado por João Ramalho que foi coadjuvado pelos índios guaianases.

Assumindo a liderança de seu povo, Aimberê, filho de Caiçuru, declarou guerra aos portugueses e aos guaianases, articulando grande força com a união dos tupinambás Pindobuçú, Koakira e Cunhambembe.

Coube a Cunhambembe liderar o movimento, que passaria para a História do Brasil como Confederação dos tamoios²⁷⁰. Goitacases e Aimorés, convencidos por Cunhambembe também aderiram à confederação.

²⁶⁹ Para ilustrar o pensamento de José de Alencar sobre o IHGB cf. as crônicas datadas de 26 de novembro e 24 de dezembro de 1854 que foram publicadas n' *O Correio Mercantil* (ACP, p.686-690 e p. 704-709). Vale salientar que o tom da crítica, tanto a social quanto a política, está registrado em toda a sua produção e pode ser notado no método utilizado para escrever seus romances históricos, quer na fina descrição irônica da sociedade oitocentista retratada em seus romances urbanos, quer na reconfiguração estética do seu modelo indigenista, ou em sua crítica literária e seus textos políticos.

²⁷⁰ O episódio, apesar de ter ganhado lugar de destaque na História do Brasil como marco da expulsão dos franceses da costa nacional, ainda carece de atualização historiográfica. Os documentos que registram o evento estão normalmente associados à visão europeia. Pelo lado luso-tupiniquim, temos as observações dos padres jesuítas Manoel da Nóbrega e José Anchieta e, pelo lado franco-tamoio, temos as anotações do frei franciscano André Thevet e do huguenote Jean de Léry. Além dessas fontes, outra referência importante para a recomposição do evento é o relato do soldado alemão Hans Staden. Todos esses testemunhos, contudo, estão permeados por uma visão eurocêntrica em relação aos povos nativos do Brasil; assim sendo, a falta de fontes que narrem uma versão direta dos povos nativos dificulta o entendimento de quem se propõe a analisar a dita Confederação, e quase impossibilita a recomposição histórica do fato. Ainda hoje, a maior parte das informações sobre este capítulo da história colonial brasileira, advém das páginas das *Crônicas da Companhia de Jesus* (Lisboa: Oficina de Henrique Valente de Oliveira, Impressor del Rey N. S., 1663) e da *Vida do venerável Padre Anchieta* (Lisboa: Oficina de Ioam da Costa, 1672), escritas por Simão de Vasconcelos e, dos *Annaes do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e Ca., 1834) de Balthazar da Silva Lisboa. O único livro recente que conhecemos sobre o assunto, *A guerra dos tamoios* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003), de autoria de Aylton Quintiliano, peca exatamente pelo problema acima exposto. No entanto, as análises referentes à história da França Antártica, lançam alguma luz sobre o evento. Neste sentido, ainda que apenas tangenciando a questão, vale cf. TAVARES, Luiz Fabiano de Freitas. *Entre Genebra e a Guanabara - A discussão política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2011 e MARIZ, Vasco e PROVENÇAL, Lucien. *Villegagnon e a França Antártica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. Por fim, aos interessados no tema, indicamos o Dossiê França Antártica publicado no Vol. 27, nº1 da revista eletrônica *História* (São Paulo) (Franca, 2008), destacando o bem arquitetado artigo *História e Ficção na França Antártica* (p.135-142) de Ana Arruda Callado, além do artigo assinado por Beatriz Perrone-Moisés e Renato Sztutman, *Notícias de uma certa Confederação Tamoio*, publicado no Vol. 16, nº 2 da revista eletrônica *Mana* (Rio de Janeiro: 2010, p. 401-433).

Quase que concomitante ao movimento indígena, os franceses chegaram ao litoral daquela capitania, onde sob as ordens de Villegagnon instalaram uma pequena colônia: a França Antártica.

Cientes da Confederação, os franceses passaram a ajudar os tamoios cedendo-lhes algumas armas. A ideia era causar a desestabilização da colônia portuguesa para facilitar a ocupação francesa no território.

A revolta indígena duraria cerca de dez anos, somente sendo suprimida — apesar das eventuais tréguas estabelecidas ao longo do conflito —, com a chegada, em 1567, de Estácio de Sá, que expulsou os franceses e pôs termo ao conflito.

Em carta datada de 1833 e enviada da comuna francesa de Havre ao amigo Candido Borges Monteiro, Gonçalves de Magalhães registrou seu desejo de captar num poema a beleza da terra natal. Nas palavras do próprio escritor: “Hei de descrever-a em um poema em que sonho; mas ainda não achei assumpto nacional que me inspire”²⁷¹. Ao que parece, até aquele momento, a Confederação dos indígenas não despertara a verve poética do autor. Aliás, no mesmo documento, Magalhães escreve quadrinha que ajuda a direcionar nosso olhar:

Um poema é cousa seria,
E pede assumpto elevado,
Estro ardente, grande engenho,
E estudo muito apurado.²⁷²

O grande esforço empreendido pelo inaugurador do Romantismo brasileiro somente teria início em 1849, quando diplomata encarregado dos negócios nacionais em Nápoles. Ardentemente aguardado pelo restrito grupo de leitores brasileiros, o livro somente seria concluído após sete anos de empenho, tempo necessário para a inteligência criadora maturar a idéia, gestar a escrita, escoimando-a de erros, até realizar os arremates. Entrementes, a

²⁷¹ MAGALHÃES, Gonçalves de. *Carta ao Dr. Candido Borges Monteiro*. In: _____. **Poesias Avulsas - tomo 1**. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1864, p. 334.

²⁷² Loc. cit.

imprensa da Corte alimentava a curiosidade dos intelectuais pátrios lançando, com certa frequência, pequenas notas sobre o andamento da obra.²⁷³

Dividido em dez cantos, o épico de Magalhães narrava os eventos da Confederação dos tamoios desde a reunião das tribos, promovida por Aimberê, até a refundação da cidade do Rio de Janeiro e o fim do conflito entre nativos e colonizadores.

A estrutura do livro está assim definida: 1) Um agradecimento do autor a D. Pedro II; 2) O poema em si; 3) Uma seção de notas cuja finalidade era explicar algumas metáforas, uns tantos vocábulos, bem como demonstrar a erudição do vate fluminense.

Lendo com atenção esta última parte do livro, poderemos recompor as leituras que orientaram a inspiração do poeta, dando-lhe o mote para o pretendido épico.

Ao todo, contamos trinta e oito notas no poema, sendo possível classificá-las em três grandes grupos, a saber: 1) Notas sobre a natureza brasileira; 2) Notas sobre vocábulos e costumes dos povos nativos; 3) Outras notas.

Importa frisar que cerca de 30% das notas apostas n'A *Confederação dos tamoios* apresenta referências bibliográficas. Além disso, convém atentar para o fato de aproximadamente dois terços do "corpus" utilizado por Magalhães corresponder às obras de Simão de Vasconcellos, *Crônica da Companhia de Jesus* (1663); Aires de Casal, *Corographia Brasílica* (1817); e Balthazar da Silva Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro* (1834). Aliás, como não poderia deixar de ser, dos três autores referidos o primeiro foi o mais utilizado, contribuindo em muito com os dados aproveitados na confecção do poema.

Em consonância com Pedro Puntoni²⁷⁴, Beatriz Perrone-Moisés e Renato Sztutman apontam que *A Confederação dos tamoios* atuou "na historiografia nacional como um mito fundador"²⁷⁵. Segundo esta perspectiva, Gonçalves de Magalhães instituiu "o nascimento da nação brasileira [através

²⁷³ Cf. p. ex. as notas publicadas na *Revista Guanabara* (especificamente nos seguintes volumes: nº 4, t. II, 1852; nº 10, t. II, 1854 e nº 11, t. II, 1855).

²⁷⁴ PUNTONI, Pedro. *Confederação dos Tamoyos: Gonçalves de Magalhães e a historiografia do Império*. In: **Revista Novos Estudos CEBRAP**. Nº 45, 1996, p. 119-130.

²⁷⁵ PERRONE-MOISÉS, Beatriz e SZTUTMAN, Renato. *Notícias de uma certa Confederação Tamoio*. In: **Maná - Revista eletrônica**. Rio de Janeiro: 2010, Vol. 16, nº 2, p. 402.

do] sacrifício do ‘heroico’ dos índios”²⁷⁶. A ideia aventada é a de que “tal como os troianos fizeram despertar um sentimento grego, os tupi, inimigos faziam despertar um patriotismo ‘brasileiro’”²⁷⁷. Dessa forma, Magalhães tomou os indígenas como símbolo nacional, representando-os “como povos martirizados do passado que permitiam as glórias no presente, dizimados, afinal, pelo bem supremo da nação que já existia como pressuposto e como germe”²⁷⁸.

A perspectiva defendida por Puntoni parece mesmo dar conta do universo poético criado por Gonçalves de Magalhães. E, a nosso ver, serve como chave hermenêutica para uma releitura das críticas lançadas por José de Alencar nas *Cartas sobre “A Confederação dos tamoios”*.

Se não, vejamos.

Entre os versos 29 e 148²⁷⁹ do poema, Magalhães apresenta sua primeira representação do Brasil. É exatamente daí que José de Alencar começa seu exame, afirmando haver muita beleza de pensamento no texto, muito embora o poema não estivesse à altura do assunto²⁸⁰. E, continuando, o crítico ironiza ao escrever: “a descrição do Brazil inspira-me mais entusiasmo do que o Brasil da descrição”²⁸¹.

Se por um lado a poesia de Magalhães não transmitia toda a beleza e pluralidade do Brasil, por outro ela também não elevava o indígena ao *status* simbólico pretendido pelo crítico. Na verdade, segundo Alencar: “a pintura da vida dos indios não tem (...) a menor belleza; uma pagina de um viajante qualquer a respeito da vida nomade dos Arabes do deserto é mais cheia dessa poesia da liberdade selvagem”²⁸².

Ora, sendo a descrição dos indígenas um dos argumentos do canto I da obra em análise e, levando-se em conta a importância do tema para o desenvolvimento do épico, era de se esperar que o poeta desse mais volume às linhas que tratam do assunto. Iniciada no verso 149, a dita descrição dura apenas 9 versos, que são:

²⁷⁶ Loc. cit.

²⁷⁷ Loc. cit.

²⁷⁸ Ibid., p. 403.

²⁷⁹ Cf. MAGALHÃES, Gonçalves de. *A confederação dos tamoios*. p. 3-8. Utilizamos o *fac-símile* da primeira edição de 1856, impresso no volume organizado por Maria Eunice Moreira e Luís Bueno, devidamente referenciado acima na nota 271. Doravante, sempre que necessário, o texto será indicado pela abreviatura “CT”.

²⁸⁰ CSCT, p. 6.

²⁸¹ Ibid, p. 8.

²⁸² Loc. cit.

Raças mil de homens livres sem cultura,
Cuja origem té hoje ignora o mundo,
Estes sertões outr'ora povoaram,
Antes que a industria e as artes, transplantadas
Pelas mãos do Europêo, aqui mudassem
Brutas pedras e troncos em cidades.
Mas quanto, oh Parahyba, quanto sangue
De innocentes indígenas primeiro
Tuas aguas tingio, regou teus campos!²⁸³

Daí em diante Magalhães se põe a desenvolver outra matéria preestabelecida no argumento do canto primeiro da *Confederação*: a perseguição sofrida pelos índios. A esta nova tarefa o poeta dedicou 122 versos, o que deixa claro o caminho por ele adotado.

A estética em que Magalhães assentava seu poema despertou a atenção de Alencar para a ausência da apreciação histórica dos povos indígenas, pois para ele:

esboço historico d'essas raças exticntas, a origem d'esses povos desconhecidos, as tradições primitivas dos indigenas, davão por si só matéria a um grande poema, que talvez um dia alguém apresente sem ruído, sem aparato, como modesto fructo de suas vigílias.²⁸⁴

Como veremos as preocupações de Alencar com a fundamentação histórica do épico de Magalhães estão presentes ao longo de todas as cartas. Tanto assim que o autor chegou mesmo a questionar “uma inexactidão histórica sobre o território habitado pelos tamoyos”²⁸⁵, afirmando que de acordo com suas lembranças das crônicas coloniais os tamoios derivavam da nação tapuia e não da dos tupis, como afirmava Magalhães. Apontava ainda como

²⁸³ CT, p. 8-9.

²⁸⁴ Ibid, loc. cit. Esta passagem tem um valor chave na poética indigenista e na proposta romântica de José de Alencar. O esboço iniciado nas *Cartas sobre a Confederação dos tamoios* viria a ser burilado pelo autor tanto no romance *O Guarani* (1857), quanto no poema *Os filhos de Tupã* (1863), vindo a ser aplicado com maestria em *Iracema* (1865).

²⁸⁵ CSCT, p. 17.

incorreta “a asserção de que os Tamoyos habitassem unicamente o território compreendido entre a serra dos Órgãos e o Cairuçu”²⁸⁶.

Lapso do crítico! Na quarta-feira, dia 6 de agosto de 1856, na página 2 do *Jornal do Comércio*, a polêmica lançada por Alencar viria a ser atizada com a defesa de D. Pedro II que saía em defesa do autor dos versos. Sob o pseudônimo de *Outro amigo do poeta*, o Imperador registrava:

a respeito da inexatidão histórica, lembrarei ao ilustrado censor que os tamoios eram uma tribo dos tupis, e não dos tapuias, como poderá ver lendo as páginas 99 e 100 da *História Geral do Brasil* do Sr. Varnhagen (...) tendo a habitado a maior parte dos tamoios entre a última ponta da enseada do Maranhão e a ponta do Cairuçu, conforme diz Baltasar da Silva Lisboa, à p. 82 do tomo 1º de seus *Anais do Rio de Janeiro*, ficando assim compreendido neste território o de que fala o poeta.²⁸⁷

Convém lembrar que três anos mais tarde, quando da compilação das cartas de Ig, Alencar apensou nota explicativa na qual comentava o descuido cometido. Segundo ele: “quando publicava estes artigos, não tinha tempo de consultar os chronistas para confirmar certos factos que me lembrava haver lido; por isso é possível que em alguns d’elles tenha sido inexacto.”²⁸⁸ Mas ressaltava: “É verdade que nesses pontos sempre me exprimi na dúvida, e confiado apenas na minha memória”²⁸⁹.

E em tom irônico findava o mea-culpa escrevendo:

Não sendo Isto uma obra de historia, pôde passar sem grande inconveniente uma pequena inexatidão, se é que ella existe realmente. Esta explicação deve satisfazer ao autor das Reflexões que me contestou sobre este facto, e mostrar-lhe que sou o primeiro a dar-lhe razão quando elle a tem.²⁹⁰

²⁸⁶ Ibid., p. 18.

²⁸⁷ *Outro amigo do poeta* (D. Pedro II). *Jornal do Comércio*. 6 de agosto de 1853, p.2.

²⁸⁸ Notas, p.5 In: CSCT.

²⁸⁹ Loc. cit.

²⁹⁰ Loc. cit.

Mas sigamos com a crítica na ordem em que veio ao mundo.

Ao iniciar o segundo canto do poema, Gonçalves de Magalhães escrevia: “P’ra acabar co’os ataques reiterados / Dos Lusos, confederam-se os Tamoyos”²⁹¹. Alencar novamente critica a abordagem do poeta ponderando ser este um motivo menor e desapropriado para dar vida à epopeia de um povo. Para ele, não seria a partir da “morte de um simples guerreiro indio, assassinado por dous colonos”²⁹² que se alcançaria o objetivo do poema. Ademais, “derivar de um *facto accidental e sem importancia, a luta de duas raças, a extinção de um povo e a conquista de um paiz*”²⁹³, seria “improprio da grandeza do assumpto”²⁹⁴.

Embasando sua opinião, o crítico chegou mesmo a comparar a *Confederação dos tamoios* às epopeias de Homero, Virgílio, Camões, Torquato Tasso e John Milton, afirmando serem elevadas as causas que fomentam as obras desses autores. Para Alencar, o poema de Magalhães não derivava de “um grande infortunio, ou um sentimento poderoso como a nacionalidade e a religião, ou um acontecimento importante como a descoberta de um novo mundo”²⁹⁵, mas “uma vingança produzida por um facto trivial, um facto bem commum, como era a morte de um indio, n’esse tempo de hostilidades constantes entre os invasores e os indígenas”²⁹⁶.

Ao contrário do que possa parecer aos olhos de um leitor menos atento, José de Alencar não menospreza o peso histórico da opressão lusitana sobre os autóctones brasileiros e, neste caso específico, o problema apontado por ele é fundamentalmente estético²⁹⁷. Para Alencar,

Não é pelo odio instinctivo da côr, não é pelo opprobrio e a vergonha de homens livres reduzidos á escravidão, não é pelo seu bello paiz, dominado por filhos de terras estranhas; não é para vingar as cinzas de seus pais, não é por nenhum d’esses incentivos nobres, que os Tamoyos se confederão; é

²⁹¹ CT, p. 9.

²⁹² CSCT, p. 9-10.

²⁹³ Ibid., p. 10 (grifo nosso).

²⁹⁴ Loc. cit.

²⁹⁵ Loc. cit..

²⁹⁶ Loc. cit..

²⁹⁷ Essa questão estética parece ser a chave para abrir perspectivas sobre uma possível lógica historiográfica alencariana.

unicamente *para acabar com os ataques reiterados dos Lusos*.²⁹⁸

E, na sequência, escreve:

Ninguém ignora que os ataques reiterados dos lusos tivessem por fim escravizar os índios, expulsa-los de suas terras, e que resistindo a elles os Tamoyos deffendião sua patria, sua liberdade, e sua religião; mas é preciso exprimir os grandes sentimentos com a sua linguagem própria.²⁹⁹

E eis que, agora, a crítica alencariana passava a consorciar uma questão política com o problema estético desenvolvido nas cartas. Sua reivindicação era a de uma arte preñe de *novidade nacional*, difusa na intimidade da natureza brasileira, inerte nas particularidades da história pátria.

É neste sentido, portanto, que ao analisar o intervalo compreendido entre os versos 352 e 436 do segundo canto, Alencar criticará a falta de beleza plástica da narrativa³⁰⁰ e o uso abusivamente repetitivo da palavra *sangue*. No trecho em questão, a pena do poeta rege a voz de Aimberê que narra o episódio de um ataque luso à fortaleza de Villegagnon, no qual o guerreiro teria lutado e sido aprisionado. Em seu comentário Alencar apresenta uma reflexão de natureza quase antropológica escrevendo:

O Sr. Magalhães não tem n'esta discripção nenhum lance tragico, mas tem um desfecho que é a prisão de Aimbire. Quando o leitor chega a ella, está enjoado e aborrecido, como um homem que andasse muito tempo pisando charcos de sangue. (...) E note, meu amigo, que esta descripção é feita por um selvagem, habituado aos combates mortiferos de massa e tacape, e a quem por conseguinte essas idéas de sangue devião parecer naturaes, e não causar tanta impressão.³⁰¹

²⁹⁸ CSCT, p. 16.

²⁹⁹ Loc. cit.

³⁰⁰ Para panorama geral da crítica aventada, cf. CSCT, p. 18-23.

³⁰¹ CSCT, p. 22-23.

A vinculação política da crítica alencariana fica evidente quando, a certa altura da terceira carta lemos que “a idéa de que elle [Gonçalves de Magalhães] ia cantar um assumpto nacional, a lembrança de que a sua intelligência e o seu gosto se terião apurado na contemplação e no estudo dos modelos da arte européa”³⁰², tornavam difícil ao crítico realçar o que de bom havia no poema.

Alencar dirigia à intelectualidade da Corte seu desconforto escrevendo: “o mesmo que comigo aconteceu deve se ter dado com todos aquelles que se occupão da litteratura e da poesia de nossa pátria”.³⁰³ E, ironizando, refletia:

Bem sei que o Sr. Magalhães não teve pretensões de fazer uma Iliada ou Odisséa americana; mas quem não é Homero deve ao menos procurar imitar os mestres; *quem não é capaz de crear um poema, deve ao menos crear no poema alguma cousa.*³⁰⁴

A grande reivindicação do crítico, portanto, era a de um poema nacional³⁰⁵, escrito numa estrutura inovadora e capaz de resgatar as memórias pátrias, redefinir a História do Brasil e contribuir com o crescimento moral do país.

Elemento importante para compreensão da novidade literária alencariana — ao mesmo tempo, sua novidade historiográfica —, é a quarta carta do autor na qual ele expõe uma longa reflexão sobre a poesia³⁰⁶, especialmente a passagem que trata do valor do universo indígena para a estruturação da literatura nacional³⁰⁷, “desmentido áquelles que entendem que a nossa natureza não é bastante rica para crear ella só uma epopéa”³⁰⁸. Escrevia então Alencar:

³⁰² Ibid., p. 31.

³⁰³ Ibid., p.31-32.

³⁰⁴ Ibid., p.32 (grifo nosso).

³⁰⁵ Loc. cit..

³⁰⁶ Cf. CSCT, p. 37-42.

³⁰⁷ Cf. CSCT, p. 43-47.

³⁰⁸ CSCT, p. 43.

Esses que assim procedem tem uma idéa que não posso admittir; dizem que as nossas raças primitivas erão raças decahidas, que não têm poesia nem tradições; que as línguas que fallavão erão barbaras e faltas de imagens, que os termos indígenas são mal sonantes e pouco poéticos; e concluem d'aqui que devemos vêr a natureza do Brasil com os olhos do europeu, exprimir-a com a phrase do homem civilsado, e sentil-a como o indivíduo que vive no doce *comfortable*.³⁰⁹

Fica claro então que, para José de Alencar a literatura nacional ainda havia de aprender a utilizar toda a grandiosidade da natureza do Brasil e, em especial, toda a riqueza dos *mitos indecifrados* do passado pátrio, adormecidos nas lendas, tradições e costumes dos povos nativos.

Mas voltando à *Confederação dos tamoios*: nesse quesito, qual o desleixo apontado por Alencar? Para ele, o poeta apenas limitou-se a jogar no texto alguns costumes e lendas colhidas no *Caramurú*, de Santa Rita Durão, e nos cronistas coloniais sem, contudo, “vestil-as e ornal-as com as bellas imagens que desperta sempre a cosmogonia de um povo, por mais bárbaro que elle seja”³¹⁰.

Na continuação, Alencar critica outra passagem do poema. Dessa vez, a análise se dirige ao sonho de Jagoanhara, narrado entre os versos 135 e 441 do sexto canto da *Confederação dos tamoios*.

No dito sonho, São Sebastião, padroeiro do Rio de Janeiro, aparece ao índio goitacá e o leva ao cimo do Corcovado³¹¹, donde lhe mostra a cidade do Rio de Janeiro e todos os grandes acontecimentos que se passaram no Brasil, desde sua fundação até o Golpe da Maioridade que elevou D. Pedro II ao trono. Para o crítico, faltaram “mais lindos versos, e mais elevados pensamentos sobre a conquista do Brasil e sobre o futuro brilhante de nossa patria”³¹².

³⁰⁹ Loc. cit.

³¹⁰ Ibid., p. 45.

³¹¹ Esta passagem no cimo do morro é *topos* literário: está na narrativa bíblica em que Satanás leva Cristo ao alto do monte para descortinar o mundo e prometé-lo ao Filho de Deus, como se isso pudesse fazer; o mesmo ocorre no episódio da “máquina do mundo” em *Os Lusíadas*, no qual Vasco da Gama é conduzido ao cume de um montanha para contemplar o mundo e ter a dimensão de sua empreitada. Na *Retórica*, Aristóteles já enumerava 28 tópicos válidos e 10 falaciosos (cf. ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005). Para uma breve explicação sobre *topos* literário cf. MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004, p.477-478.

³¹² Ibid., p. 47.

Parece-nos, do ponto de vista alencariano, que a nacionalidade brasileira somente seria compreendida quando verdadeiramente estudada. Para José de Alencar, a inteligência de quem se propõe a compreender a *alma nacional* deve estar livre de preconceitos estéticos e morais, pronta a se debruçar nos vazios da história brasileira, e seria a *palavra* ferramenta fundamental para construção deste sentimento de unidade, dessa condição de pertença ao país que se ia construindo.

Subjugada à poesia europeia, a *Confederação dos tamoiós* falhara nas suas intenções. Não foi épico na estrutura nem no tema; não foi inovação poética nem capaz de motivar o sentimento nacional; enfim, não foi nada, além de mau exemplo.

Mesmo assim, Alencar ainda acreditava na força da *palavra*, por ele entendida como a ferramenta promotora do pensamento — quer poético, quer científico — e única forma de efetivação da nacionalidade brasileira. Aliás, a propósito, escreveu Alencar na Última Carta de Ig:

A palavra tem uma arte e uma sciencia: como sciencia, ella exprime o pensamento com toda a sua fidelidade e singeleza; como arte, reveste a idéa de todos os relevos, de todas as graças, e de todas as fôrmas necessárias para fascinar o espirito.³¹³

E continuava afirmando:

O mestre, o magistrado, o padre, o historiador, no exercício do seu respeitável sacerdócio da intelligencia, da justiça, da religião e da humanidade, devem fazer da palavra uma sciencia; mas o poeta e o orador devem ser artistas, e estudar no vocabulário humano todos os seus segredos mais íntimos, como o musico que estuda as mais ligeiras vibrações das cordas de seu instrumento, como o pintor que estuda todos os effeitos da luz nos claros e escuros.³¹⁴

³¹³ Ibid., p. 51.

³¹⁴ Loc. cit.

E novamente podemos ver a já referida imbricação entre estética e política na crítica alencariana. Mordaz, o crítico termina sua análise sobre o livro de Magalhães ratificando a percepção de que a arte tem, sim, uma função social a qual é o caminho melhor para construção do consenso coletivo, pois tem capacidade de penetrar na intimidade do ser, reconhecendo seus mistérios e anseios.

E assim é que, a certa altura da dita carta, Alencar teoriza o consórcio de dois atores sociais, o historiador e o poeta, os quais ele mesmo encarnaria ao curso de sua obra. A síntese do método historiográfico alencariano pode ser encontrada na certeza que o autor tinha de que:

quando o homem, em vez de uma idéa, escreve um poema;
quando da vida do indivíduo se eleva á vida de um povo;
quando, ao mesmo tempo historiador do passado e profeta do futuro, elle reconstroe sobre o nada uma geração que desapareceu da face da terra para mostrá-la á posteridade, é preciso que tenha bastante confiança, não só no seu gênio e na sua imaginação, como na palavra que deve fazer surgir esse mundo novo e desconhecido.

E isso ocorre porque, por esse uso a palavra do poeta-historiador faz surgir “uma época inteira que exprime pela sua voz as tradições, os fados e os costumes”³¹⁵. cremos, portanto, que na sua crítica à *Confederação dos tamoiós*, José de Alencar apontou o caminho para um método historiográfico capaz de promover a história nacional de um modo até então impensado, pois erigido numa (re)construção da “história viva, animada, brilhante como o drama, grande e magestosa como tudo que nos aparece através do duplice véo do tempo e da morte”³¹⁶.

Ora, pelo exposto, não seria demais estabelecer paralelo entre as ideias estéticas alencarianas ora discutidas, e as considerações respeitantes à *ficcionalização da história* propostas por Paul Ricœur em *Tempo e narrativa*.

³¹⁵ Ibid., p. 53.

³¹⁶ Loc. cit.

O filósofo francês, dentre outras possibilidades de ficcionalização, nos fala sobre o conceito de *epoch-making*³¹⁷. Segundo Ricœur, essas marcas pelas quais uma comunidade histórica determina eventos decisivos ou definidores de sua identidade contribuem substancialmente para a própria identidade narrativa do grupo em questão³¹⁸.

Destarte, o ato de registrar os eventos históricos se desdobra numa complexa questão ética. Entre a abstenção de seus sentimentos e a tomada de posição ante o fato analisado, o historiador deve escrever *aquilo que foi*. Ora, o que foi não se sabe, busca-se saber. Esse *buscar saber* é transmitido pela narrativa do historiador. Por isso mesmo, na narrativa historiográfica, historiador e história se confundem.

Seguindo esse viés de raciocínio, traçamos paralelos entre a narrativa do historiador, tal como pensada por Ricœur, e a poesia épica na perspectiva alencariana, pois para Alencar, o poeta épico deve ser autor e ator de sua obra. Exercendo o papel de autor ele prepara a cena, ordena e decora o ambiente, devendo de tal proceder tirar o maior proveito; na condição de ator o poeta está obrigado a empregar um tom e uma elevação que favoreçam seu estilo e suas palavras³¹⁹.

O que lemos nos excertos das cartas de Ig aqui apresentados, portanto, nos parece ser reflexão original e exemplar sobre aquilo que Ricœur, no esteio de Hayden White, afirmaria ser a *imaginação histórica*³²⁰.

A publicação d'O *guarani*, um ano após a polêmica, revelaria o burilamento da teoria estética do autor magistralmente desenvolvida em *Iracema* (1865) e em *Ubirajara* (1873) e aplicada com sóbria maturidade.

Os fragmentos aqui citados indicam ainda a indissociabilidade entre o sentido ético da narrativa de Alencar e seus princípios estéticos. Segundo ele, as palavras seriam “como as vestes do pensamento, que ora o trajão de galas e sedas, ora de lã e de estamenha”³²¹.

Por tudo isso, e seguindo a proposta romântica traçada pelo romancista, podemos afirmar que o poema de Gonçalves de Magalhães não foi um épico;

³¹⁷ RICŒUR, Paul, 1997, p. 324.

³¹⁸ Loc. cit.

³¹⁹ CSCT, p. 16.

³²⁰ Acerca do conceito de *imaginação histórica* vale cf. COLLINGWOOD, Robin G., 1981; WHITE, Hayden, 2008 além, de RICŒUR, Paul, 1997.

³²¹ CSCT, p. 16.

muito menos um poema fundador; tampouco obra de um poeta nacional. Longe de alcançar seus objetivos, *A Confederação dos tamoiós* insistiu em utilizar “a forma com que Homero cantou os Gregos”³²², sem observar que “o verso que disse as desgraças de Troya, e os combates mythologicos não pòde exprimir as tristes endeixas do Guanabara, e das tradições selvagens da America”³²³.

Nessa perspectiva, a nacionalidade havia ainda de ser construída num “poema nacional onde tudo fosse novo, desde o pensamento até a fórmula, desde a imagem até o verso”³²⁴.

As palavras de Alencar sobre o poema de Gonçalves Magalhães demoraram a ser assimiladas tanto pelo poeta quanto por D. Pedro II. Aliás, passados mais de três anos da publicação de suas últimas linhas contra Ig³²⁵, o Imperador ainda se dispunha a escrever sobre o assunto. Em carta datada de 25 de março de 1860, endereçada ao Conselheiro Saraiva, o Monarca escrevia:

já eu fiz o plano de defesa do poema (...) eu não abandono posição de defensor e elogiador (...) Talvez seja ocasião de uma pena florida escrever algumas poesias fazendo realçar as belezas da *Confederação* (...) não queria que o Ig se empavonasse mais descobrindo um único adversário (...) Quanto a ele, ou se entra no grupo, ou se está fora.³²⁶

Ao investigador interessado em encontrar um sentido de História na obra de José de Alencar, julgamos não haver outro caminho que não seja o da análise de sua proposta estética geradora de uma poética historiográfica. A estética alencariana nos permite, portanto, compreender a urdidura filigranada entre História e Literatura promovida nos escritos de José de Alencar, ou seja, permite-nos reconhecer o entrecruzamento da *realidade histórica* (ou daquilo que de real possa haver na produção historiográfica) e da *ficcionalidade literária* (ou do quanto haja de ficção num texto literário).

³²² Ibid., p. 25.

³²³ Loc. cit.

³²⁴ Ibid., p. 24.

³²⁵ As cartas de D. Pedro II em defesa de Gonçalves de Magalhães foram publicadas no *Jornal do Comércio*, ano XXXI, entre 6 e 24 de agosto de 1856.

³²⁶ Carta de D. Pedro II ao Conselheiro Saraiva, 25.03.1860 – Arquivo IHGB. **Apud** SCHWRCZ, Lílian Moritz, 1998, p. 210.

3.3. Paradigma feudal e (po)ética indígena: *O Guarani* (1857) como gênese brasílico

Cinco Minutos, um romancete de 60 páginas³²⁷, foi o primeiro livro publicado por José de Alencar. Estampada nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro* em dezembro de 1856, a história veio a público “em meia dúzia de folhetins que iam sahindo na folha dia por dia, e que foram depois tirados em avulso sem nome do author”³²⁸. A ideia de Alencar era “oferecer aos assignantes da folha, um mimo de festa”³²⁹.

Talvez o projeto tenha sido fruto do desempenho obtido pelo autor na alteração literária por ele protagonizada naquele mesmo ano de 1856, mas disso não podemos ter certeza. De qualquer modo, o livro parece ter sido bem recebido pelo restrito círculo de leitores do Brasil oitocentista, especialmente da Corte carioca. O próprio Alencar anotaria ter ficado feliz com o resultado alcançado pelo livro, pois pôde perceber que tinha “leitores e expontâneos, não iludidos por falsos annuncios”³³⁰.

Findado o ano de 1856, ao que parece, o primeiro sol do ano seguinte fez cintilar a indústria criativa de José de Alencar. De janeiro a dezembro de 1857 brotaram da pena alencariana nada menos do que: um romance, *O Guarani*; uma novela, *Viuvinha*; três comédias, *Rio de Janeiro (verso e reverso)*, *O demônio familiar* e *O crédito*; e ainda um estudo sobre o teatro nacional, *A comédia brasileira - Como e porque sou dramaturgo*; e alguns poemas³³¹. E tudo isso sem deixar de lado a lida jornalística como redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*, onde, além do trabalho administrativo ainda produzia alguns artigos.

De toda essa produção, *O Guarani* deve ser destacado. No *romance brasileiro*, como o próprio autor observa, Alencar aplicou pela primeira vez sua

³²⁷ É assim que o próprio autor se refere à obra, cf. CPQSR, p.42.

³²⁸ Loc. cit.

³²⁹ Loc. cit.

³³⁰ Loc. cit.

³³¹ *O Cidade do Rio*, de 25 de fevereiro de 1889, publicaria, com permissão da família do escritor, dois poemas, *Estrela da tarde* e *Zelos*, conforme registro de Raimundo Menezes em *José de Alencar - literato e político* (Rio de Janeiro: Livraria Martins Editora, 1965, p. 121-122).

proposta estética, lançada um ano antes nas *Cartas sobre “A Confederação dos tamoios”*.

Apresentando uma visão diferente sobre a memória nacional, a obra redesenhava o paradigma historiográfico fomentado pelo IHGB, contribuindo para o processo definatório da nacionalidade brasileira; eis, portanto, seu valor.

Como bem observa Paulo Luiz Esteves³³² (à luz do pensamento de Michel Foucault), no Brasil de D. Pedro II a busca pela identidade nacional se firmava numa *vontade de saber* manifestada no *exercício do poder*. Partindo-se desta ideia e assumindo a proposta lançada pelo autor de que “a gesta coloniza a história [e] através dela produz-se um fio linear que desdobra a nação no tempo desde sua origem até a projeção de um futuro alvissareiro”³³³, um leitor despreocupado poderia facilmente considerar os escritos de José de Alencar como uma simples versão ficcional da historiografia promovida pelo IHGB.

Mas Alencar não se queria simples.

Se a produção ligada ao IHGB buscava aprofundar os vínculos com a ideia de uma história evolutiva e positiva, norteadas pelos fatos e “imune” às paixões do historiador, a escrita de José de Alencar, contrariamente, vinha questionar tal estratégia.

Uma hermenêutica dos textos alencarianos orientada no sentido de compreender sua lógica de criação e o projeto de Brasil do autor, ajuda-nos a perceber a novidade recôndita na obra.

Já nos parece suficientemente clara a importância que Alencar dava a uma novidade literária assente tanto na História quanto nos costumes “brasileiros” para promover o nacionalismo. Neste sentido, a pertinácia do romancista passava diretamente por uma redescoberta da História pátria. Não obstante, e dado o limite que todo historiador tem de acesso ao passado, essa *redescoberta* somente seria alcançada com novos métodos para a escrita da História, ainda mais porque o passado em questão carecia de documentos capazes de fazê-lo emergir das ruínas nas quais jazia.

³³² ESTEVES, Paulo Luiz M. L. *A melancolia de Cecília*. In: **Scripta**. Belo Horizonte, v. 4, n. 8, 1º sem. de 2001, p. 79-84.

³³³ *Ibid.*, p. 79.

Fato é que a unidade da obra alencariana, assentada na busca da *brasilidade*, não pode ser reduzida a uma lógica mecanicista da aplicação da *gesta* em função da História; isso seria simplificar — para não dizermos desqualificar — o grande esforço empreendido pelo autor na empreitada de compreender e descrever o Brasil.

Ainda que Romântico na forma, no estilo e no espaço-tempo em que estava inserido, o texto alencariano já transparecia características da escola Realista-Naturalista, somente estabelecida na literatura brasileira a partir de 1881, com as publicações d'*O Mulato* e de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, respectivamente de Aloísio de Azevedo e Machado de Assis.

Tanto assim que a crítica contemporânea de Alencar já apontava essa característica na obra do autor. No *Diário do Rio de Janeiro*, de 17 de julho de 1858, por exemplo, encontramos nota sobre a recepção pública da peça *As asas de um anjo*, na qual lemos:

Os juízos vários e encontrados que se têm feito a respeito desta peça podem hoje ser devidamente apreciados pelo público; ele dirá se há razão da parte daqueles que condenam o autor por ter querido imitar a escola realista, atualmente tão em voga na França.³³⁴

O caso ganhou força na imprensa carioca e a peça em questão, considerada obscena, chegou mesmo a ser proibida. Mas isso não vem ao caso; importa mesmo é que a ideia de um Realismo alencariano perdurou. Foi Alfredo Bosi que, a nosso ver pôs termo ao debate escrevendo:

Já ouve quem observou o infantilismo das construções alencarianas. Valor é o que aparece como valor. (...) De que “realismo” se trata aqui? É melhor falar do pitoresco ou na curiosidade do pormenor brilhante, destinados romanticamente a criar um halo de diferença em torno dos protagonistas. Mas descontada a intenção, Alencar, ao descrever a natureza e os ambientes internos, é tão preciso como qualquer prosador do

³³⁴ *Diário do Rio de Janeiro*. 17 de julho de 1858.

fim do século. *É claro, há mais participação emotiva no ato de descrever no romântico que no naturalista.*³³⁵

Talvez por isso mesmo, por esse excesso de *participação emotiva* na prosa de Alencar, tenhamos dificuldade de perceber o valor historiográfico de sua obra. Se bem que basta uma rápida leitura n'*A perda das ilusões*, de Valéria de Marco³³⁶, para logo percebermos como, ao longo dos anos, José de Alencar amadurece sua ideia de Brasil; com isso, vai reformulando sua escrita e suas expectativas, ao mesmo tempo em que ratifica sua posição como intérprete do Brasil.

Passemos, pois, ao caso paradigmático d'*O Guarani*.

Já afirmamos ser essa obra o marco da inovação literária alencariana. E isso porque nela, a poética historiográfica do autor foi aplicada pela primeira vez a serviço da reconstrução da memória nacional. Cabe agora analisar como José de Alencar se valeu da história de Peri e Ceci para fundar a nação brasileira.

Para tanto, a partir das observações de Ângela Gutierrez³³⁷ sobre as preocupações literárias de José de Alencar, sintetizamos cinco preceitos que parecem nortear a poética historiográfica do autor, que são os seguintes: 1) Atentar para a construção de uma obra de gênio, em tudo sensível à paisagem brasileira, quer na dimensão natural, quer na especificidade do povo brasileiro; 2) Empreender uma interpretação da História pátria desprovida de preconceitos e capaz de recriar os ambientes históricos, conferindo-lhes novo ar e nova vida; 3) Respeitar as convenções do gênero épico naquilo que toca à nobreza do tom, do assunto e da linguagem; 4) Apresentar personagens com marcas profundamente nacionais; 5) Manter a verossimilhança em boa conta ao apresentar o maravilhoso.

³³⁵ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994. P. 40 (grifo nosso).

³³⁶ MARCO, Valéria de. *A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. Outro caminho para se perceber o que dizemos é proceder um estudo de literatura comparada entre o Alencar político e o Alencar escritor. Este recurso nos permite compreender como a visão política (venturas e desventuras do autor e do Brasil) contribuem para o constante redimensionamento do Brasil descrito por José de Alencar.

³³⁷ Cf. GUTIÉRREZ, Angela. *O Guarani e a construção do mito do herói*. In: **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 1, n. 29 (2), jan./jul, 2009, p. 8-9.

Dado que o objetivo do nosso estudo é compreender a poética historiográfica alencariana, julgamos pertinente aprofundar, à luz da leitura d'*O Guarani*, cada um desses pontos, conferindo especial atenção aos itens 2 e 5, pois estão diretamente relacionados com a decisão metodológica do autor de buscar o máximo possível de fundamentação histórica para suas obras.

A bem da verdade, devemos ter em conta a nota de Machado de Assis, que afirmou ser *O Guarani* “obra pujante da mocidade” de Alencar, além de salientar ter sido essa obra escrita conforme a “medida da publicação” dos folhetins, “ajustando-se a matéria ao espaço da fôlha”³³⁸.

Aliás, na abertura da primeira edição d'*O Guarani* — pouco conhecida dos leitores atuais, pois suprimida das edições posteriores —, Alencar escreve ser este livro um “ensaio de romance nacional (...) filho de uma inspiração de momento”³³⁹. O autor (que até aquele momento não se dizia romancista), afirmava ser seu livro “um esboço ou para fallar em linguagem de jornalista, uma prova typographica”³⁴⁰, suscetível de revisão.

Cioso da obra, mesmo assim Alencar questionava o estilo nela aplicado e, também, “alguma inexatidão de factos”³⁴¹, afirmando que o único merecimento dela seria o “de fallar de cousas da nossa terra dos primeiros tempos da colonisação, e de *misturar algumas reminiscencias historicas aos costumes indígenas*”³⁴².

Essa mescla entre história e tradição (atenção para a diferença estabelecida pelo autor) produziria uma nova interpretação do Brasil. Aliás, este novo enfoque seria completado pelas “notas que vão no fim [da obra para explicar] algumas cousas que muitos não conhecem, por serem especialíssimas ao interior do Brasil”³⁴³.

E é dessa maneira que o autor pretende mostrar a seu leitor que, no livro, “a imaginação não fez mais do que dar algum colorido a *costumes*

³³⁸ ASSIS, Machado de. *José de Alencar: O Gurani*. In _____. **Obras completas (v. 3)**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1973, p. 923. Este texto foi originalmente escrito em 1887, como prefácio de uma edição d'*O Guarani*, de que apenas saíram os primeiros fascículos.

³³⁹ ALENCAR, José de. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diario, 1857, Parte I, p. 1. Doravante, quando necessário, o texto em questão será indicado pela abreviatura “G”

³⁴⁰ Loc. cit.

³⁴¹ Loc. cit.

³⁴² Loc. cit. (grifo nosso).

³⁴³ Loc. cit.

nacionais, que podem se tornar uma fonte de poesia para a nossa literatura"³⁴⁴.

Seguindo sua proposta estética, José de Alencar inicia *O Guarani* delineando espaço e tempo para a história. O cenário escolhido é o interior do Rio de Janeiro, entrecortado pela sinuosidade do rio Paqueta; o século é o XVII, bem no seu princípio, quando a coroa portuguesa detida pelo Rei Filipe III da Espanha (II em Portugal), integrava a União Ibérica.

A narrativa do livro se desenvolve a partir de uma dinâmica ambivalente. Nas páginas dadas, dois mundos se entreolham: de um lado a selva, o rústico, o primevo; de outro a civilização, a fidalguia, a História desenvolvida. Ali a expectativa, cá a possibilidade. A castidade americana abria-se sob o vigor lusitano. Dois mundos, duas realidades, mas apenas um destino. Eis a matéria da história: a imbricação de universos culturais, a feitura de uma novidade.

É com paixão que Alencar se dedica ao projeto. Seu sentimento está nas páginas do livro, permeadas pelo maravilhoso, coloridas de fantasias. Alencar, assim, rememorando o esquecido (re)criava o Brasil.

Para Valéria de Marco, o cenário que abriga a história do livro

transcende sua função primeira de pano de fundo, ganha tons e sons das paixões que nele se desenvolvem, configurando o espaço anímico, na justa medida da narrativa romanesca, na medida adequada para atribuir, ao caráter plástico da descrição, o poder de pulsar.³⁴⁵

Ao se valer dessa estratégia, Alencar parece lançar mão de um recurso muito próximo daquilo que Lucien Febvre chamaria de *utensilagem mental*³⁴⁶. Esforçando-se por articular palavras, conceitos ou noções próprios ao universo mental da época que descreve, o autor introduziu em sua história notas da psicologia social do Rio de Janeiro colonial, promovendo o reavivamento de mentalidades próprias a um passado suposto.

³⁴⁴ Loc. cit. (grifo nosso).

³⁴⁵ MARCO, Valéria de, 1993, p. 22.

³⁴⁶ Cf. FEBVRE, Lucien. *Le Problème de Vincroyance au XVIe siècle, la religion de Rabelais*. Paris: 1968 (2.a ed.), especialmente a partir da página 328 (et. seq.), onde o autor apresenta suas considerações sobre utensilagem mental.

Roger Chartier, em *História cultural*, alerta para as observações do filósofo e sociólogo francês Lucien Lévy-Bruhl, autor de *A mentalidade primitiva* (1922). Este defendia que tanto os etnólogos quanto os historiadores deveriam reestabelecer seus horizontes investigativos:

Em vez de nos substituírmos em imaginação aos primitivos que estudamos, e de os fazermos pensar como nós pensaríamos se estivéssemos no seu lugar, o que só pode conduzir a hipóteses quanto muito verosímeis e quase sempre falsas, esforcemo-nos, pelo contrário, por nos pormos em guarda contra os nossos próprios hábitos mentais e *tratemos de descobrir os dos primitivos através da análise das suas representações coletivas e das ligações entre essas representações*.³⁴⁷

O *Guarani*, também seria o ensaio de José de Alencar naquilo que diz respeito à sua procura das *representações coletivas* do passado colonial. Somente a partir do momento em que o autor substitui a estrutura que converte a narrativa do romance em lenda, é que notamos a profundidade das intenções alencarianas. *Iracema* e *Ubirajara*, portanto, viriam a ser a materialização dessa lógica historiográfica.

Partindo dessa perspectiva, a obra em questão só pode ser interpretada dentro do plano ideológico alencariano, pois frente à totalidade da obra do autor e lida à luz das corretas chaves interpretativas fornecidas pelo próprio romancista, o romance brasileiro explode, lançando aos ares a cor local, descortinando uma complexidade nacional ainda pouco vista à época do lançamento d'O *Guarani*.

A trama d'O *Guarani* é simples. Baseia-se no amor devoto de Peri, autóctone brasílico, por Ceci, filha de D. Antônio de Mariz, leal vassalo da coroa portuguesa.

Mas não é tanto a diegese — tipicamente romanesca — que chama atenção no livro, mas as estratégias alencarianas utilizadas para fazer florescer a novidade brasileira.

³⁴⁷ CHARTIER, Roger. *História Cultural - Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002, p. 37-38 (grifo nosso).

Valendo-se de um jogo antitético, o livro deixa transparecer sempre dois universos, dois mundos. Tudo está aportado nas duas vivências e nas duas culturas que, convivendo no mesmo espaço, devem se adequar uma à outra.

Se algo parece estranho é o fato de Alencar ter infundido um universo feudal à selva brasileira. Mas não foi à toa que ele se valeu dessa estratégia. Na verdade, com ela o autor fez dialogar dois valores julgados como fundamentais na constituição nacional: de um lado a natureza selvagem do Brasil, pura e casta; de outro, o passado lusitano, cheio de glórias e heroísmos.

Ressaltando as belezas naturais do Brasil, Alencar desenha o espírito de Peri. Recorrendo ao passado português, constrói o perfil moral de D. Antônio de Mariz. Do encontro entre a índole natural e o espírito moral, o autor promoverá o futuro brasileiro.

D. Antônio de Mariz é um ser histórico; existiu, viveu, agiu no mundo. Como o próprio autor indica nas notas apostas n' *O Guarani*, as informações que o ajudaram a construir esta personagem foram colhidas nos *Anais do Rio de Janeiro* de Baltazar da Silva Lisboa, obra também utilizada por Gonçalves de Magalhães quando da composição d' *A Confederação dos tamoios*.

Convém ressaltar que no caso d' *O Guarani*, o estudo de Balthazar da Silva Lisboa foi de suma importância. Como podemos conferir no Gráfico 02 José de Alencar se valeria de vários autores para compor seu livro, merecendo destaque os nomes do já citado Balthazar da Silva Lisboa e de Gabriel Soares de Sousa que, juntos, perfazem cinquenta por cento das referências apresentadas pelo autor.

Isto nos parece importante de ser anotado, pois se por um lado Gabriel Soares de Sousa, homem do século XVI, foi observador e partícipe do universo colonial brasileiro, por outro Balthazar da Silva Lisboa, baiano, nascido em 1761, escreve com ares de historiador que investiga aqueles primeiros anos do Brasil. Destarte, Alencar parece confrontar um documento da época colonial, com as opiniões escritas entre os anos de 1834 e 1835, por um historiador.

O que pretendemos ressaltar aqui é o fato de José de Alencar manipular documentos e análises de forma crítica e com perspicácia historiográfica bastante avançada, se comparada à História produzida no IHGB daquela época. Tanto assim é que, ao buscarmos nos estudos publicados na Revista

do IHGB, estratégia historiográfica parecida, poucos serão os historiadores destacados.

Aliás, quase uma década antes do primeiro folhetim d'O *Guarani* aparecer nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, o próprio Imperador D. Pedro II, em fala pronunciada na 212ª sessão do IHGB, datada de 15 de dezembro de 1849, já pedia uma mudança de curso na produção do Instituto, dizia S.M.I.:

Sem dúvida, Srs., que vossa publicação trimestral tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço, que também no novo merecem as applicações da intelligencia; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só reunaes os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quasi que unicamente, como tambem, pelos vossos proprios torneis aquella a que pertenço digna realmente dos elogios da posteridade.³⁴⁸

Na mesma sessão, D. Pedro designaria Gonçalves Dias, Duarte da Ponte Ribeiro, Francisco de Paula Menezes e Joaquim Norberto de Souza Silva para estudar e dissertar sobre os respectivos temas: 1) Comparando-se os indígenas da quinta parte do mundo com os indígenas brasileiros e, levando-se em conta as épocas das respectivas descobertas, quais dos dois grupos autóctones apresentavam melhores condições para o processo civilizatório?; 2) Quais os usos, costumes, palavras e frases dos índios brasileiros ainda em uso entre a sociedade nacional polida?; 3) O estudo e a imitação dos poetas românticos contribui para o desenvolvimento da poesia brasileira?; 4) Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil ao acaso ou teria tido acesso a algum indício da existência das terras brasileiras?³⁴⁹

Ora, essas indagações mostram bem o rumo que o Imperador propunha para as pesquisas históricas desenvolvidas no IHGB. A intenção era modernizar tanto o pensamento quanto a escrita historiográfica desenvolvidos naquele Instituto. Manoel Luiz Salgado Guimarães em *Historiografia e Nação no Brasil*, afirma que “os dois primeiros temas receberam atenção significativa

³⁴⁸ 212ª Sessão em 15 de dezembro de 1849. In: **RIHGB**, Rio de Janeiro, 12 (16), out-dez, 1849, p. 551.

³⁴⁹ Ibid., p. 554.

por parte do Instituto”³⁵⁰, pelo menos no espaço de tempo compreendido entre 1850 e 1857.

No entanto, voltando os olhos para os artigos dedicados à questão indígena que, do nosso ponto de vista estaria diretamente ligada aos temas 1 e 2 e, tangencialmente correlacionada ao tema 3 (daqueles propostos por D. Pedro II, e que corresponderiam a cerca de 73% do total de artigos publicados entre 1850 e 1857, como o próprio Manoel Luiz Salgado Guimarães afirmou³⁵¹), notaremos que a inovação historiográfica pretendida e incentivada pelo Imperador não avançou muito.

Acerca dessa questão, o romântico Joaquim Manuel de Macedo, autor d'*A Moreninha* (1844), e primeiro-secretário do Instituto, chegou mesmo a defender, em 1853, a manutenção do sistema adotado pelo IHGB. Segundo este intelectual:

A desproporção que realmente se observa entre a publicação de manuscritos antigos e a dos trabalhos dos membros do Instituto explica-se pela conveniência que ha em salvar de uma vez dos sorvedouros do tempo essas memorias do passado que por felicidade lograram chegar até nós vencendo os gêlos de uma fatal indiferença que tantas obras nos fez perder.³⁵²

Mesmo assim, na continuação, o primeiro-secretário diria que “os preciosos escriptos devidos ao estudo e ás meditações dos nossos consocios”³⁵³ seriam, pouco a pouco em maior número na RIHGB.

Tomando por base a baliza temporal de 1850, ano imediatamente posterior à 212ª sessão do IHGB e o pedido de D. Pedro II, e 1857, ano em que José de Alencar lançaria *O Guarani*, analisamos as publicações de artigos ligados à temática indígena na RIHGB e concluímos que em sete anos, vinte artigos foram ali publicados, conforme a flutuação apresentada no Gráfico 03:

Munido dessa informação e com a intenção de verificar quais as principais preocupações da RIHGB no tocante à temática indígena,

³⁵⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, 2011, p. 80.

³⁵¹ Ibid., p. 143.

³⁵² *Relatório anual do primeiro-secretário do IHGB, Joaquim Manuel de Macedo. RIHGB. Rio de Janeiro: 16 (12), out-dez/1853, p. 568.*

³⁵³ Loc. cit.

organizamos os vinte artigos em cinco grupos temáticos, pelo que chegamos aos dados expostos no Gráfico 04:

Convém prestar atenção no fato de que cinquenta por cento dos artigos referentes à questão indígena publicados na RIHGB, dentro do período focado, foram, em partes iguais, de *documentos* e de *memórias ou descrições*. Não houve, portanto, até 1857, nenhuma alteração significativa na lógica historiográfica desempenhada pelo Instituto, pelo menos naquilo respeitante à temática indígena.

Voltemos então ao livro e seu universo feudal.

O capítulo que introduz a personagem D. Antônio de Mariz tem por título *Um antigo fidalgo*³⁵⁴. Ao que parece, a intenção de Alencar era fazer emergir de Mariz os pares ordenados *passado-futuro* e *Portugal-Brasil*.

Matrizes genéticas da trama urdida no romance, os binômios fixam-se na duplicidade do sentimento da personagem em questão, ao mesmo tempo “fidalgo português cota d'armas e um dos fundadores da cidade do Rio de Janeiro.”³⁵⁵.

Não bastasse isso, D. Antônio de Mariz também era “um dos cavalheiros que mais se haviam distinguido nas guerras da conquista, contra a invasão dos franceses e os ataques dos selvagens”³⁵⁶.

A lealdade à coroa portuguesa era a marca fundamental desta personagem que, aliás, desconhecendo a validade da sucessão monárquica estabelecida em Portugal³⁵⁷, entendeu que “seu braço e a sua coragem de nada valião ao rei [e] jurou que ao menos lhe guardaria a sua fidelidade até a morte”³⁵⁸, pelo que, tomando “seus penates, o seu brasão, as suas armas [e] a sua família, foi estabelecer-se naquela sesmaria [do Rio de Janeiro] que lhe havia sido concedida por Mem de Sá”.³⁵⁹

³⁵⁴ A partir da quarta edição o título foi alterado para *Lealdade*. A esse respeito, cf. nas páginas 76 e 77 do primeiro volume do *Plano das obras de ficção de José de Alencar* (Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1951), o historial sobre as edições d’*O Guarani*. Para a edição especificada, José Olympio se valeu da quarta edição, publicada em 1873 (não há certeza sobre o ano da publicação), na qual José de Alencar introduziu várias correções na estrutura do romance.

³⁵⁵ G, Parte I p. 11.

³⁵⁶ Loc. cit. Ao que parece a utilização de D. Antônio de Mariz como personagem d’*O Guarani*, remete à crítica de Alencar à CT, de Gonçalves de Magalhães.

³⁵⁷ Ibid., p. 12, onde lemos: “Quando pois, em 1582, foi aclamado no Brasil D. Filipe II como o sucessor da monarchia portugueza, o velho fidalgo embainhou a sua espada e retirou-se do serviço etc.”

³⁵⁸ Loc. cit.

³⁵⁹ Loc. cit.

Mas o mais genial vem agora, pois:

Ahi, de pé sobre essa eminência em que ia assentar o seu solar, D. Antônio de Mariz erguendo o seu vulto direito, e lançando um olhar sobranceiro pelos vastos horizontes que se abrião em torno d'elle, exclamou:

— Aqui sou portuguez! Aqui póde respirar á vontade um coração leal, que nunca desmentio a fé do seu juramento. Nesta terra que me foi dada pelo meu rei e conquistada pelo meu braço, nesta terra livre, tu reinarás, Portugal, como viverás n'alma de teus filhos. Eu o juro!³⁶⁰

Falamos da duplicidade do sentimento da personagem D. Antônio de Mariz porque seu juramento não o liga apenas a um *Portugal europeu*, mas também, a um *Portugal brasileiro*. O gesto praticado pelo fidalgo de ajoelhar-se sobre a terra, de estender a mão direita sobre o abismo, reouvindo os ecos de suas juras, coroado pelo sol da natureza que o cercava, indicam a subserviência feudal de um processo de suserania e vassalagem estabelecido entre o velho homem e a nova terra.

O olhar sobranceiro e a genuflexão que marcam o ritual monologuista desempenhado por D. Antônio de Mariz, portanto, indicam e ratificam a ideia da duplicidade de sentimentos desta personagem.

Outro elemento que também amplifica o caráter dual da personagem é sua residência. Construída e decorada por “artesãos vindos do reino”³⁶¹, a casa-castelo, detalhadamente descrita no primeiro capítulo, era “protegida de todos os lados por uma muralha de rocha cortada a pique”³⁶².

Parece-nos ser chave hermenêutica para compreendermos a proposta lançada por José de Alencar, o fato de D. Antônio de Mariz e sua família morarem dentro da terra que lhe foi concedida e nela estarem protegidos. Mais sintomático ainda é o fato de a lei e a ordem estabelecida estarem tão

³⁶⁰ Ibid., p. 14. Aqui Alencar lança mão do mesmo *topos* literário utilizado por Gonçalves de Magalhães. A perspectiva alencariana, contudo, parece ser outra. Não é o futuro que apresenta o passado, mas exatamente ao contrário, é o passado que projeta o futuro. No nosso entender, o artifício — talvez mais uma crítica ainda que sutil ao pai do Romantismo brasileiro — deixa transparecer muito do pensamento alencariano sobre a História e de seu projeto historiográfico.

³⁶¹ Loc. cit.

³⁶² Ibid., p. 5.

intimamente ligadas a este homem, metaforicamente enraizado no novo solo, mas espiritualmente fincado na tradição lusitana.

Se D. Antônio de Mariz é dual, também Peri o é, muito embora nele a dualidade se manifeste de outra forma. No primeiro caso, o conflito está estabelecido entre as reminiscências de valores culturais antigos e a promoção destes na construção de uma nova terra; no segundo, os valores supostos de uma bondade natural se transmutam numa vassalagem cavaleiresca somada à pureza de espírito, própria da ingenuidade casta.

Um cavaleiro medieval, vestido com a armadura do corpo e munido das armas da selva, levanta-se no quarto capítulo. Numa luta maravilhosa, quase de mãos nuas, Peri vence o monstro terrível das florestas americanas: a onça. Assim, a valentia, a força, a astúcia e a superioridade de Peri são postas em destaque logo na primeira aparição da personagem e, ao longo da história, seus valores somente serão amplificados.

Peri é um cavaleiro Tupi, vassalo de D. Antônio de Mariz.

O significado da vassalagem de Peri não deve, contudo, ser interpretado como mera submissão. Longe disso, na perspectiva alencariana, se Peri enreda-se nas malhas civilizacionais representadas pelo círculo da casa de D. Antônio de Mariz, o faz porque busca se projetar no futuro.

Tal como seu suserano, Peri percebe o novo que desponta no horizonte. Integrando-se na civilização, o índio promove a construção da singularidade brasílica. Eis a perspectiva de José de Alencar³⁶³.

Ademais, em sendo de extrema fidelidade ao Rei de Portugal, D. Antônio de Mariz estava impossibilitado de fundar o Brasil. A tarefa caberia, por conseguinte a Peri, pois, ao assumir as tradições do outro — incorporando-as e as ressignificando conforme as necessidades da nova realidade —, ele se transmuta num outro, numa novidade nascida do encontro de mundos diferentes: Peri é o protótipo do homem brasileiro.

Em síntese, Peri é um primeiro símbolo alencariano para representar a novidade que se ia fazendo. Quer no traço físico, quer na conduta moral, ou ainda na obediência firme prestada a D. Antônio de Mariz, ou mesmo

³⁶³ Lembremos que o autor é homem do século XIX e sua interpretação só pode estar radicada nos pensamentos próprios desse século. Contudo, importa lembrar que ao passo em que apresenta uma questão de evolucionismo cultural, o autor também abre expectativas para a relativização cultural ocorrente entre o universo cultural dos lusitanos e o dos autóctones brasileiros.

manifestando seu amor puro e casto a Ceci. É como se Peri se vestisse com a armadura da nobreza, se defendesse com o escudo da pureza e atacasse com a espada da coragem.

Em diálogo travado com Álvaro no capítulo VII, D. Antônio de Mariz sintetiza a roupagem medieval do Peri cavaleiro:

*Não ha duvida (...), na sua cega dedicação por Cecília, quiz fazer-lhe a vontade com risco de sua vida. É para mim uma das cousas mais admiráveis que tenho visto nesta terra, o character desse indio. Desde o primeiro dia que aqui entrou, salvando minha filha, a sua vida tem sido um só acto de abnegação e de heroísmo. Crêde-me, Álvaro, é um cavalheiro portuguez no corpo de um selvagem!*³⁶⁴

Não bastasse o reconhecimento de um velho paladino lusitano para relevar o traço cavaleiresco de Peri, há ainda a *cega dedicação*, a devoção abnegada que o índio demonstra em benefício de Cecília ao buscar satisfazer as vontades da moça *mesmo pondo em risco sua vida*.

A cena referida por D. Antônio de Mariz, no trecho acima citado, é aquela em que Peri, em batalha com uma onça, é apresentado ao leitor. A peleja em questão se dá tão-somente porque sua idolatrada Cecília queria ver um desses animais vivos e, ciente da vontade de sua senhora e dona, o cavaleiro tratou de satisfazer o anseio dela. A título de ilustração, vejamos o diálogo entre Peri e Ceci :

— Cecy desejou ver uma onça viva!
— Então não posso gracejar? Basta que eu deseje uma cousa para que tu corras atrás della como um louco?
— Quando Cecy acha bonita uma flor, Pery não vai buscar? perguntou o indio.
— Vai, sim.
(...)
— Pois Cecy desejou ver uma onça, e Pery foi buscar.³⁶⁵

³⁶⁴ Ibid., p. 75 (grifo nosso).

³⁶⁵ Ibid., p. 100.

Fica evidente que o relevo dado ao perfil cavalheiresco de Peri tem um único motivo: intensificar na construção do herói o caráter nobre do íncola brasileiro. A intenção de Alencar, portanto, não pode ser simplesmente equacionada com um processo civilizacional empreendido sobre aqueles povos. Parece haver nela uma dimensão muito mais profunda, relacionada com a vontade de mostrar o brio e a ética (ainda que sob a roupagem eurocêntrica) do autóctone, motivo suficiente para elevar o orgulho nacional.

Aliás, a ética de Peri é constantemente referenciada, tanto por D. Antônio de Mariz e pelas outras personagens quanto pelo próprio José de Alencar, que atua na trama como narrador onisciente. Não raro o narrador dirige críticas aos preconceitos promovidos contra os indígenas, transmitidos acriticamente desde os escritos dos cronistas da época colonial.

Quando, no segundo capítulo da segunda parte d'*O Guarani*, Peri salva Ceci de ser esmagada por uma rocha, é da seguinte forma que Alencar descreve a reação de D. Antônio de Mariz:

D. Antônio não se admirava; conhecia o character dos *nossos selvagens, tão injustamente calumniados pelos historiadores*; e sabia que fóra da guerra e da vingança erão generosos, capazes de uma acção grande, e de um estímulo nobre.³⁶⁶

Apesar de referir-se aos autóctones como *selvagens*, ao que parece, Alencar procura apresentar outra imagem para o íncola nacional manchado em seu valor e nobreza por interpretações preconceituosas.

Redimensionando boa parte da crítica relativa à obra alencariana, César Sabino, aponta que o romancista, além de buscar a “consolidação da singularidade da nação, pautava-se também em descrever, o mais próximo possível, a perspectiva e a particularidade dos povos indígenas”³⁶⁷.

Ora, no Caderno 4 da Coleção José Martiniano de Alencar, sob guarda da Divisão de Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional, no Rio de

³⁶⁶ G., Parte II, p. 21

³⁶⁷ SABINO, César, 2009, p.52.

Janeiro, encontramos o manuscrito intitulado *A pátria de D. A. F. Camarão*³⁶⁸, que parece confirmar a proposta de Sabino.

Nesse documento, Alencar deixa clara sua impressão sobre a historiografia produzida em torno da questão indígena e afirma ser essencial para a nação redimensionar um tema tão mal estudado da nossa história. Escrevia Alencar:

Os historiadores que sucederão aos chronistas, mais <narradores> investigadores que philosophos, não enxergarão o erro dos chronistas, e os copiarão — e assim se vae perpetuando e transmitindo essa falsa e injusta apreciação de uma raça extincta, cujo sangue nos corre nas veias e que deixou em nossa historia, em nossa língua, e em nosso solo traços de sua passagem. Era uma obra digna de uma pena illustre, mas que eu empreenderia com prazer a da reabilitação histórica dessa raça, que desde a minha infancia me excita tanta poesia.³⁶⁹

Como não está dado e como faltam trechos do manuscrito, fica praticamente impossível precisar se Alencar escreveu isto antes ou depois d’O *Guarani*. Mesmo assim, o tema e a tessitura do texto nos sugerem que ele seja a continuação (nunca publicada) dos *Traços biographicos sobre a vida de D. Antônio Filipe Camarão - Primeiro período*, impresso nas páginas da *Revista Ensaios Literários*, em 1849.

³⁶⁸ O Caderno 4 no qual localizamos o dito documento, está indexado com os termos JEpi04 e conta com 163 páginas manuscritas. A numeração das páginas do caderno, contudo, não corresponde à numeração das páginas dos documentos. Estes foram colados no caderno que na verdade funciona como um colecionador de manuscritos retalhados. Não bastasse isso, algumas folhas do caderno estão soltas, pelo que ficamos impossibilitado de precisar a localização exata do documento no referido caderno. Por outro lado, o manuscrito em questão, que conta com doze folhas aleatoriamente organizadas no caderno, apresenta ainda lacunas. Quando da transcrição, alteramos a sequência das folhas, de forma a encontrar a ordenação mais provável para o documento. O problema deste documento não é caso isolado. De fato, quase todos os manuscritos apresentam-se aos historiadores com uma dificuldade extra como a indicada. Assim, quando nos referirmos a qualquer manuscrito alencariano o mesmo será notado conforme a seguinte lógica: título do documento (caso o documento não possua um título, será referido por um título criado por nós, resumidor do seu conteúdo), instituição de guarda do documento, número do caderno onde o manuscrito pode ser encontrado, termos de indexação do caderno, quantidade de folhas do documento e folha em que a citação foi colhida.

³⁶⁹ ALENCAR, José de. *A pátria de D. A. F. Camarão*. (Manuscrito Fragmentário) DAH/MHN: Caderno 04, JEpi04 [12f], folha 11 (A referência serve de exemplo para a lógica de citação dos documentos de José de Alencar apresentada na nota antecedente). Doravante, sempre que necessário, o escrito virá abreviado por “APFC”.

A poesia suscitada em Alencar pelos *incolae brasiliis* seria o caminho encontrado pelo autor para reabilitar as populações autóctones perante a história nacional, projetando-os como partícipes efetivos — e não simples coadjuvantes — da formação do Brasil.

Para César Sabino, a estratégia utilizada por José de Alencar permitia que autor construísse em sua obra “um universalismo inerente ao que denominamos humanidade, em seu aspecto afirmativo de honra, coragem e ímpeto criativo”³⁷⁰. Além disso, Sabino afirma que a obra alencariana, mesmo lastreada em balizas temporais das quais não pode ser desatrelada, buscava “características atemporais do espírito humano”³⁷¹, algo como um “modelo ético, político e artístico que se encontraria na Grécia Antiga, nos cavaleiros europeus ou nos guerreiros ameríndios”³⁷².

N’*O Guarani*, esse *valor universal* vai sendo amplificado nas enantioses inseridas no livro, página a página, e cuja finalidade é, fundamentalmente, apresentar ao leitor a ideia de que mesmo uma *cultura primitiva* como a dos índios, possui valores éticos e morais suficientes para merecerem o respeito de uma cultura supostamente mais evoluída.

Mas esta perspectiva tem sido muitas vezes recusada pela crítica desacautelada. Não raro o romancista é tido como autor contraditório ou mesmo idealista. Assim é que Daniela Casoni Moscato, à luz das *Cartas sobre “A Confederação dos tamoios”*, analisa o desempenho de Alencar na execução d’*O Guarani* do seguinte modo:

As preces de José de Alencar, decididamente, não foram atendidas e suas idéias de homem civilizado permaneceram na fundação de um dos elementos que compuseram seu primeiro romance histórico, *O Guarani: o índio*. O “filho da natureza” não foi criado, por Alencar, a partir da observação das belezas de sua terra, pois *seu indianismo não fala de índios reais, mas idealizados e baseados, entre outras coisas*, nas possíveis leituras que cita nas notas de rodapé de seu primeiro romance histórico.³⁷³

³⁷⁰ SABINO, César, 2009, p. 52.

³⁷¹ Loc. cit.

³⁷² Loc. cit.

³⁷³ MOSCATO, Daniela Casoni. *Traços de Peri: leituras de José de Alencar para a composição do indígena em sua obra O Guarani — 1857*. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006, 64 f. (grifo nosso)

Ora, aceitar tal arrazoado é desconsiderar a obra em questão do *continuum* que é a obra de José de Alencar. A despeito da opinião acima apresentada, convém lembrar que *O Guarani* consistiu numa primeira tentativa daqueles que seriam os motores da poética historiográfica alencariana: a formulação da identidade brasileira e a recriação do passado nacional, visando à compreensão da realidade sociológica do Império.

E para atingir seu objetivo, Alencar compreendeu que termos como *cultura* e *civilização* deveriam ser relativizados para, com isso, dirimir o preconceito dos leitores, forçando-os a refletir sobre importante problema definidor da identidade nacional: a alteridade.

Quando, por exemplo, Peri narra a D. Antônio de Mariz como viu pela primeira vez Cecília, e como disto derivou sua devoção pela moça, não o faz de qualquer modo. De fato, Alencar salienta em Peri uma “linguagem tão rica e tão poética, com essa doce pronuncia que parecia, ter aprendido das auras da nossa terra ou das aves de nossas florestas”³⁷⁴. E após dar voz ao índio, intensifica a ideia afirmando que pelas palavras de Peri:

um assomo desse orgulho selvagem da força e da coragem brilhava nos seus olhos negros, e dava uma certa nobreza ao seu gesto. Embora ignorante, filho das florestas, era um rei; tinha a soberania do mando, a primazia da sua tribo; era rei pelo direito do mais forte.³⁷⁵

Convém anotar ainda que n’*O Guarani*, como em nenhuma outra obra de Alencar, não há idealização sem prévio pensar. Lembramos que o espaço de ação eleito pelo autor foi o romance e não a História, e que parte central do romanesco é o elemento quimérico, imaginário. Assim, não havemos de estranhar a figuração de Peri na trama da história. Pelo contrário, a chave hermenêutica para a leitura da obra é bem outra, diametralmente oposta, na

³⁷⁴ G, Parte II, p. 22.

³⁷⁵ Ibid., p. 26-27.

verdade: a narrativa romântica alencariana deve ser lida como uma estratégia historiográfica.

Ao mesmo passo que o autor amplia seu público, cativando-o com o onírico romanesco, lampejos historiográficos saltam aos olhos do leitor forçando-o à reflexão tanto do passado quanto do presente.

O final d'*O Guarani* não é descabido, tampouco despropositado. Entrecruzando sua história com a do universo bíblico, Alencar estabelece o *gênesis brasílico*.

À página 162 da quarta parte d'*O Guarani*, no epílogo da obra, lacônico, o autor escrevia: “Tudo era água e céu”³⁷⁶. A frase curta e certa reiniciava os tempos primordiais do Brasil. Agora, duas raças, a indígena e a lusitana, encarnadas respectivamente em Peri e Ceci, recriariam a pátria.

Mas se na Escritura Sagrada o dilúvio figura como artifício de peripécia da história, a tradição indígena, nomeadamente a *lenda de Tamandaré*³⁷⁷, é que no romance comentado promove a explicação dos acontecimentos. Com isso, o autor une dois universos distintos; duas crenças viram uma; dois povos contam a mesma história.

Assim, interpretações como a proposta por Daniela Casoni Moscato, ou mesmo por Valéria de Marco, para quem n'*O Guarani*, o “passado tão heroico que caminha para o mito” visa “cicatrizas as fendas abertas pelos conflitos”³⁷⁸ interétnicos, não dão conta da profundidade da proposta alencariana.

Mais do que manipular a realidade histórica, alterar os fatos, apagar eventos, abrandar os conflitos entre colonizadores e autóctones; mais do que qualquer maquinação do passado em benefício de uma *memória limpa*, o projeto alencariano apresentava uma nova forma de interpretar e expor a história nacional.

Mas a arte de Alencar não se fez do dia para a noite e, especificamente com relação ao universo indígena e à reinterpretação da História colonial brasileira os escritos do autor ganham novas dimensões quer no

³⁷⁶ G., parte IV, p. 162.

³⁷⁷ “Tamandaré é o nome do Noé indígena. A tradição resava que na ocasião do delúvio elle escapara no olho de uma palmeira; e depois povoara a terra. A lenda que conta Pery é uma imitação.” Assim escreveu o próprio Alencar na nota 57, aposta à quarta página de notas da última parte do livro.

³⁷⁸ MARCO, Valéria de, 1993, p. 91.

desenvolvimento, profundamente poético, realizado em *Iracema* (1865), quer na plena maturidade alcançada nas páginas de *Ubirajara* (1873).

Capítulo 4

Duas lendas e uma História de possibilidades

4.1. Iracema (1865): método histórico na construção do mito

Quando em 23 de janeiro de 1866, nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*, Machado de Assis publicou sua coluna *Semana Literária*, teve a preocupação de registrar a clarividência metodológica com que José de Alencar escreveu o romance *Iracema*, publicado um ano antes. Escrevia o “Bruxo do Cosme Velho”:

Estudando profundamente a língua e os costumes dos selvagens, obrigou-se o autor a entrar mais ao fundo da poesia americana; entendia elle, e entendia bem, que a poesia americana não estava completamente achada; que era preciso prevenir-se contra um anachronismo moral, que consiste em dar ideias modernas e civilizadas aos filhos incultos da floresta. (...) A conclusão a tirar daqui é que o autor houve-se nisto com uma sciencia e uma consciencia, para as quaes todos os louvores são poucos.³⁷⁹

É comum ao autor romântico munir-se de leituras históricas para escrever seus textos. Assim procederam Almeida Garrett e Alexandre Herculano em Portugal, Vitor Hugo na França, Walter Scott na Inglaterra e tantos mais escritores de outros países.

Em José de Alencar, a originalidade reside na forma como o autor desenvolveu um método de pesquisa e o incorporou aos seus textos evidenciando, inclusive, as fontes consultadas.

Apresentar a documentação pesquisada, os cronistas e os viajantes lidos, tudo, enfim, que contribuiu para a ordenação das ideias e a concepção histórica do tema, ao que parece, alicerça o texto alencariano conferindo-lhe o

³⁷⁹ ASSIS, Machado de. *Coluna Semana Literária*. In: **DRJ**. 23 de Janeiro de 1866, Ano, XLVI, Nº 19, p. 3.

chão histórico necessário para o desenvolvimento da narrativa. Assim foi que o autor escreveu *O Guarani* e, também assim, escreveu *Iracema*.

Como tentamos demonstrar no capítulo anterior, naquele romance, ao equiparar morais e éticas, conciliar dois universos distintos, e aproveitar o imaginário tanto lusitano quanto tupi, Alencar escreveu o *Gênesis* brasileiro.

Mas se n' *O Guarani* a lenda funciona como peripécia, em *Iracema* (e também em *Ubirajara*, como veremos) ela será a própria estrutura da narrativa.

Com a finalidade de melhor compreender a poética historiográfica alencariana, antes de iniciarmos a análise sobre a *Lenda do Ceará*, julgamos necessário retomar algumas observações fixadas por Paul Ricoeur em *Tempo e narrativa*.

É preciso frisar os limites inerentes à apreensão do passado enquanto evento plenamente assimilável e *pari passu* verificar a validade da incorporação da ficção à História (e vice-versa), no sentido de distinguir se o historiador pode se valer da imaginação como um meio válido para recomposição do evento passado sem, contudo, perder de vista o intuito de realismo que realiza a História enquanto disciplina específica do engenho humano.

Ora, um dos fundamentos básicos requeridos ao historiador é a interpretação. Mas, do ponto de vista do historiador, o que significa o ato de interpretar sua fonte? Não seria este um fazer operativo sobre dada leitura, carregada de chaves hermenêuticas, capaz de extrair o vivido do inanimado?

Jacques Le Goff, em *História e Memória*, afirma que os documentos são frutos de uma montagem, consciente ou não, do consórcio bem imbricado entre o *locus* histórico que o produziu e a consciência histórica que sobre ele se desenrola³⁸⁰.

Para o historiador dos *Annales*, o documento seria algo como que eterno (“enquanto dure”); seria um ente testemunhal à espera da pergunta, do estudo, da análise, no aguardo, enfim, de ser compreendido por alguém.³⁸¹ Para ele, contudo, o documento não poderia ser tomado como algo objetivo e inócuo. Atenta Le Goff: “não existe documento-verdade. Todo documento é mentira”.³⁸²

³⁸⁰ Cf. LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1994, especialmente o capítulo intitulado *Documento/monumento*.

³⁸¹ Ibid.

³⁸² Ibid., p. 548.

Nessa perspectiva, o processo de aproximação do conteúdo interno do documento com a realidade externa a ele, e que se busca explicar, dar-se-ia por meio da interpretação do historiador. Mas se o documento não é objetivo em si, o mesmo deve ser dito do historiador que o manipula.

Assim, o processo de averiguação do *como-foi* acaba por se misturar à interpretação parcial e própria do historiador que desenvolve sua análise a partir de um ponto de vista aproximativo marcado, por sua vez, pela noção de *como-pode-ter-sido*.³⁸³

Segundo Hayden White:

os historiadores ocupam-se de eventos que podem ser atribuídos a situações específicas de tempo e espaço, eventos que são (ou foram) em princípio observáveis ou perceptíveis, ao passo que os escritores imaginativos (...) se ocupam tanto desses tipos de eventos quanto dos imaginados.³⁸⁴

É nesse sentido que intentamos estabelecer um paralelismo entre as ideias estéticas alencarianas e as considerações respeitantes à *ficcionalização da história* propostas por Paul Ricœur.

Dentre outras possibilidades de ficcionalização, o filósofo francês nos fala sobre o conceito de *epoch-making*³⁸⁵. Para Ricœur, essas marcas pelas quais uma comunidade histórica determina eventos marcantes ou definidores de sua identidade contribuem substancialmente para a própria identidade narrativa do grupo em questão³⁸⁶.

Destarte, o ato de registrar os eventos históricos se desdobra numa complexa questão ética. Entre a abstenção de seus sentimentos e a tomada de posição ante o fato analisado, o historiador deve escrever *aquilo que foi*. Ora, o que foi não se sabe; busca-se sabê-lo e esse *buscar saber* é transmitido pela narrativa do historiador. Por isso mesmo, na narrativa historiográfica, historiador e história se confundem.

³⁸³ Cf. WHITE, Hayden, 2008.

³⁸⁴ WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 137.

³⁸⁵ RICŒUR, Paul, 1997, p. 324.

³⁸⁶ loc. cit.

Seguindo o viés desse raciocínio, entrecruzemos a narrativa do historiador, tal qual pensada por Ricœur, e a poesia épica segundo a perspectiva alencariana. Para tanto, retomemos por um momento as *Cartas sobre a “Confederação dos tamoios”*. Nelas, Alencar afirma que o poeta épico deve ser autor e ator de sua obra. Como autor, deve preparar a cena, ordenar e decorar o ambiente, tirando disso o maior proveito; como ator, está obrigado a empregar um tom e uma elevação que favoreçam seu estilo e suas palavras³⁸⁷.

A reflexão alencariana, parece-nos, pode ser facilmente vinculada àquilo que Ricœur, no esteio de Hayden White, afirmaria ser *imaginação histórica*³⁸⁸. Aliás, num estudo etimológico intitulado *O nome Ceará* (um de seus últimos ensaios literários), José de Alencar viria mesmo afirmar que:

A história pode ser a voz austera da verdade, sem que precise armar-se contra os poucos vestígios da imaginação pitoresca dos indígenas, escapos no meio da aridez dos cronistas ao carolismo dos padres e ao materialismo dos aventureiros.³⁸⁹

Vale ressaltar ainda: no caso específico do autor cearense, o sentido ético da narrativa desenvolvida não pode ser dissociado dos princípios estéticos, uma vez que para ele as palavras deveriam ser compreendidas “como as vestes do pensamento, que ora o trajão de galas e de sedas, ora de lã e de estamemha³⁹⁰”.

Mas uma questão deve ficar bem clara: a teoria da *ficção das representações factuais* proposta por White e aqui utilizada como referencial para compreender a poética historiográfica alencariana, não busca equivaler eventos históricos e construções ficcionais. De fato, a questão central proposta pelo historiador americano é clara e se baseia em perceber “o grau em que o

³⁸⁷ CSCT, p. 16.

³⁸⁸ Acerca do conceito de imaginação histórica vale cf. as indicações da nota 303, supra.

³⁸⁹ ALENCAR, José de. *O nome Ceará*. In: _____. **Obras Completas (v. 4)**. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar LTDA., 1960, p. 1036.

³⁹⁰ CSCT., p. 16.

discurso do historiador e do escritor imaginativo se sobrepõem, se assemelham ou se correspondem mutuamente.”³⁹¹

Levadas às últimas consequências, a perspectiva de Hayden White pode ser sintetizada na proposta de Paul Veyne, para quem “os historiadores narram fatos reais que têm o homem como ator; a história é um romance real.”³⁹²

Ao suprimir da escrita do historiador a dissensão entre *aquilo-que-é-real* e *aquilo-que-é-imaginado*, Paul Veyne redimensionaria o campo do saber histórico.

Mas voltemos a *Iracema*.

Neste livro, Alencar uma vez mais se faz historiador à sua maneira³⁹³. Escrito a partir da perspectiva do *como-pode-ter-sido*, o autor traçaria o panorama de um possível Ceará no tempo dos primeiros contatos luso-autóctones.

Ainda que o autor não se haja proposto a escrever um estudo histórico — pelo contrário, a intenção literária de Alencar está patente no subtítulo do livro, *Lenda do Ceará* —, sua obra-prima se lança sobre importantes questões até então pouco debatidas na historiografia (ainda mais na então incipiente historiografia cearense).

Em artigo publicado no livro *Iracemas: imagens de uma lenda*, Francisco Regis Lopes, apesar de não “descer aos argumentos sobre os acordos e os conflitos entre literatura e história”³⁹⁴, se direciona para a questão acima.

Segundo ele, dois livros marcariam a história intelectual do Ceará: *Iracema*, publicado em 1865 e *História da Província do Ceará*, trazido à publico em 1867. Aquele, poeticamente realizado; este metodologicamente construído para além dos aspectos próprios à História da província do Ceará, têm em comum o parentesco de seus autores.

Como bem lembra Regis Lopes: “os dois primos tentaram, por meio da escrita, delinear figurações do passado. Um no romance, outro na história. Ambos com intuítos e instintos semelhantes”³⁹⁵.

³⁹¹ Loc. cit.

³⁹² VEYNE, Paul, 1998, p. 12.

³⁹³ Cf. PELOGGIO, Marcelo. *José de Alencar: um historiador à sua maneira*. In: **Alea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, jan./jun., 2004, p. 81-95.

³⁹⁴ LOPES, Régis. *Como seduzir o tempo: o feitiço de Iracema e outras histórias*. In: GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Iracemas: imagens de uma lenda**. Fortaleza: Barbarela B. Comunicação e Marketing, 2006, p. 136.

Tristão Alencar Araripe, primo paterno de José de Alencar, é o autor da *História da Província do Ceará*, primeiro livro a resgatar — seguindo o rigor historiográfico em voga no Brasil do século XIX —, a história da província dos “verdes mares bravios”.

Se por um lado o artigo assinado por Regis Lopes quase demarca os espaços da Literatura e da História nos escritos dos primos Alencar, por outro (e a partir de uma perspectiva bem diferente), Marcelo Peloggio aponta os paralelismos entre a arte literária do romancista cearense e o método historiográfico utilizado pelo historiador francês Georges Duby para escrever *Guilherme Marechal*³⁹⁶.

Comparando as escritas de Duby e Alencar, Peloggio anota:

o que persiste em um e outro não é senão o desejo de poder fixar uma *identidade histórica*; essa *idealidade* que não os afasta da “verdade severa” dos fatos. A imaginação, assim, recobre a história partindo de acontecimentos reais — a serem tratados quer pela aridez do documento (cartas, decretos, relatórios), quer pela linguagem figurada da obra poética.³⁹⁷

Uma vez mais, portanto, nos deparamos com a síntese proposta por Paul Veyne de uma história como romance real e, neste sentido, parece mesmo ser difícil divisar o que de real ou de imaginário há na obra alencariana, em especial em *Iracema*.

Importa lembrar que o tema de *Iracema* não era original. Alencar foi buscar inspiração para sua história em uma tradição indígena bastante conhecida no Ceará oitocentista: a lenda da porangaba. Aliás, e a propósito, cabe informar que em 1861, quatro anos antes de *Iracema* vir a público, o poeta cearense Juvenal Galeno já havia escrito e publicado o poema *Porangaba*³⁹⁸. Mas se o tema não era original, o modo encontrado por Alencar para estruturar a narrativa o era — e muito!

³⁹⁵ Loc. cit..

³⁹⁶ DUBY, Georges. *Guilherme Marechal*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

³⁹⁷ PELOGGIO, Marcelo, 2004, p. 83.

³⁹⁸ GALENO, Juvenal. *Porangaba - lenda americana*. Fortaleza: Typographia Cearense, 1861.

A partir do *Perfil literário de José de Alencar* escrito por Araripe Júnior³⁹⁹ (filho de Tristão Alencar; logo, primo segundo de José de Alencar), Regis Lopes lembra que: “a ‘eloquência da intuição’ era tão acentuada na criação de *Iracema* que ele mesmo [Araripe Júnior] nunca tinha visto semelhante na ‘imaginação brasileira, posta a serviço da história’”⁴⁰⁰.

Lopes acrescenta a isso que a alteração dos termos enunciados por Araripe Júnior faria igual sentido, pois, no caso particular de *Iracema* também podemos ver “a história a serviço da imaginação” ou “a pesquisa sobre o pretérito a serviço da criação literária, para torná-la a matéria-prima da memória nacional.”⁴⁰¹

Como veremos, o livro desdobra-se, exercendo um duplo papel: ao mesmo tempo em que imagina o passado indígena, trazendo-o à vida em linguagem e cadência únicas na literatura brasileira, também remonta, por meio da profunda pesquisa desenvolvida pelo romancista, a traços das mentalidades dos primeiros momentos do encontro interétnico vivenciado nas plagas cearenses.

Mas, ao que parece, a reconstrução dos traços da mentalidade colonial brasileira, plenificados na lenda cearense, somente foi possível pelo consórcio entre Literatura e História empreendido por José de Alencar.

Ao criticar o ensaio *José de Alencar, o escritor e o político*, assinado por Mário de Alencar⁴⁰² (filho do romancista), Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes apresenta importante reflexão sobre os elos existentes entre as dimensões pragmático-investigativas e poético-imaginativas presentes em *Iracema* e em toda a obra alencariana. Segundo Diatahy, ao pressupor duas personalidades distintas inerentes a José de Alencar (o escritor e o político), seu filho Mário de Alencar acabava por também classificar a produção do romancista:

³⁹⁹ ARARIPE JÚNIOR, T. A. *Perfil Literário de José de Alencar*. Rio de Janeiro: Typ. da Escola de Serafim José Alves, 1882?. Para muitos estudiosos da obra alencariana, este é o melhor trabalho sobre a personalidade e sobre a produção do romancista cearense.

⁴⁰⁰ LOPES, Regis, 2006, p. 141.

⁴⁰¹ Loc. cit.

⁴⁰² ALENCAR, Mário. *José de Alencar, o escritor e o político*. In: Alencar, José de. **Obra completa (v4)**. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar LTDA., 1960, p. 13-23. Apesar de profundamente marcado por um pragmatismo esquemático e sintético próprio do tempo em que foi escrito — e que a bem da verdade impregnou boa parte das biografias sobre José de Alencar —, o texto tem grande valor, até mesmo porque escrito por pessoa íntima do romancista, que além disso era grande estudioso da obra do pai.

O artifício dessa concepção se acentua quando o autor insiste em dizer que a *poética* ficcional alencariana fora dominada pela imaginação, pelo sentimento e pela fantasia, ao passo que sua obra política o era pela razão, a realidade e a prudência; que na primeira prevalecia o talento, na segunda a inteligência; que a primeira fora criada espontaneamente e **sem propósito**, enquanto a segunda nasceria da vontade.⁴⁰³

Ora, seguindo esta lógica, houvesse produção historiográfica em Alencar, esta não poderia ser encontrada em sua literatura, mas sim em seus escritos políticos, textos críticos e demais estudos. Mas isso, como já foi dito, é fruto de uma interpretação válida apenas em seu tempo.

Na verdade, como o próprio Eduardo Diatahy discerne, “a pulsão criativa do ser humano em qualquer campo do conhecimento e da cultura é sempre uma atividade compósita que engaja todas [as] suas dimensões e possui como núcleo fundamental o imaginário.”⁴⁰⁴

Isto posto retomemos o artigo de Marcelo Peloggio para com ele refletirmos um pouco mais sobre as correspondências possíveis entre a poética historiográfica alencariana e o método adotado por Georges Duby ao escrever *Guilherme Marechal*.

Para Peloggio, tanto uma como outra maneira de narrar *aquilo-que-foi*

não impede o conhecimento do passado mediante uma das formas pelas quais se lhe representa o conjunto de eventos. Portanto, a imagem que os expressa, como dado elementar na história cultural dos povos, constitui *verdade* a modo de traço enunciativo. Sua inteligibilidade não se liga a uma lei geral dura e restritiva, quer dizer, o curso da realidade humana não estará sujeito ao *a priori* dos sistemas deterministas. É que o senso de imaginação tem aí, por meio de uma operação transfiguradora, papel decisivo.⁴⁰⁵

⁴⁰³ MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. *Alencar, Machado e Poe — A gênese de Iracema*. In: GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2006, p. 160.

⁴⁰⁴ Loc. cit.

⁴⁰⁵ PELOGGIO, Marcelo, 2004, loc. cit.

Ademais, negar a íntima simbiose entre realidade (entendida como crítica histórica) e imaginação (compreendida como poetização do passado) presente na obra alencariana, seria desmerecer todo o esforço e empenho do romancista para, como bem anotou Diathay, “nos livrar do passado reinol” desenvolvendo “simbolicamente a brasilidade da jovem nação por meio de sua poética ficcional.”⁴⁰⁶

Nesse sentido, e ao que tudo indica na pena de Alencar a Literatura extrapolou sua função primeira, desenvolvendo-se como estratégia política de conscientização da História nacional. O texto alencariano, portanto, não pode ser lido como literatura puramente ficcional (se é que isso existe), mas, e aí sim, como literatura engajada, historicamente embasada e criticamente inovadora.

Se não esta, qual justificativa teria o invólucro histórico e teórico que plasma a lenda da virgem dos lábios de mel e quase a transfigura em estudo balizado da História primeva do Ceará?

Passemos, então, à análise do livro.

Escrito para ser lido ao doce embalo da rede, *Iracema* descortina, além de um sem fim de sensações, a interpretação alencariana sobre a realidade dos primeiros anos da colonização portuguesa na América, notadamente no espaço geográfico que viria a ser a província do Ceará. Trina e una, qual mistério só explicado pela fé, a narrativa traz a lume uma profunda identidade entre história, poesia e lenda.

Cuidadosamente ornado com um prólogo, 128 notas explicativas, uma carta autocrítica sobre a obra e, acrescentando a partir da segunda edição um pós-escrito, o romance propriamente considerado foi composto com 33 capítulos, dispostos em 156 páginas.

Há no livro dois heróis da luta portuguesa contra os holandeses: Martim Soares Moreno e Antônio Felipe Camarão, o índio Poti. Estas duas personagens conferem à obra sua *possibilidade* histórica, fazendo com que a lenda transite entre a ficção e realidade, aliás, *conditio sine qua non* de todas as lendas.

Na primeira nota aposta à obra, encontramos a argumentação (ou fabulação) histórica. Nos oito primeiros parágrafos, Alencar apresenta o

⁴⁰⁶ MENEZES, Eduardo Diatahy B., 2006, loc. cit.

processo colonizador que irmanava os reinóis portugueses e grupos nativos do litoral cearense. Segundo o juízo do autor, Martim e Poti conseguiram consolidar o povoado colonial, protegendo-o “contra os índios do interior e os francezes que infestavam a costa.”⁴⁰⁷. Sabemos, no entanto, que o processo histórico das relações interétnicas relativas à colonização não foi tão simples quanto o apresentado no argumento do livro, no Brasil nem no caso específico do Ceará.

Apesar de pouco aprofundar o processo histórico em si, a primeira nota nos permite traçar pelo menos três considerações concernentes ao método historiográfico alencariano: em primeiro lugar cabe ressaltar que, obviamente ligado à tradição historiográfica do século XIX, o autor se apresenta preocupado com a possibilidade de que o “censurem de infiel à verdade histórica”⁴⁰⁸. Em segundo lugar, e ainda marcando a filiação de Alencar ao seu tempo historiográfico, para validar seus argumentos o romancista faz uso de alguns documentos históricos, dos quais vale destacar as *Memórias diárias da guerra brasílica*, escritas pelo Conde de Pernambuco em 1834. Por fim, em terceiro lugar, Alencar faz referência à tradição oral como fonte histórica, afirmando ser ela “uma fonte importante da história, e às vezes a mais pura e verdadeira”⁴⁰⁹.

Mas se a referida nota nos apresenta relevantes informações sobre os estudos de Alencar para a construção de sua lenda, a Carta ao Dr. Jaguaribe⁴¹⁰ também nos dá pistas de que a pesquisa para elaboração da obra foi muito bem refletida pelo romancista. Por exemplo, na dita carta o autor afirma que para a construção da personagem Poti, levou em conta o estudo biográfico sobre Felipe Camarão, por ele publicado anos antes na Revista *Ensaios Literários*⁴¹¹.

⁴⁰⁷ ALENCAR, José de. *Iracema - Lenda do Ceará*. Rio de Janeiro: Typ. de Vianna & Filhos, 1865, p. 160. Doravante, sempre que necessário, a obra virá abreviada como “I”.

⁴⁰⁸ I, 161.

⁴⁰⁹ Loc. cit. Não queremos afirmar que Alencar vaticinou o uso da História Oral enquanto método para a construção de uma narrativa histórica. Longe disso. Apostamos, contudo, na estreita relação que há entre a construção de uma história oral e da narrativa ficcional do romance alencariano. Talvez esse fato tenha levado Alencar a consentir simpatia pela oralidade enquanto fonte para a construção de seu argumento histórico.

⁴¹⁰ Na primeira edição de *Iracema* a carta se encontra entre as páginas 191 e 202.

⁴¹¹ A referida biografia foi devidamente analisada no primeiro capítulo retro.

É fato que o universo colonial brasileiro chamava atenção de José de Alencar. Já na sétima carta a propósito da *Confederação dos tamoios*, o autor tomou o cuidado de registrar:

Houve um tempo em que me occupei, com prazer e até com entusiasmo das cousas velhas do meu paiz; em que lia com mais satisfação do que um romance, as chronicas de Simões de Vasconcellos, de Rocha Pita, de Pizarro, de Brito Freire, e as viagens de Maw; e joeirava aqui e alli d'entre as sensaborias do narrador, uma noticia, uma particularidade interessante.⁴¹²

E completa:

D'este tempo conservo ainda muitas idéas graciosas, que não escrevo porque tenho medo de tirar-lhes o encanto da simplicidade; porque não me reconheço com forças de reproduzir-as como as sinto; e também porque não tenho animo de proseguir um trabalho serio.⁴¹³

O sentido histórico de Alencar, imerso em sua lógica ficcional, revalidaria o passado brasileiro: *aquilo-que-foi* deixaria sua condição de monumento estático, edificado pela historiografia tradicional, para se realizar enquanto possibilidade, ou seja, enquanto *aquilo-que-pode-ter-sido*, conferindo ao passado fluidez, dinâmica e nova vida.

Em síntese, o projeto literário e também político de Alencar tinha por fim construir a consciência histórica do povo brasileiro. Mas como alcançar tal objetivo?

Como tentamos demonstrar ao analisar *O Guarani*, imbricando passado (português) e presente (colonial) para explicar o futuro (realidade do Império Brasileiro), José de Alencar construiu uma trama social enredada na correlação de morais e éticas luso-autóctones e, com isso, revalidou o *incola brasilis*, agora não mais um selvagem inculto e inábil, mas um guerreiro tão valoroso e

⁴¹² CSCT, p. 85.

⁴¹³ Loc. cit.

honrado quanto os mais bravos e galardoados cavaleiros de uma Europa passada. Aliás, no já citado manuscrito *A pátria de D. A. F. Camarão*, Alencar chegou mesmo a escrever passagem que ratifica esta afirmação:

Patria, talvez pelo que soffreo, e pelo que ainda sofre em sua memoria; se me sobrase tempo para folhear um ou todos os velhos chronistas e arrancar-lhe através do seo despeito a verdade que muitas vezes se revela, <o prova-lo com suas próprias contradições> não destruiria á outro [sic] em prazer de antiquário: e tenho para mais que provaria ao espirito desprevenido que o selvagem brasileiro tinha a par da barbaria e da ignorância, a mesma religião rude, os mesmo sentimentos vigorosos, a mesma poesia simples e pura, que o Gunlar [sic], Zilander [sic], o Frank [sic], o Árabe, o Gado [sic], todas essas hordas selvagens que inspiraram os vates nacionais.⁴¹⁴

Mas em *Iracema* a preocupação do autor iria mais longe.

Como bem lembra Arthur Motta, na *Lenda do Ceará*, o desenvolvimento da narrativa está intimamente ligado por tênues fios ao argumento histórico⁴¹⁵. O livro apresenta grande amadurecimento literário do romancista. O cuidado em construir os tipos e o caráter de cada personagem exemplifica bem isso. Não é preciso dizer que na perspectiva alencariana o *tipo* se refere à construção exterior da personagem, instituindo os pormenores sócio-históricos, enquanto o *caráter* é elemento de ordem psicológica que demonstra as paixões e os aspectos da alma dos indivíduos⁴¹⁶.

Mas, ao que parece, a preocupação metodológica de José de Alencar transcendia os campos da estilística e da literatura. De fato, como veremos, na *Carta ao Dr. Jaguaribe*, Alencar sublinha a importância da pesquisa em torno do tema a ser desenvolvido.

Fiado nesta certeza, realizamos uma arqueologia do saber alencariano com o fim de coletar alguns dados presentes em *Iracema*, os quais nos possibilitaram montar três importantes gráficos a partir dos quais podemos lançar alguma luz sobre o método historiográfico alencariano utilizado na elaboração da obra em questão.

⁴¹⁴ APFC, folha 11.

⁴¹⁵ MOTTA, Arthur, 1921, p.110.

⁴¹⁶ SDO, p. 938.

O primeiro gráfico nos informa os autores citados, suas respectivas frequências de chamada na obra; o segundo agrupa os dados coletados em dois macro-grupos temáticos, informando-nos as principais preocupações de Alencar quando da escrita do livro em questão; por fim, o terceiro gráfico organiza as fontes utilizadas pelo romancista em quatro grupos tipológicos, possibilitando verificar a estratégia de trabalho por ele adotada.

Passemos, portanto, à análise de cada um dos gráficos.

Comparando os gráficos 02 (referente a *O Guarani*) e o gráfico 05 (relativo à *Iracema*), duas constatações nos saltam aos olhos: 1) Em *Iracema* Alencar cita muito menos autores que n' *O Guarani*; 2) O número de notas referenciando os autores utilizados por Alencar também é muito menor em *Iracema* que no seu irmão mais velho.

Assim, se n' *O Guarani* são quatorze os autores expressamente citados nas notas, em *Iracema* este número cai para apenas oito; além disso, se naquele, o total de notas que informam o nome dos autores utilizados pelo romancista chega a 36, na *Lenda do Ceará* tal número não passa de 13, observando-se, assim, redução em cerca de 12% no total dos registros.

Mesmo assim o volume de notas apostas em *Iracema* é significativamente maior do que as encontradas n' *O Guarani*, chegando a algo em torno de 44% a mais no total de notas. Mas, que razão leva Alencar a suprimir suas fontes em *Iracema*?

O motivo é simples. Como podemos ver abaixo, no Gráfico 06, em *Iracema* a grande preocupação do autor estava relacionada com a língua tupi. 80% das notas do livro explicam palavras indígenas, enquanto pouco mais de 15% tratam de questões antro-po-históricas.

Inovando na literatura nacional, José de Alencar incluiu em seu texto metáforas evocativas do passado colonial brasileiro. Estas, todavia, não foram propriamente criadas pela imaginação alencariana; ao contrário, parecem mesmo ter emergido dos estudos do autor em obras como o *Dicionário da língua tupi* publicado em 1858 por Gonçalves Dias, e o *Glossaria linguarum Brasiliensium* (1863) assinado por Carl Friedrich P. von Martius, o que uma vez mais nos leva a crer na deliberada disposição de Alencar de alcançar a utensilagem mental própria do passado colonial brasileiro.

Como podemos observar no Gráfico 07, os dicionário da língua tupi e os registros de viagens foram as fontes principais de pesquisa utilizadas por Alencar para compor a lenda cearense. Muito embora os grupos tipológicos *dicionários* e *registros de viagens* figurem no gráfico em questão com pesos praticamente iguais, quando retornamos aos dados do Gráfico 06, fica claro que a utilização dos dicionários vai muito além do que foi rigorosamente registrado por Alencar.

Na *Carta ao Dr. Jaguaribe*, José de Alencar nos dá pistas quanto à metodologia por ele adotada para a elaboração de sua obra-prima. Ali podemos notar a importância dada pelo autor às questões etimológicas e etnológicas na construção da poesia nacional. Segundo Alencar:

o poeta brasileiro tem de traduzir em sua língua as ideias, embora rudes e grosseiras dos índios. (...) O conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura. Ele nos dá não só o verdadeiro estilo, como as imagens poéticas do selvagem, os modos de seu pensamento, as tendências de sua vida.⁴¹⁷

É neste cometimento que no capítulo XVI, por exemplo, poetizando a partir de apontamentos de cronistas coloniais, José de Alencar descreve a cena do ritual da Jurema⁴¹⁸. A própria organização do texto nos sugere um ponto de separação entre o lendário (ou ficcional) e o histórico (ou real). Os cinco parágrafos que iniciam idilicamente o andamento do capítulo são interrompidos pela simples frase: “Cai a tarde.”⁴¹⁹ Daí até o fim da descrição da cena do costume indígena, o texto sugere, com uma sutil mudança de tom, a descrição etnográfica de um ritual indígena:

⁴¹⁷ Idem, p. 253.

⁴¹⁸ Segundo Tomás Pompeu Sobrinho “Jurema é também nome de uma bebida célebre do índio, tanto pela preparação quanto pelos efeitos. Quando os portugueses aportaram pela primeira vez no Brasil, o segredo da preparação da Jurema era confiado a uma donzela consagrada a Tupã, a qual (...) sob pena de morte devia guardar perpetuamente a virgindade.” In: NOGUEIRA, Paulino. *Vocabulário Indígena. Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Antropológico e Geográfico)*, tomo I, 1887, p. 209-435.

⁴¹⁹ “Cai a tarde” (...), “aproxima-se o dia” (...), “O dia enegreceu” (...), são recursos comuns ao longo de todo o texto para marcar passagens de capítulos ou, como neste caso, para promover uma ruptura e/ou viragem na narração.

Os guerreiros seguem Irapuam ao bosque sagrado, onde os espera o Pagé [Arakén] e sua filha [Iracema] para o mysterio da jurema.

(...)

Cada guerreiro que chega depõe á seus pés uma offerenda a Tupan. Traz um a succulenta caça, outro a farinha d'água; aquelle, o saboroso piracem da trahira. O velho Pagé, para quem são estas dádivas, as recebe com desdém

(...)

o ministro de Tupan ordena o silencio com um gesto, e três vezes clamando o nome terrível, enche-se do Deus, que o habita.

(...)

Araken decreta os sonhos a cada guerreiro, e distribue o vinho da jurema, que transporta ao céu o valente tabajára.

(...)

Todos sentem a felicidade tão viva e continua, que no espaço da noite cuidão viver muitas luas.⁴²⁰

Concluída a apresentação do ritual, o autor parece retornar ao romance e o lança-lo novamente em mítico campo. "Iracema, depois que ofereceu aos chefes o licor de Tupã, saiu do bosque. Não permitia o rito que ela assistisse ao sono dos guerreiros e ouvisse falar os sonhos"⁴²¹. Não lhe sendo permitido ficar no local sagrado, a virgem "foi dali direto à cabana onde a esperava Martin"⁴²².

Outra passagem também nos ajuda a exemplificar esses momentos de descrição, quase realistas, que ponteiavam todo o livro. No capítulo XXIV, Alencar descreve a cerimônia de pintura corporal à qual Martim se submetera ao assumir a "patria da esposa [Iracema] e do amigo [Poti]"⁴²³. Escreve o autor:

O estrangeiro tendo adoptado a patria da esposa e do amigo, devia passar por aquella cerimonia, para tornar-se um guerreiro vermelho, filho de Tupan. Nessa intenção fora Poty se prover dos objectos necessários. Iracema preparou as tintas. O chefe, embebendo as ramas da pluma, traçou pelo corpo os riscos vermelhos e pretos, que ornavão a grande nação pytiguara. Depois pintou na fronte uma flecha e disse:

⁴²⁰ I, p. 73-74.

⁴²¹ Loc. Cit.

⁴²² Loc. Cit. O diálogo que se segue parece mesmo distanciar os protagonistas daquele lampejo de realidade incrustado nas páginas da *Lenda do Ceará*.

⁴²³ Idem, p. 113.

— Assim como a seta traspassa o duro tronco, assim o olhar do guerreiro penetra n'alma dos povos.
 No braço um gavião:
 — Assim como o anajê cahe das nuvens, assim cae o braço do guerreiro sobre o inimigo.
 No pé esquerdo a raiz do coqueiro.
 — Assim como a pequena raiz agarra na terra o alto coqueiro, o pé firme do guerreiro sustenta seu corpo.
 No pé direito pintou uma aza:
 — Assim como a aza da majoy rompe os ares, o pé veloz do guerreiro não tem igual na corrida.
 Iracema tomou a rama da penna e pintou uma folha com uma abelha sobre: sua voz resoou entre sorrisos:
 — Assim como a abelha. fabrica mel no coração negro do jacarandá, a doçura está no peito do mais valente guerreiro.
 Martim abriu os braços e os lábios para receber corpo e alma da esposa.
 — Meu irmão é um grande guerreiro da nação pytiguara; elle precisa de um nome na lingua de sua nação.
 — O nome de teu irmão está em seu corpo, onde o poz tua mão.
 — Coatiabo! exclamou Iracema.
 — Tu disceste; eu sou o guerreiro pintado; o guerreiro da esposa e do amigo.
 Poty deu á seu irmão o arco e o tacape, que são as armas nobres do guerreiro. Iracema havia tecido para ella o cocar e a arassoia, ornatos dos chefes illustres.
 A filha de Araken, foi buscar á cabana as iguarias do festim e os vinhos de genipapo e mandioca. Os guerreiros beberão copiosamente e trançarão as dansas alegres. Durante que volvião em torno dos fogos da alegria, resoavão as canções.
 Poty cantava.⁴²⁴

Fundindo em sua narrativa realidade descritiva com imaginário poético, o método alencariano de recompor o passado transcendia os campos da estilística e da literatura.

Não bastassem as notas e a *Carta ao Dr. Jaguaribe* para contribuir com os apontamentos aqui apresentados, devemos atentar ainda para a o *posfácio* adicionado à segunda edição de *Iracema*, no qual Alencar comenta algumas críticas que vieram a lume após a primeira impressão da obra, algumas simpáticas, outras francamente contrárias.

Em dada altura do posfácio anotou Alencar: “Duvidou-se que ‘Poti do alto do coqueiro flechasse o camoropim nas águas do Mundaú’”⁴²⁵. A esta

⁴²⁴ Idem, p. 113-115.

⁴²⁵ Idem, p. 266. Como sendo texto acrescido na segunda edição de *Iracema*, a página indicada corresponde à publicação tirada em 1951 pela Livraria José Olympio.

dúvida respondeu, citando passagem de *Roteiro do Brasil*⁴²⁶ de Gabriel Soares de Sousa (década de 1540 — 1591), importante cronista que serviu de fonte para a História colonial do Brasil a tantos historiadores oitocentistas contemporâneos de Alencar e, pelo visto, também ao próprio escritor.

É por tudo isso que nas páginas de *Iracema* encontramos frutuosa combinação entre História e Literatura. Aquilo que poderia parecer absurdo a uma historiografia de caráter metódico, e dita positivista, passou a interessar os historiadores da chamada Nova História, mais especificamente, à *École des Annales*⁴²⁷.

Convém ainda lembrar que, para Paul Ricœur:

A mesma obra pode assim, ser um grande livro de história e um admirável romance. O espantoso é que esse entrelaçamento da ficção à história não enfraqueça o projeto de representância desta última, mas contribua para a sua realização.⁴²⁸

Em *Como e porque sou romancista*, José de Alencar nos dá notas sobre o valor da memória para sua literatura. Segundo ele, foi em 1848 que sua veia de romancista se manifestou. Àquela época, de passagem pelo solo natal, reviveu várias lembranças que influenciariam sua escrita. Ainda em sua autobiografia lemos que Alencar costumava ficar “na velha bibliotheca do convento de S. Bento á ler os chronistas da era colonial” e que neste tempo, “desenhavam-se a cada instante na tela das reminiscências, as paisagens do (...) Ceará”.⁴²⁹

As informações colhidas nos documentos históricos informavam a interpretação do Brasil colonial que seria impressa nas páginas de seus

⁴²⁶ Especificamente o Título 17, Capítulo CXL.

⁴²⁷ A respeito da questão entre História e Psicologia cf. BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a História*. São Paulo: Martins Fontes, 2002; HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001; FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. No tocante ao mesmo tema, mas vinculado às novas perspectivas da biografia enquanto possibilidade historiográfica, cf. DUBY, Georges, 1988; LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. São Paulo: Record, 2001. Sobre a aproximação proposta a serviço da micro-história cf. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia. Letras, 1987.

⁴²⁸ RICŒUR, Paul, 1997, p. 323.

⁴²⁹ CPQSR, p. 36.

romances históricos. A leitura dos cronistas proporcionava “uma coisa vaga e indecisa que devia parecer-se com o primeiro broto do Guarany e de Iracema, flutuava-me na fantasia”⁴³⁰, dizia Alencar.

Valendo-se das referências documentais sobre o processo de colonização e de contato interétnico, Alencar se pôs a discutir, por meio da Literatura, o nascimento de um povo e, ao construir sua narrativa, criou vida e fundou um todo humano.

Em seu mito, eternizou o evento da colonização na metáfora do fruto do amor de dois diferentes. O filho de Martim e Iracema foi Moacir, “o filho da dor”. A crítica aos problemas do contato interétnico, apesar de só vir expressada no fim do livro, é direta! Filho da dor, amamentado por uma índia abandonada pelo homem branco, que fraca e sozinha, teve que alimentar o filho com o sangue tirado de seu peito.

E é Pessoa quem sintetiza: “O mito é o nada que é tudo”.

A reta observação de José Aderaldo Castello não deixa dúvida sobre o fato de que o recurso às fontes históricas tramadas em *Iracema* fica muito aquém da força poética da narrativa alencariana. Por isso mesmo, é certo que o texto analisado seja uma lenda e não uma crônica. Ademais, em *Iracema* reconhecemos uma construção legítima do romancista⁴³¹.

Ainda assim, como história, *Iracema* reflete; como poesia, faz; como lenda, eterniza.

Se a virgem dos lábios de mel não nos conta uma história real, sua doce voz faz refletir sobre a realidade da história de seu povo e do contato luso-autóctone. Se não há nas páginas do livro fatos verídicos, a ficção criada nos obriga a pensar sobre a veracidade dos fatos narrados.

Por tudo isso, ao tomarmos *Iracema* nas mãos, nossos olhos logo se põem no vivo verde-mata a colorir a história, convidando-nos a ouvir o chilrear dos pássaros em revoada, em meio à leve brisa gentil que nos abraça a alma soprando, a cada página virada, o doce cheiro marinho das praias de um Ceará que nunca foi, mas que poderia ter sido, e que assim se fundou.

⁴³⁰ Loc. cit.

⁴³¹ Cf. CASTELLO, José Aderaldo. *Renovado elogio de Iracema*. In: ALENCAR, José de. **Iracema: Lenda do Ceará**. Fortaleza:Editora UFC, 2005, p. 15-21.

Logo, àquele que insistir em afirmar não existir história em *Iracema*, àquele que negar a vívida experiência que a poética historiográfica alencariana, metodicamente (re)criou, seja feita a pergunta: o que é História?

4.2. Marandúba túpica: *Ubiajara* e a ficcionalização da História do Brasil Pré-cabralino

Mesmo sendo, nas palavras do próprio José de Alencar, livros irmãos, não verificamos em *Ubirajara*, nem o brilho poético, nem a sedução das pinturas alcançadas em *Iracema*.

Dez anos, quase, separam as duas obras. Escrito no calor da polêmica sobre a *Confederação dos tamoios*, *Iracema* vinha à luz como um manifesto radical de transformação da literatura nacional. Em suas linhas, Alencar realiza as formulações teóricas de interpretação das raízes nacionais, projetadas ao longo da acalorada polêmica e continuada em outros escritos do autor.

Em *Ubirajara*, cuja primeira edição foi prensada em 1874 nas máquinas da tradicional Livraria Garnier do Rio de Janeiro, não encontraremos a força da juventude de Alencar. No entanto, nesse romance temos a sobriedade do escritor maduro, convicto de seus ideais, e isto, nos parece, faz do escrito fonte especial para observarmos o amadurecimento da historiografia de seu criador.

Tal como *Iracema*, *Ubirajara* vem acompanhado de um para-texto auxiliar. Um prefácio e mais setenta e duas notas, lastreiam a narrativa, conferindo-lhe verossimilhança, esclarecendo certas passagens, alguns cenários e diversos tupinismos.

Diferente do observado na introdução da *Lenda do Ceará*, o prefácio dessa obra não manifesta a emoção nostálgica de um filho ausente. De fato, o propósito ali é outro e está mais condizente com a firmeza da pena do nosso autor.

O texto introdutório convida o leitor a refletir sobre a natureza primeira dos *incolæ brasiliensis*. Mais ainda: convoca à ponderação crítica sobre a intrincada mistura de realidade e ficção apresentada no romance.

As notas explicativas, além de orientar a leitura de leitores menos informados, possibilitariam maior aprofundamento na História do Brasil, no entendimento dos costumes dos silvícolas e na compreensão da língua Tupi.

Por tudo isso, o romance apresenta-se como excelente fonte para percebermos os processos de ficcionalização da História e historização da ficção, tão constantes na obra alencariana.

Ainda que não seja o tema central da pesquisa aqui estampada, cremos ser importante introduzir alguns dados para melhorar e situar a realidade histórica do autor e da obra.

Após a Independência, em 1822, o Brasil precisava ser fundado enquanto nação e, neste sentido, passo importante era construir uma história nacional despregada da antiga metrópole lusitana.

Uma questão surgiu: - Qual o melhor método para escrever a História do Brasil? O problema foi levado tão a sério que o IHGB promoveu concurso para solucionar esta inquietação dos intelectuais e do Império.

Somente em fins da década de 1840 a questão teria continuidade. Apresentando o texto *Como se deve escrever a História do Brasil*, Carl Friederich Phillipp von Martius ganhou o concurso promovido pelo IHGB. A obra premiada inspiraria Francisco Adolpho de Varnhagen a escrever os dois volumes da sua *História Geral do Brasil*.

Sobre o tema muito poderíamos falar, pois que a tipologia historiográfica adotada pelo IHGB⁴³², norteada pela nascente cientificização da História, e muito marcada pelo trabalho de Varnhagen, não foi a única praticada no Brasil oitocentista.

Publicando em seus livros importantes considerações sobre os autóctones brasileiros, as mentalidades coloniais, o cotidiano regionalista, a vida urbana da corte e a psicologia brasileira, o autor das lendas tupis, a nosso ver, também produziu certo tipo de historiografia⁴³³, infelizmente silenciada,

⁴³² Para uma vista sobre a construção da historiografia brasileira do século XIX e suas transformações, cf. WEHLING, Arno, 1999. Para melhor perceber a atuação do IHGB enquanto órgão de construção da memória e da História nacional, cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado, 2001, 1-28. Para clarificar as relações entre historiografia e Romantismo no Brasil Imperial, cf. GONÇALVES, Márcia de Almeida, 2009, 427-465. Para uma mostra das agremiações intelectuais instituídas no Brasil ao longo do século XIX, cf. SCHWARCZ, Lílían Moritz, 2001.

⁴³³ Cf. BARBOSA, Ivone Cordeiro. História Social do Sertão na Obra de José de Alencar, p. 47-53; PRIORE, Mary Del. Conversas entre História e Literatura: o exemplo de Alencar, p. 92-95 e MARCO,

quer por não estar em conformidade com a produção do IHGB, quer por motivos políticos que afastaram José de Alencar daquele Instituto, ou mesmo por conta da especialização empreendida sobre a ciência de Clio ao longo de todo o século XIX.

Tomado como estudo sobre o universo pré-cabralino e, à luz da perspectiva historiográfica atual, a leitura de *Ubirajara* pode contribuir com importantes pistas sobre o imaginário colonial e as interpretações antropológicas de José de Alencar.

Para tanto, o todo da obra, ou seja, o prefácio, as notas e o texto devem ser lidos e interpretados a partir do exercício da *arqueologia do saber*, resgatando a leitura e o método histórico alencarianos.

4.3. O Canitar de Jaguarê

Uma hermenêutica do prefácio de *Ubirajara* nos permite visualizar a firme ideologia indigenista que marca a obra, ajudando-nos também a perceber como a pena do autor lança o texto para o campo da História, extrapolando-lhe a dimensão literária.

Toda a “Advertência”, para usar o termo empregado no livro, está escrita em 12 curtos parágrafos, dos quais, apenas os dois primeiros parecem isentos de peso ideológico. No terceiro parágrafo lemos a seguinte passagem:

Quem por desfastio percorrer estas páginas, se não tiver estudado com alma brasileira o berço de nossa nacionalidade, há de estranhar entre outras coisas a magnanimidade que ressumbra no drama selvagem e forma-lhe o vigoroso relevo.⁴³⁴

Valéria de. O romance histórico de José de Alencar, p. 106-113 In: **Revista de Letras**. Fortaleza, v. 1, n. 29 (2), jan./jul., 2009. Cf. ainda PELOGGIO, Marcelo, 2004.

⁴³⁴ Todas as notas referentes a *Ubirajara* foram retiradas do livro que compõe a coleção, em 16 volumes, das obras de ficção de José de Alencar, publicada pela Livraria José Olympio Editora, em 1951. Isto posto, passamos a referenciar o texto analisado conforme o exemplo que indica local da passagem que originou esta nota: U, p.333.

Ora, nos idos de 1874, quais seriam os leitores de uma obra como *Ubirajara*?⁴³⁵ A excluir as moças zelosas que passavam as tardes embevecidas nas leituras das façanhas heroicas das personagens românticas, supomos restasse apenas uma elite cortesã⁴³⁶ do Império, círculo de letrados, normalmente ligados à política que, por sinal, na sua maior parcela participou, direta ou indiretamente, tanto do Romantismo nacional quanto dos debates do IHGB.

Tendo em vista a sociologia da leitura no âmbito da corte carioca⁴³⁷, não é difícil supor que José de Alencar estivesse endereçando as palavras de abertura de seu romance a um grupo específico.

Observando-se, por conseguinte, o teor do livro, ressalvada a crítica contida no prefácio, e recordando as diferenças entre o escritor e os doutos senhores do IHGB (D. Pedro II aí incluído), podemos pensar no romance também como esboço de estudo do universo autóctone.

Portanto, mais que romance, mais que *lenda*⁴³⁸, *Ubirajara* parece mesmo ter sido escrito como reflexão crítica contestadora de preconceitos construídos sobre a imagem distorcida dos primitivos habitantes do solo brasileiro.

Isso explicaria, a nosso ver, o trabalho de pesquisa desenvolvido para a produção das páginas que compõem a narrativa das aventuras do filho de Camacán.

Os estudos de Alencar indicam ainda o profundo conhecimento do autor do cenário colonial, dos hábitos e da cultura indígena, informações colhidas em

⁴³⁵ Os perfis de mulher escritos por José de Alencar, a saber: *Lucíola* (1862), *Diva* (1864) e *Senhora* (1875) são excelentes fontes para observar as práticas de leitura em voga no Brasil ao tempo do Segundo Império. Da mesma forma, *Helena* (1876), dentre vários outros escritos de Machado de Assis, possibilita boa visão das práticas de leitura daquele período. Ainda sobre o tema cf. MACHADO, Ubiratan, 2010 que, apesar da dicção jornalística, apresenta-se como bom referencial introdutório para a questão. Cf., ainda, EL FAR, Alessandra, 2006, livro que, mesmo de curta dimensão, dá ótimas referências para aprofundamentos no tema.

⁴³⁶ Cf. CARVALHO, José Murilo de, 2010. A primeira parte do livro apresenta profundo estudo sobre a formação da elite imperial. De especial conveniência é dar atenção aos capítulos 3, 4 e 5. Já a segunda parte informa, com primor, a atuação da elite no cenário político imperial, trazendo, passim, dados que possam contribuir para o leitor desta tese.

⁴³⁷ Duas obras são referências obrigatórias para compreender a questão: CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1962 e SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

⁴³⁸ Segundo o próprio o autor, “nenhum outro título responde melhor pela propriedade, como pela modéstia, às tradições da pátria indígena”. U, loc. cit.

leitura de variadas fontes, desde os textos dos cronistas do Brasil Colonial, até os estudos realizados no IHGB por seus contemporâneos.

Certo, porém, do estranhamento que seu livro poderia causar José de Alencar, ainda no prefácio, retoricamente indaga-se sobre as limitações de seus contemporâneos para compreenderem a cultura indígena e o real valor do íncola na História do Brasil⁴³⁹.

As informações e documentos sobre o período colonial, compilados quase sempre de forma acrítica, impingidos ao imaginário nacional, associados a uma historiografia dada aos europeísmos da moda, e tutelada pelos interesses imperiais, faziam da História produzida no Brasil de Pedro II forte expediente ideológico, que muito contribuía para a imagem negativa da gente primeira do Brasil, ressaltando e engrandecendo a imagem do europeu. Atento ao fato escreveu Alencar:

Os historiadores, cronistas e viajantes da primeira época, senão de todo o período colonial, devem ser lidos à luz de uma crítica severa. É indispensável sobretudo escoimar os fatos comprovados, das fábulas a que serviam de mote, e das apreciações a que os sujeitavam espíritos acanhados, por demais imbuídos de uma intolerância ríspida.⁴⁴⁰

É nesta perspectiva que *Ubirajara* serve de radiografia daquilo que nomearemos por *fazer historiográfico alencariano*. As notas do livro apresentam ao leitor as fontes de Alencar e, para além, indicam a forma como o romancista lia e delas tratava.

Não seria demasiado extravagante julgar que José de Alencar tivesse consciência do valor do seu procedimento⁴⁴¹, principalmente se levarmos em conta o fato de a estratégia do recurso à fonte ser verificada em vários romances do filho de Messejana, indicativo incontestado do seu gosto por manipular as fontes.

⁴³⁹ “Como admitir que bárbaros, quais nos pintaram os indígenas, brutos e canibais, antes feras que homens, fossem suscetíveis desses brios nativos que realçam a dignidade do rei da criação?” U, loc. cit.

⁴⁴⁰ Loc. cit.

⁴⁴¹ O próprio autor nos alerta ter escrito “estas advertências para que ao lerem as palavras textuais dos cronistas citados nas notas seguintes não se deixem impressionar por suas apreciações muitas vezes ridículas. É indispensável escoimar o fato dos comentários de que vem acompanhado, para fazer uma idéia exata dos costumes e índole dos selvagens.” U, p. 334.

Convém frisar que Alencar se mostrava atento à relevância da observação do *locus* histórico da fonte consultada. Conciso, o autor alerta para a importância de ter ciência de como o entendimento dos costumes e do sistema de pensamento de um estudioso é crucial para compreendermos seus escritos. Acerca dos primeiros registros sobre as raridades da Colônia, o autor d’O *Guarani* escreve:

Homens cultos, filhos de uma sociedade velha e curtiada por longo trato de séculos, queriam esses forasteiros achar nos indígenas de um mundo novo e segregado da civilização universal uma perfeita conformidade de idéias e costumes.⁴⁴²

Ainda sobre os cronistas, o autor segue apontando a importância de despir preconceitos e moralismos para melhor ser alcançada a realidade dos fatos: “não se lembravam, ou não sabiam, que eles mesmos [os cronistas europeus] provinham de bárbaros ainda mais ferozes e grosseiros do que os selvagens americanos.”⁴⁴³

Para Alencar, mesmo “espíritos graves e bastante ilustrados para escreverem a história sob um ponto de vista mais largo e filosófico”⁴⁴⁴ poderiam ser contaminados por preconceitos culturais ou religiosos, o que afetaria a observação de costumes e valores estranhos aos do estudioso.

A afirmação clarifica a atenção dada pelo autor à crítica das fontes históricas por ele utilizadas. Aliás, José de Alencar não se descuidou em aplicá-la, mesmo a nomes referenciais e caros aos seus conhecimentos sobre o universo colonial brasileiro, tais como o português Gabriel Soares de Sousa e o Inglês Robert Southey.

Exemplo disso também pode ser verificado na crítica empreendida às análises de Gaspar van Barleus quanto aos costumes indígenas:

⁴⁴² U, p. 333.

⁴⁴³ U, p. 334. Importante o teor dessa passagem. Nas notas, como veremos mais adiante, Alencar constantemente trabalhará a moralidade dos selvagens a partir da comparação com os povos bárbaros que habitaram a Europa e com aqueles que se fixavam no Norte africano e no Oriente Médio.

⁴⁴⁴ U, p. 334.

referindo as justas que se faziam entre os selvagens para obterem em prêmio de seu valor a virgem mais formosa, [Barleus] não se esqueceu de acrescentar este comento - *finis spectantium est voluptas*. Narrados com este pessimismo, as cenas da cavalaria, os torneios e justas não passariam de manejos inspirados pela sensualidade. Nada resistiria à censura ou ao ridículo.⁴⁴⁵

Visto desse ângulo, *Ubirajara* parece mesmo trazer em si a clara intenção de questionar o aceite descuidado de “grosserias apreciações de outros escritores acerca dos costumes indígenas”⁴⁴⁶; e, na contramão de uma historiografia eivada de preconceitos, apresentar ao leitor “as coisas mais poéticas, os traços mais generosos e cavaleirescos do caráter dos selvagens, os sentimentos mais nobres desses filhos da natureza (...) deturpados por uma linguagem imprópria.”⁴⁴⁷

As afirmações acima transcritas transparecem muito da ideologia indigenista proposta por Alencar. Ademais, como bem nos lembra Elvya Ribeiro Pereira:

Ubirajara representa o ponto extremo de um processo de recuo no tempo da narrativa, tendo em vista O Guarani e Iracema. Tal recuo chega a esse momento de “pureza” étnica e cultural em que Alencar irá (re)inventar um índio diferente daqueles que foram retratados pelos cronista e viajantes.⁴⁴⁸

Para finalizarmos este passo, cabe ainda uma observação: além de submeter suas fontes a uma crítica historiográfica muito particular e profundamente ideologizada, Alencar também as organizou em tipologias específicas, possibilitando ao autor melhor confronto entre as diferentes visões

⁴⁴⁵ Loc. cit. Tomamos a liberdade de oferecer livre tradução para o trecho em latim presente na citação: “o fim é o prazer do espectador”.

⁴⁴⁶ Loc. cit.

⁴⁴⁷ Loc. cit.

⁴⁴⁸ PEREIRA, Elvya Ribeiro. *Piguara: Alencar e a invenção do Brasil*. Feira de Santana: UEFS, 2000, p. 44.

do passado colonial, disponíveis em sua época⁴⁴⁹, facilitando-lhe, inclusive, a observação das ideologias que as suportavam.

No caso de *Ubirajara*, segundo o autor:

duas classes de homens forneciam informações acerca dos indígenas: a dos missionários e a dos aventureiros. Em luta uma com outra, ambas se achavam de acordo nesse ponto, de figurarem os selvagens como feras humanas. Os missionários encareciam assim a importância da sua catequese; os aventureiros buscavam justificar-se da crueldade com que tratavam os índios.⁴⁵⁰

Caberia ao autor *d'O Jesuíta*, a partir de sua lógica historiográfica, desconstruir a imagem de “feras humanas” atribuída aos indígenas brasileiros e, a partir daí construir o *ideal brasílico*, profundamente marcado por sua concepção de nação.⁴⁵¹

4.4. *Nheéng etê de Alencar*

Nas setenta e duas notas marcadas nas páginas de *Ubirajara*, observamos referências a nada menos que vinte e um autores distintos. Tendo em conta o variado leque aludido na obra e, no intuito de melhor evoluir no raciocínio, organizamos as fontes alencarianas em grupos específicos de onde extraímos alguns gráficos.

Compilamos no Gráfico 08 todos os autores que ofereceram suporte histórico à trilogia indigenista do escritor romântico, apresentando ainda o

⁴⁴⁹ Convém lembrar as observações de Ingrid Schwamborn em *O guarani era tupi? Sobre os romances indigenistas de José de Alencar*. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1998, p. 82: “muitos testemunhos a que se tem hoje acesso com relativa facilidade, nos tempos de Alencar ainda eram desconhecidos ou incompletos, mutilados ou esquecidos em bibliotecas de precária organização”. Nas páginas seguintes a autora faz relevantes indicações sobre as leituras de José de Alencar.

⁴⁵⁰ U, p. 334

⁴⁵¹ O ideal brasílico de Alencar tem estreita ligação com sua atuação no cenário político imperial. Na verdade, seus textos políticos são importantes chaves para compreendermos a plenitude da dimensão de sua obra. Infelizmente, a obrigação monográfica desta tese impede que caminhemos por esta intrigante floresta de ideais nacionalistas. Em espaço mais apropriado pretendemos retomar a questão.

número de vezes que apareceram no livro. Ao referido gráfico somamos a Tabela 01, síntese de importantes informações relativas às fontes utilizadas para feitura de *Ubirajara*, tais como: nome, nacionalidade, nascimento e morte do autor; título da obra consultada; ano e século em que o texto foi produzido; e quantas vezes o autor ou obra são encontrados, identificando, ainda, as notas em que ocorrem.

Com esse procedimento, julgamos evitar uma longa digressão, incontornável, caso fôssemos apresentar, uma a uma, as fontes históricas que deram suporte à obra. De qualquer modo e, conforme seja, ao correr da exposição retornaremos a alguns dados abrigados tanto no Gráfico 08 quanto na Tabela 01.

A partir de uma *arqueologia do saber* empreendida nas notas do livro e, apoiado noutros escritos do autor, com o intuito de melhor compreender a lógica da pesquisa desenvolvida por José de Alencar, foi montado o Gráfico 09, no qual apresentamos o percentual de ocorrência dos autores utilizados para a escrita das notas do livro em função dos séculos em que atuaram.

Reunimos no Gráfico 10 as diferentes tipologias de fontes em razão dos séculos em que elas foram produzidas. No mesmo Gráfico 10, analisamos a relevância dada pelo autor às diferentes tipologias de fontes. Por fim, ainda no Gráfico 08 agrupamos as notas em dois macro-grupos temáticos, a saber: *linguística tupi e antro-po-história*.

Como José de Alencar utilizou autores de diferentes épocas para fundamentar as notas de *Ubirajara*, desde os quinhentistas como Gabriel Soares de Sousa, até contemporâneos seus como Gonçalves Dias, resolvemos atribuir aos escritos dos séculos XVI, XVII e XVIII, o rótulo de *fontes primárias* e aos escritos oitocentistas, *fontes secundárias*.

Os três primeiros séculos representam o período de intensa descoberta, tanto da natureza, quanto dos povos nativos do território colonial português nas Américas e, por isso mesmo, a época de maior contato entre índolas e colonizadores. Os textos produzidos neste período trouxeram à luz as experiências dos primeiros contatos e, em suas páginas podem ser verificados traços de um conhecimento pessoal e direto dos eventos descritos, além de importantes anotações sobre os tipos, as línguas e os costumes dos povos nativos.

Já os escritos do século XIX resgataram e comentaram muitos dos textos do Brasil dos primeiros tempos. Alguns, perdidos nas tramas do tempo, foram recompostos apenas em parte; outros, resguardados em arquivos à espera de serem revividos pela leitura humana, ganharam novas edições; alguns, contudo, simplesmente se perderam e deles apenas temos idéia de sua existência.

Considerando, pois as fontes primárias e a partir delas estruturando suas conclusões à luz da novidade metodológica transmutadora da prática historiográfica, o século XIX produz novas interpretações, já de um segundo olhar, afastado do fato, distanciado pela “imparcialidade” do historiador e balizada pela crítica histórica metódica.

Em números absolutos, seguindo o Gráfico 11, as fontes primárias perfazem um total de 67% do material utilizado por Alencar na consecução do trabalho das notas de *Ubirajara*. Este grupo, por sua vez, pode ser assim dividido: 19% de textos quinhentistas; 34% de textos seiscentistas e 14% de textos setecentistas. Obviamente os 33% restantes dizem respeito à produção datada do século XIX.

Os valores revelam a pequena contribuição do século XVI, mas isso é facilmente compreensível. Basta lembrar que, muito embora o primeiro desembarque lusitano nas praias tupiniquins tenha sido registrado a 22 de abril de 1500, o processo de colonização do território só se efetivaria no terceiro decênio daquela centúria, isso por conta dos interesses comerciais da Coroa com suas possessões no Oriente. Somemos a isso a dificuldade que o pequeno Portugal tinha em prover de colonizadores um território gigantesco pela própria natureza e, para não nos alongarmos no assunto, lembremos que muitos dos documentos quinhentistas somente serão (re)descobertos por força do trabalho do resgate documental desenvolvido no século XIX, fruto da revolução historiográfica rankeana.

No século XVII, vencidas as dificuldades dos primeiros anos, e dado o crescente valor econômico da Colônia tanto para Portugal, quanto para outros países que cobiçavam o território, dos quais França e Holanda são exemplos, muitos viajantes, religiosos, humanistas e cientistas europeus vieram às terras da coroa lusitana e anotaram suas impressões e experiências, garantindo registros de valor incalculável para compreensão da vida do íncola brasileiro.

Por seu turno, o século XVIII quase não tratou da questão indígena. De fato, este foi um período em que a coroa portuguesa reprimiu os estudos referentes à história do Descobrimento e da primeira colonização do Brasil⁴⁵². Some-se a isso o processo de *extermínio mascarado*⁴⁵³ empreendido contra as populações indígenas, que ganharia força com a assinatura dos alvarás régios de 1755 e com a expulsão dos jesuítas de terras portuguesas em 1759.

Os estudos desse período dizem respeito aos descobrimentos em curso com o processo de ocupação do interior do Brasil e, por isso, os povos nativos neles referidos, normalmente, não diziam respeito aos mesmos descritos nos textos dos dois séculos anteriores, pois, neste caso, os cronistas conviviam com os indígenas do litoral, os quais, exatamente por conta do maior contato com o outro “civilizador”, a essa altura já estava integrado ao geral da população colonial, metamorfoseado, ou melhor, *invisibilizado* pelo processo de mestiçagem.

Assim sendo, o debate em torno dos povos primitivos do Brasil somente seria retomado no século seguinte, arrimado nas transformações do método historiográfico e na construção da novíssima ciência antropológica. Ambas as especialidades, organizadas enquanto ciências positivas, na medida em que isso era possível, buscavam dar novas perspectivas mais racionais e objetivas ao passado humano.

Mesmo acompanhando as discussões europeias mais recentes no campo da História, a intelectualidade do Brasil oitocentista retomaria a questão indígena por dois vieses: o *científico*, realizado pelo estudo da história desses antigos povos e o *artístico*, ordenado no Romantismo. Ambos os cultores desses caminhos, entretanto, valeram-se, em maior ou menor medida, da linguística, da arqueologia e da etnografia, como ciências auxiliares capazes de ajudar a desvendar a verdadeira face dos selvagens originários.

No antes aludido Gráfico 11, as fontes alencarianas foram distribuídas em séries, conformadas com o século em que foram produzidas, e agrupadas em cinco categorias tipológicas, a saber:

⁴⁵² SCHWAMBORN, Ingrid, 1998, p.83.

⁴⁵³ Sobre o tema cf, p.ex.: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidades e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; GOMES, José Eudes. *Milícias del Rey*. Rio de Janeiro: FGV, 2010; e LEAL, Tito Barros. *Imanência indígena: integracionismo e invisibilização das populações autóctones do Ceará Colonial*. Fortaleza: SECULT, 2011.

- 1) *Relatórios de observação* — Reunindo os textos de Gabriel Soares de Sousa, André Thévet e Gaspar van Barleus;
- 2) *Registros de viagens e missões religiosas* — Abrigando os escritos de quinhentistas, de Hans Staden e Jean de Léry, e os seiscentistas, de Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux ao Pe. Simão de Vasconcelos;
- 3) *Corografia e memória histórica* — Agrupando as obras de George Macgraf e Williem Pies, ambos do século XVII, e as dos padres. Joseph Guimila e João Daniel, escritas no século XVIII;
- 4) *História e antropologia* — Ligando as pesquisas coincidentes dos pensadores oitocentistas Alexander von Humboldt, Alcide Dessalines d'Orbigny, Ferdinand Denis, Luis Ferdinand Muray, Robert Southey e Gonçalves Dias;
- 5) *Outros* — Juntando o poema épico *Caramumu*, escrito em 1781 pelo Frei Santa Rita Durão, e um texto sobre o qual não conseguimos maiores informações, mas de autoria de um certo *Dr. Coutinho*, que julgamos seja João da Silva Martins Coutinho, um dos participantes da Comissão Científica do Ceará, executada entre 1859 e 1861, pelo IHGB.

A partir do cruzamento dos dados contidos nos gráficos 9 e 10 chegamos ao Gráfico 11, que nos possibilitou perceber, em termos percentuais, a relevância de cada tipo de fonte para o trabalho de fundamentação das notas da segunda lenda tupi. Os valores nele contidos informam, portanto, o número de vezes que cada tipologia de fonte foi utilizada por José de Alencar.

Desta forma, podemos concluir que as fontes primárias correspondem à maior parte do total das citações feitas pelo nosso autor. Mais precisamente, somam 76,5% dos argumentos utilizados nas notas, donde 33% correspondem aos *registros de viagens e missões religiosas*; 25% aos *relatórios de observação*; 16% aos escritos de *corografia e memória histórica*; e, por fim, 2,5% ao texto do Frei Santa Rita Durão. À produção do século XIX coube o percentual de 23,5%.

Passemos então ao Gráfico 12. Seu exame tornou possível afirmar que o rótulo “outras” que reúne 20% das notas do livro, dizem respeito, no mais das vezes, a curtos apontamentos tais como a localização de um rio (como é o caso da nota 11, *Taari*), ou uma curiosidade sobre a fauna e a flora nativas

(como é o caso da nota 55, *Manati*), não sendo este primeiro grupo de grande importância para o nosso estudo.

Cabe analisar, aí sim, os 80% das notas respeitantes a uma das duas principais preocupações de José de Alencar, ou seja, língua e cultura. Assim, os dados do gráfico nos mostram que o peso das inquietações alencarianas está praticamente equilibrado, sendo 43% dedicado às fundamentações antro-po-histórica e 37% às explicações e/ou reflexões do tupi.

Destarte, quer apoiando-se na etnografia (notas antro-po-históricas), quer nos estudos feitos da língua tupi (linguística-tupi), o gráfico revela a história dos habitantes nativos das plagas brasileiras dos séculos iniciais como sendo preocupação central das notas.

Depreende-se do visto, aspecto importante do método de análise historiográfica praticado por José de Alencar, nomeadamente o recurso às ciências auxiliares da História. Tributárias dos estudos da musa proclamadora em busca da compreensão do universo sócio-cultural dos nativos, não raro, Etnografia e Linguística se confundiam uma com a outra.

Também importante constatação derivada de olhar mais cuidadoso dedicado às notas, é o fato de o autor d'*As Minas de Prata*, não raras vezes incorrer em anacronismos que facilmente podem ser percebidos pela transferência dos valores e das referências teórico-filosóficas próprias do *locus* histórico do autor para o universo autóctone.

Porém, nada há de invulgar na forma como o escritor conduzia sua argumentação. De fato, apresentar juízos de valor despreocupados de fundamentações precisas e cuidadas, conformadas à lógica histórica específica do tempo observado, era prática comum no fazer historiográfico do século XIX. Se historiadores metódicos assim procediam, que dizer, então de escritores românticos?

Esta simples observação acerca do estado da arte da historiografia oitocentista livraria o indigenismo alencariano de leituras negativistas como, por exemplo, as de Antônio Paulo Graça, escritas em *Uma poética do genocídio*. Segundo este autor, em *Ubirajara*, Alencar:

parece a toda hora colocar sob ameaça os valores autóctones, tribais. Em nome do amor individual e romântico, da miscigenação, da virtude cristã e da honra, a narrativa alencarina sufoca princípios muito fortes que constituem a medula da sociedade e produzem o *indivíduo* indígena.⁴⁵⁴

Na perspectiva de Graça, o autor d'*Os filhos de Tupã* é acusado de estabelecer um “tratamento etnocêntrico que a boa intenção não consegue disfarçar.”⁴⁵⁵ Ora, tal observação só denota a carência do crítico em relação ao *metier* historiográfico do século XIX.

Certo é que a visão romântica, plasma-base dos índios alencarianos, travestia-os por meio de idealizações do universo cultural ocidental; mas, pensando bem, considerando-se o cenário ideológico do Império Brasileiro; a posição dos estudos antropológicos e etnográficos; a força da filosofia positiva da História (anglófila; francófila ou germanófila); e o padrão medievalista do Romantismo europeu, o que se poderia esperar?

Convém lembrar que romancistas, poetas, cronistas, historiadores e qualquer outra modalidade de escritor, estão circunscritos ao ambiente histórico-cultural que os alimenta, abrigando suas produções.⁴⁵⁶ Seguem, portanto, modelos cognitivo-interpretativos mais ou menos comuns à sua historicidade.

No caso de Alencar, contudo, a imagem do índio ocidentalizado, muitas vezes minuciosamente medievalizado, não retira do autor a preocupação bem específica de compreender o universo cultural dos primeiros habitantes do Brasil⁴⁵⁷. Antes reflete seu estilo e, como ensina a boa lição de Peter Gay “se o estilo fornece informações não sobre o estilista, mas sobre sua cultura, não há

⁴⁵⁴ GRAÇA, Antônio Paulo. *Uma poética do genocídio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 70-71.

⁴⁵⁵ Ibid, p.71.

⁴⁵⁶ Cf. RICOUER, Paul., 1997, especialmente a primeira seção do tomo III e, do mesmo autor, *Interpretações e ideologias*. (Rio de Janeiro: F. Alves, 1990).

⁴⁵⁷ Basta confrontar os textos indigenistas de José de Alencar com os dos seus contemporâneos abrigados no IHGB para facilmente constatar o assunto de que tratamos. As seguintes obras podem exemplificar esta questão: TÁVORA, Franklin. *Os índios do Jaguaribe*. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1870; GUIMARÃES, Bernardo de. *O índio Afonso*. Rio de Janeiro: Garnier, 1900 (a primeira edição do livro é de 1873) e, claro, *A Confederação dos tamoios* (1857) de Gonçalves Magalhães. Do IHGB, destacamos Gonçalves Dias, poeta muito respeitado por José de Alencar, que teve importante papel na Comissão de Arqueologia e Etnografia do Instituto, produzindo importantes estudos etnográficos como, por exemplo, *Brasil e Oceania*, longo estudo publicado na Revista do IHGB, (Rio de Janeiro: Garnier, t. 30, vol. 35, 1867, p. 5-192; 257-396).

por que o historiador deva se sentir desapontado. Em se tratando do objeto e das provas, o historiador é — ou deveria ser — um democrata.”⁴⁵⁸

Além disso, vale ressaltar, ainda seguindo o raciocínio de Peter Gay:

A maneira cultivada do escritor expressa de maneira instrutiva tanto seu passado pessoal quanto as formas de pensar, sentir, crer e operar da cultura. O valor sintomático do estilo vai, portanto, muito além de oferecer vislumbres dos hábitos literários (...). *Deslindar o estilo é, pois, deslindar o homem.*⁴⁵⁹

Mas voltemos às notas de *Ubirajara*. Para exemplificar o que denominamos preocupações antro-po-históricas. Tomemos a nota 5. Sinalizada ainda no início do capítulo I, explica a busca empreendida por Jaguarê paraganhar o *nome de guerra*⁴⁶⁰.

Para a reflexão realizada na nota, o romancista se valeu de três autores, Gabriel Soares de Sousa, Robert Southey e Yves d'Evreux, pondo-os em diálogo uns com os outros. Após expor a posição dos textos selecionados, Alencar emite suas próprias ponderações, tanto sobre as análises dos autores, quanto em relação ao indígena.

Citando a *História do Brasil* de Robert Southey, escreve Alencar:

Mal nascia a criança logo se lhe punha nome. (...) Ao chegar à idade de ir à guerra, dava-se outro nome ao mancebo que aos seus títulos ia acrescentando um por inimigo que trazia para casa a ser imolado. Também a mulher tomava adicional apelido quando o marido dava uma festa antropófaga. De objetos visíveis se tirava o cognome, determinando o orgulho ou a ferocidade a escolha.⁴⁶¹

Pelo que podemos observar, é patente o recurso ao texto do historiador e poeta romântico inglês, como suporte histórico conferidor de verossimilitude à

⁴⁵⁸ GAY, Peter, 1990, p. 20.

⁴⁵⁹ Ibid., p. 20-21 (grifo nosso).

⁴⁶⁰ U, p. 213.

⁴⁶¹ U, p. 336.

ficção (re)criadora do passado antiquíssimo, quase mítico, anterior mesmo à época do descobrimento.

Não seria esta, contudo, a finalidade única da nota. Nela também verificamos críticas às observações sobre o ritual tupinambá de captura e morte dos adversários, registradas no *Roteiro do Brasil* de Gabriel Soares de Sousa.

Assim diz o trecho colhido ao cronista:

Acontece muitas vezes cativar um tupinambá a um contrário na guerra, onde o não quis matar para trazer cativo para sua aldeia, onde o faz engordar com as cerimônias já declaradas para o deixar matar a seu filho quando é moço e não tem idade para ir à guerra, o qual o mata em terreiro como fica dito, com as mesmas cerimônias; mas atam as mãos ao que há de padecer, *para com isso o filho tomar nome novo e ficar armado cavaleiro e mui estimado de todos.*⁴⁶²

Preocupado em atestar as qualidades dos indígenas, José de Alencar não poderia deixar incontestada a afirmação. Segundo ele, era “preciso dar o devido desconto acerca de engorda do cativo, e do papel insignificante que representa o mancebo.”⁴⁶³

Analisando antropologicamente a questão, mas também com pés fincados em seu ideal típico, Alencar afirmava “que entre gente, cuja alma era a guerra, o título de guerreiro não se conferia ao mancebo que não fizesse prova real de seu esforço e coragem.”⁴⁶⁴

Ora, a crítica feita a Gabriel Soares de Sousa esclarece a posição alencariana acerca do caráter e da moralidade dos indígenas brasileiros⁴⁶⁵, constantemente reforçada, quer no corpo do romance, quer nas notas que o acompanham. No caso específico, no entanto, o que não fica evidente é o lastro argumentativo de Alencar.

Muito embora o romântico brasileiro convoque Yves d'Evreux para sequenciar a crítica feita ao cronista lusitano, a passagem devida ao religioso

⁴⁶² Loc. cit.

⁴⁶³ Loc. cit.

⁴⁶⁴ Loc. cit.

⁴⁶⁵ Moralidade lastreada no *mito do bom selvagem*, tão em voga nos tempos de Alencar.

francês, apenas ilustra questão tangencial ao problema levantado no debate, referindo-se apenas à “graduação que a idade estabelecia entre os tupis”⁴⁶⁶.

Outro bom exemplo das preocupações antro-po-históricas de José de Alencar, e de sua crítica ao imaginário promovido nos textos dos cronistas coloniais, é a nota 20. Nela o autor reflete, a partir da expressão *guerreiro chefe*, sobre a organização política dos autóctones.

Na, longa digressão (a nota tem mais de 30 parágrafos), mesmo caindo em risível anacronismo, dada a radical ocidentalização do problema à luz das teorias políticas de seu tempo, transparece a profunda erudição do autor, além da inegável vontade em compreender a cultura tupi.

Negando as afirmações dos cronistas e tendo sempre em vista o projeto de requalificação da imagem do autóctone, Alencar defende a existência de um governo tupi “bem regulado para o seu estado de civilização”.⁴⁶⁷ O autor consegue mesmo “distinguir na taba selvagem *sociedade civil* e *sociedade política*” estando “a primeira reduzida à família, e a segunda exclusiva à subsistência, defesa e à guerra.”⁴⁶⁸

Não há espaço aqui para pormenorizar toda a argumentação desenvolvida pertinente a esse tema; convém, entretanto, prestar atenção a uma questão importante no processo alencariano de recriação do indígena: o silêncio do genocídio.

Sempre disposto a engrandecer os autóctones, e crítico atento da memória que deles se tentava construir, José de Alencar, em seus escritos, raras vezes falou sobre o massacre empreendido pelos Europeus quando do processo de conquista das terras destas bandas da América⁴⁶⁹.

A reflexão sobre o genocídio das populações indígenas também não é verificada na nota ora analisada; pelo menos não o é de forma direta. A certa altura, descrevendo o modo como se processava a escolha do chefe indígena, o autor usa cavilosa fórmula coligida junto às crônicas coloniais. Dizia José de Alencar:

⁴⁶⁶ Loc. cit.

⁴⁶⁷ U, p. 340. A graduação relacional do estado da civilização é ponto muito importante a ser notado nas análises que José de Alencar faz dos índios.

⁴⁶⁸ U, p. 341. (grifo nosso)

⁴⁶⁹ Peri e Iracema são mostras tácitas da fórmula apaziguadora criada pelo autor para solucionar ferida tão persistente na História nacional.

O mais audaz e o mais forte impunha-se: a permanência de sua autoridade, bem como sua extensão, dependia do respeito que ele conseguia infundir a seus guerreiros. No momento em que surgia outro ambicioso a disputar o poder, este, tornava-se o premio do mais valente. Acontecia então que o vencido com seus sectários, revoltava-se; e daí as *frequentes guerras intestinas, que aniquilaram a raça indígena, ainda mais talvez do que a crueldade dos europeus*.⁴⁷⁰

Chama atenção, é claro, a idéia de guerras intertribais tendo mais peso no extermínio das populações indígenas do que, propriamente, a truculência do processo de colonização. Retomemos, então, a crítica de Antônio Paulo Graça à proposta indigenista do nosso escritor.

Segundo Graça, na obra de José de Alencar “quando chegam os conquistadores, a guerra se torna um silêncio doloroso e o romancista parte para o sonho (utópico ou mistificante) da democracia racial.”⁴⁷¹ Quanto a isto pouco se pode contestar, é fato. No entanto, talvez compreendamos melhor o dito silêncio, dando vista d’olhos na ideologia romântico-nacionalista norteadora do pensamento de Alencar.

Na primeira carta sobre a *Confederação dos tamoiós*, escrita sob o pseudônimo Ig, o romancista polemizava ao desconstruir o pretense épico de Gonçalves de Magalhães, criticando o princípio, ou melhor, o fundamento da trama e outros pontos controversos da mesma obra.

Escrito para se tornar o marco fundante da literatura nacional e a primeira obra do genuíno Romantismo brasileiro, o poema de Magalhães não poderia, na opinião de Alencar, partir da “morte de um simples guerreiro indio, assassinado por dous colonos”⁴⁷² para alcançar seu objetivo, nem “Dirivar de um facto accidental e sem importância a *luta de duas raças, a extincção de um povo e a conquista de um paiz*,”⁴⁷³; seria um procedimento assim “improprio da grandeza do assumpto.”⁴⁷⁴

⁴⁷⁰ U, p. 342.

⁴⁷¹ GRAÇA, Antônio Paulo, 1998, p. 74.

⁴⁷² CSCT, p. 9-10.

⁴⁷³ CSCT, p. 10 (grifo nosso).

⁴⁷⁴ Loc.cit.

Nessa perspectiva, portanto, o que estava em questão para Alencar e deveria ser relevado na (re)definição do cenário nacional era a unidade racial brasílica, decorrente da relação entre europeus e autóctones e não as lutas inter-raciais. Para ele, mais importante do que pintar os escurecidos tons do extermínio, era iluminar as cores do Brasil que se fazia.

E isto, parece-nos, fica explícito tanto n’*O Guarani* pela simbiose dos caracteres de Peri e Ceci, quanto em *Iracema*, na metáfora do amor entre Martin e a virgem tabajara. Não obstante, a crueza e a complexidade do processo colonizador também foram tematizados tanto numa quanto noutra narrativa.

Na história do guerreiro goitacá, a tensão entre brancos e índios está absolutamente clara, muito embora, tanto uns, quanto outros possam aparecer como personagens boas ou más⁴⁷⁵. Não há na história um padrão que defina o caráter das personagens por sua condição étnica. Isto só conflui para uma representação mais realista do universo humano representado no romance.

Por seu turno, na lenda cearense, Moacir é “filho do sofrimento”⁴⁷⁶, mas não apenas do sofrimento físico marcado pelo difícil parto de Iracema. O “primeiro filho que o sangue da raça branca gerou nessa terra”⁴⁷⁷, carregava em si o estigma de uma pesada reordenação sócio-cultural claramente situada na grave interrogação: “havia aí a predestinação de uma raça?”⁴⁷⁸.

Como bem aponta Valéria de Marco:

Os modos usados por Alencar para apropriar-se da crônica histórica contribuem decisivamente para esboçar as imagens que ele quer divulgar da história do país, para perscrutar como e por que romanceia certos dados e não outros, para tentar compreender que razões o movem na escolha do alvo em que investe sua imaginação.⁴⁷⁹

⁴⁷⁵ Cf. MARCO, Valéria de, 1993. Especialmente capítulo 1.

⁴⁷⁶ ALENCAR, José de. *Iracema*., p. 175. (As referências a *Iracema* foram retiradas da mesma edição aqui utilizada para coleta dos dados de *Ubirajara*, vide nota 417, retro). Doravante, sempre que necessário, a obra virá abreviada por “I”.

⁴⁷⁷ Ibid., p. 143.

⁴⁷⁸ Ibid., p. 157.

⁴⁷⁹ MARCO, op. cit., p.36.

Sendo assim, ao tratar a questão da violência interétnica, parece-nos haver uma opção clara de Alencar pela suavização poética em detrimento da veracidade (ou verossimilhança) histórica da questão e isso se dá não apenas por uma predileção por este ou aquele caminho, mas (e principalmente) por respeito profundo à sua estética nacionalizante.

Malgrado o desconfortável silêncio que pode ainda vir a suscitar incontáveis debates concernentes ao indigenismo de nosso autor, retomemos a análise da nota 20 seguindo desde o ponto em que se discutirá o casamento.

A reflexão de Alencar parte dos “acanhados esclarecimentos” deixados pelos cronistas. A partir deles, o autor escreverá sua interpretação da união matrimonial dos silvícolas defendendo haver “entre esses povos um casamento bem caracterizado, e não simples coito.”⁴⁸⁰

Discorrendo a respeito da importância dos rituais para a vida dos índios, e firmando-se em argumentos linguísticos, o autor aponta a dificuldade de se chegar a uma conclusão objetiva sobre o tema. Segundo ele, “os cronistas (...) não se ocuparam disso e todo seu tempo foi pouco para lamentarem a poligamia dos tupis, tirando logo daí argumentos para pintarem os selvagens vivendo a modo de cães.”⁴⁸¹

Mas insiste o autor em afirmar serem falsas tais observações. Para ele, a moralidade dos tupis estava acima de qualquer dúvida e, apontando nesse sentido escreve: “tinham moralidade conjugal, e até muito severa. O adultério era punido de morte; e também por isso permitia-se o divórcio por mútuo consentimento.”⁴⁸² Em seguida, o autor põe em paralelo a poligamia dos índios brasis com a dos antigos hebreus.

Esta comparação é importantíssima para se compreender, por exemplo, a tipologia de moral que José de Alencar buscava encontrar nas sociedades pré-cabralinas, mas não só. A conexão entre os dois universos culturais distintos, já indicada nas páginas finais d’*O Guarani*, será radicalizada na trilha de pensamento esboçada em obra inconclusa: *Antiguidade da América*⁴⁸³.

⁴⁸⁰ U, p.343.

⁴⁸¹ Loc. cit.

⁴⁸² Loc. cit.

⁴⁸³ O esboço *Antiguidade da América* permaneceu inédito por quase um século. Foi Alceu Amoroso Lima que o ressuscitou, valendo-se de trechos do escrito para fundamentar importantes reflexões desenvolvidas no prefácio da edição comemorativa do centenário de *Iracema* cf. LIMA, Alceu Amoroso. José de Alencar, esse desconhecido? In: ALENCAR, José de. **Iracema**. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional

Sem dúvida, dada a relevância da questão, poderíamos estender considerações por longas linhas exemplificando e comentando as notas antro-po-históricas de *Ubirajara*, mas não há páginas para tanto.

Passemos, então, à análise das notas feitas à língua tupi e iniciemos este segmento retomando algumas considerações sobre a estética do nosso autor.

A despeito de José de Alencar e desmerecendo a qualidade literária do cearense, Sílvio Romero atribuiu-lhe a pecha de “talento essencialmente verbal” que apenas “criava nomes”. É verdade que os antropônimos *Iracema*, *Moacir*, *Araci*, *Jurandir* e tantos outros onomásticos colhidos nos texto alencarianos são criações elaboradas a partir do profundo conhecimento que Alencar tinha da língua tupi, mas elas não foram criadas apenas para expor a ilustração do autor.

Profundamente preocupado com a estética que norteava seu projeto nacional, José de Alencar compreendia ser importante redefinir as linhas gerais que marcavam o nascimento da nacionalidade brasileira. Não era seu intuito — como algumas vezes o português Pinheiro Chagas (entre outros) chegou a afirmar — negligenciar a língua portuguesa. Longe disso.

A idéia do autor era, na verdade, adequar a *européidade* da língua de Camões à brasilidade do um novo povo que se formava. Na leitura de Paulo Franchetti:

Na ficção de Alencar, a decifração etimológica e a invenção de palavras, junto com a liberdade sintática de opor ao uso português o uso brasileiro, apontam para uma concepção de língua literária muito distante do padrão conservador castiço lusitanizante.⁴⁸⁴

do Livro, 1965, p. 35-72. Sobre a data do texto não há certezas. Como bem pondera Marcelo Peloggio na apresentação à primeira edição integral da minuta mencionada, o texto deve ter sido escrito no ano de 1877 cf. PELOGGIO, Marcelo. Apresentação. In: ALENCAR, José de. **Antiguidade da América e A raça primogênita**. Fortaleza: Edições UFC, 2010, p. 11-16. Alceu Amoroso Lima, por seu turno, lastreia o escrito no ano 1876. Já nós optamos pelos argumentos apresentados por Peloggio, mas, de toda a sorte, a indicação formal, presente no índice fornecido por Mário de Alencar, filho do autor, é simplesmente “187...”. O indiscutível é que este escrito é posterior à publicação de *Ubirajara*.

⁴⁸⁴ FRANCHETTI, Paulo. *Estudos de literatura brasileira e portuguesa*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007, p.85.

A proposta assinalada já havia sido lançada nas cartas de Ig e viriam a ser retomadas em vários outros escritos, dos quais *Iracema* pode ser o paradigma.

Na carta ao Dr. Jaguaribe, anexada, desde a primeira edição, como pós-escrito à história da virgem dos lábios de mel, Alencar apresenta análises importantes sobre alguns aspectos da literatura indigenista, caros à sua estética.

Nela, respeitosamente, o autor observava que ninguém, até aquele momento, havia alcançado Gonçalves Dias “na opulência da imaginação, no fino labor do verso, no conhecimento da natureza brasileira e dos costumes selvagens”⁴⁸⁵. Para ele, o poeta sabia muito bem aproveitar as tradições indígenas.

Mesmo reconhecendo o brilhantismo do ilustre cantor dos índios, Alencar advertia para o fato de um problema ainda persistir na sua poesia. Para ele, os silvícolas talhados por Gonçalves Dias falavam “uma linguagem clássica” e exprimiam “idéias próprias do homem civilizado”, deixando de ser “verossímil tivessem no estado da natureza.”⁴⁸⁶

Nesse sentido, uma das inovações promovidas pela estética alencariana residia na certeza de que:

o poeta brasileiro tem de traduzir em sua língua as idéias (...) dos índios; é preciso que a língua civilizada se molde quanto possa à singeleza primitiva da língua bárbara e não represente as imagens e pensamentos indígenas senão por termos e frases que ao leitor pareçam naturais na boca do selvagem.⁴⁸⁷

Assim, para o autor, o conhecimento da língua primitiva seria o meio mais adequado à formação da nacionalidade literária brasileira, dado que pela compreensão da língua dos tupis poder-se-ia alcançar a mentalidade dos primitivos índios ou, ainda, nas palavras do próprio escritor, o aprofundar-se no tupi ajudaria a incorporar à obra “as imagens poéticas dos selvagens, os

⁴⁸⁵ ALENCAR, José de. *Carta ao Dr. Jaguaribe*. In: I. p. 178.

⁴⁸⁶ Ibid. p. 179.

⁴⁸⁷ Loc. cit.

modos de seu pensamento, as tendências de seu espírito e até as menores particularidades de sua vida.”⁴⁸⁸

Essa nova concepção de língua literária, a nosso ver, pode ser alargada. Dela deriva também a novidade historiográfica da obra de Alencar que, ao fim e ao cabo, ambicionava construir o Brasil.

Eis que saltamos do *tupinismo* para o *brasilismo*.

No prólogo *Benção paterna*, que é a abertura de *Sonhos d'Ouro*, publicado no Rio de Janeiro em 1872 pela Livraria Garnier, Alencar apresenta imagem muito bem elaborada da importância da conformação do português falado no Brasil em oposição ao praticado em Portugal. Convém lembrar, a propósito, que o escrito recebera do punho do próprio autor, o adjetivo *romance brasileiro*⁴⁸⁹.

Após longo discurso em defesa da importância, da genuinidade e da autenticidade das letras brasileiras, fundindo humor, crítica e ironia, Alencar se dirige aos “doutores em filologia” pedindo-lhes o máximo esforço em investigar gravemente a seguinte questão: “O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jaboticaba, póde fallar uma língua, com igual pronuncia e o mesmo espirito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e nespera?”⁴⁹⁰

A jocosa defesa assinada por Alencar, sob o pseudônimo Sênio — o último utilizado pelo nosso autor, que muito revela sobre si mesmo —, parece resumir toda a discussão em torno da poética brasileira alencariana. Somente pelo estudo e compreensão da língua tupi, dos costumes locais, das gentes, e das coisas da pátria seria fundada a nacionalidade brasileira.

Justificamos essa longa digressão como suporte necessário para compreender o controle que José de Alencar exercia sobre a *sua* língua portuguesa, adequando-a, sempre que necessário, aos propósitos nacionalistas.

Nesse sentido, em *Ubirajara*, temos pelo menos três tipos distintos de notas sobre a língua tupi, a saber: 1) *Etimológicas*, que discutem palavras julgadas demasiado distantes do conhecimento do leitor médio, como as da nota 23 (*ubiratan*); 2) *Metafóricas*, explicativas das metáforas que Alencar

⁴⁸⁸ Loc. cit.

⁴⁸⁹ Sobre os Romances Brasileiros de Alencar cf. o segundo capítulo desta tese, especificamente o subcapítulo 2.1.

⁴⁹⁰ PB, p. XIX.

construiu a partir de palavras indígenas, servindo de exemplo destas as notas 27 (*chamas de alegria*) e 35 (*braços que tu queiras para tua cintura*); 3) *Intercruzadas*, que fundem o estudo linguístico e etnográfico, sendo este o caso da nota 39 (*guainumbí*). Passemos a analisar cada caso.

Apesar do nítido caráter etimológico, a nota 23 não se afasta por completo das questões antro-po-históricas. Nela o autor aplica a ideia acima exposta, tentando compreender particularidades da vida dos íncolas e recriar o cenário de um Brasil originário a partir da análise da palavra *ubiratan*. Vejamos a passagem:

Ubiratan: Pau-ferro; literalmente *ubirá* — madeira, e *atan* — duro. *Atan* não é senão a palavra *ita* com a terminação *ana*, que na língua tupi servia para a formação dos adjetivos. *Itana* — o que tem a natureza de pedra. Assim, de pedra fizemos nós pedregoso. Rigorosamente, *ubiratan* é pau-pedra; pois que os indígenas não conheciam o ferro. Era dessa madeira que faziam os tacapes.⁴⁹¹

Pau-ferro, essa é a tradução proposta por Alencar⁴⁹². Cuidando em assinalar o desconhecimento dos indígenas relativo à metalurgia, o autor deixa evidente ter optado por uma livre-tradução.

A leitura de *Iracema* nos confere certeza para afirmar que Alencar utilizava pelo menos dois livros para certificar-se das palavras tupis: o *Glossaria linguarum Brasiliensium*, de von Martius e o *Dicionário da língua tupi, chamada língua geral dos indígenas do Brasil*, de Gonçalves Dias.⁴⁹³

Tendo em vista o respeito de José de Alencar pelo apuro de Gonçalves Dias em relação ao universo autóctone brasileiro e, no sentido de melhor percebermos a lógica de trabalho deste nosso autor, dirigimo-nos ao dicionário escrito pelo cantor dos índios.

⁴⁹¹ U, p.356.

⁴⁹² *Ubiratan* também é palavra usada em *Iracema* (p. 81). A nota 59 (p.170) aposta na primeira Lenda Tupi traz a mesma tradução acima referida, apesar de menos elaborada: “*pau-ferro*; de *ubira* – pau, e *atan* – duro”.

⁴⁹³ Cf. as notas 17, 93 e 96 de *Iracema*, onde Alencar convoca a obra de von Martius, *Glossaria linguarum Brasiliensium* (Erlangen: Druk von Junge & Sohn, 1863) e a nota 126 que referencia o *Dicionário da língua tupi* (1858), de Gonçalves Dias.

À página 70 da referida obra, encontramos a palavra *itá*, traduzida por “pedra, ferro”⁴⁹⁴. Ainda no mesmo dicionário, encontramos o verbete *ybirá*, remetendo à consulta de *ymira* que, por seu turno, foi transportado para o português como “pau comprido”⁴⁹⁵.

É preciso lembrar que as palavras em tupi, quando aprisionadas na forma escrita, tendem a sofrer variações morfológicas e atentar para o fato de que Gonçalves Dias, em seu dicionário, apresenta o vocábulo *ybirá* como variante gráfica de *ubirá*; podemos assim concluir que José de Alencar se valeu do referido léxico, nele colhendo elementos para o estudo das palavras, tal como o fez em *Iracema*.

Mais uma advertência sobre o processo de construção utilizado por nosso autor no “fabrico” do termo ubiratan parece ser necessária. Segundo Paulo Franchetti, “quanto à etimologia dos nomes indígenas, Alencar se baseava nos dicionários, e informações disponíveis no seu tempo, que eram parques e lacunares”⁴⁹⁶. Também, segundo Franchetti, Alencar deixou registrada a perspectiva-guia de seus princípios analíticos.

Referido registro pode ser verificado na nota 19. Ali, recorrendo ao estudo *A terra e o homem*, de Alfred Maury e à *Gramática da língua do Brasil*, de José Figueira, nosso autor reforça a seguinte lição de tupi: “as contrações não são arbitrárias; elas eram da índole da língua e conformes ao seu sistema de aglutinação.”⁴⁹⁷

Seguindo a lógica própria da língua indígena, Alencar funde duas palavras, *ymira* (ou *ubirá*) e *itá* em uma, formando ubiratan. E o faz seguindo as lições gramaticais, os estudos linguísticos e o vocabulário especializado. Não esquece, no entanto, de corrigir seu par indigenista, criticando a tradução de *itá* por ferro.

Passemos às notas metafóricas. Conforme dito, servem de exemplos os comentários 27 e 35. O primeiro explica a seguinte imagem: “as fogueiras circulam a vasta oara e derramam no seio da noite as *chamas da alegria*”⁴⁹⁸.

⁴⁹⁴ DIAS, Gonçalves, 1858, p. 70.

⁴⁹⁵ Ibid., p. 189.

⁴⁹⁶ FRANCHETTI, 2007, p.83.

⁴⁹⁷ U, p. 340.

⁴⁹⁸ U, p. 225. (grifo nosso).

Segundo Alencar, os índios “chamavam a alegria e a festa *toryba*, literalmente, grande quantidade de fogueiras”⁴⁹⁹.

Novamente recorrendo ao dicionário de Gonçalves Dias, confirmamos a presença do vocábulo ali traduzido por alegria, festa⁵⁰⁰, não havendo, porém, menção à tradução literal proposta por Alencar.

Mesmo assim, na mesma obra encontramos o vocábulo *tory*⁵⁰¹, traduzido por facho⁵⁰², além da desinência *ába*⁵⁰³, utilizada para derivar nomes de verbos que exprimem lugar, tempo, modo ou instrumento com que alguma coisa se faz. Da junção das duas partes chegamos ao vocábulo e o aproximamos do sentido proposto por Alencar.

Seja como for, uma vez mais Alencar nos dá prova do seu conhecimento da língua brasílica, pois para designar a alegria os tupis dispunham de variado repertório de palavras e expressões utilizadas conforme o tipo de alegria a ser designada⁵⁰⁴, e sendo o caso, o da *alegria por um bem*, ou seja, júbilo pela “festa guerreira de Jaguarê (...) o maior chefe dos araguáias”⁵⁰⁵, José de Alencar fez referência à *toryba*, construindo bela imagem para abrir o capítulo II de Ubirajara.

A nota 35 está colocada para esclarecer a poética cena de declaração do amor de Jandira a Ubirajara. Diz a virgem: “seus *braços, que* outrora [tu, Ubirajara,] *querias para tua cintura*, não servirão unicamente para te abraçarem, mas também para te servirem”⁵⁰⁶.

Braços que tu querias para tua cintura, eis a “metáfora tupi que exprime o amor; *aguaçába*, a amante, literalmente, o que se tem à cintura”⁵⁰⁷. Consultado o dicionário de Gonçalves Dias encontramos a palavra traduzida por “manceba, concubina”⁵⁰⁸, não havendo, na obra, nenhuma referência que

⁴⁹⁹ U, p. 349.

⁵⁰⁰ DIAS, Gonçalves, 1858, p.172.

⁵⁰¹ Loc. cit.

⁵⁰² Atentando para a polissemia da palavra *facho*, fixamo-nos na designação conferida pelo vocábulo a tudo que emite luz e, por extensão semântica, ligamo-la a *fogueira*. Assim, a palavra *tory* também poderia equivaler a fogueira.

⁵⁰³ Ibid., p. 4.

⁵⁰⁴ Cf. ANÔNIMO. *Vocabulário na Língua Brasílica*. Manuscrito Português-Tupí do século XVII, coordenado e prefaciado por Plínio Ayrosa. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938, p. 96.

⁵⁰⁵ U, p. 224.

⁵⁰⁶ U, p. 241.

⁵⁰⁷ U, p. 351.

⁵⁰⁸ DIAS, Gonçalves, 1858, p.13.

possibilite compreender a conversão da palavra na expressão proposta por José de Alencar.

Essa metáfora já havia sido utilizada em *Iracema*⁵⁰⁹ e, na nota 66 daquela obra, escrevia Alencar: “os indígenas chamavam a amante possuída *aguaçaba*; de *aba* — homem, *cua* — cintura; *çaba* — coisa própria; a mulher que o homem cinge ou traz à cintura”⁵¹⁰.

Há, por fim, um terceiro caso das ditas notas linguísticas. Diz respeito àquelas anotações referentes à língua e às observações sobre a cultura dos povos nativos, que dividem o mesmo espaço. Exemplo a ser utilizado são as considerações de Alencar sobre a palavra *guainumbí*, lexia indígena para beija-flor.

Valendo-se de nota pontuada por Santa Rita Durão em *Caramuru*, o autor reflete sobre a simbologia desses pássaros, cujos autóctones julgavam mensageiros divinos. Recorrendo, ainda, à autoridade do naturalista alemão George Marcgraf, autor da *Historia naturalis brasiliæ*, Alencar lembrava terem os índios outros nomes (*Guaracy-ába*, *Aratí* e *Arataguaçú*) para designar o mesmo pássaro. E conclui escrevendo:

o nome de Guanumbi, ou mais corretamente Guinambi, penso eu que significa o brinco das flores. *Os selvagens tiraram naturalmente essa designação do modo por que o colibri tremula*, como suspenso à flor para chupar-lhe o mel, semelhante ao movimento das arrecadas suspensas às orelhas, e que eles chamavam nambi pora.⁵¹¹

Na nota vemos, claramente, a relação entre língua, história e cultura, síntese das preocupações alencarianas em perceber a gênese das palavras tupis, quer através da documentação disponível em sua época, quer por sua poética nacional.

⁵⁰⁹ Cf. I, p. 87.

⁵¹⁰ I, p. 170

⁵¹¹ DIAS, Gonçalves, 1858, p. 357. (grifo nosso)

Convém ainda notar o fato de estarmos diante da construção da “utopia de uma língua adâmica (...), frente à qual mais vale a capacidade poética de interpretação do sentido do que os documentos linguísticos existentes”⁵¹².

Ademais, na ambivalência entre História e poética, Alencar sempre tende a aprofundar o segundo termo da composição. Mas não o faz por demérito do primeiro. Pelo contrário. A opção do autor se dá no vislumbre de outra História possível. Para continuarmos com os ensinamentos de Peter Gay, a marca do estilo alencariano é “‘o tributo que a capacidade de expressão paga à disciplina”⁵¹³ histórica.

Importava a Alencar, portanto, compreender o outro, mas o outro edênico, o outro fundador, mitificado, capaz de verdadeiramente dar padrão próprio ao país, o *seu* país.

Vejamos, então, as seguintes observações de Paulo Franchetti sobre o tupinismo de José de Alencar:

Assumindo que na língua tupi todas as palavras eram analisáveis, que a análise delas mostraria que o seu sentido estava colado às coisas concretas do mundo, e ainda que nem sempre os termos originais eram facilmente identificáveis no processo aglutinativo, *Alencar constrói a utopia de uma língua inteiramente motivada, concreta, na qual os termos abstratos eram sempre metáforas à espera de decifração.*⁵¹⁴

Esta ideia de *metáfora à espera de decifração* conforma, nos textos de Alencar, a união apaziguada entre História e mito, estratégia ética capaz de possibilitar a *reprodução* da História primeira do Brasil, melhor dizendo, da História pré-cabralina ou, ainda, da História dos povos primeiros. Tanto assim é que, em *Antiguidade da América* o autor escreve:

Sem dúvida a terra selvagem, que jazeu até 1500 no desconhecido, não era o Brasil, o atual império; mas o embrião dele, o arcabouço da pátria, certo que foi. *Não penetra a história*

⁵¹² FRANCHETTI, 2007.

⁵¹³ GAY, Peter, 1990, p. 25.

⁵¹⁴ FRANCHETTI, 2007.

*naquelas eras esquecidas, das quais se houve, já não restam documentos; evite porém rejeitá-las absolutamente por somenos e fúteis. A mitologia é a história desvanecida e confusa pela grande longitude. O povo que não a possui é como o enjeitado, órfão de tradições e privado de família. Deve, pois a história do Brasil ser precedida de uma introdução. Onde se colija com a precisa clareza quanto existe a respeito das antiguidades brasileiras.*⁵¹⁵

Pelo exposto, parece-nos que José de Alencar apensou a construção da narrativa de um passado distante à escrita de suas lendas tupis. E assim fez porque, conforme o modelo historiográfico oitocentista, positivo e documentalista, aqueles acontecimentos se perderiam no nevoeiro da pré-história. Noutras palavras, não seria possível praticar uma História ciência a partir de fatos desprovidos de comprovações documentais.

Lida com os olhos de seu tempo e à luz da historiografia oitocentista — e mesmo de boa parte da historiografia produzida ao longo do século XX — a obra de José de Alencar jamais poderia ser tomada como História. Somente hoje, à luz das considerações teóricas de Michael Foucault, Michel de Certeau, Paul Ricœur, entre outros⁵¹⁶, temos suficiente compreensão para pensar o discurso histórico como uma *narrativa* das ações nele reproduzidas, muito embora tal idéia não refute a exigência de um método apropriado e de um “esqueleto de sustentação” capazes de conformar os resultados da pesquisa histórica com a realidade aproximada do passado estudado.

O que estamos tentando dizer é: a revisão do paradigma teórico e metodológico da História pode reabilitar a escrita de José de Alencar como outra possibilidade historiográfica, válida desde seu ponto de vista particularista e, também, em relação aos modelos seus contemporâneos. Tudo depende, portanto, da perspectiva de análise do paradoxo *real-ficcional*, intrínseco ao ato de escrever História.

⁵¹⁵ AA, p. 25 (grifos nossos).

⁵¹⁶ Cf. FOUCAULT, Michael. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2008; CERTEAU, Michael. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982 e o já citado *Tempo e narrativa*, de Paul Ricœur.

4.5. *Ubirajara*: aquilo que pode ter sido

Após refletirmos sobre a perigrafia, ou paratexto, da obra focada, pensamos ser tempo de determos nosso olhar no romance propriamente dito. Pretendemos, nesta seção, analisar algumas passagens da obra para compreender como José de Alencar se valeu das fontes para efetivar a reprodução do passado.

As ideias de *imaginação histórica*, expressas por Collingwood em *A idéia de História*⁵¹⁷, e de *ficcionalização da História* proposta por Paul Ricœur em *Tempo e Narrativa*⁵¹⁸ são as chaves de leitura que fundamentam os argumentos a seguir.

Sustentaremos a ideia (à primeira vista paradoxal em si mesma) de que o texto de *Ubirajara* pode ser compreendido como arquétipo de uma História literária ou *historiatura*, conceito que nos atrevemos a forjar.

Na verdade, nossa hipótese é existir, na produção do saber histórico, uma relação simbiótica entre o fazer historiográfico, fundado na hipótese da idéia de real, e o fazer literário, amparado na suposição do ficcional. Daí empreendermos uma busca a fim de deslindar as *intertangências* entre História e Ficção nas páginas de *Ubirajara*.

Assim, pois, a poética historiográfica de José de Alencar, valendo-se de narrativas fiáveis pelo olhar experiencial dos autores escolhidos por fontes históricas, reconstrói a partir de seu estilo próprio uma história do *como pode ter sido*.

Seguindo essa linha de raciocínio, mesmo que a história de *Ubirajara* não represente um evento real e, tampouco a personagem tenha de fato existido, não passando tudo de arte ficcional, o texto, ainda assim, nos leva a um lugar histórico bem definido e verdadeiro em sua estruturação. E isso se deve aos referenciais históricos que lhe garantem uma aproximação da ficção criada por Alencar, com a representação expressa pelos cronistas, construindo,

⁵¹⁷ A correlação entre imaginação e História seria desenvolvida pelo historiador e filósofo inglês em vários textos esparsos, produzidos entre os anos de 1935 e 1939, que somente seriam reunidos n' *A idéia de História*, livro póstumo, publicado em 1946, 3 anos após a morte do autor. Daí decorre a sensação de descontinuidade e, às vezes, até de contradição entre os capítulos. Cf. COLLINGWOOD, Robin G., 1981 - especialmente a 5ª parte da obra intitulada *Epilegômenos* (p. 351-492)

⁵¹⁸ RICŒUR, 1997. Cf. especialmente os capítulos 2, 3, 4 e 5 da 2ª seção do Tomo III.

a partir dessa simbiose literário-historiográfica uma *historiatura* capaz de revelar muito das mentalidades do tempo pretérito.

Exemplificando toda a discussão acima desenvolvida, compararemos o capítulo L da *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 e 1614*, registro primoroso dos costumes de hospitalidade indígena, captado pela pena do religioso francês Yves d'Evreux, com passagem dedicada ao mesmo tema, colhida no capítulo IV de Ubirajara. A estratégia possibilitará compreender melhor a ficcionalização da história alencariana. Dito isto e, pedindo vênica para as longas transcrições que passamos a apresentar, sigamos para o texto do religioso seiscentista:

Si há nação no mundo, que goste de fazer bom acolhimento aos seus amigos recém-chegados, e que os receba em suas casas para trata-los bem o quanto é possível, sem dúvida alguma os tupinambás apanham o primeiro lugar (...).

Si querem fazer grande acolhimento (...) antes que o pai de família lhe diga *Euripe* [viste], as mulheres e filhas o lamentam e depois dam-lhe bons dias.

Responde-lhe [o hóspede] *Pá* “sim, de todo coração: eu te escolhi para morar contigo” (...).

Diz-lhe o selvagem — *Angé-y-po* “muito bem, estou muito contente, honras-me muito, sede bem vindo e aqui serás tão bem acolhido como em parte alguma”.

Por isso reconheceréis a candura e a simplicidade da natureza, que consiste em poucas palavras e muitas obras (...).

Após aquelas palavras, ele vos diz — *Marapé derere?* “Como te chamas? (...) Que nome queres que te dê?”

Convém notar que se não escolherdes um nome pelo qual sejas conhecido em toda parte, elles vos darão um escolhido entre as coisas naturaes existentes no seo paiz, e o mais apropriado à vossa physionomia, gênio, ou maneira de viver, que por ventura descobrirem em vossa pessoa.

(...) ordinariamente fazem essas coisas em suas casas grandes e por esta forma pouco mais ou menos.

Indica cada um [dos que recebe o hóspede] a sua opinião, e o nome que encontrem mais apropriado, e si é bem aceito pela assembléa lhe é imposto com seo consentimento, si é homem de posição: si é de vulgo, queira ou não queira, há de ter o nome que lhe der a assembléa.

Tem também outra maneira de impor nomes: quando elles vos estimam e vos dam muito apreço, eles vos dam o seu proprio nome.⁵¹⁹

⁵¹⁹ D'EVREUX, Yves. *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 e 1614*. Introdução e notas: Ferdinand Diniz. Tradução: César Augusto Marques. Maranhão: Typ. do Frias, 1874, p. 193-196.

Passemos agora à apropriação literária que José de Alencar fez do relato de d'Evreux e ao processo de ficcionalização da História desenvolvido no urdimento da Lenda Tupi:

Ubirajara deixa o escuro da mata e caminha para a grande taba dos tocantins. (...)

Os guerreiros (...), deixaram passar o estrangeiro sem inquirir donde vinha, nem o que trouxera.

Era este o costume herdado de seus maiores; que o hóspede mandava na taba aonde Tupã o conduzia.

Ubirajara passou entre os guerreiros e dirigiu-se à cabana mais alta que ficava no centro da ocará. (...)

Ubirajara transpôs o limiar [da cabana] e, levantando a voz, disse:

- O estrangeiro chegou.

Acudiram as mulheres e conduziram Ubirajara à presença do grande chefe dos tocantins. (...)

- O estrangeiro veio à cabana de Itaquê, grande chefe da nação tocanim; disse Ubirajara.

- Bem-vindo é o estrangeiro à cabana de Itaquê, grande chefe da nação tocanim. (...)

Os mensageiros já corriam pela taba, avisando os guerreiros moacaras da vinda do hóspede à cabana de Itaquê.

Os moacaras, revestidos de seus ornatos de festa, se encaminharam com o passo grave à oca principal, a fim de honrar o hóspede do grande chefe da nação tocanim.

Ali chegados, cada um dirigiu ao estrangeiro a pergunta da hospitalidade e deu-lhe a boa-vinda. (...)

Então disse o chefe:

- Itaquê deseja dar a seu hóspede um nome que lhe agrade; e precisa que o ajude a sabedoria dos anciões.

A lei da hospitalidade não consentia que se perguntasse o nome ao estrangeiro que chegava, nem que se indagasse de sua nação.

Talvez fosse um inimigo; e o hóspede não devia encontrar na cabana onde se acolhia, senão a paz e a amizade.

O chefe, que tinha a fortuna de receber o viajante, escolhia o nome de que ele devia usar enquanto permanecia na cabana hospedeira. (...)

Os moacaras, cada um por sua vez, falaram; e como a voz começava do mais moço para acabar no mais velho, as últimas falas eram menos guerreiras e traziam a prudência da idade. (...)

Guaribu, cujos anos enchiam a corda de sua existência de mais nós, do que tem o velho cipó da floresta, falou por último:

- O viajante é senhor na terra que ele pisa como hóspede e amigo; e o nome é a honra do varão ilustre, porque narra sua

sabedoria. Pergunta ao estrangeiro como ele quer ser chamado na taba dos tocantins.⁵²⁰

A simples leitura dos dois trechos acima transcritos basta em si mesma para dissipar qualquer dúvida sobre a apropriação que o romancista cearense fez da narrativa do capuchinho. Na verdade, sendo a intertextualidade patente nas duas escritas, isto somente contribui para reforçar a idéia Ricœuriana de que o historiador pode se dar ao direito de “pintar” certas situações.

Peter Gay, por seu turno, afirma que “estabelecer a distinção entre as verdades da ficção e as verdades da história ajuda a especificar o tipo de arte que é, ou pode ser, a história.”⁵²¹ Preferimos, contudo, a postura de Paul Ricœur, dado que “a mesma obra pode, assim, ser um grande livro de história e um admirável romance”⁵²². Aliás, continua o filósofo francês num tom verdadeiramente de espanto — e com ele comungamos dessa feliz surpresa — ao dizer que o entrelaçamento da ficção à história não enfraquece o projeto de representância desta última, mas contribui para a sua realização.⁵²³

Tomemos mais um exemplo. Desta feita, comparemos a ficção do romance alencariano com o estudo *Brasil Oceania* de Gonçalves Dias, publicado em 1867, três anos após a morte do poeta, no tomo 30, volume 35, da Revista do IHGB. Deste, tomaremos o capítulo X, intitulado “Nascimento, casamento e morte: condição das mulheres”; daquele, observaremos o capítulo VI, denominado “Combate nupcial”, em que Alencar elabora a representação da noiva, utilizada numa das provas que tinham por fim a conquista da nubente. Escreveu nosso autor:

Era um grosso toro de madeira, no qual a mão destra de um pajé entalhara, com o dente da cutia, a cabeça de uma mulher. Três caçadores vergavam com o peso da carga e foram precisos dez para trazê-lo desde a cabana do pajé até o campo, onde ficou semelhante a uma mulher sentada. Na véspera, o pajé burnira (não será brunira?) de novo com a folha da sambaíba o toro de madeira, e o esfregara com a banha do

⁵²⁰ U, p.251-258.

⁵²¹ GAY, Peter, 1990, p. 175.

⁵²² RICOEUR, Paul. 1997, p. 323.

⁵²³ Loc. cit.

teíú, para que ele escorregasse da mão do guerreiro como o lagarto da mão do caçador.(...) Era preciso que o guerreiro, à disparada, levantasse do chão, sem parar, o toro de madeira; e se defendesse dos rivais que o assaltavam para tomá-lo. Esse jogo era o emblema da agilidade e robustez, que o marido devia possuir, para disputar a esposa e protegê-la contra os que ousassem desejá-la.⁵²⁴

Vejamos agora a descrição do mesmo evento, no registro etnológico de Gonçalves Dias:

Um tôro de barrigudo em um cabo delgado e de facil prehensão, semelhante aos soquetes ou macetes de que ainda entre nós se usa em muitas partes para abater a terra das sepulturas, posto que mais ponderoso que este, ou um grande pedaço de tronco de palmeira, era colocado no meio do terreiro. Vinha o guerreiro correndo, tomava o tronco, continuava a carreira, saltava fossos, subia elevações, arrojava-se às vezes ao rio com elle, e quem chegava primeiro e levava mais longe a carga, esse ganhava a palma e a mulher que tinha de ser esposada.⁵²⁵

Mais uma vez fica patente a intertextualidade. No caso, o processo intertextual não se limita à apropriação literária do texto científico de Gonçalves Dias pelo da narrativa de José de Alencar. Ao contrário, vai além. Seguindo ambos os textos, facilmente induzimos como o romancista endossa e reproduz a explicação etnológica fixada no argumento de seu contemporâneo. De modo que, em Gonçalves Dias lemos:

Explicou-se esse costume, de que trata Barlæus, Marcgraff e outros, e que ainda conservam algumas tribus do Piahy, pela necessidade que tinha o guerreiro de defender a mulher, e para que em ocasião de perigo a pudesse salvar fugindo.⁵²⁶

⁵²⁴ U, p. 287.

⁵²⁵ DIAS, Gonçalves. *Brasil e Oceania*. In: **RIHGB**. Rio de Janeiro: 1867, tomo30, volume 35, p. 155. Importante é registrar que o próprio Alencar faz uso desse trecho na nota 61 de *Ubirajara*, precisamente a que explica o termo *figura da noiva*.

⁵²⁶ Loc. cit.. Convém registrar que na nota 61, sobre a “figura da noiva”, Alencar, a exemplo de Gonçalves Dias, também faz uso da *Historia Naturalis Brasiliæ*, escrita em 1648 pelo germano George Macgraf.

Por seu turno, em José de Alencar encontramos a seguinte variação sobre o mesmo tema: “esse jogo era o emblema da agilidade e robustez que o marido deveria possuir, para disputar a esposa e protegê-la contra os que ousem desejá-la.”⁵²⁷

De tudo o que foi afirmado, uma questão deve ser refletida: — Seria a História algo além de uma metódica intertextualidade? Cremos que sim. Não há como limitar um saber a uma simplificação tão extrema. Este é precisamente o paradoxo que surge da leitura dos textos de José de Alencar, pois, se por um lado não se pode limitar a disciplina unicamente ao universo fantástico da arte literária, também não o podemos fazer radicalizando-a na sisuda seara das ciências. Cadinho conciliador entre o *metódico fruir ficcional sobre o evento que pode ter sido* e o *introspectivo refletir investigativo sobre a realidade que foi*; eis o que parece ser a História.

O paradoxo acima nos remete ao problema da *passadidade do passado*⁵²⁸ e este, por sua vez, faz-nos pensar sobre sua influência na construção da narrativa histórica.

Valendo-se da tradição husserliana e aproximando-se das teses de Collingwood, Paul Ricœur entende ser impossível construir uma “representância do passado ‘real’ pelo conhecimento histórico”⁵²⁹, ou seja, afirma ser impraticável o “termo *real* aplicado ao passado histórico”⁵³⁰. Expondo de outra maneira, sintetizemos a questão na seguinte interrogativa: — Qual o limite eidético regulador da busca historiográfica sobre o que *realmente* aconteceu?

É certo que, como bem mostra a crítica de Collingwood à *teoria do senso comum acerca da História*⁵³¹ — e, neste esteio vai toda a reflexão teórica derivativa da revolução historiográfica pós 1930 —, a realidade dos acontecimentos não pode ser alcançada pelas fontes históricas.

⁵²⁷ U, p. 287.

⁵²⁸ RICŒUR, Paul, 1997, p. 241 et seq.

⁵²⁹ Ibid., p.242.

⁵³⁰ Loc. cit.

⁵³¹ Cf. COLLINGWOOD, Robin G., 1981, p.356 et seq.

Por mais que se interroge metodicamente uma fonte, por muito que se proceda a uma seleção cuidadosa do material que pretende responder às angústias do historiador, muito do que realmente foi se perde no tempo e no espaço.

Voltamos, pois, ao problema da passadidade do passado e a uma questão crucial: — Qual a maneira mais segura para narrar o que realmente acontece?

É absolutamente certo que José de Alencar não conhecia esse debate. Apesar disso, sua poética historiográfica parece-nos não ser tentativa diversa de responder a essa mesma questão, expondo-a noutros termos e efetivando-a por outra via.

Assim sendo, na obra alencariana, especialmente em *Ubirajara*, encontramos solução inteligente para o problema da observação do evento passado, ou seja, daquilo que foi e já não mais é. O caminho encontrado pelo autor foi abrir mão da *busca pelo passado verdadeiro* em detrimento da *criação aproximativa de um real possível*, sem, contudo, renegar a validade das fontes que orientam sua *imaginação histórica*.

Nessa atitude metodológica aplicada por José de Alencar transparece a idéia collingwoodiana de interpretação histórica, dado que:

As fontes do historiador falam-lhe desta ou daquela fase dum processo, cujos estádios intermédios ficam por descrever. É o historiador que procede à interpolação desses estádios. A imagem que ele dá do seu objeto - embora possa consistir, em parte, em afirmações extraídas directamente das suas fontes, consiste também (crescente com cada aumento produzido na sua competência de historiador) em afirmações atingidas dedutivamente, a partir das que estão de acordo com seus critérios, as suas regras metodológicas e os seus cânones de importância. Nessa parte de seu trabalho, não depende nunca de suas fontes, no sentido de repetir o que elas lhe dizem; firma-se na sua capacidade pessoal, constituindo-se a si próprio fonte de si mesmo, enquanto as chamadas fontes deixam de ser fontes para serem apenas provas.⁵³²

⁵³² COLLINGWOOD, Robin G., 1981, p. 359-360.

Noutras palavras, muito embora a colheita das fontes seja etapa decisiva na pesquisa histórica, não basta em si mesma, contrariando aquilo que boa parte da historiografia do século XIX, principalmente a de matriz rankiana, algum dia julgou ser uma verdade inexpugnável do fazer historiográfico.

As etapas da investigação que verdadeiramente mostram a capacidade do historiador são a respeitante à manipulação do material colhido e, mais ainda, a referente à apropriação que dele faz o investigador de Clio, interpretando-o e presentificando-o através de sua capacidade imaginativa e inventiva. Aliás, são estas duas, as únicas ferramentas capazes de transpor o vácuo existente entre o *que foi* o evento passado e o *que é* sua presentificação.

Sem dificuldades nem prejuízos, poderíamos ligar essa assertiva às proposições de Peter Gay sobre o estilo na História, já acima pinceladas, mas claramente sintetizadas na frase final do livro que dedicou ao tema: “o estilo é a arte da ciência do historiador”.⁵³³

Ora, observando a questão pela perspectiva proposta por Peter Gay, não seria disparate aceitar que “o historiador não se proíbe, então, ‘pintar’ uma situação, ‘restituir’ uma cadeia de pensamento e dar a esta a ‘vivacidade’ de um discurso interior”⁵³⁴. Afinal de contas, oscilando entre dois universos, o da arte e o da ciência, a História pode e deve se valer desse processo de criação, na medida em que a “ficção se põe a serviço do inesquecível. Ela permite que a historiografia se iguale à memória.”⁵³⁵.

4.6. Uma conciliação entre arte e ciência?

Devedora de respeito tanto ao universo social que analisa quanto ao *locus* no qual é produzida, a História, tal como nos lembra Mary Del Priore a partir dos ensinamentos de Roger Chartier, deve:

⁵³³ GAY, Peter, 1990, p. 196.

⁵³⁴ RICOUER, Paul, 1997, p. 323.

⁵³⁵ Ibid., p. 327.

lembrar que o foco do conhecimento é constitutivo da intencionalidade histórica. Ele funda estas operações específicas da disciplina: construção e tratamento de dados, critérios de verificação de resultados, validação da adequação entre o discurso do saber e seu objeto.⁵³⁶

Mas, ao mesmo tempo, a História também tem que lidar com o fato de que a fonte apenas apresenta a questão ou, melhor dizendo, o problema a ser analisado, pois ela estabelece a relação entre o pensamento histórico, presentificado no presente do historiador, e o passado enquanto passado, cabendo à imaginação histórica construir o entendimento sobre a realidade que já não mais é, mas que pode ser presumida.⁵³⁷

E eis que chegamos à *eticidade poética* tão bem observável na obra alencarina, perfeitamente correlacionável com a percepção collingwoodiana que põe o historiador como “juiz de suas fontes e não o inverso; o critério de seu juízo é a coerência de sua *construção*.”⁵³⁸

Retomando a interrogação acima, sobre a intertextualidade na produção historiográfica, entendemos ser esta uma prática fundamental para a reconstrução do passado (tentado) enquanto tal, pois estabelecer o diálogo entre uma multiplicidade de fontes e confrontar variações analíticas sobre um dado problema, não nos parece ser outra coisa que escrever a partir do texto de outros.

Assim entendido, mesmo as reflexões sugeridas neste artigo não passam de tecelagem composta com monocromáticos argumentos teóricos, ornadas com as cores das fontes, pois, ao fim e ao cabo, este é o único caminho tido pelo historiador para levar cor e contraste aos olhos de seu leitor.

A intertextualidade, portanto, não é só mais uma prática do processo historiográfico, mas, e aí sim, a prática fundamental. Contudo, nenhum valor tem se desconectada da teia de construção imaginativa do historiador⁵³⁹, pois sua investigação, ao contrário da do romancista, está baseada em dupla tarefa:

⁵³⁶ PRIORE, Mary Del, 2009 p. 93.

⁵³⁷ RICŒUR, Paul, 1997, p. 246.

⁵³⁸ Loc. cit. (grifo nosso).

⁵³⁹ Collingwood, Robin G., 1981, p.367 et seq.

“construir uma imagem das coisas tais como elas foram na realidade e dos acontecimentos tais como eles realmente aconteceram.”⁵⁴⁰

Esta é uma Tarefa verdadeiramente difícil, mas bem argumentada e desenvolvida em *Ubirajara*, tipologia textual que a historiografia ainda não aprendeu a aceitar como sua consanguínea, mas possuidora de semelhanças metodológicas, ideológicas e funcionais (apenas para exemplificar algumas já aqui debatidas) silenciadas no processo cego de especialização científica de uma disciplina que muito embora tenha uma Musa por mãe, nunca se aceitou como arte.

⁵⁴⁰ RICŒUR, Paul, 1997, p. 246.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Polígrafo de pena fértil, José de Alencar seguiu a lógica intelectual de sua época. Escreveu biografias, participou de polêmicas políticas e literárias, estudou questões históricas e, além disso, legou-nos sua hoje reconhecida obra ficcional. Porém, questões políticas tais como a polêmica em torno da *Confederação dos Tamoios*, ou a recusa de D. Pedro II ao nome de Alencar para o assento de Senador do Império, reduziram sua vasta produção apenas ao universo literário.

Excluída pela *vontade de verdade*⁵⁴¹ virtualmente presente no fazer historiográfico dos militantes das letras nacionais vinculados ao IHGB e, distanciado do projeto político proposto por D. Pedro II, a obra de José de Alencar venceu o esquecimento, mesmo silenciada num de seus aspectos mais instigantes, sua *imaginação histórica*.

O objetivo desta tese, portanto, foi o de reler a obra alencariana compreendendo as relações entre *História* e *Literatura* próprias de sua prática intelectual. Assim sendo, voltamos nosso olhar para dois universos de estudo cuja imbricação concorreu para compreensão do problema focado: por um lado aprofundamos nosso conhecimento sobre o universo cultural do Romantismo brasileiro do século XIX, tendo em conta as implicações políticas da produção literária do período; por outro dedicamos atenção à arqueologia do saber alencariano tendo em vista principalmente a consagrada trilogia indigenista do autor (*O guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*), na perspectiva de perceber a lógica de representação historiográfica (ou da memória nacional) própria de José de Alencar, a qual o capacitou para a construção de “retratos” tão particulares do passado nacional.

Além disso, deparamo-nos com o necessário resgate de uma data documental até então inexplorada, mantida sob a guarda da Divisão de Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional (RJ).

Apesar de formalmente assistemática, a obra alencariana guarda uma profunda organicidade. O mesmo pode ser dito do *corpus* documental que complementou nossa investigação. Somando as informações contidas num e

⁵⁴¹ Cf. FOUCAULT, Michael. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2004.

noutro grupo de fontes analisadas, julgamos ter conseguido aclarar não apenas as intenções estético-políticas de José de Alencar mas ainda a lógica argumentativa e as estratégias de pesquisa que nortearam aquilo que chamamos de *historiografia poética alencariana*.

Neste sentido, foi preciso ir às origens da *estética nacional alencariana* em textos como as cartas que compuseram a polêmica em torno da *Confederação dos Tamoios* para, a partir daí, e seguindo as publicações e o amadurecimento da escrita do autor, compreender qual o projeto teórico-metodológico proposto por Alencar para a História nacional brasileira.

Também julgamos ter contribuído para aclarar a audácia do autor de que nos ocupamos, que, lançando-se no cenário intelectual do segundo Império Brasileiro com sua *historiografia poética*, criticando e, em muitos casos até mesmo contradizendo as interpretações historiográficas lançadas pelo IHGB, apontava novas perspectivas metodológicas para a prática historiográfica.

Por isso mesmo, ficou nítido que a obra de José de Alencar se propôs a ser mais do que uma literatura, por ser, também, um novo modo de representar o passado, ideia que ganhou força na nossa pesquisa.

A investigação não se limitou, portanto, a demonstrar os limites entre História e Literatura na obra de José de Alencar. Buscou também compreender qual a utilização da História na construção dos *Romances Brasileiros* e das *Lendas Tupis* do autor.

Ao mesmo tempo, procuramos demonstrar que a *estética nacionalista alencariana* tem validade historiográfica podendo ser aproveitada como método histórico capaz de responder a algumas dificuldades teóricas relacionadas aos estudos de Clio, principalmente em dois quesitos: o problema da narrativa e o da passadidade do passado⁵⁴².

Por fim, tendo em vista que os textos alencarianos somente podem ser compreendidos como manifestos políticos referentes à construção da nacionalidade brasileira, esforçamo-nos por compreender os escritos do autor cearense a partir do movimento dialético entre o ambiente social da Corte carioca e sua atuação política.

Alcançados os objetivos acima enumerados, julgamos ter contribuído para a requalificação daquele que é tido por “patriarca da literatura brasileira”.

⁵⁴² Sobre esta questão cf. nota 229.

Ele que tanto se ocupou com a História pátria e construiu um modelo de forma alternativa para a interpretação do então nascente Império Brasileiro, não poderia deixar de figurar no rol dos historiadores do Brasil de D. Pedro II.

As fontes primárias alencarianas, as fontes literárias primárias e as fontes colhidas na imprensa carioca do século XIX foram de suma importância para a consecução deste nosso estudo.

A partir da articulação entre nossas fontes, da vontade incontável de rever as experiências alencarianas e as teorias que orientaram as leituras de nossa investigação, construímos uma reflexão sobre a organicidade da obra alencariana. E respeitando as bandeiras defendidas pelo autor, além de, é claro, compreender seu *locus* histórico, decidimo-nos por decifrar a teoria da História inovadoramente proposta por José de Alencar.

Mas compreendendo a enormidade da obra alencariana e a extraordinária simultaneidade de temáticas, problemas e estilos desenvolvidos na obra do autor, julgamos melhor centrar nossa investigação num problema específico, o da temática indígena, com o fim de conseguir extrair daí uma lógica historiográfica que norteasse a escrita da história de José de Alencar

Organizada em quatro capítulos e antecédida por um prólogo histórico, julgamos ter conseguido apresentar de forma clara e objetiva a novidade da escrita alencariana sem, contudo, perder de vista os limites da verdade no discurso histórico, discussão teórica fundamental para redimensionar a escrita alencariana.

Assim, traçamos os caminhos de um estudo comparativista entre a História e a Literatura, a partir de uma imersão histórica no cenário do Romantismo de oitocentos, com o propósito de quebrar a relação de força existente entre modelos narrativos tão cheios de similaridades, e restabelecer elos entre eles, propondo mesmo uma nova leitura tanto do período quanto das práticas intelectuais então experienciadas.

Neste sentido, e tendo em vista a sistematização final do o arrazoado construído nestas páginas, julgamos ser hora de dar resposta a algumas questões transversais a todo o nosso texto, oferecendo ao leitor deste estudo, algumas considerações finais mais elaboradas e conclusivas sobre um José de Alencar historiador.

E insistiremos na idéia de um José de Alencar historiador (à sua maneira, é claro). Ademais, como tentamos deixar claro na primeira unidade desta tese, no Brasil dos oitocentos o campo historiográfico ainda não estava plenamente formado.

O fato de já em 1840 termos no Brasil um autor como Francisco Adolfo de Varnhagen, cuja escrita será considerada paradigmática para a construção da historiografia nacional, não significa dizer que de partida, o Império de D. Pedro II conseguiu resolver as questões específicas do problema da escrita da história. Longe disso!

Tanto assim que Manoel Luis Salgado, incontestado estudioso da historiografia nacional, cunhou o hoje clássico termo *Pré-historiografia* para designar, exatamente esses anos conformativos do IHGB que, segundo ele, se estenderam da formação do Instituto até, aproximadamente, os primeiros escritos de Capistrano de Abreu.

Naquele período, portanto, a incerteza sobre o que se poderia considerar História e historiador era grande. E no Brasil, particularmente, esta incerteza estava intimamente ligada às questões políticas.

Sendo projeto pessoal de D. Pedro II, a construção da nacionalidade brasileira, cunhada pela História nacional, dava aos nossos historiadores um importante espaço político. Observando por outro ângulo, podemos dizer que a posição política do escritor preocupado com a história pátria o qualificava (ou não) como historiador da nação. Não foi à toa que tantos dos ditos historiadores dessa pré-historiografia nacional receberam comendas, títulos, galhardias e benefícios imperiais.

O caso específico da escrita de José de Alencar não reside propriamente na articulação entre a ficção e a história, essas duas esferas de possível reconstrução do passado, mas, e aí sim, na forma como o escritor cearense desenvolveu esta tarefa.

Iniciando-se, como escritor, na *Revista Ensaios Literários*, Alencar imprimiu estudos de cunho histórico com uma biografia sobre Filipe Camarão e sobre a literatura portuguesa. Escritos de cunho histórico a partir daquilo que se compreendia (ou se tentava compreender) como o campo historiográfico em sua época.

Insistimos na importância de se considerar a imbricação entre a história e a literatura naqueles idos dos oitocentos. Desde 1832 (e radicalizado em 1836), o Romantismo nacional estava lastreado na construção das letras nacionais, tarefa necessária para a efetivação da busca da identidade brasileira, ainda difusa na bruma das disputas políticas, resquícios da Independência proclamada por D. Pedro I.

Construir a *alma brasileira* somente seria possível pelo estabelecimento das belas letras nacionais, das quais a História seria parte tão integrante quanto a poesia, ou o romance, novidade estilística muito em voga àquele tempo. Pedro Puntoni nos informa que:

Quem examina a historiografia brasileira oitocentista reconhece-lhe logo certa imbricação com a literatura. De fato, inicialmente subordinada como gênero literário, ela viu o seu nascimento coincidir com o processo de autonomização crescente de seus pressupostos e de sua poética.⁵⁴³

É, pois, da arte literária que brota a forma histórica. Não há dúvida quanto a isso. Mas em que medida há história na escrita alencariana? Qual a diferença entre seus escritos e os escritos de Joaquim Manoel de Macedo, por exemplo, autor d'*A Moreninha*, reconhecidamente literato e historiador do Império?

Como já afirmado, há uma profunda relação entre a política Imperial e a produção da memória nacional visivelmente financiada e tutelada pela própria Coroa.

Assim, no Império de D. Pedro II, o historiador assumia uma relevância social muito significativa, e de tal modo, que sua importância e destaque o posicionavam nas altas esferas da Corte. Ser historiador era, pois quase um cargo político.

Tendo em vista a importância sócio-política do historiador para o projeto de Brasil proposto por D. Pedro II e, lembrando as especificidades da

⁵⁴³ PUNTONI, Pedro. *O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira*. In: JANCSÓ, István. **Brasil: Formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003, p. 634.

trajetória política de José de Alencar, nomeadamente sua conflituosa relação com o Imperador e a Corte, convém retomar uma observação introdutória desta tese: “a obra de José de Alencar pode ser entendida como um discurso excluído do campo da História por força da *vontade de verdade* da historiografia sua contemporânea”.

Isso explica, em grande medida, o porquê de nosso autor não ter sido visto como produtor de historiografia pelos historiadores e pelos literatos de seu tempo. De fato, sua produção foi profundamente criticada por seus pares e a recepção de suas obras, amplamente aceitas na sociedade, não encontrava o mesmo apreço no meio intelectual.

Mas apenas isso não basta para justificar sua opção literária. De fato, adotando o romance como meio para a produção da memória nacional ao escrever sua história a partir de um viés absolutamente particular, José de Alencar se posiciona politicamente contra a lógica historiográfica praticada em seu tempo. Abdica de certa história vinculada ao estado, nega as práticas do IHGB, constrói um caminho novo, excetua uma prática historiográfica firmemente sustentada por uma teoria estética que ele mesmo nunca se dedicou a ordenar, mas se atreveu a aplicar, deixando marcas suficientes para que nós a compuséssemos para ele.

Sair da História para a Literatura foi, portanto, um ato político de José de Alencar. Se analisarmos a atitude alencariana por um ponto de vista certauniano os romances produzidos pelo autor que resolvemos estudar podem ser compreendidos como uma *tática* cuja intenção consistia em propor outros caminhos para a história nacional.

Negando seguir os ditamos do IHGB, Alencar se posicionou de forma independente para, a partir de visão própria, construir todo seu argumento histórico-ficcional.

Importa, contudo, frisar que a historiografia poética alencariana, aqui analisada, passaria ainda por outra fase de elaboração. Em seu último ano entre os mortais, nosso autor se dedicou a um projeto menos literário e mais histórico-filosófico.

Em 1877, Alencar escreveria alguns textos dos quais apenas nos sobraram manuscritos esparsos, exceção feita a um deles publicado na revista *O vulgarizador* (1º vol., nº 5, 1877) com o título *O homem pré-histórico*. Nele o

autor se punha a refletir sobre a origem do homem americano trazendo à luz as leituras que havia feito de autores como Lubbock, St. Hilaire e do Quatrefages. O tema, contudo, já havia sido contemplado na estética nacionalista alencariana, vindo impresso, por exemplo, no seu primeiro romance brasileiro e nas suas duas lendas tupis.

Mas desta vez, em vez de refletir sobre a questão por meio da poética historiográfica, Alencar se valia de uma escrita técnica, direta e refletida em seus autores de sustentação, ao modo da história filosófica, que um crítico insatisfeito com *Sonhos D'Ouro* nele já havia recriminado.

Retomando uma idéia lançada pelo Padre Antônio Vieira, Alencar afirmava pensar o Brasil como “o berço da humanidade; e que o Adão da Bíblia, o homem vermelho feito de argila, foi o tronco dessa raça americana, que supõe degeneração das outras, quando ao contrario é a sua estirpe comum”.⁵⁴⁴

A *Antiguidade da América* e *A raça primogênita*, dois manuscritos incompletos localizados na DAH/MHN (JEpi04), parecem pertencer a este mesmo período da pena alencariana⁵⁴⁵. No arquivo José de Alencar, da Casa Rui Barbosa, instituição de pesquisa estabelecida no Rio de Janeiro, também encontramos os mesmos textos, neste caso, contudo, eles aparecem como apógrafos curados do tempo e do esquecimento pela admiração filial de Mário de Alencar.

Levando em conta o teor dos manuscritos e as similaridades que eles apresentam com as reflexões contidas no artigo publicado em 1877 e a datação apresentada nos apógrafos organizados pelo filho de nosso autor (ele registrou em cada um dos dois documentos apenas o dado “187-”) podemos supor que toda esta produção tenha sido fruto de uma mesma época⁵⁴⁶.

N'A *raça primogênita* lemos páginas de profunda análise sobre a primogenia da humanidade. No texto, fazendo dialogar fé e ciência, Alencar escreve “algumas considerações que não têm pretensão à ciência, e se

⁵⁴⁴ ALENCAR, José de. *O homem pré-histórico na América*. In: _____. **Antiguidade da América e A raça primogênita**. Fortaleza: Edições UFC, 2010, p. 75. O texto original foi publicado na revista *O vulgarizador*. Rio de Janeiro, n. 5, p.34-36, 1º de set. de 1877.

⁵⁴⁵ Lançamos algumas considerações a esses textos na nota 150 desta tese.

⁵⁴⁶ Discutimos a datação desses dois textos na nota 483 desta tese.

reduzem a simples cogitações de um espírito perplexo e desejoso de ser convencido.”⁵⁴⁷

As palavras do nosso autor não devem ser minimizadas como mera despreensão intelectual. *Raça primitiva*, portanto, é um texto que vem estabilizar os argumentos apresentados ao longo desta tese, a confirmar a ironia alencariana em torno da tipologia de ciência praticada em seu tempo e clarificar sua proposta diferenciada de análise da História.

Seu parâmetro não é propriamente a lógica da ciência positiva, mas a busca das possibilidades criativas a partir do mito; assim, a procura do mito fundador do Brasil se apresenta uma vez mais na escrita alencariana. Este texto, contudo, não pode ser tido como obra propriamente literária. Ao contrário, ele se apresenta (ainda que não esteja formalmente dito no correr das páginas) como proposta de *filosofia da História*.

Neste texto, nosso autor questiona a idéia darwiniana de evolução da raça humana a partir da raça negra, tal como proposto pelo naturalista britânico. Para Alencar, as “raças puras” seriam quatro: a negra, a vermelha, a amarela e a branca.⁵⁴⁸

A preocupação central desse estudo é: qual das quatro raças foi a geradora de toda a humanidade?⁵⁴⁹ Em seu argumento, Alencar afirma não ser “sectário da doutrina de Darwin e embora reconheça a verdade de suas leis da seleção e da evolução”, se aparta do pensamento darwinista por “não considerar essas leis como absolutas, mas subordinadas ao princípio da criação”⁵⁵⁰. Na sua leitura particular, “a gênese misteriosa, inescrutável, sobrenatural, e mais racional do que a criação espontânea fantasiada pela escola alemã”⁵⁵¹.

Ora, aos nossos olhos e à luz da reflexão desenvolvida ao longo da tese, este texto apresenta uma tentativa de sistematização das reflexões dispersamente desenvolvidas e publicadas por Alencar durante toda sua produção intelectual.

⁵⁴⁷ RP, p. 64.

⁵⁴⁸ Loc. cit.

⁵⁴⁹ Loc. cit.

⁵⁵⁰ Ibid., p. 65.

⁵⁵¹ Loc. cit.

Se na *Raça primogênita* somente a questão da origem humana está proposta, em *A antiguidade da América*, nosso autor vai além. Neste escrito, se propôs a traçar um quadro geral sobre a História do Brasil analisando, num segundo momento, o universo pré-colonial brasileiro ao propor, num derradeiro movimento, a tese de que a América seria o berço de toda a humanidade.

Aqui, a historiografia poética de Alencar parece estar conformada. A verve literária, elemento de suma importância para a reconstrução da história pátria na produção do fundador da nossa nacionalidade, passa por uma metamorfose e assume assim uma postura nova sem, contudo, deixar de ser o que sempre foi: uma poética das origens.

Logo no início da *Antiguidade da América*, Alencar propõe uma readequação da divisão da História nacional anterior à Independência. Assim, de 1500 a 1822 o Brasil teria passado por cinco fases de maturação, a saber: o período *Colonial* (1500-1549); a época do *Estado* (1549-1640); subdivido em duas partes, o tempo do *Principado*, cuja primeira fase centra-se principalmente em Salvador (1640-1742), e a segunda no Rio de Janeiro (1742-1815); seguida do tempo do *Reino* (1815-1822)⁵⁵².

Ora, conforme procuramos demonstrar nesta tese, a escrita alencariana sempre esteve preocupada em revitalizar e (re)ordenar a História do Brasil. Desta forma, se a historiografia poética implementada nos romances e lendas alencarianos demonstra a preocupação que José de Alencar tinha em produzir um colorido vivo e real para materialidade histórica por ele descrita, este manuscrito parece ir além.

A *Antiguidade da América* pode (e deve) ser lida como a produção de uma filosofia da História alencariana. Importa lembrar que neste sentido, uma vez mais José de Alencar se punha distante das práticas historiográficas discutidas no IHGB onde o *modus faciendi* discutia o valor metafísico da história e propunha a objetividade seca da ciência oitocentista.

Talvez não na prática, mas certamente no discurso, no IHGB mito e história guardavam uma heterogeneidade inconciliável.

⁵⁵² AA, p. 23.

Herculano à brasileira⁵⁵³, Alencar entende, contudo que “a mitologia é a história desvanecida e confusa, pela grande longitude. O povo que não a possui é como o enjeitado, órfão de tradições, privado de família”⁵⁵⁴. Por isso, o mito também seria — como foi no *Guarani*, em *Iracema* e *Ubirajara* — matéria prima fundamental para a (re)criação da história nacional.

Aliás, para José de Alencar, o fato de a história pré-colonial não estar documentada não impossibilitaria a escrita sobre as tradições dos povos pré-cabralinos e, em tom de lição escrevia: “evite porém rejeitá-las absolutamente por somenos e fúteis”⁵⁵⁵.

Assim, retomando argumentos anteriormente apresentados em textos como *O nome Ceará*, o prefácio de *Ubirajara* e *Bênção paterna*, nosso autor indica ser necessário uma imersão no universo mental autóctone, sendo o caminho mais válido para tal empreita a compreensão da língua indígena a partir dos aparatos científicos fornecidos pela filologia.

Conforme apresentado, esta estratégia já estava posta na escrita alencariana desde as cartas assinadas por Ig, passando pela história de Peri e Ceci e ganha máxima expressão artística nas páginas de sua lenda cearense.

Mas, para além da escrita romantizada, José de Alencar também escreveu alguns estudos monumentais sobre o tema, muito embora nenhum desses tenha sido publicado, tendo restado deles apenas manuscritos fragmentados e de difícil organização⁵⁵⁶.

A par do debate em torno das questões da validade do mito como possibilidade de superação dos silêncios históricos ou de (re)fundação da história nacional, fixados nos textos da década de 1870 e conscientes da metodologia filológica adotada por Alencar, podemos perceber como nosso

⁵⁵³ Convém lembrar ainda que esta comparação não deve omitir uma diferença fundamental na escrita dos dois autores: Herculano parte da literatura (conto e romance histórico) para a história crítica e de exigência científica, procedendo a uma crítica cerrada das tradições míticas de fundação (Ourique, Cortes de Lamego, etc.) e legitimando a história como disciplina autónoma em relação à literatura. O percurso de Alencar é, em certo sentido, inverso: da história para a literatura. Questões que deverão ser perseguidas num trabalho futuro, decerto.

⁵⁵⁴ AA. p. 25.

⁵⁵⁵ Loc. cit.

⁵⁵⁶ Nos Cadernos 4, 10, 12 e 14 que compõem a coleção José Martiniano de Alencar e que estão guardados na DAH/MHN, encontramos 7 manuscritos que indicam a relevância que o autor dava a essas questões. Os títulos desses estudos filológicos alencarianos são: *Etymologias indígenas* (JEpi04); *Guarany* (Idem); *Palavras indígenas* (JEpi10); *Língua brasílica* (Idem); *Gramática - anotações* (JEpi12); e, por fim, *Gramática - projeto* (JEpi14).

autor manipulou suas leituras no sentido de construir uma maneira própria de se relacionar com o conhecimento histórico.

Outro escrito incompleto de José de Alencar, o romance biológico *Agêneto*⁵⁵⁷, também nos dá dicas sobre o nível de familiaridade do autor em relação ao debate científico de sua época⁵⁵⁸. Através desse texto podemos ver um Alencar leitor de Spencer, Haeckel e Buchner.

O próprio Araripe Júnior nos informa que:

Por algum tempo dérá-se [Alencar] a leituras de historia geral, religião e philosophia, no intuito de escrever uma obra monumental sobre o Brazil; mas, chegando a questão de origens, ficou tão perplexo que logo convenceu-se da inutilidade d'essas coisas, e abandonou a frandulagem.⁵⁵⁹

Obviamente que o panegírico escrito por Araripe Júnior tinha uma função clara: solidificar o nome de seu primo no panteão da literatura nacional. Até então o finado José de Alencar ainda não havia recebido merecida crítica por parte de seus pares intelectuais. Dada sua personalidade forte, as opções políticas e o isolamento na seara da Corte de D. Pedro II, seu nome foi posto no esquecimento por um bom par de décadas.

Foi Valentim Magalhães que, comparando José de Alencar a Alexandre Herculano, escreveu ter faltado a ambos “a faculdade de criar proselytos, de attrahir os moços, de fundar escola; e d'ahi o haver [Alencar] ficado, como o autor do Eurico — um solitário, um abandonado”⁵⁶⁰.

Mas não só nesta perspectiva estes dois autores se comparam. Com lógicas distintas, por meios às vezes adversos, ambos apresentaram outras

⁵⁵⁷ ALENCAR, José de. *Agêneto: romance biológico*, 1877. Apógrafo de Mário de Alencar, 2 folhas não numeradas, escrita frente. Arquivo José de Alencar. Fundação Casa de Rui Barbosa. Ref.: 81.1520.

⁵⁵⁸ Em 1859, por exemplo, Charles Darwin publicou *A origem das espécies* e, em 1871, *A descendência do homem*. Em meio a este período, Spencer desenvolvia suas ideias evolucionistas. Por outro lado, neste mesmo período a Igreja também buscava, através de suas reflexões teológicas, compreender a forma como o homem surgiu e se estabeleceu no mundo. Ao que parece, José de Alencar conhecia bem as duas correntes interpretativas, sendo inclusive capaz de propor um caminho mediatizado para o problema em questão, como podemos ler em *Raça primitiva*.

⁵⁵⁹ ARARIPE JÚNIOR, T. A. 1822, p. 189.

⁵⁶⁰ MAGALHÃES, Valentim. *A litteratura brasileira (1870-1895)*. Lisboa: A. M. Pereira, 1896, p. 16-17.

histórias, ambos (re)dimensionaram suas pátrias, os dois se puseram a ousar na escrita⁵⁶¹.

Pelo que ficou registrado nas páginas da História, Sênio foi o último pseudônimo adotado por José de Alencar. Assim, o *Patriarca da literatura brasileira* assinou seus últimos trabalhos. Talvez porque maduro, talvez porque consciente de suas propostas, certo de sua estética, ou ainda porquanto dono de sua história. Era um Sênio, enfim, cansado, ainda que produtor.

Com sua literatura, Alencar (re)criou cenários, cenas, falas, amores, valores... Com sua escrita ele estabeleceu um novo paradigma na cena nacional, mas que somente seria rediscutido tempos mais tarde, quando da Semana de Arte Moderna de 1922. À frente de seu tempo, José de Alencar propôs uma novidade totalmente nova (e a redundância cabe neste momento), incompreensível para a historiografia que lhe era contemporânea, ainda em formação e, a bem da verdade, ainda hoje uma novidade muito questionável.

Se no correr de sua curta existência nosso autor se dedicou à reconstrução do passado nacional por meio do argumento literário ou, como afirmamos, por meio de uma historiografia poética, assim o fez com vista a fugir das amarras que institucionalizavam outras formas de interpretar o passado.

No fim da vida, atormentado pela infecção que o abatera, Alencar ainda buscou forças para alçar novos rumos, mas a História tem os seus próprios quereres e a Literatura, que se cria e recria ávida, não tem o poder absoluto de torná-la eterna.

⁵⁶¹ Um estudo comparativista entre a lógica historiográfica de José de Alencar e de Alexandre Herculano ainda precisa ser feito. Ao que nos parece a cisão alencariana com o espírito lusitano — melhor seria dizer com a moda de estrangeirismo para sermos mais verdadeiros e responsáveis com o pensamento de nosso autor-objeto — para a afirmação da identidade nacional também pode ser lida, *mutatis mutandis*, nas *Lendas e narrativas*, ou n’*Os infantes de Ceuta*, ou em tantas outras histórias saídas da genialidade do romancista e historiador lusitano.

REFERÊNCIAS

FONTES

Periódicos

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: 1839; 1841; 1842; 1844; 1846; 1849; 1848; 1852; 1853; 1854; 1855; 1858; 1859; 1867;

Revista Ensaios Literários: toda a série

Revista Universal Lisbonense: 1847

Revista Nitheroy: revista brasiliense, sciencias, letras e artes: toda a série

Diário do Rio de Janeiro: 1858; 1872; 1866

Correio Mercantil: 1851; 1854, 1856

O Globo: 1875

Anais da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro: 1875; 1877.

Revista Guanabara: 1852; 1854; 1855.

Textos alencarianos

ALENCAR, José de. *Cartas de Erasmo*. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

ALENCAR, José de. *1820-1821* (em provas tipográficas). DAH/MHN: Caderno 5, JEpi05 [10f].

ALENCAR, José de. *1º Reinado* (Manuscrito fragmentário). DAH/MHN: Caderno 5, JEpi05 [1f].

ALENCAR, José de. *5º* (Manuscrito fragmentário). DAH/MHN: Caderno 5, JEpi05 [11f].

ALENCAR, José de. *A pátria de D. A. F. Camarão*. DAH/MHN: Caderno 04, JEpi04 [12f].

ALENCAR, José de. *A Viuvinha / Cinco Minutos*. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1860.

ALENCAR, José de. *Album*. In: **DRJ**. Ano XXXIII, N. 200, 23 de julho de 1854.

ALENCAR, José de. *Cartas sobre a Confederação dos tamoios*, Rio de Janeiro: Empreza Typographica Nacional, 1856.

ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filho, 1893.

ALENCAR, José de. *D. Pedro I* (Manuscrito fragmentário). DAH/MHN: Caderno 5, JEpi05 [4f].

ALENCAR, José de. *Datas e documentos* (Manuscrito fragmentário). DAH/MHN: Caderno 5, JEpi05 [2f].

ALENCAR, José de. *Iracema - Lenda do Ceará*. Rio de Janeiro: Typ. de Vianna & Filhos, 1865.

ALENCAR, José de. *O estylo na litteratura brasileira*. In: **REL**. São Paulo: Typ. do Governo, 4ª série, nº 2, 1850.

ALENCAR, José de. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Empreza Nacional do Diario, 1857.

ALENCAR, José de. *O Marquês do Paraná - Traços biográficos*. In: **RIHGB**. vol. 236, jul./set. De 1957.

ALENCAR, José de. *O nome Ceará*. In: _____. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar LTDA., 1960.

ALENCAR, José de. *Obras completas*. Rio de janeiro: José Olympio Editora, 1951. (4 volumes).

ALENCAR, José de. *Rio de Janeiro — Prólogo*. In: _____. **Antiguidade da América e A raça primogênita**. Fortaleza: UFC, 2010, p. 89-96.

ALENCAR, José de. *Sonhos D'Ouro*. Rio de Janeiro: L. B. Garnier, 1872.

ALENCAR, José de. *Traços biographicos sobre a vida de D. Antônio Filipe Camarão - Primeiro período*. In: **REL**. São Paulo: Typ. do Governo, 4ª série, nº 1, mai. 1849.

ALENCAR, Mário. *José de Alencar, o escritor e o político*. In: Alencar, José de. **Obra completa**, Vol. 4. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar LTDA., 1960.

Outras fontes impressas

ARARIPE JÚNIOR, Tristão Alencar. *José de Alencar*. Rio de Janeiro: Tip. da Escola Serafim José Alves, 1882.

ASSIS, Machado de. *A Estátua de José de Alencar*. In: _____. **Obras Completas (v. 2)**. Rio de Janeiro: Cia. José Aguilar Editor, 1974.

ASSIS, Machado de. *Coluna Semana Literária*. In: **Diário do Rio de Janeiro**. 23 de Janeiro de 1866, Ano, XLVI, Nº 19.

ASSIS, Machado de. *José de Alencar: O Gurani*. In: _____. **Obras completas (v. 3)**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1973.

COELHO, José Maria Vaz Pinto. *Declaração*. In: ALENCAR, José de. **Ao correr da pena**. Rio de Janeiro: Typ. Allemã, 1874.

DIAS, Gonçalves. *Primeiros Cantos*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1846.

GALENO, Juvenal. *Porangaba - lenda americana*. Fortaleza: Typographia Cearense, 1861.

LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e Cia., 1834.

MAGALHÃES, Gonçalves de. *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*. In: **Nitheroy: Revista brasiliense**, Paris, t. 1, n. 1, p. 132-159, 1836, p. 130.

MAGALHÃES, Gonçalves de. *Opusculos historicos e litterarios*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1865.

MAGALHÃES, Gonçalves de. *Poesias*, Rio de Janeiro: Typographia de R. Ogier, 1832.

MAGALHÃES, Gonçalves de. *Suspiros poéticos e saudades*. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836.

MAGALHÃES, Gonçalves *Poesias Avulsas - tomo 1*. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1864.

ROMERO, Sylvio. *Ethnographia brasileira - Estudos críticos sobre Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, ThophiloBraga e Ladisláo Netto*. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & Cia, 1888.

SILVA, João Manuel Pereira da. *Plutarco brasileiro*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1847.

SISSON, S. A. [Editor]. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Rio de Janeiro: Lithographia de S. A. Sisson, 1859-1861.

TAUNAY, Visconde de. *Reminiscências*. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brazil, isto é, do descobrimento, colonisação, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda, por Um socio do Instituto Historico do Brazil, natural de Sorocaba*. Rio de Janeiro: em Caza de E. e H. Laemmert, Vol. 1 - 1854; Vol. 2 - 1857.

Dicionários, vocabulário e obras de referências

ANÔNIMO. *Vocabulário na Língua Brasília*. Manuscrito Português-Tupí do século XVII, coordenado e prefaciado por Plinio Ayrosa. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938.

DIAS, Gonçalves. *Dicionário da língua tupy chamada lingua geral dos indigenas do Brazil*. Lipsia: F. A. Brockhaus: 1858.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2004.

MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia brasiliana*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2010.

NOGUEIRA, Paulino. *Vocabulário Indígena*. In: **Revista do Instituto do Ceará (Histórico, Antropológico e Geográfico)**, tomo I, 1887.

PAIVA, Tancredo de Barros. *Achêgas a um diccionario de pseudonymos brasileiros - iniciais, abreviaturas e obras anonymas de auctores brasileiros e de estrangeiros, sobre o Brasil ou no mesmo impressas* (Rio de Janeiro: J. Leite & C^a., 1929.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Índice*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. A. 159, n. 400, jul./set., 1998.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

von MARTIUS, Karl Phillip, *Glossaria linguarum Brasiliensium*. Erlangen: Druk von Junge & Sohn, 1863.

Teses, Dissertações, Anais e Artigos de revistas

BARBOSA, Ivone Cordeiro. *História Social do Sertão na Obra de José de Alencar*. In: **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 1, n. 29 (2), jan./jul, 2009, p. 47-53.

CALLADO, Ana Arruda. *História e Ficção na França Antártica* In: **Revista eletrônica História (São Paulo) - Dossiê França Antártica**. Franca, v. 27, n. 1, 2008, p.135-142.

CEZAR, Temístocles. *Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX*. In: **Revista Diálogos**. Maringá, v. 8, n. 1, 2004, p-11-29.

CEZAR, Temístocles. *Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX*. In: **Métis: História & Cultura**. Caxias do Sul, v.2, n.3, jan./ jun. de 2003.

ENDERS, Armelle. *“O Plutarco brasileiro”: a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado*. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 25. 2000.

ESTEVES, Paulo Luiz M. L. *A melancolia de Cecília*. In: **Scripta**. Belo Horizonte, v. 4, n. 8, 1º sem de 2001.

GUTIÉRREZ, Angela. *O Guarani e a construção do mito do herói*. In: In: **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 1, n. 29 (2), jan./jul, 2009,

LEAL, Tito Barros. *Iracema, para além das expectativas. Ficionalização da História em José de Alencar*. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. São Leopoldo, v 4, n. 7, Jul. de 2012, p. 60-71.

MARCO, Valéria de. *O romance histórico de José de Alencar*. In: In: **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 1, n. 29 (2), jan./jul, 2009, p. 106-113.

MENESES, Paulo Roberto de Jesus. *O biógrafo José de Alencar: a contribuição do romancista na Galeria dos Brasileiros Ilustres de Sisson*. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: MHN, v. 41, 2009.

MOSCATO, Daniela Casoni. *Traços de Peri: leituras de José de Alencar para a composição do indígena em sua obra O Guarani — 1857*. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1850)*. In: **Revista História**. São Paulo, v. 26, n. 1, 2007, p. 154-178.

PELOGGIO, Marcelo. *José de Alencar: um historiador à sua maneira*. In: **ALEA**. Rio de Janeiro, v. 6, n.1, jan./jun, 2004, p. 81-95.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz e SZTUTMAN, Renato. *Notícias de uma certa Confederação Tamoio*, In: **Revista eletrônica Mana**. Rio de Janeiro, v. 16, n 2, 2010, p. 401-433.

PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre: um estudo da Revista Niterói, 1836*. 1996, 204 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

PRIORE, Mary Del. *Conversas entre História e Literatura: o exemplo de Alencar*. In: In: **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 1, n. 29 (2), jan./jul, 2009,, p. 92-95.

PUNTONI, Pedro. *Confederação dos Tamoyos: Gonçalves de Magalhães e a historiografia do Império*. In: **Revista Novos Estudos**. São Paulo, n 45, 1996.

SABINO, César. *O guerreiro solitário: antropologias precursoras em José de Alencar*. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 41, Rio de Janeiro: 2009.

SINDER, Valter. *A reinvenção do passado e a articulação de sentidos: o novo romance histórico brasileiro*. In: **Revista Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, 2000.

TAVARES, Thiago A. N. R. *Da tragédia à epopeia: agenciamento das memórias em Francisco Adolfo de Varnhagen (1838-1858). Sobre o cenário historiográfico brasileiro, de 1838 aos fins do século XIX* (tese de doutorado) Programa de Pós-graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

Estudos sobre José de Alencar

BRITO, Broca. *José de Alencar — Folhetinista*. In: ALENCAR, José de. **Obra completa (v. 4)**. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar LTDA., 1960.

CASTELLO, José Aderaldo. *A polêmica sobre “A Confederação dos tamoios”*. São Paulo: Seção de publicações da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953.

CASTELLO, José Aderaldo. *Renovado elogio de Iracema*. In: ALENCAR, José de. **Iracema: Lenda do Ceará**. Fortaleza: Editora UFC, 2005

CASTELO, José Aderaldo. Bibliografia e plano das obras completas de José de Alencar. In: **Boletim bibliográfico**. São Paulo, 1949.

FARIA, João Roberto. *Introdução: O Rio de Janeiro em 1854 e 1855*. In: ALENCAR, José de. **Ao correr da pena**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FARIA, João Roberto. *José de Alencar e o teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

FREXEIRO, Fábio. *Alencar: os bastidores e a posteridade*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1981.

GIRÃO, Raimundo. *Botânica cearense na obra de José de Alencar e Caminhos de Iracema*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1976.

GIRÃO, Raimundo. *Bichos cearenses na obra de José de Alencar*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1977.

LEÃO, Múcio. *José de Alencar — Ensaio bio-bibliográfico*. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira de Letras, 1955.

LIMA, Alceu Amoroso. *José de Alencar, esse desconhecido?* In: ALENCAR, José de. **Iracema**. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1965, p. 35-72.

LIRA NETO. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar*. São Paulo: Globo, 2006.

LOPES, Francisco Régis. *Como seduzir o tempo: o feitiço de Iracema e outras histórias*. In: GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Iracemas: imagens de uma lenda**. Fortaleza: Barbarela B. Comunicação e Marketing, 2006.

MARCO, Valéria de. *A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. *Alencar, Machado e Poe — A gênese de Iracema*. In: GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Iracemas: imagens de uma lenda**. Fortaleza: Barbarela B. Comunicação e Marketing, 2006.

MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1965.

MENEZES, Raimundo (org.). *Cartas e documentos de José de Alencar*. São Paulo/Brasília: HUCITEC/INL, 1977.

MOTTA, Arthur. *José de Alencar (o escritor e o político) sua vida e sua obra*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1921.

PELOGGIO, Marcelo. *Apresentação*. In: ALENCAR, José de. **Antiguidade da América e A raça primogênita**. Fortaleza: Edições UFC, 2010, p. 11-16.

PEREIRA, Elvy Ribeiro. *Piguará: Alencar e a invenção do Brasil*. Feira de Santana: UEFS, 2000.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. *José de Alencar — O poeta armado do séc. XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SCHWAMBORN, Ingrid. *O guarani era tupi? Sobre os romances indigenistas de José de Alencar*. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Posição de José de Alencar*. In: ALENCAR, José de. **Sonhos d'ouro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

VIANA FILHO, Luís. *A vida de José de Alencar*. São Paulo/Salvador: UNESP/EDUFBA, 2008.

História e Historiografia

ARISTÓTELES. *Poética* In: _____. **Os pensadores (v. 4)**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1973, p. 443-471.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 2005.

BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a História*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem / Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CERTEAU, Michael. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Cia. Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. *História Cultural - Entre praticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.

COLLINGWOOD, Robin G. *A idéia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

DETIENE, Marcel. *Comparar o incomparável*. Aparecida: Ideias e Letras, 2004.

DUBY, Georges. *Guilherme Marechal*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FEBVRE, Lucien. *Le Problème de Vincroyance au XVIe siècle, la religion de Rabelais*. Paris: 1968.

FOUCAULT, Michael. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michael. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2008.

GAY, Peter. *O estilo na história*. São Paulo: Cia. Letras, 1990.

GAY, Peter. *Represálias selvagens - Realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann*. São Paulo: Cia. Letras, 2010.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia. Letras, 1987.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. In: GRIMBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Vol. 2, 427-465.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Para escrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte*. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto P. (orgs.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 1-28.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado *Entre as luzes e o Romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista*. In: _____ (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HARTOG, François. *Régimes d'historicté - Présentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2012.

HEGEL, G. W. F. *A razão na História — Uma introdução geral à filosofia da História*. São Paulo: Centauro, 2001.

HEGEL. *Estética*. In: _____. **Os pensadores (v. 30)**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

IGLÉSIAS, Francisco. *História e Literatura*. São Paulo/Belo Horizonte: Perspectiva/Cedeplar-FACE-UFMG, 2009.

LACAPRA, Dominick. *História en transito*. Buenos Aires: Fondo Argentina, 2007.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1994.

LOPES, Francisco Régis. *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2012.

LOPES, Hélio. *A divisão das águas: Contribuição ao Estudo das Revistas Românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*. São Paulo: Conselho Estadual de artes e Ciências Humanas, 1978.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Romantismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I*, São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

MOREL, Marco. *O período das regências (1831 - 1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

POPPER, Karl R. *La miséria del historicismo*. Madrid: Taurus Ediciones / Alianza Editorial, 1973.

RICŒUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Loyola, 2000.

RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1997.

RICOUER, Paul. *Interpretações e ideologias*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.

RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 2008.

SANTOS, Eugênio. *D. Pedro IV*, Lisboa: Temas e debates, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989.

SCHWARCZ, Lillian Moritz. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Cia. Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lillian Moritz. *O espetáculo das raças – Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)*. São Paulo: Cia. Letras, 2001.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UNB, 1998.

VIANA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1945.

WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da história nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WHITE, Hayden. *El texto histórico como artefacto literário*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

WHITE, Hayden. *Meta-História*. São Paulo: EDUSP, 2008.

Literatura e crítica literária

AMORA, Antônio Soares. *O Romantismo*. São Paulo: Cultrix, s/d.

BASTOS, Alcmeno. *Introdução ao romance histórico*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

BASTOS, Alcmeno. *O Índio antes do indianismo*. Rio de Janeiro: 7Letras/FAPERJ, 2011.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

BUENO, Alexei; ERMAKOFF, George (orgs.). *Duelos no serpentário - Uma antologia da polêmica intelectual no Brasil (1850 - 1950)*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2005.

BUENO, Luís; MOREIRA, Maria Eunice (orgs). *A Confederação dos tamoiós*. Curitiba: UFPR, 2006.

CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1962.

CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2004.

COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil - Era Romântica*. São Paulo: Global, 2004.

FRANCHETTI, Paulo. *Estudos de literatura brasileira e portuguesa*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

GARMES, Hélder. *O Romantismo paulista - Os ensaios literários e os periódicos acadêmicos de 1836 a 1860*. São Paulo: Alameda, 2006.

GRAÇA, Antônio Paulo. *Uma poética do genocídio*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

HUGO, Victor. *Cromwell*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1967.

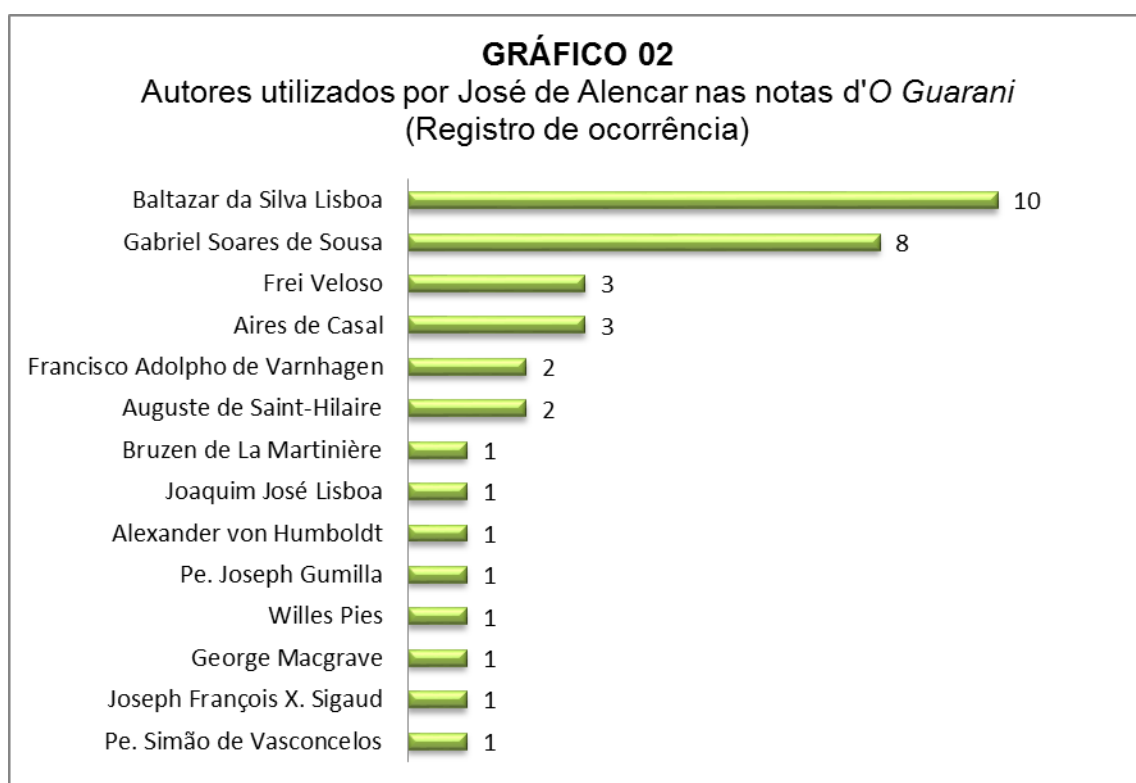
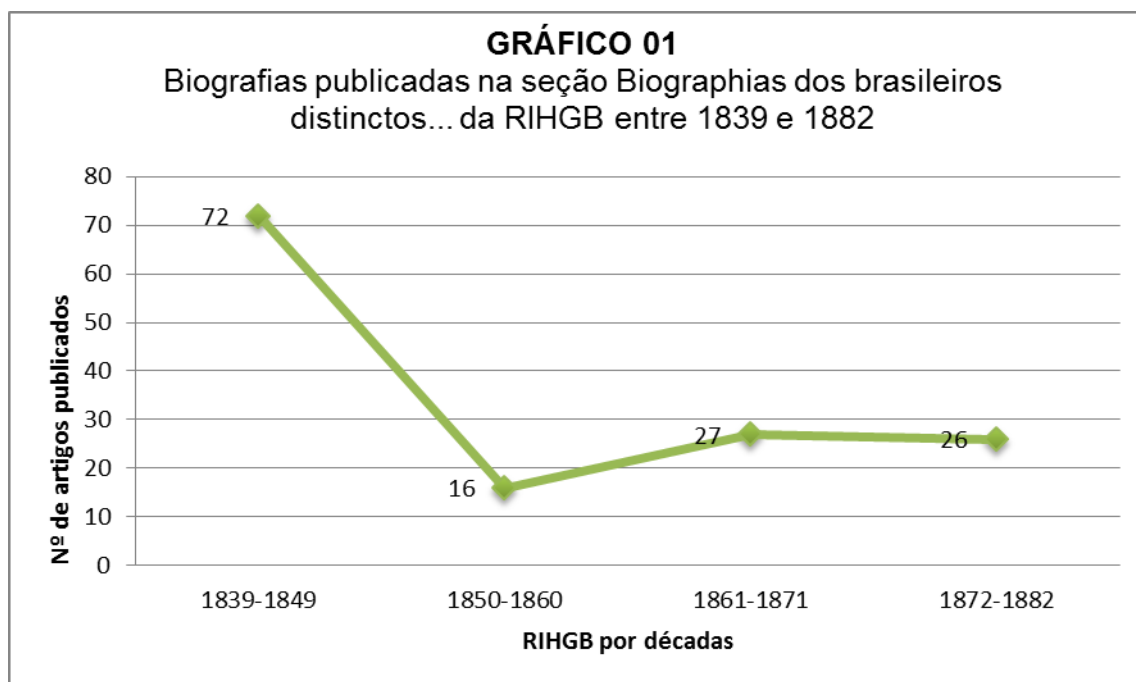
LIMA, Luiz Costa. *História - Ficção - Literatura*. São Paulo: Cia. Letras, 2006.

MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: Tinta negra bazar editorial, 2010.

MOISÉS, Massaud. *Romantismo - Realismo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2006.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830 - 1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ANEXOS



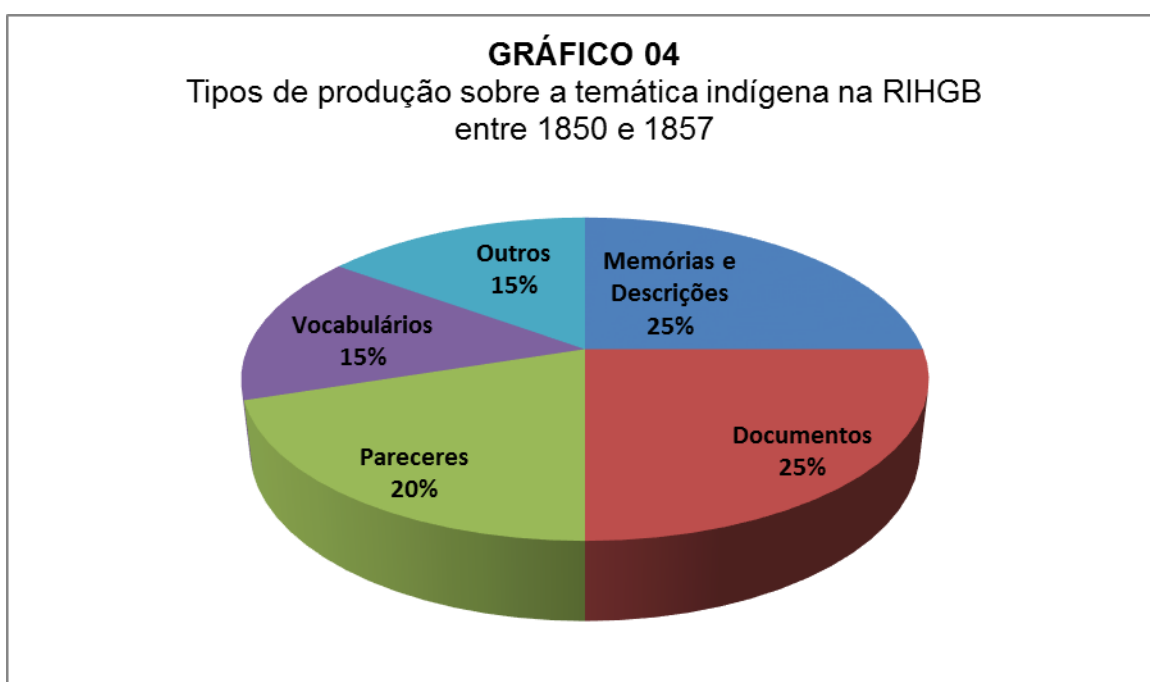
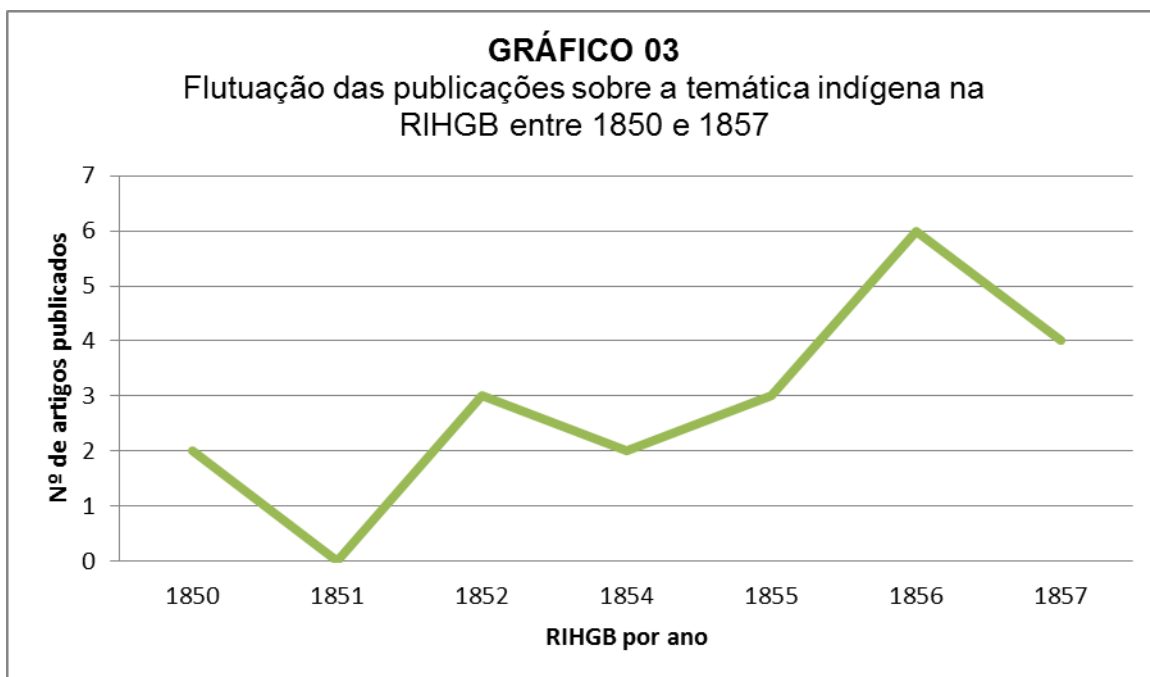


GRÁFICO 05

Autores utilizados por José de Alencar nas notas de *Iracema*
(Registro de ocorrência)

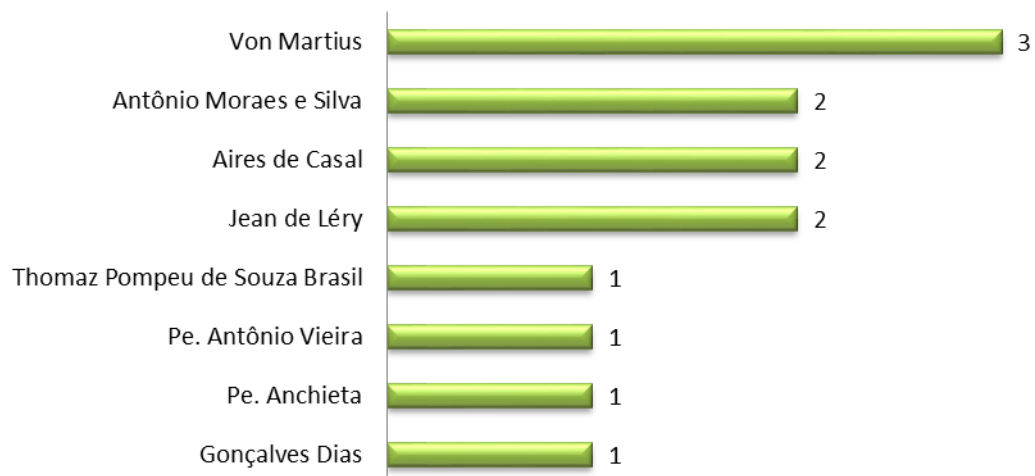


GRÁFICO 06

Autores utilizados por José de Alencar nas notas de *Iracema*
(Macrogrupos temáticos)

■ Outras ■ Linguística Tupi ■ Antropo-histórica

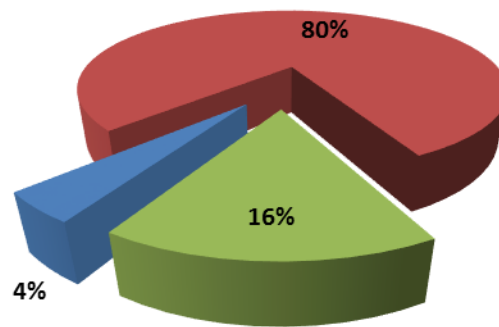


GRÁFICO 07

Autores utilizados por José de Alencar nas notas de Iracema
(Relevância das diferentes tipologias de fontes)

■ Registros de viagens e missões religiosas ■ Corografia e Memória histórica
■ História e Antropologia ■ Dicionários

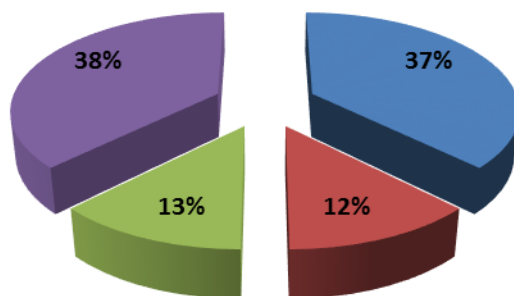


GRÁFICO 08

Autores utilizados por José de Alencar nas notas de Ubirajara
(Registro de ocorrência)

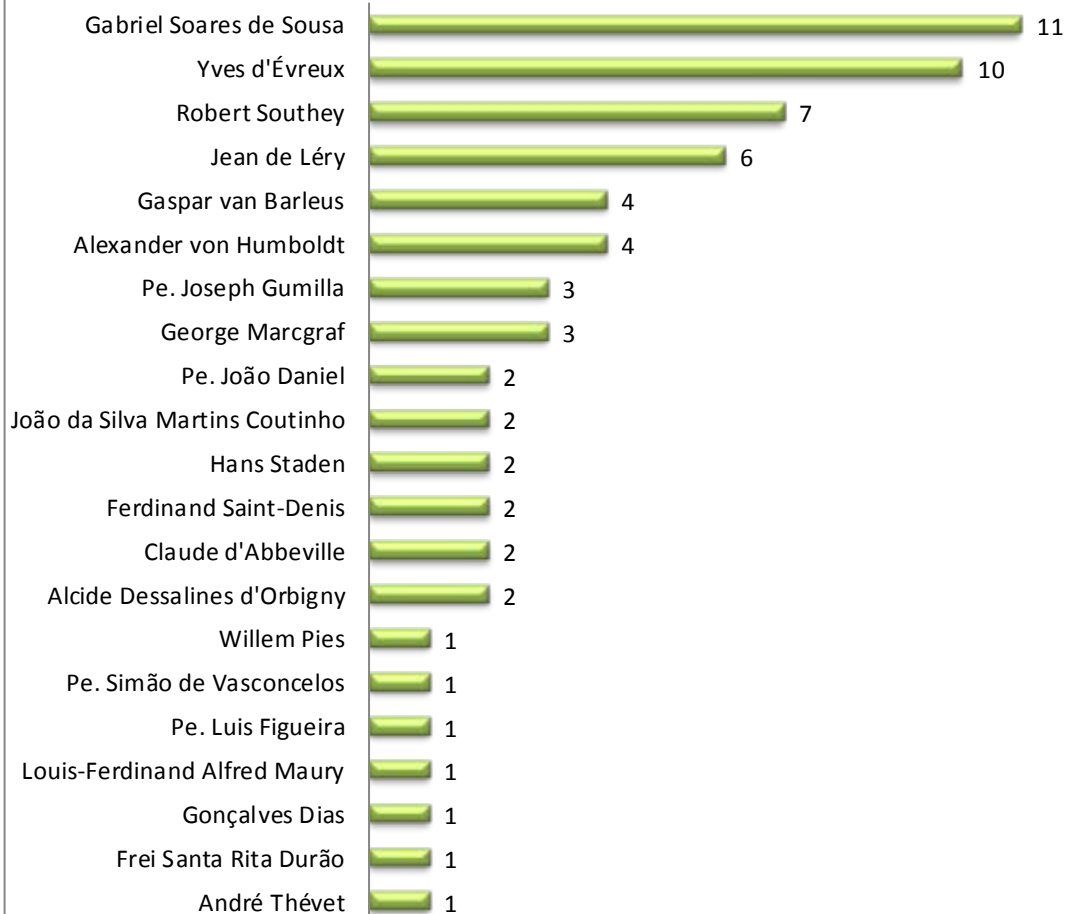


GRÁFICO 09

Autores utilizados por José de Alencar nas notas de Ubirajara
(Localização temporal)

■ Século XVI ■ Século XVII ■ Século XVIII ■ Século XIX

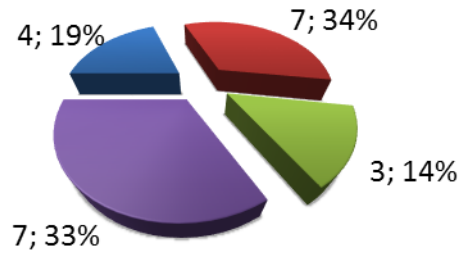


GRÁFICO 10

Autores utilizados por José de Alencar nas notas de Ubirajara
(Tipologia de fonte conforme o século de produção)

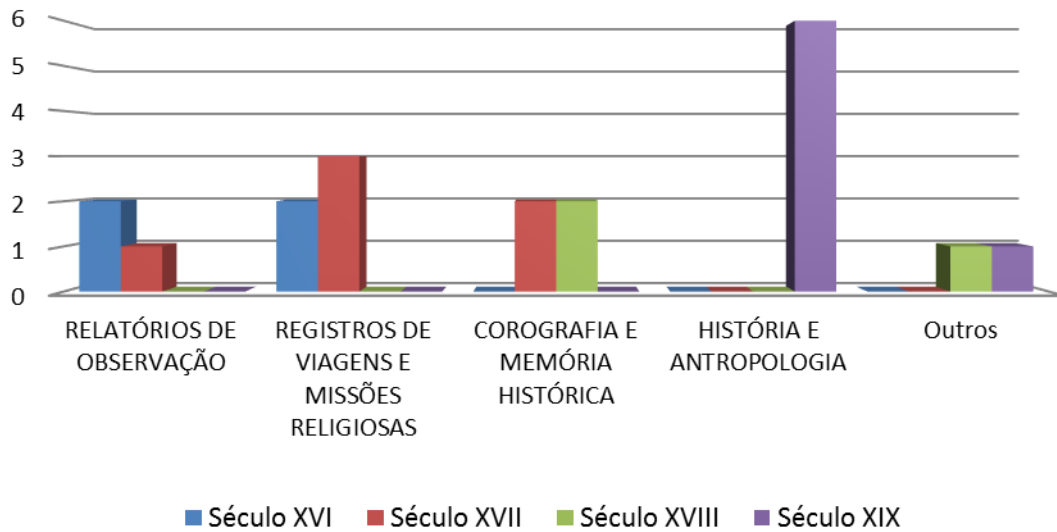


GRÁFICO 11

Autores utilizados por José de Alencar nas notas de Ubirajara
(Relevância das diferentes tipologias de fontes)



GRÁFICO 12

Autores utilizados por José de Alencar nas notas de Ubirajara
(Macrogrupos temáticos)

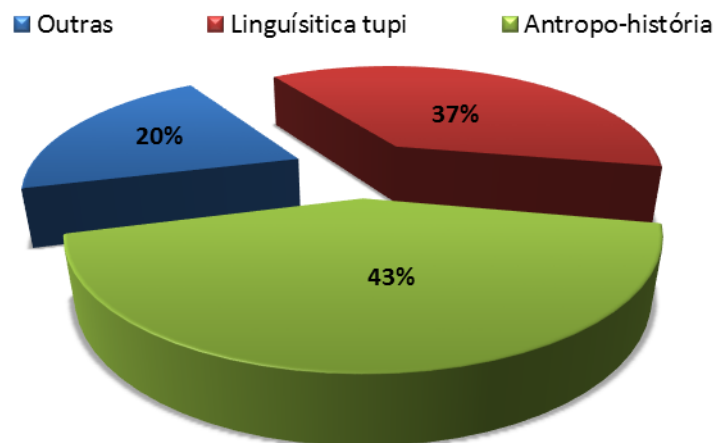


TABELA 01

Autor	Obra	Escritura	TaSéc.	Nota
André Thévet (Francês, 1502 - 1590)	Les singularitez de la France antarctique	1557	16	G - 0; I - 0; U - 1
Hans Staden (Germano, 1525 - 1579)	Descrição verdadeira de um país de selvagens nus, ferozes e canibais situado no Novo Mundo América	1557	16	G - 0; I - 0; U - 2
Jean de Léry (Suiço, 1536 - 1613)	Histoire d'un voyage fait em la terre du Brésil	1578	16	G - 0; I - 2; U - 6
Gabriel S. de Sousa (Português, 154? - 1591)	Noticia do Brasil ou Tratado Descritivo do Brasil é uma das obras capitais do século XVI sobre o Brasil	1587	16	G - 8; I - 0; U - 11
Claude d'Abbeville (Francês, 1632 - ?)	Historie de la mission des pères capicins em l'islede Maragnan et terras circonvisines	1614	17	G - 0; I - 0; U - 2
Yves d'Évreux (Francês, 1577 - 1632)	Viagem ao Norte do Brasil	1615	17	G - 0; I - 0; U - 10
Willem Pies (Holandês, 1611 - 1678)	Historial Rerum Naturalium Brasiliae	1648	17	G - 1; I - 0; U - 1
George Macgraf (Germano, 1610 - 1644)	Historia naturalis Brasiliae	1648	17	G - 1; I - 0; U - 3
Gaspar van Barleus (Holandês, 1584 - 1648)	Res brasiliae important illustrismo	1660	17	G - 0; I - 0; U - 3
Pe. Simão de Vasconcelos (Português, 1597 - 1671)	Crônica da Companhia de Jesus do estado do Brasil: e do que obraram seus filhos nessa parte do Novo Mundo	1663	17	G - 1; I - 1; U - 1
Pe. Luis Figueira (Português, 1573 - 1643)	Gramática da língua do Brasil	1687	17	G - 0; I - 0; U - 1
Pe. Joseph Gumilla (Espanhol, 1686 - 1750)	El orenoco ilustrado: História natural, civil e geográfica de grande rio e suas caudalosas vertentes.	1741	18	G - 1; I - 0; U - 1
Frei Santa Rita Durão (Português, 1722 - 1784)	Caramuru	1781	18	G - 0; I - 0; U - 1
Pe. João Daniel (Português, 1722 - 1776)	Notícia sobre tesouro descoberto no máximo rio amazonas (in: RIHGB, t. 2; vol. 2, 1840, p. 329-374)	1840	18	G - 0; I - 0; U - 1
Bruzen de La Martinière (Francês, 1683 - 1745)	Introduction à l'histoire de l'Asie, de l'Afrique & de l'Amérique, pour servir de suite à l'introduction à l'Histoire [ETC.]	1735	18	G - 1; I - 0; U - 0
Pe. Joseph Gumilla (Espanhol, 1686 - 1750)	El orenoco ilustrado: História natural, civil e geográfica de grande rio e suas caudalosas vertentes.	1741	18	G - 1; I - 0; U - 0
João da Silva Martins Coutinho	?	?	19	G - 0; I - 0; U - 1

(Brasileiro, 1830- 1899) Alexander von Humboldt (Germano, 1769 - 1859) Jean-Ferdinand Denis (Francês, 1798 - 1890) Alcide Dessalines d'Orbigny (Francês, 1802 - 1857) Louis Ferdinand Maury (Francês, 1817 - 1892) Robert Southey (Inglês, 1774 - 1843) Gonçalves Dias (Brasileiro, 1823 - 1864) Joaquim José Lisboa Alexander von Humboldt (Germano, 1769 - 1859) Auguste Saint-Hilaire (Francês, 1779 - 1853) Aires de Casal (Português, 1754 - 1821) Frei Veloso (Brasileiro, 1742 - 1811) Baltazar da Silva Lisboa (Brasileiro, 1761- 1840) Joseph François Xavier Sigaud (Francês, 1796 - 1856) Francisco Adolpho de Vanhagen (Brasileiro, 1816 - 1878) Basílio Quaresma Torreão (Brasileiro, 1787 - 1867) Frei Manuel Calado (Português, 1584 - 1654) Duarte de Albuquerque Coelho (Brasileiro, 1591 - 1658) Thomaz Pompeu de Souza	Rélation historique du Voyage aux régions équinoxiales du nouveau continent fait en 1799, 1800, 1801, 1802, 1803 et 1804	1814/25	19	G - 1; I - 0; U - 1
	L'Univers, Histoire et Description de Tous les Peuples, vol. 1 - Brésil.	1837	19	G - 0; I - 0; U - 2
	L'homme américain	1839	19	G - 0; I - 0; U - 2
	La terre et l'homme ou, Aperçu historique de géologie, de géographie, et d'ethnologie générales pour servir d'introduction à l'histoire universelle	1857	19	G - 0; I - 0; U - 1
	História do Brasil	1862	19	G - 0; I - 0; U - 7
	Brasil e Oceania (in: RIHGB. t. 30, vol. 35, 1867, p. 5-192; 257-396)	1867	19	G - 0; I - 0; U - 1
	Descrição curiosa das principais produções, rios e animais	1806	19	G - 1; I - 0; U - 0
	Rélation historique du Voyage aux régions équinoxiales du nouveau continent fait en 1799, 1800, 1801, 1802, 1803 et 1804	1814	19	G - 1; I - 0; U - 0
	História das palntas mais notáveis do Brasil e do Paraguai	1816	19	G - 2; I - 0; U - 0
	Corografia Brasílica	1817	19	G - 3; I - 2; U - 0
	Flora Fluminense	1817	19	G - 3; I - 0; U - 0
	Anais do Rio de Janeiro	1834	19	G - 10; I - 0; U - 0
	Du climat et les maladies du Brésil	1844	19	G - 1; I - 0; U - 0
	História do Brasil	1854	19	G - 2; I - 0; U - 0
	Carta pulbicada no Correio Mercantil, nº 26 de 26 de janeiro de 1860, 2ª página	1860	19	G - 0; I - 1; U - 0
	O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade na Restauração de Pernambuco	1648	17	G - 0; I - 1; U - 0
	Memórias diárias da guerra do Brasil	1654	17	G - 0; I - 1; U - 0
	Dicionário topográfico e estatístico da província do Ceará	1861	19	G - 0; I - 1; U - 0

Brasil (Brasileiro, 1818 - 1877) Carl F. P. von Martius (Alemão, 1794 - 1868) Antônio Moraes e Silva Brasileiro, 1755 - 1824) Gonçalves Dias (Brasileiro, 1823 - 1864) Pe. José de Anchieta (Espanhol, 1534 - 1597) Pe. Antônio Vieira (Português, 1608 - 1697) Thomaz Pompeu de Souza Brasil (Brasileiro, 1818 - 1877)				
	<i>Glossaria linguarum Brasiliensium</i>	1863	19	G - 0; I - 3; U - 0
	<i>Diccionario da lingua portugueza - recompiledo dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva</i>	1813	19	G - 0; I - 1; U - 0
	Dicionário de Tupi		19	G - 0; I - 1; U - 0
				G - 0; I - 1; U - 0
				G - 0; I - 1; U - 0
	Dicionário Topográfico e Estatístico da Província do Ceará	1861		G - 0; I - 1; U - 0